



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Criança Esperança

*mobilizando pessoas,
transformando vidas*



Criança Esperança



*mobilizando pessoas,
transformando vidas*



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Criança Esperança

*mobilizando pessoas,
transformando vidas*

Brasília, julho de 2009

Representação da UNESCO no Brasil Central Globo de Comunicação



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

**Representação
no Brasil**

SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6,
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-914 - Brasília - DF - Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 3322-4261
Site: www.unesco.org.br
E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br



Rede Globo
Rua Lopes Quintas, 303
Jardim Botânico
22.460-010 – Rio de Janeiro

Criança Esperança

*mobilizando pessoas,
transformando vidas*



Um projeto



Em parceria com a



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
no Brasil

©2009 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), TV Globo

Coordenação geral: Marlova Jovchelovitch Noletto e Rosana Sperandio Pereira

Revisão técnica: Rosana Sperandio Pereira

Revisão: Denise Martins e Jeanne Sawaya

Projeto editorial, redação e edição: Gabriela Athias

Capa: Ana Thereza Botafogo, Edson Fogaça e Paulo Selveira

Projeto gráfico e diagramação: Edson Fogaça

Fotografias: Mila Petrillo

Sebastião Salgado - páginas 314 a 321

Reportagem: Gabriela Athias e Isabel de Paula

Logística: Christiane Nogueira Silva

Criança Esperança: mobilizando pessoas, transformando vidas. – Brasília :
UNESCO, TV Globo, 2009.
340 p.

ISBN: 978-85-7652-086-3

1. Transformações sociais 2. Crianças desfavorecidas 3. Participação social
4. Projetos educacionais 5. Brasil I. UNESCO II. TV Globo

302.14



Sumário

- 6 Semeando esperança, recolhendo justiça e dignidade
- 7 Transparência e mobilização social
- 8 Um retrato do Brasil
- 10 O Programa no Brasil
- 11 Transformando vidas, realizando sonhos

ESPAÇOS CRIANÇA ESPERANÇA

- 16 *Espaço de realização*: Espaço Criança Esperança do Rio de Janeiro
- 30 *Espaço de encontros*: Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte
- 46 *Espaço de sonho*: Espaço Criança Esperança de Olinda
- 62 *Espaço de construção*: Espaço Criança Esperança de São Paulo

PROJETOS APOIADOS

DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Ciências Humanas e Sociais)

- 82 *O talento desce o morro*: Central Única das Favelas
- 94 *Quebrando fronteiras*: Associação Educacional e Assistencial Casa do Zezinho
- 108 *Círculo de paz*: Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul
- 120 *Porta para a cidadania*: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- 132 *Passagem para a vida*: Casa de Passagem – Centro Brasileiro da Criança e Adolescente
- 146 *Direito à voz*: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia
- 156 *A favor do vento*: Instituto Rumo Náutico – Projeto Grael
- 168 *A arte da superação*: Instituto Reação

CULTURA

- 182 *A beleza que transforma*: Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente
- 194 *Orquestra pé no chão*: Instituto Cultural Flauta Mágica
- 208 *Tambores da paz*: Grupo Cultural AfroReggae
- 220 *A força de Alagados*: Grupo Cultural Bagunção

EDUCAÇÃO

- 234 *Construindo caminhos*: Serviço Assistencial Salão do Encontro
- 248 *A Amazônia toca bossa nova*: Oficina Escola de Lutheria da Amazônia
- 260 *Mulheres que ensinam a viver*: Pastoral da Criança

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

- 278 *inclusãodigital@cidadania.org.br*: Comitê para a Democratização da Informática
- 290 *Escolas comunicadoras*: Comunicação e Cultura

CIÊNCIAS E MEIO AMBIENTE (Ciências Naturais)

- 302 *A infância que brotou do lixo*: Fundação Terra
- 314 *Plantando o futuro*: Instituto Terra
- 326 *Sustentando o amanhã*: Centro de Estudos Socioambientais (Pangea)

Semeando esperança, recolhendo justiça e dignidade

A UNESCO possui, entre as suas disposições, a de trabalhar em escala, de modo a ampliar os efeitos de sua intervenção e, ao mesmo tempo, influenciar o processo de definição de políticas públicas. A parceria entre a Organização e a TV Globo na gestão do Programa Criança Esperança oferece, neste particular, um exemplo do quanto se pode fazer.

Criado há 24 anos, inicialmente em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Criança Esperança já beneficiou – direta e indiretamente – quase 4 milhões de crianças e jovens brasileiros. A partir da entrada da UNESCO na parceria, em 2004, o Programa expandiu-se para todos os estados do país.

A atuação em escala também se expressa no apoio à Pastoral da Criança, uma instituição que atende 20% das crianças pobres do Brasil, nas regiões com os mais baixos indicadores de desenvolvimento humano.

Muitas das lições aprendidas ao longo destes anos e o conjunto das experiências vividas na rede de entidades parceiras do programa têm sido importantes referências para gestores em todas as esferas de responsabilidade político-administrativa.

O fato de a TV Globo manter o Programa por 24 anos ininterruptos oferece um exemplo de perseverança e transparência na sua ação de responsabilidade social. Este livro é uma ferramenta de divulgação de um programa que ao longo dos anos vem contando com forte participação da sociedade. Esta publicação também celebra o 400º título publicado pela Representação da UNESCO no Brasil.

Por fim, o Programa Criança Esperança tem potencial evidente para ser replicado com o mesmo sucesso em outros países. A UNESCO, cumprindo com sua função catalisadora de promover a cooperação entre múltiplas instituições e de ser um laboratório de ideias, trabalha para possibilitar que o modelo de um programa iniciado no Brasil possa seguir um percurso mais amplo, semeando esperança e recolhendo frutos de justiça e dignidade.

Vincent Defourny
Representante da UNESCO no Brasil

Transparência e mobilização social

Prestação de contas. Talvez seja esta a frase que melhor expresse o amplo e diverso conteúdo das páginas que se seguem, com alguns dos resultados de um projeto pioneiro, iniciado há 24 anos. O Criança Esperança, vale lembrar, nasceu com o objetivo específico de expor ao debate os principais problemas vividos pelas crianças brasileiras. A mobilização gerada foi forte o suficiente para contribuir até mesmo para o Estatuto da Criança e do Adolescente – o ECA, que viria a ser lançado em 1990. A essa etapa logo se seguiu outra, numa evolução rápida e natural: a de uma campanha de arrecadação para destinar recursos à Pastoral da Criança e a outras instituições de credibilidade no campo das ações sociais no Brasil.

Os números registrados ao longo dos últimos anos mostram o fortalecimento do projeto e sua aceitação por parte da população. Essa evolução trouxe o aperfeiçoamento de métodos que permitem a melhor escolha das instituições que receberão os recursos e a maneira mais consistente de aplicá-los. Trouxe também a criação dos Espaços Criança Esperança, exemplos de parceria entre o setor privado, ONGs e o poder público.

Muito foi feito pelas crianças brasileiras nas últimas décadas. Diversos índices, como o da mortalidade infantil – foco de atuação da Pastoral –, tiveram considerável melhora. Temos, porém, a consciência de que muito mais ainda precisa ser feito, e que somente com políticas públicas corretas os desafios poderão ser vencidos nas dimensões que o Brasil nos impõe.

O registro, coordenado pela UNESCO, das atividades nos Espaços Criança Esperança e em alguns dos projetos apoiados, mostra o poder transformador que a ação social pode e deve ter. Isto é um estímulo para buscarmos a evolução constante do Criança Esperança e o imprescindível fortalecimento do valor público de uma televisão aberta de qualidade.

Octávio Florisbal
Diretor-Geral – TV Globo

Um retrato do Brasil

Há muitas maneiras de escrever um livro sobre o Criança Esperança. O Programa é um exemplo singular de mobilização social que conta com a participação da sociedade brasileira para apoiar projetos que fazem a diferença para milhares de crianças e jovens. É uma ação que há duas décadas influencia políticas públicas e contribui para fortalecer comunidades localizadas em áreas marcadas pela pobreza, pela reduzida presença do Estado e, em muitos casos, pela violência urbana.

Mas *Mobilizando Pessoas, Transformando Vidas* é um livro-reportagem. E, como tal, relata a história de vida de meninos e meninas de diferentes regiões do Brasil, de todas as raças e de muitos credos, que compartilham do mesmo desafio diário: driblar os mais variados obstáculos para ter uma vida melhor do que a que herdaram dos pais. A ideia é que, por meio dessas trajetórias, o leitor una as peças e conheça a diversidade de projetos que, integrados, ajudam a compor o Criança Esperança.

Anualmente, o programa apoia projetos desenvolvidos por organizações não governamentais selecionadas de acordo com critérios transparentes e públicos definidos pela UNESCO. O Programa apoia ainda quatro Espaços Criança Esperança situados em regiões com baixos indicadores sociais e a Pastoral da Criança, organização que há mais de vinte anos contribui para a redução da mortalidade infantil no país por meio de ações de educação preventiva.

Este livro é fruto de 230 entrevistas iniciadas em novembro de 2006 e finalizadas ao longo de 2007 em 16 cidades de dez estados brasileiros. Nesse mesmo período, a fotógrafa Mila Petrillo, com o olhar sensível de quem há quase duas décadas registra o cotidiano de projetos sociais Brasil afora, produziu cerca de 2 mil imagens exclusivas para esta publicação.

A seleção dos projetos aqui relatados foi feita pelo Setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil, responsável pela coordenação do Programa na UNESCO. Essa seleção contempla iniciativas realizadas em todas as regiões do país e revela a diversidade de tecnologias sociais utilizadas para promover o desenvolvimento humano e social: vela, judô, música clássica, dança, inclusão digital e assim por diante. A organização das informações segue a divisão das áreas de mandato da UNESCO: Educação, Cultura, Ciências e Meio Ambiente, Ciências Humanas e Sociais e Comunicação e Informação.

A experiência do município de São Pedro, no sertão do Rio Grande do Norte, foi escolhida por integrar o grupo das 32 cidades brasileiras com os maiores percentuais de desnutrição infantil em relação à média do próprio estado. São Pedro é um dos 4.063 municípios, subdivididos em 43 mil comunidades, que são atendidos pela Pastoral da Criança em todos os estados brasileiros.



Cada um dos 24 projetos aqui reportados é relatado sobre três pontos de vista: o de um jovem participante, o de um ex-participante – que pretende mostrar o impacto do programa na sua formação – e o do coordenador do projeto que está sendo apresentado. Os textos são diferentes “portas” pela quais o leitor é convidado a “entrar” nos capítulos.

Mobilizando Pessoas, Transformando Vidas descreve iniciativas que devolvem a crianças e adolescentes o direito de sonhar. São os pequenos catadores do lixão de Arcoverde, em Pernambuco, que deixaram de revirar dejetos para fazer teatro e brincar com pernas-de-pau. São os jovens do Projeto Axé, na Bahia, que está exportando talentos para a Europa. São os participantes da Casa do Zezinho, em São Paulo, que crescem em bairros miseráveis e conseguem entrar nas melhores universidades do país.

Com essas histórias, este livro também mostra como o trabalho do Criança Esperança está conectado ao de outras organizações, contribuindo para fortalecer a ampla rede social existente no país. É essa trama, amarrada pelo profissionalismo e reforçada pela solidariedade, que faz com que o Comitê para a Democratização da Informática, ONG com sede no Rio de Janeiro, mantenha um núcleo dentro do Bagunção, na favela de Alagados, em Salvador. E que o educador Wilson Gomes Soares, que comanda as aulas de circo no Salão do Encontro, em Betim, tenha feito curso de formação nas escolas do Projeto Axé, na Bahia. Não é por acaso que todos fazem ou fizeram parte das ONGs apoiadas pelo Programa Criança Esperança.

Por fim, é preciso reafirmar que o Criança Esperança não tem a pretensão de resolver os problemas da infância e juventude do Brasil. Mas o programa é certamente um exemplo de responsabilidade social corporativa que, com a parceria de uma organização internacional, legitima-se cada vez mais como uma iniciativa que produz resultados concretos. Esse é um, entre tantos outros motivos, que fazem do Criança Esperança um modelo de experiência bem-sucedida que pode ser replicado em outros países cujo contexto de vulnerabilidade de uma parcela considerável da população se assemelhe ao do Brasil.

Gabriela Athias
Editora

O Programa no Brasil

Projetos apoiados por estado



2004-2009

Projetos apoiados: 311

Apoios por região:

Norte: 35

Nordeste: 110

Centro-Oeste: 27

Sudeste: 97

Sul: 42

Informações sobre todas as ONGs e os projetos apoiados pelo Criança Esperança entre 2004 a 2009 podem ser encontradas em www.criancaesperanca.com.br

Transformando vidas, realizando sonhos

Marlova Jovchelovitch Noleto e Rosana Sperandio Pereira¹

No Brasil, milhões de crianças e adolescentes vivem em situação de risco. Esse é o nosso primeiro e mais urgente problema. Desprotegidas e, muito frequentemente, negligenciadas, agredidas e violadas sexualmente, muitas das crianças que habitam as periferias urbanas ou as zonas rurais mais distantes encontram-se à margem das possibilidades elementares construídas pela civilização. Aquelas que sobrevivem aos percursos de privação que lhes foram impostos chegam à adolescência já muito próximas da condição de “descartabilidade” e, não raro, iniciam um flerte – quase sempre trágico – com a violência e com as drogas ilegais.

A dinâmica é razoavelmente conhecida e você certamente já leu a respeito, ou já acompanhou programas especiais sobre o tema na TV, ou mesmo conhece exemplos concretos que poderiam ilustrar problemas sociais do tipo. A questão que persiste, então, é: se sabemos que o abandono das crianças e dos adolescentes fragilizados socialmente é o nosso primeiro e mais urgente problema, por que razões o Brasil não tem neste tema uma prioridade verdadeira? Por que razão, em que pese a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) terem estabelecido que assegurar os direitos da infância e da juventude é objetivo prioritário sobre todos os demais, não temos, ainda, a materialização desta prioridade nos orçamentos da União, dos estados e dos municípios? Por que razão, tantos anos após o reconhecimento pleno dos direitos da infância e da juventude, seguimos testemunhando crianças e adolescentes vivendo nas ruas e mendigando nos semáforos?

Faltariam recursos às entidades federadas para superar situações do tipo? Seria mesmo impossível que, a partir de uma firme vontade política e da definição de projetos consistentes, o poder público pudesse firmar parcerias com o setor privado e com a sociedade civil com o objetivo de assegurar vida digna a todas as nossas crianças? Ou, pelo contrário, estaríamos diante de uma determinada “naturalização” daquelas dinâmicas trágicas, afirmando – ainda que não conscientemente – que elas constituem uma agenda impossível e que, a rigor, nada pode ser feito antes que as desigualdades mais amplas que fraturam a realidade social brasileira sejam vencidas? Nossas crianças deveriam, então, aguardar pelas perspectivas “generosas” do mercado? Ou, quem sabe, tudo isto não passe de um “efeito colateral” de um processo virtuoso pelo qual o Brasil vai se firmando como uma grande economia capitalista?

Pode-se imaginar, com efeito, muitas respostas para entender as razões pelas quais ainda não fomos capazes de resgatar a dívida social mais eloquente que nos foi legada. Nenhuma delas, entretanto, poderá justificar a indiferença – ainda tão presente no Brasil – quanto aos destinos esfacelados de nossas crianças e nossos jovens; indiferença que termina legitimando um verdadeiro *apartheid* social.

1. Marlova Jovchelovitch Noleto é coordenadora do Setor de Desenvolvimento Social da UNESCO no Brasil, responsável pela gestão do *Programa Criança Esperança* no âmbito da UNESCO. Rosana Sperandio Pereira é Oficial de Projetos do Setor de Desenvolvimento Social da UNESCO no Brasil e co-responsável pela gestão do *Programa Criança Esperança* no âmbito da Organização.

Na contramão dessa indiferença, temos acompanhado muitas experiências e iniciativas elogiáveis desenvolvidas ora por governos, ora por organizações não governamentais que procuram afirmar os direitos da infância e da juventude. Mesmo que muitas vezes isoladas ou de impacto localizado, tais iniciativas têm sido muito importantes e demonstram o quanto poderia ser feito se elas próprias integrassem programas mais amplos e consistentes. Por outro lado, embora não tenhamos disseminado amplamente uma cultura de solidariedade e a prática de doações em torno de objetivos humanitários esteja longe de assinalar um costume no Brasil, não há dúvida de que possuímos extraordinárias possibilidades de mobilizar uma participação mais ativa da cidadania em torno deles.

O Projeto Criança Esperança, desenvolvido no Brasil em parceria da Rede Globo de Televisão com a UNESCO, é uma prova do quanto se pode alcançar com a mobilização social focada no enfrentamento de nossos problemas.

Desde 2003, quando a Globo convidou a UNESCO para a gestão compartilhada do Programa, ficou evidente que tínhamos uma oportunidade ímpar de ampliar os esforços por uma cultura de paz que caracterizam nossa atuação há mais de 40 anos. Desde então, nossa participação no Criança Esperança nos tem dado muitos motivos de orgulho. A Organização contribui com sua expertise programática para o Programa por meio da cooperação técnica, sendo responsável pelo conteúdo social, educacional e pedagógico de todas as atividades desenvolvidas.

O Criança Esperança é um modelo de mobilização social em favor do desenvolvimento de milhares de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, pois, ao mesmo tempo em que mobiliza a sociedade para doar, também permite chamar a atenção para os problemas sociais enfrentados ainda por largas parcelas da população. Isto se reflete também nas ações de *merchandising* social desenvolvidas pela emissora, que tratam de importantes temas como educação, cultura e combate à discriminação, entre outros.

O Criança Esperança é um programa inovador que agrega múltiplos atores em uma aliança estratégica, dentro da qual a UNESCO também atua como catalisadora da cooperação técnica internacional, favorecendo a replicação da experiência de mobilização social e arrecadação de recursos em outros países. Da mesma forma, são os Espaços Criança Esperança que funcionam como *show-cases* com alto potencial de replicabilidade.

Os Espaços Criança Esperança, localizados em regiões vulneráveis de quatro importantes cidades brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Olinda), são centros de referência no atendimento a crianças, adolescentes, jovens, e suas famílias, que contribuem para promover a educação, a cultura, a inclusão e o desenvolvimento social no Brasil, respeitando e ouvindo a comunidade local. Os Espaços Criança Esperança permitem concretizar os princípios da cultura de paz em regiões marcadas pela exclusão social e pela violência urbana.

O Programa, entretanto, tem permitido uma amplitude muito maior de ações. Nos quatro anos de parceria, por meio da construção de rigorosos critérios técnicos e do desenvolvimento da metodologia de seleção de projetos, a UNESCO trabalhou reforçando a sua capilaridade territorial, apoiando atualmente projetos em 26 dos 27 estados brasileiros.

Atuando em municípios e regiões brasileiras com os mais baixos indicadores sociais (a exemplo do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano e do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), o Programa tem permitido que milhares de crianças e jovens brasileiros inventem futuros de dignidade. Nessas regiões empobrecidas, distantes dos principais centros urbanos, a presença do Programa Criança Esperança tem tido grande impacto, contribuindo até mesmo para otimizar investimentos públicos e privados no financiamento de ações sociais.

Se considerarmos o valor agregado que a parceria adquiriu a partir de 2004 com a entrada da UNESCO, o Programa Criança Esperança passou a reunir condições para influenciar também a elaboração de políticas públicas para a juventude no Brasil (a exemplo do que aconteceu com a infância), sobretudo para os jovens em situação de risco e vulnerabilidade social. A juventude brasileira sempre foi motivo de preocupação para a UNESCO no Brasil,

mas foi somente no final da década de 1990 que a Organização passou a dedicar mais esforços para conhecer e compreender melhor esse segmento, ouvir suas demandas e seus anseios e produzir conhecimento para subsidiar os gestores na formulação de políticas públicas específicas.

O Criança Esperança possibilita ainda que a UNESCO cumpra com suas funções de laboratório de ideias e de *capacity building* transferindo conhecimento para as organizações sociais apoiadas pelo programa, fortalecendo-as como experiências sociais modelares capazes de inspirar o desenvolvimento de políticas públicas e empoderar grupos vulneráveis (afrodescendentes, índios, meninas e jovens, entre outros).

Em seus 23 anos de existência, o Criança Esperança já apoiou mais de 5 mil projetos sociais, beneficiando quase 4 milhões de crianças, adolescentes e jovens em todas as regiões do país. Milhares de histórias foram transformadas nessa trajetória; várias delas – que nos comovem e mobilizam ainda mais – estão sendo contadas nesta publicação, pela qual os brasileiros conhecerão melhor o potencial transformador do projeto que apóiam solidariamente há tantos anos.

A participação de doadores corporativos, por parte de algumas das mais importantes empresas brasileiras e internacionais com atuação no país, tem sido muito importante. Os valores doados por essas empresas, além de significarem muito na totalização dos recursos arrecadados, também reforçam o compromisso com a transformação das estruturas injustas e indicam que a responsabilidade social corporativa já está consolidada no Brasil.

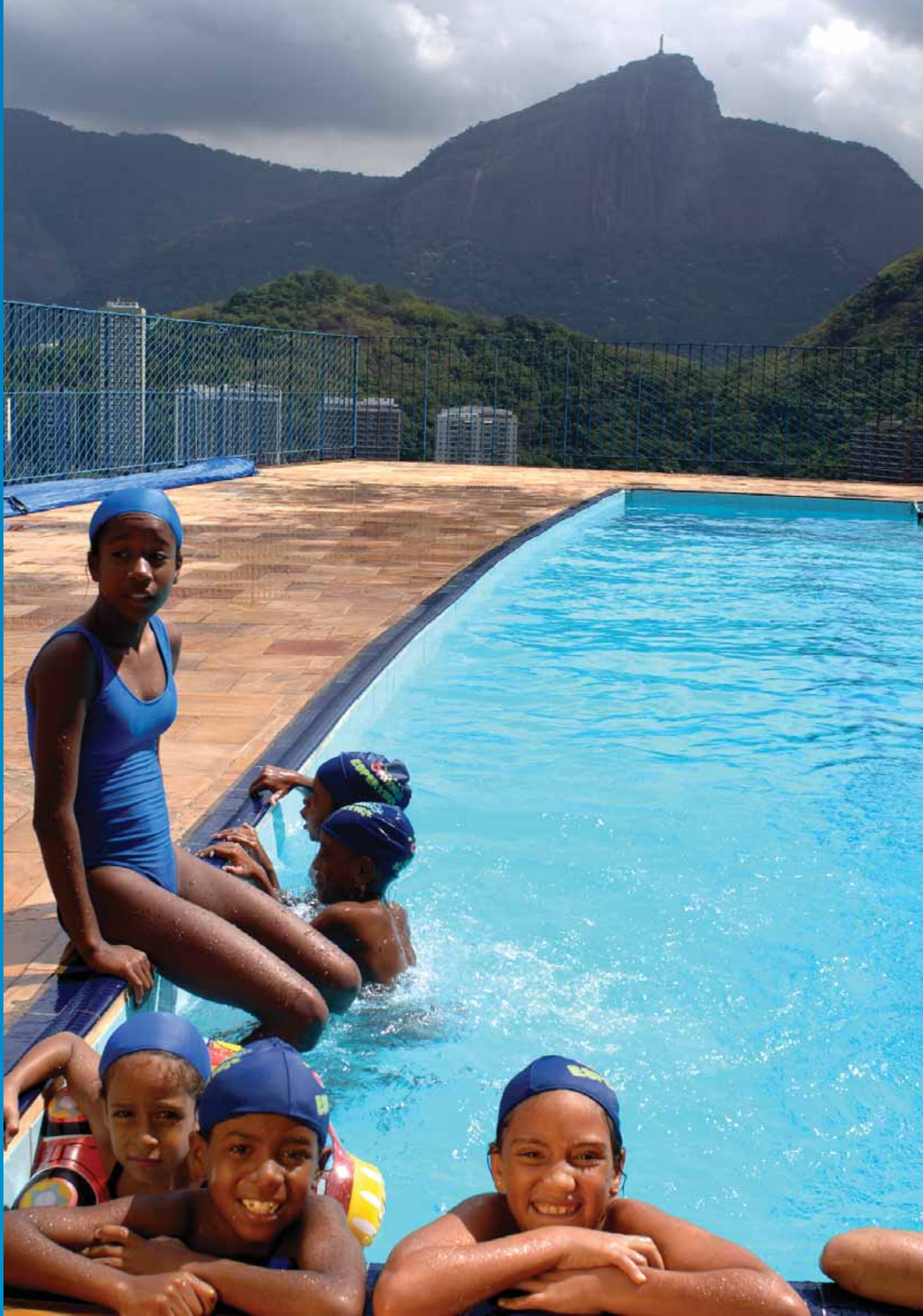
Mas são as doações individuais que mais se destacam no Criança Esperança. Num país de mais de 40 milhões de pobres e excluídos, há indícios de que são os brasileiros das classes mais baixas os que mais doam. Isto mostra que o valor da solidariedade do nosso povo é ainda maior do que se imagina. A população brasileira ainda acredita na mudança, na solução para a desigualdade social, na superação da exclusão ou, pelo menos, na minimização dos problemas pelos quais passam grande parte dos brasileiros. Por isso, quando convocada, ela se faz presente.

A Representação da UNESCO no Brasil quer reafirmar esse compromisso. O Programa Criança Esperança transforma vidas e reduz as desigualdades. E é em razão da transformação de milhares de trajetórias que trazemos a público este livro. Um livro que conta histórias de sonhos que se tornaram possíveis porque foram, de alguma forma, amparados pela solidariedade de muitos e pelo compromisso técnico de uma organização internacional sintonizada com os desafios do país onde atua.

Em nossa experiência profissional, tivemos a chance de conhecer muitos projetos de excelência, criativos, ricos em tecnologias sociais inovadoras. Mas, ainda hoje, somos surpreendidas pela qualidade dos projetos apoiados pelo Criança Esperança e pelos bons resultados que eles são capazes de produzir, apesar de todas as dificuldades. O que se verá aqui é parte do que de mais bonito o Brasil produz no campo social.

São projetos conduzidos por instituições e profissionais que fizeram com que crianças e jovens como Suane Suelen do Axé, na Bahia; Letícia Lima, do Espaço Criança Esperança de Olinda, em Pernambuco; Virlane Lima, da Casa de Passagem no Recife; Roberto Guimarães, do AfroReggae, no Rio de Janeiro; Lucas Batista, do Salão do Encontro, em Minas Gerais; e tantos outros, recuperassem seus sorrisos e suas esperanças.

Em nome de todas as crianças e adolescentes brasileiros beneficiados pelo Programa, a UNESCO agradece à TV Globo, e em particular à Central Globo de Comunicação (CGCOM), pela honrosa oportunidade desta parceria. Por ela, temos a incontida satisfação de estar oferecendo nossa resposta àquela primeira pergunta que fazíamos no início. Para que seja possível enfrentar nosso mais grave e urgente problema social é preciso agir com determinação, e é apenas a ausência da ação que pode situar os motivos pelos quais não podemos falar de crianças e adolescentes em situação de risco como uma figura de nosso passado, mas, ainda, como escândalo e desafio presentes. Agir, o contrário de esperar, é o mesmo que dar início a um novo começo, com a vantagem de que em cada gesto concreto temos a chance de abrir caminhos e transformar vidas.



*Todos os seres humanos
nascem livres e iguais
em dignidade e direitos.
São dotados de razão e
consciência e devem agir
em relação uns aos outros
com espírito de fraternidade.*

Declaração Universal dos
Direitos Humanos - Artigo 1º

ESPAÇOS CRIANÇA ESPERANÇA

Espaço Criança Esperança – Rio de Janeiro

Inauguração: 2001

Crianças e jovens atendidos: 2.000

Espaço de realização

A vista do alto do Morro do Cantagalo

é uma das paisagens mais fantásticas do Rio de Janeiro. Lá de cima é tudo azul: a lagoa Rodrigo de Freitas, de um lado, e as praias de Ipanema e Copacabana, de outro.

Ao fundo, o Cristo Redentor. Até o ano de 2000, esta, que seria uma paisagem paradisíaca, estava cercada por algumas das favelas mais violentas da cidade.

Na biblioteca do Espaço Criança Esperança do Rio, há livros, jogos e brinquedos, como escorregador e casas de boneca





O lugar era dominado pela guerra do narcotráfico. Para os moradores de Copacabana, onde o morro está encravado, Cantagalo era sinônimo de perigo, terra de bandidos. Os trabalhadores e suas famílias sofriam o preconceito dos habitantes do asfalto. O estigma do tráfico e da violência havia contaminado as famílias do morro.

Em 2001, a TV Globo decidiu instalar o primeiro Espaço Criança Esperança do país no coração do Cantagalo, que, naquela época, representava de forma emblemática o quadro da desigualdade social brasileira. Com aproximadamente vinte mil moradores, as comunidades exemplificavam o “*apartheid* social” das metrópoles brasileiras – escolaridade baixa, desemprego alto, juventude sem expectativas e altas taxas de criminalidade (as estatísticas policiais da época contabilizavam dez homicídios por semestre). Sem alternativa de lazer, milhares de crianças ficavam pelas ruas, como alvos fáceis de balas disparadas em frequentes tiroteios. As mães costumavam trancar os filhos pequenos em casa quando saíam para trabalhar.

A situação era tão tensa que, em maio de 2000, pouco antes da chegada do Espaço Criança Esperança, moradores do Cantagalo e do Pavão/Pavãozinho incendiaram carros e lojas de Copacabana para protestar contra o assassinato de cinco jovens mortos pela polícia. “Pânico em Copacabana”, estampou O Globo na edição do dia 16.5.2000. Estava claro que somente a presença da polícia, ainda que em um projeto de policiamento comunitário, então considerado inovador, não seria suficiente para reverter a situação. Apenas um projeto social com foco na educação poderia atingir o cerne do problema: a exclusão social.

A instalação do Espaço Criança Esperança lentamente começou a mudar a situação do morro. O projeto foi instalado em um prédio cedido pelo governo do estado que havia sido construído há mais de 60 anos. Em grande parte abandonado, era frequentemente

Crianças têm atividades de educação, cultura, esporte, lazer e inclusão digital





tomado por traficantes armados. As mães proibiam os filhos de se aproximar de lá. Na percepção da comunidade, conta Norma Reis, coordenadora pedagógica do projeto, aquele prédio era “maldito”. Quando os operários começaram a limpar a área para retirar toneladas de lixo e entulho e se espalhou a notícia da chegada de um projeto de educação, as famílias do Cantagalo, a maioria formada por trabalhadores, pôde, pela primeira vez em anos, ver que seus filhos teriam, de fato, direito de frequentar um espaço livre de violência, onde seriam oferecidas atividades de educação, cultura, lazer. Uma ilha em cima de um morro então marcado pelo domínio da violência. A primeira ação proposta às crianças foi a pintura de um grande painel nas paredes do *hall* de entrada – pincel, tinta e criatividade marcaram um novo tipo de apropriação do local.

Com a chegada do Espaço Criança Esperança, a história do Cantagalo começou a ser reescrita. “Este era o morro mais violento do Rio, o governo não achava uma solução para o problema e só com a polícia não seria possível mudar a situação”, afirma o presidente da Associação de Moradores do Cantagalo, Luiz Bezerra do Nascimento, 61 anos, morador do morro há 43 anos. A saída, diz Luiz, seria mesmo um projeto social que ajudasse a levantar a auto estima da comunidade. “Era preciso construir um sonho de cidadania para as crianças e os jovens da região”.

O primeiro Espaço Criança Esperança do país foi instalado, em 2001, no Cantagalo, que, naquela época representava de forma emblemática o quadro da desigualdade social brasileira



Em cinco anos, o Espaço Criança Esperança do Rio tornou-se uma referência para a cidade e para o país, e motivo de orgulho para a comunidade. Trabalha com quatro linhas básicas de atuação: um projeto educacional capaz de desenvolver em seus alunos habilidades e competências, envolvimento familiar e participação comunitária, parcerias e uma forte estratégia de visibilidade ancorada na força da TV Globo. Foi por meio do braço internacional da emissora que um grupo de atletas, intelectuais e artistas angolanos viu o Espaço Criança Esperança. Eles foram ao Rio conhecê-lo e instalaram projeto semelhante na cidade de Kuito, centro da guerra civil que, no total, durou 21 anos.

O Espaço Criança Esperança oferece atividades artísticas, culturais, esportivas, de capacitação profissional, de inclusão digital, que visam à promoção da cidadania. Ao integrar família e comunidade e facilitar a convivência de diferentes grupos, a equipe do Espaço promove a cultura de Paz. O número de pessoas atendidas traduz o impacto do projeto na comunidade. De 2001 a dezembro de 2006, foram contabilizados 1,4 milhão de atendimentos: 380 mil na biblioteca, 800 mil nas oficinas, 60 mil no Espaço Jovem e 160 mil em 1.300 eventos. As oficinas de esporte, arte e cultura, como futsal, vôlei, basquete, handebol, natação, teatro, dança, jiu-jitsu e percussão recebem duas mil crianças e jovens. Para os familiares, há ginástica e hidroginástica.

Estatística interna indica que 70% dos moradores da região, entre 4 e 24 anos, frequentam o projeto. Uma em cada duas casas do Cantagalo tem pessoas atendidas. Também frequentam as oficinas meninos e meninas de 15 escolas públicas municipais da zona sul do Rio e de favelas próximas, como Rocinha e Vidigal.

Uma das principais características do projeto é facilitar o acesso à informação, por meio da inclusão digital e de uma biblioteca com um acervo de livros que somam 27 mil exemplares e recebe diariamente exemplares do jornal *O Globo*. Os adolescentes têm consciência de que a informação e o conhecimento são as armas reais com as quais eles vão conquistar espaço na tão desejada realidade do asfalto. Prova disso é que, no principal equipamento do Espaço Jovem, o Cyberspaço, há 2.500 usuários cadastrados que fazem nove mil acessos por mês à internet. Pelo menos trezentas senhas para usar computadores são distribuídas diariamente.

Andréa Cristina de Freitas, 33 anos, nasceu no Cantagalo. “Gastei minha infância nas ruas do morro”. Sonhava aprender natação, mas a mãe não tinha como pagar. Hoje, a filha dela, Raíssa, de 9 anos, vai ao Espaço Criança Esperança fazer natação, teatro e futsal. Raíssa, fã de Harry Potter, já atuou em várias peças infantis, entre elas *Descobrimiento do Brasil* e *A Bola da Esperança*. Sorriso nos lábios, autoconfiança adquirida nas oficinas de arte, Raíssa afirma: “Quando tiver 30 anos, serei uma atriz de teatro muito famosa”.



Página ao lado:
a lagoa Rodrigo de
Freitas vista da piscina
do Espaço Criança
Esperança do Rio

Foto abaixo
Andréa Cristina:
“Gastei minha infância
nas ruas do morro”





Os jogos de futebol do Espaço têm regras que visam fortalecer a cooperação entre os alunos e estimular a participação das meninas

Família

A trajetória do Espaço Criança Esperança do Rio mistura-se à vida de muitas famílias, que participaram da transformação do morro. É o caso de Ana Paula da Silva, 35 anos, cinco filhos, nascida no Cantagalo e mãe das primeiras crianças cadastradas no projeto. Aos gêmeos Vanderson e Jenderson pertencem as fichas de números 1 e 2. Entraram no Espaço aos 10 anos para fazer oficinas de futsal e natação. “No começo, eles ficaram tão empolgados com as atividades que não queriam voltar para casa nem para comer”, recorda Ana Paula. Jenderson, hoje aos 14 anos, é monitor da biblioteca. Vanderson é recepcionista. Juntos, ganham uma bolsa que soma R\$ 240,00 mensais, para quatro horas diárias de atividade. Com o dinheiro, ajudam os outros irmãos e a mãe, que sobrevive da produção de artesanato de *biscuit* e bolos confeitados. “Aprendi a respeitar as pessoas e a conviver melhor com elas. Além disso, ficamos longe dos perigos aqui do morro”, observa Jenderson.

Para se manter como monitor, Vanderson não falta à escola e mantém boas notas. “Passamos a estudar cada vez mais porque não queremos deixar de ser monitores”, diz o garoto. Quem tira notas ruins perde o direito à bolsa de monitoria. Vanderson afirma ter-se tornado mais disciplinado. “Até me expresso melhor e posso ensinar isso às crianças



menores”. Muitas famílias associam à frequência ao Espaço Criança Esperança o melhor desempenho escolar dos filhos. “Os meninos ficaram mais responsáveis, passam o dia ocupados, fazendo atividades. Hoje, eles têm perspectiva de ter um bom emprego, um futuro melhor. Isso faz muita diferença na vida de uma pessoa”, avalia Ana Paula.

Pensando na sustentabilidade dos alunos, o Espaço Criança Esperança do Rio aceitou mais um desafio: abraçar a profissionalização da comunidade. Em 2003, foi criado o chamado Balcão de Oportunidades, no qual 1.500 jovens já se cadastraram em busca de formação profissional e emprego. Logo no início, ficou claro que não seria suficiente fazer a ponte entre os jovens e as empresas, encaminhando os currículos. Seria preciso investir em capacitação profissional. Foram criados cursos para limpadores de piscina, garçons, árbitros de jogos, camareira. O Balcão passou, de fato, a inserir jovens no mercado de trabalho. Em 2006, a formação profissional foi reforçada com a parceria da Fundación Gas Natural – do grupo espanhol que controla a empresa que distribui gás no Rio –, que está financiando a formação de 150 profissionais de gás por ano no Cantagalo.

Transformação

O Cantagalo, que, antes da chegada do Espaço Criança Esperança, causava temor à população de Copacabana, hoje recebe a visita de personalidades. Visitantes ilustres já subiram o morro para conhecer o projeto que mudou a cara de um dos lugares mais violentos do Rio: o rei da Noruega, Harald V, e a rainha Sonja; o príncipe Charles, herdeiro do trono britânico, e dezenas de artistas, como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Regina Duarte, Renato Aragão, Liza Minelli, que doou livros para a biblioteca, além de políticos, presidentes de grandes empresas e atletas.

A sede do Espaço Criança Esperança do Rio é utilizada, vez por outra, como palco de *shows*. Foi lá que o dançarino Carlinhos de Jesus fez uma apre-



“Este já foi o morro mais violento do Rio e só a atuação policial não seria suficiente para pacificar a região”, diz Luiz Bezerra, presidente da Associação de Moradores do Cantagalo





70% dos moradores da região, entre 4 e 24 anos, frequentam o projeto. Uma em cada duas casas do Cantagalo tem pessoas atendidas

sentação memorável, em que a banda RPM foi relançada. Foi *set* de filmagem de longas-metragens e programas de TV. Na novela *Páginas da Vida*, o autor Manoel Carlos usou o Espaço Criança Esperança como exemplo de projeto social que dá certo. A divulgação está contribuindo para reforçar, não só para os moradores do Rio como de todo o país, a importância de existir um espaço de referência para crianças, adolescentes e jovens que vivem em risco social, desprovidos de perspectiva de futuro.

“Antes nós ouvíamos do pessoal lá de baixo que aqui em cima só tinha bandido; hoje recebemos príncipes, artistas, autoridades e muitos turistas”, constata Luiz, o presidente da Associação de Moradores. Os imóveis do Cantagalo valorizaram. “Muita gente quer mudar para cá para matricular seus filhos no Espaço Criança Esperança. Vem gente da Rocinha, do



Vidigal e de outros bairros, para saber se é possível levar o programa para lá”, afirma Norma Reis, coordenadora pedagógica do Espaço Criança Esperança. “Hoje o Cantagalo tem praticamente índice de assassinato zero, não se vê criança armada e é conhecido no Rio como uma ilha de paz”, comemora a coordenadora.

Cinco anos depois da chegada do projeto ao Cantagalo, o prédio localizado no ponto mais alto do morro não é mais o observatório utilizado por traficantes para vigiar a entrada da polícia ou de facções rivais. No alto do mesmo morro, meninos e meninas praticam natação numa bela piscina. Quando tiram a cabeça da água, contemplam a paisagem da Lagoa Rodrigo de Freitas e das praias de Copacabana e Ipanema, com a visão do Cristo Redentor ao fundo.

Visitantes ilustres já subiram o morro para conhecer o projeto que mudou a cara de um dos lugares mais violentos do Rio

Layane: “Tenho colegas de turma que hoje são bandidos”

As amigas Layane Agapito, 16 anos, e Leuziane Oliveira Medeiros, 17 anos, alunas e monitoras do Espaço Criança Esperança do Rio de Janeiro, têm uma história de vida parecida. São as filhas mais velhas de famílias numerosas e sempre ajudaram em casa. Fortes, aprenderam que quem nasce no morro tem de ter muita determinação para vencer na vida. Entraram no Espaço Criança Esperança para jogar vôlei e fazer natação, e entre saques e mergulhos começaram a descobrir seus talentos e potencialidades. Hoje cultivam projetos e sonhos.

Nascida no Cantagalo, filha de um cozinheiro e de uma dona de casa, Layane tem sete irmãos, o mais novo com 5 anos. Ela chegou ao Espaço quando tinha 12 anos, para fazer aulas de vôlei e natação. Aos 14 anos, foi chamada para atuar como monitora. “Com o dinheiro da primeira bolsa, me dei de presente uma roupa, comecei a sentir o quanto é importante ter independência e passei a ser mais responsável e pontual”, conta. Depois, fez um curso de assistente administrativo no Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) por meio do programa Jovem Aprendiz, da TV Globo.

“O trabalho foi bom porque aprendi a lidar com o público, a ser paciente, evitar conflitos, o que é difícil para um adolescente”, diz Layane. Ela hoje compara sua situação com a de muitos colegas com os quais conviveu na escola e que entraram no crime. “É a falta de oportunidade”, arrisca. Layane conta que estudou na mesma sala de aula com meninos que hoje servem ao tráfico. “Tenho colegas de turma que hoje são bandidos e meninas que ficaram grávidas e pararam de estudar”, observa.

Ela conta, com orgulho, que é respeitada por ser monitora do Espaço Criança Esperança e tem uma ótima relação com as crianças menores. “A gente dá até uma de pai e mãe, ensina as crianças a se comportar, ensina as regras de convivência. Quando ando na rua, ouço as crianças me chamarem de tia”. Layane pretende continuar lutando até tornar-se uma pediatra.

Aluna de vôlei, natação e handebol, Leuziane é louca por esportes. Seu sonho é estudar educação física e, se tudo der certo, tornar-se professora do Espaço Criança Esperança. A confiança no futuro foi conquistada, passo a passo, nos últimos quatro anos, período no qual fez muitas descobertas com base nas atividades promovidas pelo Espaço. Como integrante da equipe de vôlei, participou de diversas competições.

O Espaço Criança Esperança ajudou Leuziane a entrar no mundo do trabalho. Integrou o programa Jovem Aprendiz, da TV Globo – foi recepcionista do British Council, no Rio, e participou da organização do festival de animação Anima Mundi. “Isso fortalece o currículo na hora de procurar outro emprego. Sei que jamais teria essa oportunidade se não fosse o projeto Criança Esperança”, diz. Leuziane só espera que os 11 irmãos consigam agarrar as oportunidades oferecidas pelo projeto e também melhorarem de vida.

“Estava desempregado e sem oportunidade”

Minha família mora há 65 anos na região do Pavãozinho. Sou filho único de mãe solteira. Ela trabalhava como auxiliar de enfermagem, mas, quando eu tinha 13 anos, ela e o meu padrasto entraram no tráfico e foram assassinados por bandidos. Perdi o chão e fui viver com uma tia-avó. Abandonei a casa que minha mãe levou três anos para construir porque tínhamos medo dos traficantes.

Aos 14 anos, eu perdia horas e horas andando pelas ruas, porque não tinha o que fazer. Vivia sob risco de tiros e outras violências. Muitos garotos da minha idade entraram para o tráfico e pararam de estudar. São incontáveis os amigos meus que foram para o crime. Perdi muitos deles assassinados. Pelo que tenho visto, no máximo em quatro anos, quem se envolve com narcotráfico é morto por policiais ou por bandidos. Sempre pensei que, se minha mãe morreu assassinada, não posso querer o mesmo para mim. Descobri que a única maneira de sair dessa vida é com estudo.

Desde pequeno, quis estudar numa faculdade, me formar. Mas é muito difícil para quem estuda em escola pública e trabalha ingressar em uma universidade pública. Trabalhei como *boy*, auxiliar de escritório e fiz cursos gratuitos sempre com a perspectiva de realizar esse sonho. Como sou viciado em futebol, comecei a participar dos torneios do Espaço Criança Esperança e, com amigos, fundei a Liga Independente de Futebol Cantagalo/Pavão/Pavãozinho. Em 2003, consegui um emprego de auxiliar administrativo aqui no projeto. Com o salário, pude pagar o curso de administração na Unicarioca, que é uma faculdade privada. Em julho de 2007, estarei formado.

Hoje já sou assistente técnico da área administrativa do Espaço Criança Esperança, trabalho com controle orçamentário. Não tenho palavras para falar da importância do projeto na minha vida e na da comunidade. Imagine você estar desempregado, querer fazer uma faculdade, dar o melhor para sua família e não ter oportunidade nenhuma? A partir do futebol no Espaço, consegui emprego, entrei na faculdade e ainda ajudo no desenvolvimento da minha comunidade. Em nenhum outro lugar dentro do Cantagalo tem um projeto como esse. Isso aqui é uma porta de esperança.

*Flávio Feitosa de Lima, 29 anos,
auxiliar administrativo do Espaço Criança Esperança do Rio*



“A partir da educação, produzimos cidadania”

A educação é o foco do nosso projeto. Uma educação que faça sentido para a vida das pessoas, que esteja no horizonte dos desejos, no dia-a-dia, nas necessidades, nas expectativas, nas esperanças. Buscamos ações e metodologias que ajudem os participantes a adquirir capacidades, habilidades, competências e valores. É o que chamamos de produção de cidadania.

A transformação ocorrida no Cantagalo/Pavão/Pavãozinho, o sucesso expresso nos resultados, os testemunhos dos participantes são como a superfície de um rio. Para compreender seu movimento, é necessário investigar o que ocorre nas profundezas. Algo que só aparece num exame mais profundo e arguto, que, no caso do Espaço Criança Esperança, revela um processo educacional, baseado em um projeto político pedagógico, que tem o objetivo de educar para o século XXI.

Nosso desafio é educar para uma sociedade em acelerado processo de mudanças, de inovações, de introdução de novas tecnologias, cada vez mais mundializada. Para quem está na base da pirâmide social, este cenário impõe um esforço maior para superar deficiências e conseguir se atualizar para enfrentar os desafios, especialmente o imenso desafio que é o ingresso no mercado de trabalho, condição essencial para a vida autônoma, cidadã.

Iniciamos o trabalho tirando uma espécie de radiografia das nossas crianças, adolescentes, jovens e de seus familiares. Buscando suas características, necessidades e expectativas. A partir dos resultados, demos início à construção de uma metodologia baseada no Relatório Delors, que identificou os quatro pilares da educação para o século XXI, segundo a UNESCO. Capacitamos nossos professores para organizar nossa prática de acordo com os pilares que são: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver Juntos e Aprender a Ser.

Essa experiência foi determinante para compreender como um projeto que atua no contra-turno da escola pode contribuir para superar as deficiências impostas pela própria vida, pela escola tradicional, e ajudar as crianças e jovens a superar seus limites, contribuindo, assim, para o sucesso na vida.

Norma Reis, coordenadora pedagógica do Espaço Criança Esperança do Rio

Espaço Criança Esperança – Belo Horizonte

Inauguração: setembro de 2003
Crianças atendidas: 1.975

Espaço de encontros

Quando anoitece, a quadra do Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte fica iluminada pelas luzes dos casebres do Aglomerado da Serra. Lá de cima dá para ver onde termina o morro e começa o asfalto. É o limite entre o espaço onde imperam as regras da violência, que imprimem sua marca à pobreza do lugar, e onde começa a área urbanizada da cidade, com suas avenidas e prédios. A rotina no Aglomerado depende do tráfego. Quando os comandantes dos morros estão em conflito, quem vive nos lugares conflagrados só sai em caso de necessidade e os que moram nas comunidades vizinhas evitam passar por lá. Um dos únicos lugares neutros da região é o Espaço Criança Esperança. É lá, na base do morro, que funciona há três anos o principal ponto de encontro dos jovens do Aglomerado.



Aula de dança contemporânea



MIGHTY
DUCKS

Márcio Lopes, animador cultural

“O Espaço é fundamental para concretizar a ideia de cultura de paz. Por ser um local neutro na região, possibilita a convivência de grupos de diferentes comunidades do Aglomerado”, diz Leonardo Coelho, coordenador do Espaço.

À noite, o Espaço é usado como ponto de encontro de 49 grupos culturais e esportivos existentes na comunidade. Tem forró, quadrilha, *hip-hop*, gospel, capoeira, *kung fu* e futebol. As atividades são organizadas por jovens do morro e coordenadas pela equipe do Criança Esperança. Em novembro de 2006, havia 673 usuários cadastrados no período noturno.

“Em épocas de guerra [entre o tráfico], o pessoal não desce o morro”, relata Flávia Goulart, que faz a gestão noturna do Espaço. Apesar da violência da região, diz ela, o papel do Espaço não pode ser somente de um refúgio. “Temos que ajudar esses jovens a despertar um sonho. Precisamos ir além do fato de que, quando estão aqui, não se envolvem com o tráfico”, diz Flávia. “É importante valorizar essas iniciativas locais, o trabalho de pessoas que vêm aqui voluntariamente, noite após noite, organizar treinos de futebol, roda de capoeira, ensaios de dança ou reuniões com os grupos culturais”, completa. Do encontro dos grupos culturais surgiu

À noite, o Espaço é usado como ponto de encontro para 49 grupos culturais





a Criarte, uma rede de jovens lideranças locais que tem por objetivo montar uma proposta de política cultural para o Aglomerado da Serra.

Enquanto Flávia fala da importância das iniciativas comunitárias, Rubens Lancona, o Jamaica, comanda, da arquibancada da quadra de esportes, um jogo de futebol da sua turma mais jovem. “Ei, é para ir na bola, não na perna do colega!” Duas vezes por semana, ele organiza treino para sessenta meninos da Vila Marçola, uma das comunidades do Aglomerado. Desce o morro de muletas, porque tem deficiência em uma das pernas, mas não perde treino. “Esses garotos jogavam na rua”, conta.

Jamaica é uma dessas pessoas para quem, como se diz, não “tem tempo ruim”. Apaixonado por futebol, jogou nas categorias de base do Atlético Mineiro, seu time do coração, mas o sonho de ser um craque do Galo foi atropelado, em 1980, pela imprudência de um carro a toda velocidade. Com o dinheiro da aposentadoria, montou uma barraca de coco no centro da cidade. “Nunca me senti inválido, porque dou emprego para outras pessoas”, diz ele. Na torcida organizada do Atlético, é conhecido por Mister Muleta e, no morro, muitos o chamam de Binha da Muleta. Para os alunos do Criança Esperança, é Jamaica, o treinador. Um dos seus orgulhos é ter encaminhado um menino para um time de futebol profissional; o outro é participar do Criança Esperança.

“Esses meninos são todos meus vizinhos, conheço os pais deles, sei onde estudam. Digo para você: nestas três horas que eles ficam aqui comigo, não veem besteira na rua e aprendem a respeitar os amigos. Tive ideia de usar a quadra quando vim, um dia, visitar o Espaço e só vi meninos que moram do outro lado do morro”, diz ele apontando para o lado oposto ao da Vila Marçola. “Então, batalhei um lugar pros nossos. Entrei na fila de espera, mas valeu!”, completa. “Os meninos ficaram mais próximos do lazer e mais dentro da comunidade, e isso é importante porque o tráfico resgata mesmo. É menino trabalhando como avião [entregador de droga], como olheiro [vigia]”, completa.

O asfalto dos *boys*

Marcio Lopes, 29 anos, o Marcinho, é outro animador cultural do Aglomerado que frequenta o Criança Esperança à noite, para os ensaios do *Ex Blade*, um grupo de *hip-hop free style*, que mistura dança de rua, capoeira, maracatu, congado e outros ritmos. Os ensaios de todos os grupos noturnos são abertos e qualquer pessoa pode se unir a eles, como de fato acontece.

“Os grupos eram escondidos, cada um de uma vila. Agora, como os ensaios são no mesmo lugar, a gente se vê, se conhece. Quando alguém me pede indicação para contratar um grupo de *rap*, eu falo dos que ensaiam aqui. Os grupos ganharam visibilidade e muitos já participaram de programas da TV Globo”, diz Marcinho, que ganha a vida ensinando *hip-hop* em projetos sociais. Ele ressalta que, além de ter aumentado a visibilidade, a criação do Espaço aproximou jovens de

Meninos de diferentes comunidades de reúnem para jogar futebol





várias vilas do bairro. “Tem gente que não se cumprimentava porque era de uma comunidade diferente, mas que agora está amigo.”

Vinte e dois anos se passaram, mas o professor de *hip-hop* afirma que até hoje não esquece o dia em que chegou ao Aglomerado, quando ainda era criança. “Eu vim morar no Aglomerado aos 7 anos, recém-chegado de São Paulo. Lá a gente morava numa favela, mas, quando cheguei aqui, me assustei com a quantidade de gente. Lembro até hoje que olhei para cima e disse: “Meu Deus! Quanta casa!”. Marcinho vive com a família em Vila Cafezal, a 15 minutos de caminhada do Espaço Criança Esperança. “Quando tem confusão no morro, ninguém desce, porque o perigo é voltar para casa à noite.”, diz ele, ao comemorar o atual período de tranquilidade. “Hoje fui visitar uns amigos que moram aqui perto, mas fiquei três meses sem ir lá, porque estava sinistro.”

Aprender a conviver é uma das importantes metas do projeto



Muitos grupos de *Break Dance*, que ensaiam no Espaço Criança Esperança, se apresentam em diversos lugares da cidade

A história de Marcinho mostra a importância de valorizar as lideranças locais, estimulando-as a transmitir sua experiência aos mais jovens. Além de ter um espaço fixo para coordenar ensaios no Criança Esperança, ele dá aulas em um projeto social e faz trabalho voluntário com escolas; mas já trabalhou para o tráfico e sabe como é difícil sair.

“Quando eu tinha uns 16 anos, estudava e vendia droga. Meu pai tinha sido atropelado e estava sem trabalhar. O cara que bateu nele dava R\$ 50,00 por mês e uma cesta básica. A gente morava num barracinho e meu irmão menor ainda precisava tomar leite, comer melhor. A situação na minha casa era tão difícil, que minha mãe já preferia que eu chegasse em casa com dinheiro do que com os livros da escola. Eu dizia que tinha conseguido dinheiro, olhando carros ou fazendo apresentação de dança. Garantia a comida, o café-da-manhã, que era raro, mesmo quando meu pai trabalhava, e até o jantar. Lembro que nessa época minha mãe fazia bolo para a gente tomar com café. Quando fiz 20 anos, deixei essa vida totalmente”, conta. “Alguns tentam sair da criminalidade, mas não conseguem suportar a pressão para ficar”, diz ele.

Quando Marcinho acaba de falar, estouram fogos de artifício no cume de um dos morros. “Alguém foi solto da cadeia ou chegou droga no morro”, comenta, apostando na última possibilidade. “Se você subir lá no alto, vai ver certinho onde começa o morro e onde termina o asfalto dos *boys*”, diz. Morro e asfalto pouco se encontram e essa distância, que, na realidade, é de poucos quilômetros, às vezes metros, parece quase intransponível para os jovens do Aglomerado.

O Aglomerado

O Aglomerado é a maior concentração de favelas do Estado de Minas Gerais. O bairro foi crescendo desordenadamente e hoje tem cerca de sessenta mil habitantes divididos em sete comunidades. O índice de desemprego é alto e as estatísticas de violência, idem. Os moradores ressentem-se com a falta de transporte público, já que pouquíssimos ônibus sobem a serra. Embora este complexo de favelas esteja a meia hora, de carro, do centro de Belo Horizonte, os moradores do morro, além de criar o próprio centro comercial, batizaram-no de *Savassinha*, uma alusão à área mais nobre da capital, a Savasse, reduto de hotéis, lojas e *shoppings*.

O Espaço Criança Esperança só atende moradores do Aglomerado. Um de seus maiores desafios é fazer que meninos e meninas atendidos se sintam moradores de Belo Horizonte, e não do Aglomerado da Serra. “O Aglomerado é como uma outra cidade, e os meninos fazem muita diferença entre quem mora no morro e no asfalto”, diz a psicóloga do Espaço, Ana Cláudia Rena.

“Aqui onde a gente mora é só barro, mas lá no asfalto é mais urbanizado. É como se a gente estivesse fora da cidade”, diz Paulo dos Santos, 18 anos, que faz oficina de grafite em uma associação comunitária apoiada pelo Espaço Criança Esperança. “Quando sou convidado para grafitar um muro da cidade, faço uns desenhos mais pesados, como crianças com cara de fome ou armadas, uns temas para incomodar mesmo, fazer as pessoas pensarem. Aqui no morro a gente já sofre muito, então eu desenho flores e uso bastante cor”, conta Wemerson da Silva, 32 anos, o Wera, professor de grafite da comunidade. “O grafite é a voz da periferia e as nossas telas são os muros”, diz ele aos alunos. A vista da janela da sala de aula do Espaço União da Periferia, bem no alto do morro, são os prédios de Belo Horizonte.

Desafio

Os meninos e meninas que frequentam o Espaço no horário regular têm opção de fazer oficinas de esporte recreativo – natação e ginástica em geral, ou alguma atividade do núcleo de educação e cultura, como percussão, cerâmica, cenário, figurino, dança contemporânea, capoeira. Há ainda uma turma de 92 jovens selecionados para praticar esporte de alto rendimento – vôlei, handbol, futsal ou basquete no *campus* de treinamento da Pontifícia Universidade Católica (PUC), a instituição que administra o Espaço em parceria com a Rede Globo e a UNESCO. Estes jovens treinam nove horas semanais, com o objetivo de tornarem-se atletas, mas também são estimulados a estudar educação física e a dar aulas.





“A ideia é que o jovem que não faz parte das equipes de alto rendimento desenvolva outras habilidades por meio do esporte”, explica André Luiz e Silva, supervisor de Esportes do Espaço. As aulas do recreativo incluem educação física, noções de várias modalidades esportivas e brincadeiras de rua e jogos de salão. Há ainda aula de natação. Todos os jovens que chegam ao Espaço em busca de atividades esportivas são encaminhados ao setor recreativo. Os que se destacam em alguma modalidade são direcionados para as equipes.

Um diferencial das equipes do Espaço é a qualidade dos treinadores, que foram atletas de ponta, inclusive fora do Brasil. “Os meninos dizem assim: Meu treinador de futebol trabalhou no Japão; no caso do vôlei, a treinadora jogou na Itália”, relata André Luiz. A comunidade começa a reconhecer o Espaço como um local de formação de atletas. Na última seleção do ano para as equipes de alto rendimento, os candidatos eram tantos que lotaram dois ônibus. “Estamos virando uma referência para a comunidade”, comemora André.

O alto rendimento é uma atividade nova no Espaço, mas já começa a conquistar os jovens. Para que eles possam lidar com a nova realidade de treinar em um *campus* universitário e conviver com pessoas de outras regiões da cidade, o setor de psicologia do Espaço começou a fazer acompanhamento com os atletas. “Notamos que alguns jovens não conseguem lidar com o choque de realidade”, diz a psicóloga Ana Cláudia, citando como exemplo duas alunas que se destacaram no futsal, receberam bolsa de uma escola particular e não aceitaram. “Elas não se sentiram integradas”, diz Ana Cláudia.

Em 2006, logo depois da reforma da sede do Criança Esperança, o núcleo de psicologia do Espaço intensificou suas atividades. Promoveu rodas de conversas com crianças e adolescentes sobre violência e atendeu individualmente quem apresentou necessidade. “O tráfico está no dia-a-dia desses meninos. Quando o bicho pega lá em cima, paramos as atividades e conversamos com eles, para que possam falar um pouco dos seus medos”, diz Ana. A ideia é dar suporte para que eles aproveitem as oportunidades que o Espaço oferece.

O Espaço também atende jovens de mais de 18 anos e adultos interessados em completar os estudos por meio do telecurso. Pelo menos cem pessoas assistem às aulas de segunda a sexta-feira, das 19 às 22 horas. “Não é fácil trabalhar o dia inteiro e de noite descer o morro para ter aulas. Um dia, é briga entre grupos rivais; em outro, batida da polícia. Mas eles não perdem a motivação. Dar aulas para eles é uma vitória a cada dia”, diz Danielle Menezes, responsável pelo curso.

Transformação

“Os meninos, quando vêm para o Espaço, entram em contato com novas culturas. Conhecem dança contemporânea, passeiam pela cidade, assistem a *shows*, espetáculos. Eles têm se revelado talentosos nas artes e no esporte”, diz Ana Cláudia. Ludmila Barros, professora de dança, afirma que suas alunas são muito determinadas e têm fome de felicidade. “A dança

A maioria dos instrumentos usados pela banda de percussão é feito pelos próprios alunos



Há oficinas de esporte recreativo, como natação, e um grupo de jovens que treina esportes de alto rendimento: vôlei, handball, futsal e basquete

contemporânea é uma atividade inédita para essas meninas. As que ficam na oficina têm muita vontade de aprender. Elas abraçam as oportunidades que aparecem. Digo que elas são potências – o Espaço oferece as oportunidades, mas elas têm muito a dar para quem convive com elas”, diz. Para Ludmila, as crianças do Aglomerado têm tanta vontade de viver coisas novas que conseguem manter, com sua presença, dezenas de pequenos projetos sociais na região. “Eles participam de tudo.”

Lorrani Alves, de 10 anos, está realizando um sonho: aprender a nadar. Conseguiu uma vaga para a oficina recreativa de natação. “Estou me acostumando com a água”, diz a menina, que, rindo muito, afirma só sair do banho quando seus pais a obrigam. Filha de pai operário e mãe diarista, Lorrani vive com os quatro irmãos, a avó, tios e primos em uma casa na Vila Fátima, a vinte minutos do Espaço. “Desço o morro rapidinho, para não chegar atrasada”.

Além de nadar, Lorrani faz dança contemporânea e planeja participar da oficina de miçanga para produzir as famosas Hello Kitty, que depois são vendidas para as colegas da escola. “O mais legal de morar aqui é participar do Espaço, aprender coisas novas e andar a pé. Mas tenho muito medo de levar tiro, porque muita gente da minha rua já morreu. Às vezes sonho que fui atingida por uma bala perdida, mas não morro. Só fico cheia de curativos”.

A pedagoga Leila de Magalhães Pinto, coordenadora do núcleo de Educação e Cultura do Espaço, pontua que os meninos chegam ao Espaço carentes de identidade e com baixa autoestima: “O que temos observado é que, quando esses jovens são valorizados pelo que sabem, sentem-se promovidos e viram outras pessoas”, afirma. Leila diz que, quando eles conseguem se aperfeiçoar nas artes, “é a glória!”

O orgulho dos jovens do Criança Esperança de Belo Horizonte tem nome: Batuquelê, um espetáculo que reúne todos os saberes dos meninos e meninas do núcleo de Educação e Cultura – dança, teatro, capoeira, música, figurino, percussão. É a união do talento dos mais jovens com a experiência dos integrantes dos grupos culturais da comunidade. Alguns dançam, outros cantam; um grupo faz figurino e outro toca. Todos aplaudem e falam emocionados sobre o Batuquelê.

Em 2006, o espetáculo foi montado oito vezes. Apresentou-se no Rio de Janeiro, em evento do Criança Esperança, e no Palácio das Artes, um dos lugares mais tradicionais de Belo Horizonte. Muitas experiências do Espaço já estão registradas em livros e cartilhas, que também são usadas para capacitação de professores e educadores comunitários. A equipe também produziu um mapa social da região, indicando escolas, hospitais e organizações não governamentais, para que os moradores conheçam e utilizem os serviços deles.

Como o Aglomerado é grande, a solução encontrada para aumentar o número de jovens atendidos foi apoiar associações comunitárias localizadas em áreas afastadas do morro. O trabalho já começou a render frutos. Érika Cristiane Salgueiro, 23 anos, entrou como aluna no curso de

miçanga oferecido pelo Espaço União da Periferia em parceria com o Espaço Criança Esperança. Aprendeu rápido e, quando o professor saiu, foi indicada por ele para dar aulas. Hoje ela tem duas turmas de sessenta alunas – uma na comunidade e outra no Espaço. As vagas para as aulas de Érika são das mais disputadas. Com o salário, ela complementa a renda familiar e ajuda o pai, que é motorista de ônibus.

“Eu quis fazer o curso porque achava lindo as meninas da minha rua usarem bijuterias e chaveiros de miçanga. Aprendi a técnica básica e hoje, só de olhar uma peça, já sei fazer”, diz a garota, que vai tentar vestibular para enfermagem. Érika se diz realizada com o convívio das alunas. “Tem garota que vem de longe para a aula. Elas adoram fazer Hello Kit e cachorrinho. Quando uma falta, chega no dia seguinte, dizendo que estava muito ocupada, lavando roupa, cozinhando ou arrumando a casa. É um pecado, porque algumas têm só 10, 11 anos. Essa oficina é a melhor atividade da vida de muitas daqui”, afirma Érika, referindo-se às meninas do alto do morro.

Os alunos do Espaço montaram um espetáculo chamado Batuquelê, que reúne os núcleos de Educação e Cultura com dança, teatro, capoeira e percussão



“As viagens são meu maior incentivo”

Eu cheguei aqui no projeto logo que começou, em 2003. Eu já tinha aulas de percussão com o André, que é o meu professor. Aqui no Criança Esperança recebo muito incentivo. Preciso me preparar, se quiser ser músico de um grupo de percussão bom e trabalhar como professor em projetos sociais. As viagens são o maior incentivo. Eu amo ir para o Rio e já fui três vezes! Uma vez fomos apresentar o Batuquelê, o nosso espetáculo, e fiz uma oficina com o Afro Reggae. Inesquecível!

Depois que eu acabar a escola, vou começar a procurar trabalho como professor de percussão, para pagar uma faculdade de música. Aqui a gente aprende a fazer instrumentos e isso é importante para quem quer trabalhar em projeto social.

Eu moro no morro com a minha mãe, que trabalhou como doméstica até se aposentar, e com um irmão. Somos quatro filhos e dois estão com meu pai. Eu sinto que quem mora aqui é discriminado quando vai para a cidade, principalmente em loja. É só dizer que mora na Serra que o vendedor pergunta se você tem dinheiro. Fico preocupado com o meu irmão. Digo que ele vai acabar sendo catador de papelão, porque não gosta de estudar, nem de aprender coisas novas. Aqui eu entendi que, para se dar bem na vida, tem que estudar. Não tem jeito, a escola é chata, mas tem que ir, tem que fazer.

Rafael Martins, 17 anos, aluno do Criança Esperança

Vista do Aglomerado da Serra, a maior concentração de favelas de Minas Gerais onde se localiza o Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte



“É muito bom poder ensinar o que aprendi”

Conheci o Espaço Criança Esperança na primeira reunião que a equipe fez com a comunidade. Tenho um grupo de dança de rua, o Fatal Black, e comecei como monitora. Aqui eu aprendi principalmente a aceitar que as pessoas não são iguais a você e, mesmo assim, é preciso entendê-las e respeitá-las.

Quando estava na monitoria, participei de um seminário sobre o morro. Quando vi aquelas pessoas de fora falando sobre como a gente vivia, me apresentei, contei sobre o trabalho do Criança Esperança e do meu grupo de dança, o Fatal Black. Logo depois fui convidada para dar aulas de dança de rua em um programa de redução de violência. Ganho R\$ 700,00 mensais. Coloco tudo no banco, na conta da minha mãe, que está desempregada. Tenho quatro irmãos e o meu pai também está sem trabalho.

O Fatal ensaia aqui à noite. Somos dez dançarinos fixos e mais os que vêm de fora. Os ensaios são abertos e vem muita gente, porque eu nunca falo “não”. Digo para assistir o primeiro ensaio e, se quiser, voltar no próximo, já para dançar.

Eu comecei a dançar sozinha aos 6 anos e aos 14 já tinha grupo – sou a única mulher líder de grupo aqui da Serra. Fico triste quando vejo um menino que dançou comigo, que tinha talento, entrar para o tráfico e “cair” [morrer].

Uma vez, chamei um ex-aluno que soube que estava entrando no tráfico para dançar. Fiz uma surpresa: ele dançou para o Didi (Renato Aragão), que tinha vindo visitar o Espaço. Ele saiu daqui muito feliz, emocionado. É muito bom poder passar para os meninos, para aqueles que mais zoam, mais fazem bagunça, tudo o que você aprendeu. Os garotos têm carência de pessoas para aprender, tem carência de carinho. Eu já fui ao Rio duas vezes e numa delas dançamos o Batuquelê, que é um espetáculo muito lindo. O Espaço Criança Esperança dá um acesso e uma visibilidade que nenhum grupo da comunidade teria.

*Sheyla Santana Barcelar, 18 anos,
ex-monitora do Criança Esperança*



“O que muda a vida dos meninos é a educação”

É preciso que as crianças e os jovens aqui entendam que são da cidade. Eles não são da favela; vieram da favela. Mas amanhã podem estar em Olinda, no Rio ou em Londres. Não existe um determinismo histórico que obrigue ninguém a permanecer na mesma condição. Trabalhamos para fazer que os alunos desenvolvam capacidades, habilidades e valores de maneira plena. Que saiam comprometidos com a construção de uma nova cultura, que sejam críticos e participativos.

Todo o nosso trabalho é voltado para a pedagogia do protagonismo. O esporte é bom para ensinar a importância da disciplina, trabalho em equipe e cooperação. Os meninos chegam aqui agressivos, mas, nas oficinas de esporte coletivo, vão mudando de comportamento, ficam mais brandos em relação aos colegas.

O projeto oferece muitas oportunidades. A qualquer hora, um jovem pode entrar nas equipes de alto rendimento, que este ano terá duas novas modalidades. Temos uma parceria com o Minas Tênis Clube, que, assim que surge um talento, abre vaga para testar o menino, para ver se ele tem condições de entrar nas equipes profissionais. O fato de os meninos treinarem dentro do espaço de uma universidade os aproxima de um mundo que antes parecia inatingível. A formatura dos meninos que terminaram a monitoria, em 2005, foi no auditório da Pontifícia Universidade Católica e alguns deles foram aprovados no vestibular da PUC. Só o que realmente vai mudar a vida desses meninos é a educação, e nós estimulamos isso muito.

O nosso grande desafio é dar cada vez mais qualidade às atividades, aumentar a participação no projeto e combater a evasão, embora saibamos que o motivo principal para os meninos abandonarem as oficinas é a violência, e isso foge do



nosso controle. Tem meninos que não descem o morro de jeito nenhum. É por isso que fizemos parcerias com quatro associações que trabalham em áreas mais afastadas do Espaço. Apoiamos o trabalho delas no que elas fazem de melhor. Uma das associações tem um bom grupo de teatro. Então, proporcionamos oficinas de figurino e cenário. Em outra, que trabalha com cerâmica, colocamos um forno e educadores.

Agora estamos pensando em como aproximar as empresas dos meninos do projeto porque o empresariado local ainda tem receio de contratar moradores do Aglomerado da Serra. De todo modo, 2007 será um ano de consolidação da equipe e da metodologia. Estamos desenvolvendo um projeto de ponta com instrumentos de qualidade e transparência, voltados para o terceiro setor.

Leonardo Coelho, coordenador do ECE - BH

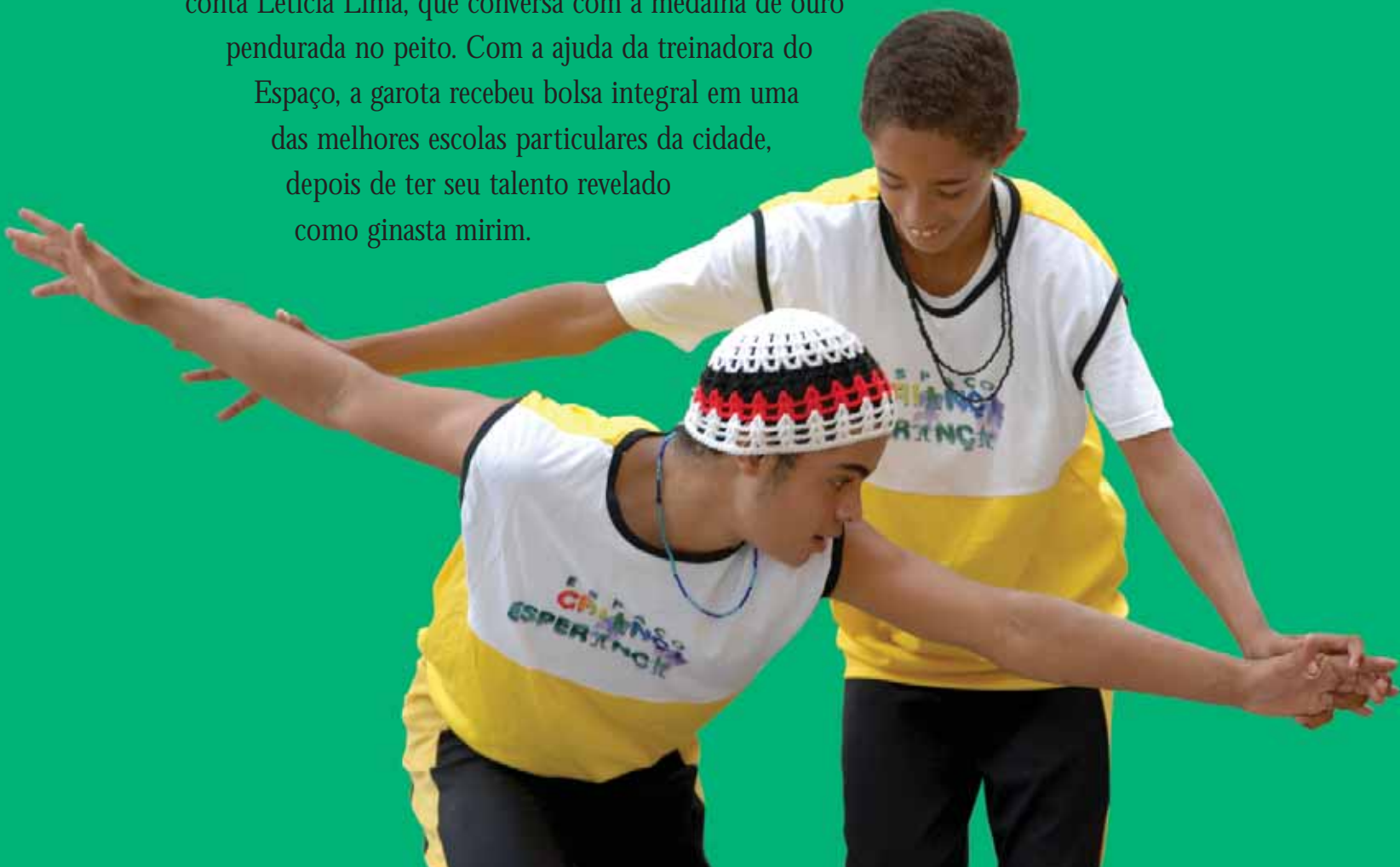
Leonardo Coelho:
"Estamos desenvolvendo um projeto social de ponta"

Espaço Criança Esperança - Olinda

Local de atuação: Olinda (PE)
Data de fundação: 2003

Espaço de sonhos

Letícia de Souza Lima, 10 anos, chegou asmática e desnutrida ao Espaço Criança Esperança de Olinda. Quando não estava em crise, brincava de fazer estrela no chão de terra batido em frente à casa em que mora com a família. Um dia, uma vizinha sugeriu que ela fosse treinar ginástica olímpica no Espaço. Dois anos depois, em 2006, ganhou a medalha de ouro de campeã brasileira na categoria pré-infantil. “Eu amo muito fazer ginástica olímpica. Por causa disso, eu fui estudar numa escola muito melhor”, conta Letícia Lima, que conversa com a medalha de ouro pendurada no peito. Com a ajuda da treinadora do Espaço, a garota recebeu bolsa integral em uma das melhores escolas particulares da cidade, depois de ter seu talento revelado como ginasta mirim.



Os jovens do Espaço Criança Esperança de Olinda têm várias opções de atividade, como capoeira e teatro



Laudijane Domingos, 26 anos, teve infância de criança trabalhadora – vendeu coco na praia até os 14 anos de idade e começou a aprender a ler e escrever aos 16. Faz faculdade de história e, em 2006, coordenava o Espaço de Olinda. Naquela época acordava todos os dias com o mesmo pensamento – ajudar a transformar a vida de milhares de crianças do bairro de Rio Doce, onde morou com a família quando era pequena e que, desde setembro de 2003, abriga a sede do Criança Esperança. “As pessoas que vêm aqui podem crescer e se desenvolver, desde que entendam isso aqui como um espaço de oportunidades”, diz Laudijane.

“O que aprendi aqui? Tudo. Jogo capoeira, toco e danço. Sei tocar o Hino Nacional no berimbau e adoro sair para fazer apresentações”, diz, sorrindo, o garoto William Álvaro dos Santos, de 12 anos. “Fiquei mais responsável e acho que estou respeitando mais os outros”, completa. Ele conta que conheceu o Rio de Janeiro em uma das viagens organizadas pelo projeto, que adorou o Cristo Redentor e se encantou com a neblina que cobre as montanhas da cidade. “Nas ruas, a gente só aprende o que não presta; aqui estou aprendendo uma arte, porque a capoeira é uma arte, você sabia?”, pergunta ele. Antes de entrar no Espaço Criança Esperança, William passava os dias pelas ruas de Rio Doce e mal ia à escola.

A Orquestra de Berimbau, que também conta com instrumentos de percussão, toca ritmos inspirados na cultura afro-brasileira

O Espaço Criança Esperança de Olinda é assim: tem menino que quer ser mestre de capoeira, menina que brilha na ginástica olímpica, ex-ambulante que chegou à faculdade. Tem bloco de Maracatu, tem a quadrilha Flor do Mandacaru, tem orquestra de berimbau, tem grupo de teatro, tem aulas de caratê embaixo das árvores. Mas o que mais tem no Espaço de Olinda é lugar para sonhar. “Aqui é um espaço de oportunidade”, diz Laudijane.





Rio Doce fica na periferia de Olinda, a nove quilômetros do centro, considerado Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO. O bairro, um dos mais populosos da cidade, abriga moradores dos conjuntos residenciais populares e da chamada beira-mangue, composta por comunidades que surgiram em volta dos prédios. O lugar ficou conhecido em Olinda por seus altos índices de criminalidade, sobretudo tráfico de drogas e homicídio, que, como em todo o país, atingem principalmente a população jovem, entre 15 e 24 anos. Embora ainda não existam estatísticas oficiais, há uma sensação coletiva de que, por uma série de motivos, desde a inauguração do Espaço, em setembro de 2003, a violência no bairro começou a ceder.

Ensaio do maracatu, dança típica do folclore de Pernambuco

“Na primeira vez que cheguei ao Juizado da Infância e Juventude, a funcionária estava empacotando armas apreendidas com jovens de Rio Doce”, recorda a assistente social Ana Cláudia Botelho. “Hoje em dia, a mesma funcionária afirma que diminuiu muito o número de meninos aqui do bairro que chegam ao juizado”, relata. “O fato de os adolescentes e suas famílias passarem a participar do Espaço é um dos fatores que está contribuindo para a



No maracatu, os dançarinos usam roupas típicas, a maioria das quais é confeccionada artesanalmente. Na página ao lado, detalhe da capa que compõe a roupa do dançarino

redução da violência no bairro”, diz Walter dos Santos, presidente do Fórum de Entidades de Rio Doce. “Não tenho dúvidas de que a criminalidade diminuiu entre os meninos que atendemos. Eles saem da escola e passam as tardes aqui”, diz Nica de Oliveira, professora dos chamados temas essenciais – cidadania, política, sexualidade e direitos humanos.

Uma das marcas mais fortes do Espaço é sua integração com a comunidade – faz parte da “rede de retaguarda do município”, que reúne as instituições que trabalham com crianças e adolescentes em situação de risco e tem assento nos principais conselhos municipais e nas representações de Rio Doce. Até novembro de 2006, entre conselhos e fóruns, faziam parte do conselho gestor do Espaço Criança Esperança de Olinda, 26 instituições.

Além dessa representatividade formal na sociedade, o Espaço tem uma relação próxima com os moradores do entorno. Não há muros, portões ou cadeados. Quem protege o Espaço é a própria comunidade, que, por meio de seus representantes, também é chamada para resolver problemas decorrentes do uso. “As pessoas participam porque se sentem favorecidas pela presença do Espaço aqui no bairro”, acrescenta Walter.

Com nove mil metros quadrados, o Espaço já foi um parque público. Até hoje, entre 5h 30min e 7h da manhã, fica lotado de moradores que o utilizam para caminhar e correr. A relação com os moradores, associações e escolas do bairro está incorporada à rotina do Espaço. O maracatu participa da abertura oficial de Olinda, mas antes se apresenta e ensaia nas ruas de Rio Doce. A quadrilha Flor do Mandacaru apresenta-se em todas as escolas do

bairro. O grupo de teatro que montou, em 2006, o projeto Olinda Verá Teatro levou primeiro para as escolas de Rio Doce as peças que discutem temas de interesse dos adolescentes e só depois abriu o espetáculo ao público do teatro do Centro de Convenções de Olinda.

“Estamos muito atentos para fortalecer as famílias, as escolas e a comunidade, porque eles são nossos principais parceiros. Queremos dar retorno e compartilhar nossas atividades. É por isso que o maracatu ensaia nas ruas e a quadrilha dança nas escolas”, diz Laudijane. O Espaço também oferece natação, vôlei, handebol, caratê, ginástica olímpica e futsal – as duas últimas são modalidades esportivas que têm mais destaque no Espaço. Além da pequena Letícia, há outra campeã brasileira de ginástica no Criança Esperança: Amanda Cássia da Silva, de 15 anos. Alguns meninos do futsal destacaram-se tanto que passaram a integrar a equipe de juniores do time estadual de Pernambuco.

Beira-Mangue

Quando o Espaço começou a funcionar, um dos primeiros desafios foi promover o encontro entre os prédios e a beira-mangue. “Quando o projeto começou, quem usava este





O Espaço Criança Esperança
de Olinda já revelou
talentos reconhecidos
nacionalmente na ginástica
olímpica. Na foto, a aluna
Rafaela Lucena

local eram os moradores dos prédios. Logo descobrimos que os moradores do mangue não se sentiam bem aqui”, recorda Ana Cláudia, a assistente social. Devagar, a comunidade foi mandando seus filhos menores, e os adolescentes chegaram interessados nas oficinas.

“Aqui todo mundo fica amigo. Não é porque um mora na favela e o outro num predinho mais arrumadinho que não vão ficar juntos”, diz Taynan Barreto, 16 anos, monitora do Espaço. “Conseguimos aproximar o pessoal da comunidade com os moradores do prédio”, conta Marco Aurélio Dantas, 19 anos, que joga capoeira de Angola e se tornou um exemplo para os colegas mais jovens, por ter passado no vestibular da Universidade Federal de Pernambuco. “A gente aprende a ser mais simples, convivendo com os meninos do mangue”, diz o garoto, que vive em um dos prédios com o pai, que é taxista, a mãe e um irmão.

Essa convivência é que torna mais interessantes as aulas dos chamados temas essenciais – cidadania, sexualidade, drogas, inclusão de pessoas com deficiência etc. “Discutimos todos estes temas a partir do saber dos meninos”, diz a professora Nica de Oliveira. “Quase sempre partimos do dicionário, para que eles saibam qual é o significado real das palavras. Depois é que discutimos opiniões, assistimos filmes sobre o tema, produzimos desenhos, pequenas peças de teatro ou o que eles quiserem”, diz ela. Os garotos empolgaram-se tanto durante as eleições presidenciais que lançaram candidatos fictícios e fizeram campanha para João Trombone e Maria Falante.

“A gente vê que os meninos vão se modificando, vão ficando mais éticos em relação ao colega”, diz Sérgio Senna, professor de capoeira de Angola, que transpõe os princípios do jogo para a vida dos alunos. “Uso muito a cultura do respeito aos mais velhos que existe na capoeira, para que eles reflitam sobre a relação com os pais e os avós”, exemplifica o professor. Sérgio é o maestro da Orquestra de Berimbau, em que se encontram jovens de todas as regiões de Rio Doce. “Atendemos muitos meninos que tiveram ou ainda têm algum envolvimento com o crime e você percebe no dia-a-dia como eles vão ficando mais sociáveis. Sempre digo que eles estão aqui como a família Criança Esperança”. Sérgio brinca, dizendo que a “capoeira é o socialismo que deu certo”, porque, na mesma roda, jogam pessoas de todas as classes sociais.

“Repare que aqui no Espaço não tem assistencialismo, não damos lanche para ninguém. Mesmo assim, as famílias fazem questão de mandar seus filhos para cá, porque percebem uma oportunidade de desenvolvimento”, diz a professora Nica. Para a pedagoga do Espaço, Margareth Nunes de Oliveira, com o passar do tempo, os meninos estão ficando mais “articulados e prontos para ter um papel ativo na comunidade”.

Uma das preocupações da coordenação é não deixar que a descoberta de talentos individuais comprometa o trabalho do grupo. “Os professores do Espaço estão empenhados em dar às crianças e aos jovens o direito de vivenciar a cultura, a arte, o esporte e o lazer



Temas como sexualidade, drogas, direitos humanos e cidadania são discutidos a partir do saber dos jovens





independentemente dos talentos individuais, mas é claro que eles estão atentos para identificar os que se destacam”, afirma Cida Fernandez, técnica em educação e sistematização do Centro de Cultura Luiz Freire, que administra o Espaço de Olinda, em parceria com a Rede Globo e a UNESCO. Ela é a responsável pelo primeiro trabalho de monitoramento e avaliação do Espaço.

“As oficinas possibilitam a mágica de descobrir talentos. Isso quer dizer que as pessoas podem crescer e se desenvolver, desde que entendam isso aqui como um espaço de oportunidades”, diz Laudijane. Para José Tavares, que representa a Prefeitura de Olinda no conselho gestor do Espaço, os meninos do projeto têm oportunidades ímpares em relação a outras crianças de bairros pobres. “As olimpíadas internas são uma experiência fantástica. São meninos que não têm condições de ir para o Recife porque falta o dinheiro da passagem de ônibus, mas eles vão passear no Rio, que é o cartão-postal do Brasil, conhecem outra cultura, falam com jovens que têm outro sotaque. Digo que é como um peixe que só nada no mesmo lugar. De repente, ele dá um salto e vê o mundo. Quando volta, não é o mesmo peixe”.

Família

Um dos desafios é fortalecer os jovens para que consigam entrar no mercado de trabalho

Uma vez a cada dois meses, as famílias que têm filhos no Espaço são chamadas para uma reunião e são apresentadas ao assunto que os filhos estão discutindo nas oficinas de temas essenciais. A ideia é possibilitar que a questão seja conversada em casa. O último encontro de 2006, por exemplo, discutiu o respeito à diversidade. “A ideia é fortalecer o debate dentro de casa. Temos que estimular as famílias a participar ativamente do Espaço e da educação dos seus filhos”, diz Aldenice Rodrigues Teixeira, coordenadora geral do Centro de Cultura Luiz Freire.

“A rua é um universo lúdico em que há sexo, drogas e diversão. Muitos meninos chegam aqui se perguntando por que sair da rua. Mas essa resposta não pode ser dada apenas por nós. Por isso, é importante fortalecer as famílias”, afirma Nica. Além de participar das reuniões, há um grupo de terapia comunitária e cinco turmas de hidroginástica.

A coordenadora do Espaço, Laudijane Domingos, afirma que a ideia é estimular as mães a acompanharem mais de perto o desempenho escolar dos seus filhos. “Estamos programando fazer uma espécie de ‘certificado de presença’ da mãe na escola. Uma vez a cada três meses,



ela visitaria a escola do filho e a pessoa que a atendeu daria um visto nessa caderneta. É uma forma de a gente dizer: Olha, para nós, é muito importante que a senhora vá até a escola do seu filho”, afirma Laudijane. A partir de 2007, as diretoras das escolas do bairro participarão das reuniões de pais.

Trabalho

Um dos desafios do Espaço é fortalecer os adolescentes para buscarem o primeiro emprego. Um dos caminhos é oferecer oficina de informática, um requisito básico para quase todas as vagas; o outro é a oficina de luteria, para os que se interessam por fabricação de instrumentos musicais. Mas, em 2006, a principal atividade voltada para o trabalho foi o projeto de monitoria no qual um grupo de alunos recebeu bolsa para trabalhar no Espaço.

“A monitoria me ajudou a conseguir emprego, porque me tornei mais responsável e maduro”, diz Paulo César de Almeida, 24 anos, que interrompeu a monitoria um pouco antes do previsto, por ter sido chamado para uma vaga de vendedor em uma cadeia nacional de lojas. “Os jovens da monitoria estão sendo chamados para as vagas, porque muitos

No Espaço Criança Esperança de Olinda não há muros, portões e cadeados. Quem protege o local é a comunidade

processos de seleção envolvem dinâmicas de grupo e eles se saem muito bem”, afirma Maria Goreth Nunes de Oliveira, a pedagoga do Espaço.

Taynan Mendes Barreto, 16 anos, outra monitora, diz que o mais importante é entender o que as pessoas esperam para ter como corresponder. “Na monitoria, a gente aprende a superar dificuldades. Às vezes estou chegando da escola, a caminho de casa, morta de cansada, e uma mãe me pára na rua para perguntar se tem vaga em alguma oficina. Tenho que atender bem, mesmo se estou fora do meu horário, porque representamos um espaço que é referência na comunidade”. A garota, que vai fazer vestibular em 2007, foi aprovada para um estágio na Rede Globo de Pernambuco.

Olinda é uma cidade que se orgulha da sua cultura e que recebe turistas interessados em conhecê-la. O carnaval, um dos mais tradicionais do país, segue embalado pelo ritmo do frevo, do maracatu e do afoxé, independentemente da mistura de ritmos ter tomado conta do Nordeste do Brasil. Esse amor pela cultura local, aliado à indústria do turismo, é que vai dar o tom das atividades relacionados à preparação para o trabalho em 2007.

“A ideia é que as potencialidade de Olinda estejam em consonância com o Espaço. É preciso trabalhar geração de renda, na perspectiva de fortalecer os meninos para participar do potencial econômico do município, que é baseado na arte regional, no carnaval e na música. É preciso que a cultura de Olinda esteja dentro do Espaço”, afirma Aldenice, do Centro Luiz Freire.

Grupo do maracatu,
que se apresenta
principalmente
durante o carnaval







Letícia de Souza Lima:
“Gravei uma propaganda
que passa na televisão”

“Por causa da ginástica, estudo em uma escola muito boa”

Desde pequena, Letícia brincava de fazer ginástica olímpica nas ruas do mangue de Rio Doce, onde vive com a família. Um dia, uma garota da vizinhança, que havia começado a frequentar o Espaço, sugeriu que ela fosse até lá fazer um teste. “Ela fez duas estrelinhas e eu percebi que a menina era um talento”, conta a professora Marileide Costa.

Letícia chegou ao espaço com deficiência respiratória e desnutrição. Percebendo o talento e a dedicação da menina, a coordenação conseguiu que a família recebesse uma cesta básica por mês para reforçar a alimentação da garota. “Meses depois que ela chegou, estávamos treinando e a Letícia estava fazendo corpo mole, meio preguiçosa. Comecei a exigir mais e mais dela, até que a mãe se aproximou de mim e disse: Não puxe muito de Letícia, porque ela não almoçou. Aquilo me acabou”, conta Marileide.

Há pouco menos de um ano, Letícia apresentou-se com a equipe de ginastas do Espaço em uma escola particular bem conceituada em Olinda. Acabou ganhando uma bolsa de estudo. Todos os dias, a lanchonete prepara para ela uma refeição de frutas, iogurte e queijos. “Por causa da ginástica, passei a estudar em uma escola muito boa e até gravei uma propaganda para o Pan [Jogos Pan-Americanos], que passa na televisão”, conta a menina. “Temos a alegria e o orgulho de ver nossa filha virar uma ginasta”, diz o pai dela, José Carlos Lima.

“Nunca pensei que fosse ter uma banda de percussão”

Comecei a frequentar o espaço há um ano porque queria tocar percussão. Nessa época, em morava numa casa aqui no mangue com meus pais e meus irmãos. Depois que virei monitora, passei a ter contato com o público e a atender as pessoas da comunidade. É muito bom ser reconhecido na rua pelos vizinhos, parar para responder a perguntas sobre as oficinas aqui do espaço. Depois que comecei a participar da monitoria, amadureci muito e passei a ter mais responsabilidade. Acabei de conseguir um emprego de vendedora de loja nas férias. Mal entreguei o currículo e fui chamada. Quase todos os colegas que são monitores aqui estão conseguindo emprego.

Morar aqui no mangue de Rio Doce não é ruim. Fica complicado quando está tumultuado e os meninos começam a andar armados pela rua. Em todo beco tem tráfico. Estes meninos são meus amigos de infância. Eu não vou deixar de falar com eles, mas não preciso andar agarrada neles. Há uns dois meses, encontrei um deles aqui no Espaço, fazendo natação, fiquei muito feliz. Ele vivia internado na Febem e tem uma vida bem difícil, porque a mãe é alcoólatra. Ele me contou que entrou aqui para nadar, fez outras amizades e arrumou um emprego. Essa vida [do tráfico] não traz nada de bom; muitos amigos meus e uns primos de consideração já morreram.

Aqui já se matou uma, duas pessoas todos os dias, mas a violência está começando a diminuir. Antes a gente não tinha o que fazer, e o pessoal que tinha problema em casa ia direto para as drogas e acabava tomado por essa vida. O projeto é uma alternativa que já é reconhecida pela comunidade. Se você pegar uma família de dez pessoas, uma delas fará parte do projeto.

Eu faço parte do grupo de percussão e da orquestra. Montei, com 16 colegas daqui, o grupo Beleza Negra para mostrar, com a nossa música, que o Rio Doce não é só violência e que o Criança Esperança está ajudando a mudar nossa realidade. O professor de percussão dá uma força e já estamos nos apresentando em escolas e nos espaços da comunidade. Sempre adorei música, mas nunca pensei que fosse chegar a ter uma banda de percussão.

Estou no 3º ano do ensino médio e vou prestar vestibular para enfermagem. Eu gosto tanto daqui que minha família se mudou para Fagundes, no interior da Paraíba, e eu fiquei aqui morando com uma tia. Não quis largar a percussão e os amigos que fiz aqui.

*Carolina da Silva Flores, 21 anos,
ex-aluna do Criança Esperança*

“Transformamos dificuldades em possibilidades”

Trabalhamos para transformar dificuldades em possibilidades. A Letícia [de Souza Lima, campeã brasileira de ginástica olímpica] é um exemplo de como isso é possível. Ela chegou aqui com asma e desnutrida. Hoje é campeã brasileira. Ela é uma vitoriosa, é o nosso orgulho. É a prova viva da força do trabalho comunitário.

Somos um espaço de convivência comunitária com foco no esporte. Integrados com as famílias, com as escolas e com as associações do bairro, podemos contribuir para o desenvolvimento dos jovens. As oficinas possibilitam a mágica de descobrir talentos. Isso quer dizer que as pessoas que vêm aqui podem crescer e se desenvolver, desde que entendam isso aqui como um espaço de oportunidades. Aqui tem meninos com talento, mas também tem meninos que só querem brincar e isso é um direito deles.

No dia-a-dia, nas oficinas, ajudamos a formar atletas, artistas, percussionistas. Essa é uma possibilidade real, mas, sobretudo, formamos cidadãos. Todos têm que aprender mais do que futsal ou percussão. Têm que aprender a sonhar, têm que saber que é possível ir para a universidade. Olinda verá teatro, por exemplo, é a expressão do aumento do nível de consciência dos jovens. Eles escreveram textos de dez peças de teatro. Claro que isso vai levar estes meninos e meninas a buscar um futuro melhor.

A única diferença entre um jovem de Boa Viagem [bairro de classe média alta do Recife] e de Rio Doce é o poder aquisitivo, porque nós não somos cidadãos de segunda categoria. Sempre digo que a diferença entre estes dois jovens é a oportunidade, e aqui eles têm acesso a isso.

Em 2004, fizemos nossa primeira viagem para participar dos jogos de integração dos Espaços Criança Esperança, no Rio. Foi um acontecimento. As famílias se mobilizaram, conseguimos roupas e sapatos novos para crianças que não tinham. Perdemos todas as competições, mas os meninos foram notícia no Jornal Nacional, no programa do Luciano Huck. Quando voltamos para Olinda, tinha uma multidão esperando por eles aqui na porta do Espaço. Nem precisaram ganhar os jogos, mas a comunidade estava orgulhosa.

No segundo ano, quando participamos desse mesmo campeonato, ganhamos tudo e a comunidade se emocionou do mesmo jeito. É por isso que falo o tempo todo em oportunidade. Tem gente aqui que nunca foi ao cinema ou ao teatro. Vamos possibilitando a ampliação do universo cultural dessas pessoas e elas começam a sonhar em ter uma vida diferente, uma vida melhor.

Quando é possível, levamos não apenas as crianças, mas também as mães deles ao teatro e ao cinema. Elas chegam para mim e dizem: “Que bom que meu filho vai



Laudijane Domingos (de rosa):
"Somos um espaço de
convivência comunitária
com foco no esporte"

ao teatro, eu nunca fui". Se for possível, a levo junto. Todas essas famílias têm um histórico de exclusão. Este projeto só é um sucesso na comunidade porque nossa parceria com eles é real e isso se manifesta no cotidiano. Atendemos a uma família de cinco filhos. Dois deles nunca vão à escola e um não tem certidão de nascimento. A mãe trabalha para o tráfico. Chamei para conversar e disse: "Precisamos melhorar nossa relação. Seus filhos amam vir para o Espaço, mas para isso eles precisam ir à escola e a senhora tem que providenciar registro de nascimento".

Em 2005, tivemos um saldo orçamentário. Não tive dúvida, alugamos quarenta ônibus e fechamos Mirabilândia, um parque de diversões que é o sonho deles todos. Os menores foram acompanhados das mães. Esses meninos brincaram, pularam, deram risada e comeram hambúrguer. Você olhava para eles e via aquele brilho nos olhos.

Os meninos que saem do Espaço não vão precisar trabalhar em loja para sempre. Gosto da ideia de que eles queiram fazer universidade, seguir uma carreira musical ou serem atletas profissionais. O trabalho que fazemos aqui é muito bom.

*Laudijane Domingos, 26 anos,
Ex-coordenadora do Espaço Criança Esperança de Olinda*

Espaço Criança Esperança – São Paulo

Local de atuação: São Paulo (SP)

Data da fundação: 2005

Crianças atendidas: 415

Espaço de construção

Tarde comum na Brasilândia, periferia da zona norte de São Paulo. O relógio marca 16h39min e o calendário indica 2 de maio, quarta-feira. Um rapaz de aproximadamente 16 anos “surfa” no teto de um ônibus que sobe a ladeira da rua Dr. Domingos Veiga, uma das principais vias da região. O ônibus trafega a uma velocidade de pelo menos 50 km/hora, sobe ladeiras íngremes e o rapaz equilibra-se apenas com o peso do corpo, abrindo os braços como se estivesse, de fato, sobre ondas. Abaixa para escapar dos fios de alta tensão dos postes de luz e o veículo some da visão.

Espaço Criança Esperança de São Paulo oferece oficinas de temas essenciais, entre eles Leitura, Comunicação e Expressão





Antes das oficinas de dança e esporte, alunos fazem alongamento

A poucos metros, as portas de ferro da Escola Estadual Renato de Arruda Sampaio, uma das maiores do bairro, estão trancadas com cadeado. Até dona Benedita Bezerra, uma antiga voluntária da escola, fica do lado de fora, à espera de permissão para entrar. A escola é rodeada por três favelas e a palavra de ordem é cautela. A região apresenta um dos índices mais altos de violência da capital.

Enquanto a taxa de homicídio entre pessoas de 15 a 19 anos é de 140,5 por cem mil na cidade de São Paulo, dados da Fundação Seade, relativos a 2003–2005, indicam que, ali, ela alcança 231,6 por cem mil. É a terceira maior taxa da capital, mas a violência é apenas um componente da complexa realidade social da Brasilândia, que, na verdade, não é um bairro e, sim, um distrito formado por um conjunto de bairros onde vivem 262,6 mil pessoas, 13% das quais, em favelas. É neste aglomerado urbano, em que quase 20% da população economicamente ativa está desempregada e 43% dos chefes de família têm menos de quatro anos de estudo, que se localiza o novo Espaço Criança Esperança de São Paulo.

Toda a extensão do muro da sede do Espaço de São Paulo foi pintado pelos jovens das oficinas de grafite





O Espaço da Brasilândia foi inaugurado no final de 2005, mas as atividades começaram no início de 2006. A primeira sede do projeto funcionou, entre dezembro de 2001 e maio de 2005, no Jardim Ângela, periferia da zona sul da cidade.

A missão do novo Espaço Criança Esperança é ousada: implantar um modelo pedagógico que faça a diferença na trajetória pessoal das crianças, adolescentes e jovens e, ao mesmo tempo, estimule e prepare os mais velhos para atuar como lideranças comunitárias. Apesar de ser recente, a proposta pedagógica do Espaço está inspirando a metodologia de uma política pública municipal, o Clube-Escola, um programa executado pelas secretarias municipais de Esporte e Educação, que deverá alcançar toda a rede de ensino da Prefeitura de São Paulo.

Como a Brasilândia é muito grande, o objetivo é que o Espaço Criança Esperança multiplique seus frutos ao longo do distrito, fazendo que, com o passar do tempo, os alunos se tornem agentes locais de transformação, integrem associações de moradores e conselhos municipais, formem grupos culturais que ajudem a revelar talentos e, sobretudo, percebam que o acesso à educação, ao esporte, à cultura e ao lazer é um direito, e não apenas um refúgio para escapar da violência.

Cada aluno frequenta o Espaço pelo menos três vezes por semana. Faz uma atividade relacionada à cultura ou esporte e uma "linguagem básica": Comunicação, Expressão, Orientação Educacional ou Educação Ambiental



O Espaço conta com educadores volantes, que dão oficinas em outras instituições do bairro e multiplicam a filosofia do projeto

Os educadores volantes – profissionais do Espaço Criança Esperança deslocados para dar oficinas em outras instituições do bairro – também têm a missão de disseminar a filosofia do projeto. Soraya Barreto, 20 anos, educadora de dança afro, começou a dar oficinas para adolescentes em conflito com a lei, na sede do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do bairro.

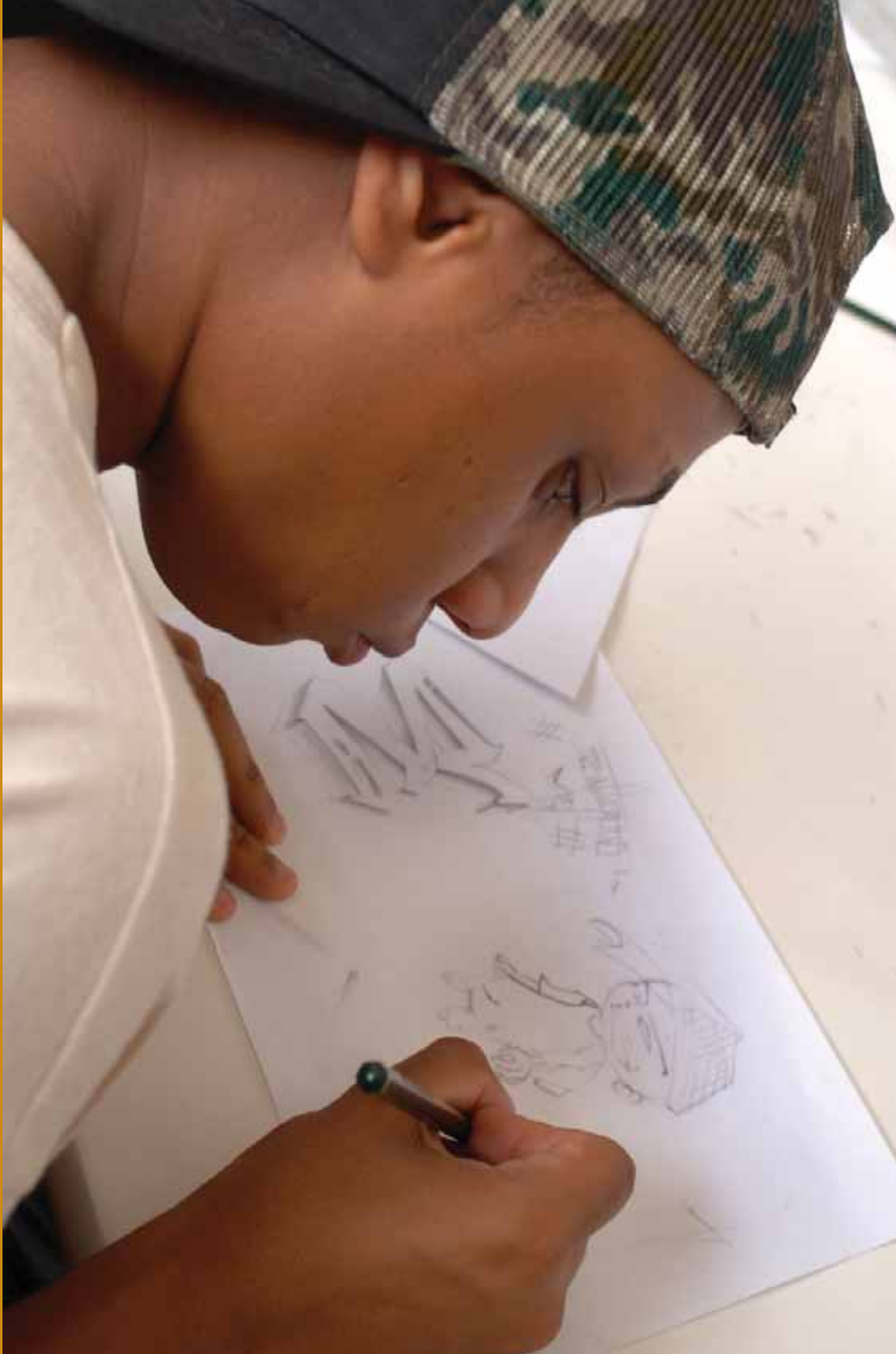
Ajudar a fortalecer as organizações do bairro e investir na formação dos adolescentes e jovens matriculados no Espaço Criança Esperança é um dos meios pelos quais a Brasilândia poderá vir a ter organizações que se aproximem de outros movimentos culturais que já são realidade na periferia paulistana.

“Você não pode tirar a indignação de quem mora na periferia, mas precisa canalizar isso para o grafite, para a dança, para o esporte”, diz Donizete de Souza Lima, 32, o Bonga, educador de Grafite do Espaço da Brasilândia. Ele cita o surgimento do movimento cultural da periferia da zona sul de São Paulo, base dos Racionais MC’s, um dos grupos de *rap* mais conhecidos do país, e do escritor Ferrez, autor de *Capão Pecado*, que relata o dia-a-dia do Capão Redondo.

Glaysen Teixeira Chaves, 22 anos, mora na chamada Travessa da Rua, em frente ao Espaço Criança Esperança. A terra é batida e a viela, mal traçada e longa. Como dizem os meninos, “a rua vai embora”. Orientado por João Rodrigo Damasceno, educador de mobilização comunitária do Espaço Criança Esperança, Glaysen está começando a organizar os jovens da Travessa para descobrir quem sabe fazer o quê e formar grupos para compartilhar essas habilidades. “No começo, achei que seria muito difícil, mas agora estamos levando mais a sério e vejo que vai dar certo”, anima-se.

Para facilitar o processo de mobilização, os garotos são estimulados a organizar torneios, apresentações de dança e outras atividades que envolvam planejamento e participação do grupo. A primeira ação programada é a reativação dos treinos de “surfe na corrente”, uma versão da tradicional corda bamba. Funciona assim: uma corrente é presa, com folga, na circunferência de dois postes. O desafio é ficar em pé na corrente e fazê-la subir e descer, criando movimentos similares aos executados pelos surfistas nas ondas. O grau de dificuldade das manobras e a necessidade de equilíbrio fazem sucesso entre a rapaziada das periferias distantes do mar, caso da Brasilândia.

“Estamos trabalhando um processo de formação de grupo”, explica Rodrigo, o educador. A mobilização feita na Travessa pode resultar na formação de outros grupos em outras ruas. “A ideia é ter células culturais na Brasilândia”, resume. Glaysen, o primeiro desta cadeia de mobilização, representa grande parcela dos garotos da região. De cada quatro adolescentes que chegam ao ensino médio, um sai da escola antes de completar o ciclo e 35% dos que se mantêm estudando estão atrasados – são mais velhos do que deveriam. É o que os



“Não pode tirar a indignação de quem mora na periferia, mas é preciso canalizar isso para o grafite, para a dança e para o esporte”, afirma Donizete Lima, o Bonga, educador de grafite

especialistas chamam de “distorção idade/série”. Glayson tem 22 anos, parou de estudar no 1º ano do ensino médio e agora se programa para voltar.

A diferença entre ele e outros garotos é que, desde cedo, dedicou-se à capoeira. Começou a treinar há sete anos onde atualmente funciona o Espaço Criança Esperança. Foi aluno de Renato Ferreira, o Nenê, até hoje educador de capoeira do projeto. O esporte, de origem africana, virou sua paixão e ele abraçou a carreira de professor – atualmente dá oficinas em um bairro de classe média da capital, mas segue treinando no projeto para encontrar Nenê e os amigos.



Política pública

Glaysen Teixeira Chaves:
“Antes do Espaço Criança
Esperança, muito drogado
entrava aqui e a polícia
vinha atrás. Agora, está
muito mais organizado.
Parece outro lugar”

O projeto pedagógico, posto em prática a partir de abril de 2007, contempla os dois principais objetivos do Espaço Criança Esperança de São Paulo – contribuir para a formação individual dos participantes de 8 a 24 anos e estimulá-los a agir em prol da comunidade. A grade de atividades foi dividida em duas partes: linguagens básicas e específicas.

As chamadas linguagens básicas dividem-se em Educação Ambiental, Comunicação e Expressão, Orientação Educacional e Espaço Digital. O objetivo é aprimorar a leitura, a escrita, a análise de textos e aumentar o acesso à informação, de modo a enriquecer o repertório pessoal de cada aluno. Estas atividades também trabalham competências sociais, à medida que estimulam o convívio em grupo e pressupõem a aceitação das diferenças existentes entre os grupos de jovens. As oficinas de Esporte, Dança Afro, Capoeira, Grafite, Multimídia e Artes compõem o bloco das linguagens específicas. As turmas são divididas por faixas etárias que começam aos 8 e terminam aos 12 anos. As outras turmas vão de 13 a 15 anos, de 16 a 19 anos e de 20 a 24 anos.

Cada aluno frequenta o Espaço pelo menos três vezes por semana e passa de uma hora e meia a três horas por dia. Cada atividade das chamadas linguagens específicas acontece duas vezes por semana; das linguagens básicas, uma vez. A pessoa matricula-se em uma oficina, por exemplo, Dança Afro, e em três básicas: Comunicação e Expressão, Orientação Educacional e Educação Ambiental. Joana Miraglia, coordenadora pedagógica, explica que todas as oficinas têm início com a roda inicial de conversa, em que o educador explica como será a atividade, e terminam com uma roda de avaliação.

É o que Joana chama de “alma” da atividade. “Esse é o momento em que os meninos concretizam o que aprenderam. E isso vai além do conteúdo específico do esporte, da capoeira ou do que quer que seja”, diz ela. É quando o educador e os alunos podem avaliar o grupo e, se for o caso, especificar comportamentos individuais, enfim, fazer um resumo das lições aprendidas. As rodas, diz Joana, são o primeiro passo para uma futura sistematização da metodologia do Espaço Criança Esperança de São Paulo.

Ponto de encontro

Embora o projeto seja recente no bairro, trouxe mudanças importantes para a comunidade. “Eu moro nesses predinhos aqui na frente. Isso aqui era totalmente pichado, cheio de drogados, tudo quebrado e as pessoas invadiam as piscinas no verão”, diz Diana Martins da Silva, 18 anos, vizinha do Espaço Criança Esperança. “Era uma muvuca [confusão] danada e só acabava quando a polícia chegava”, diz ela. Ainda assim, a garota sempre frequentou o centro esportivo por falta de opção. “Mas ficava esperta, olhava para os lados e, qualquer coisa, corria para casa”. Hoje Diana joga capoeira e está frequentando as oficinas de linguagens básicas. “Quero Comunicação e Expressão porque ajuda no vestibular.”

Enquanto faz atividade, Diana “estaciona” o carrinho de bebê do seu filho, Gustavo, de 3 meses, perto do local das oficinas. Em muitas tardes, vai ao Espaço Criança Esperança apenas passear com o bebê. “A maioria das minhas amigas já teve filho”, diz ela. O mesmo estudo da Seade que revela homicídio juvenil indica que, nos bairros ricos de São Paulo, 19 a cada mil garotas engravidam entre 14 e 17 anos. Nos bairros pobres, este índice sobe para 41. Gravidez precoce é um dos problemas sociais mais sérios da Brasilândia. Para perceber isso, não precisa sequer conhecer as estatísticas oficiais. Basta andar pelas ruas e ver a grande quantidade de meninas, carregando seus bebês.

Em busca de segurança e de um lugar agradável para ir no fim do dia, centenas de moradores vão ao Espaço Criança Esperança à noite, para participar das oficinas de esporte ou se reunir com os amigos. “Na nossa comunidade não tem lugar para crianças e aqui elas têm segurança, liberdade. Estou me sentindo acolhida”, diz Maria Terezinha Braz, mãe de Igor, de 9 anos, e Talita, de 12. O menino joga futsal; a garota faz dança afro. “Eles ficam à vontade”.



ESPAÇO
CRANÇA
ESPERANÇA
SÃO PAULO
OSWALDO BRANDÃO

ESPERANÇA
SÃO PAULO

CRIANÇA

ESPERANÇA

S

O

P

ald

UNESCO

A maioria dos meninos e meninas, quando fala dos benefícios que o Espaço trouxe para a comunidade, cita o fato de o lugar – que ocupa nove mil metros quadrados – estar mais bonito, depois das melhorias feitas pela Prefeitura de São Paulo, um dos parceiros do projeto. “Isso aqui era escuro, não tinha luz nas quadras e a rua era totalmente esburacada”, diz Luiz Kleber de Souza, 21 anos, que há um ano faz dança afro. O rapaz, um dos primeiros alunos do projeto, foi ao Rio em 2006 para participar de uma programação nacional do *Criança Esperança*. “Conheci o Corcovado”, diz, sorrindo. Ele afirma que começar a conviver com outros jovens do bairro tornou-o menos tímido e mais confiante. “Minhas notas na escola melhoraram”.

“Antes tinha muito maloqueiro, drogado que entrava aqui e a polícia vinha atrás. Agora, olha só para isso, está muito mais organizado. Parece outro lugar”, afirma Glayson, o rapaz da Travessa da Rua. A relação entre os moradores da Brasilândia e o Espaço Criança Esperança estreitou-se mais em março de 2007, quando Sesi (Serviço Social da Indústria) e TV Globo organizaram a primeira Ação Global da região. O evento, que reuniu 58 mil moradores da Brasilândia e do entorno, ofereceu diversos serviços, como emissão de documentos, exames médicos e odontológicos e assessoria jurídica.

Logo depois, em abril, começaram reuniões com a comunidade que vive no entorno da sede do projeto para discutir questões como lixo e segurança dos equipamentos. Também começaram as programações organizadas pela área de eventos, como o DeBatePapo, encontro mensal em que são trazidos personalidades e especialistas para conversar com os moradores. O primeiro, realizado em maio, abordou maternidade e adolescência, e foi conduzido por duas professoras da Universidade de São Paulo. Outro evento, lançado em maio, foi o Espaço Cinema, que promoverá, a cada trinta dias, sessões adultas e infantis.

“Grande parte dos adolescentes da Brasilândia convive em ambientes violentos e precisa aprender a se proteger. Eles acabam pensando individualmente e perdem a referência de grupo. Interferir positivamente na formação desses jovens é extremamente importante”, diz Odair Ziolli, então subprefeito da Brasilândia, parceiro do projeto. Ele ressalta o fato de as crianças e jovens sentirem-se valorizados, ao fazerem atividade em um lugar bem cuidado.

A Brasilândia é um bairro praticamente sem arborização e a paisagem é dominada pelo alaranjado do cimento sem reboco dos casebres. De cima dos morros, o que se vê são os edifícios de uma São Paulo tão rica quanto inatingível para quem tem baixa escolaridade, é pobre e mora na periferia.

“O Espaço Criança Esperança é um exemplo de como a integração entre todos os setores da sociedade, públicos e privados, nacionais e internacionais, é capaz de gerar mudanças e criar soluções tão inovadoras quanto eficientes para superar alguns de nossos maiores desafios”, diz Denis Mizne, diretor executivo do Instituto Sou da Paz.

“A integração entre os diversos setores da sociedade é capaz de criar soluções inovadoras para superar desafios sociais”, diz Denis Mizne, parceiro do Espaço Criança Esperança, em São Paulo



Redução da violência

O bairro onde se localiza o Espaço Criança Esperança praticamente não tem arborização nem opções de lazer para crianças, adolescentes e jovens

Pode parecer uma ideia “grande demais” trabalhar na formação de lideranças comunitárias, especialmente porque, por trás deste objetivo, há outro: integrar uma rede de instituições que visam à redução da violência por meio da educação e da mobilização social. Mas o Espaço Criança Esperança de São Paulo, que já era gerido localmente pelo Instituto Sou da Paz e, até o final de 2003, pelo Unicef, fez isso com êxito no Jardim Ângela, onde inicialmente foi desenvolvido. O projeto, que também contou com parceria do governo estadual, fez parte de um grupo de outras iniciativas que contribuiu decisivamente para tirar o Ângela do topo das estatísticas de homicídio juvenil da capital, que chegou a atingir 444,8 a cada cem mil jovens e a ser reconhecido como o bairro mais violento do mundo, em razão do número de assassinatos.

Comparando os períodos 1999–2001 e 2003–2005, o índice de homicídio caiu 50%. O Criança Esperança ficou no bairro de dezembro de 2001 a 2005. Quando saiu, deixou todos os investimentos feitos em equipamentos, como um núcleo multimídia e um grupo de

jovens preparados para atuar na comunidade. “Certamente o Espaço Criança Esperança teve um papel importante na redução da violência no Ângela”, afirma Melina Risso, diretora do Sou da Paz. “Era um lugar onde as pessoas se reconheciam de forma diferente de ser morador do bairro mais violento do mundo”, completa.

Paulo Henrique Caires Pinheiro, 22 anos, o Miguelito, nasceu e cresceu no Jardim Ângela. Aos 17, participava do movimento *hip hop* do bairro – andava de *skate* e estava aprendendo grafite. Um educador sugeriu que ele fosse estudar no núcleo multimídia do Espaço Criança Esperança. Fez oficinas de vídeo, produção musical e comunicação escrita. Aprendeu grafite durante um ano e meio, foi convidado para dar oficinas como voluntário no Criança Esperança e fez diversos cursos oferecidos por instituições sediadas no bairro.

“Como eu estava no Criança Esperança, acabava sabendo de tudo o que tinha no bairro, que ONG estava lá oferecendo curso, oficina, essas coisas”, recorda Miguelito. “Com isso de dar oficina de grafite, mesmo como voluntário, comecei a fazer um currículo, a ter uma ocupação”, diz ele. “Posso te dizer que o Espaço Criança Esperança virou um pólo cultural: a gente usava o estúdio para gravar CDs de bandas do bairro e no fim de semana a gente se encontrava para usar a pista de *skate*, ouvir música”.

Quando o projeto se mudou para a Brasilândia, Miguelito foi o primeiro professor de grafite. Com as aulas, ajudou a sustentar a família. O pai é porteiro, mas está desempregado; a mãe, diarista. O trabalho dele e do irmão, que também fez curso de formação comunitária, foi decisivo para a compra de uma casa própria. “É preciso correr atrás de uma moeda”, diz ele rindo.



Jovens participam de oficinas de multimídia e aprendem diversas linguagens, como fotografia e vídeo

Fazendo a diferença

O Espaço Criança Esperança da Brasilândia, mesmo recente, já está fazendo diferença na vida de muitos jovens da comunidade. Isis Paulino da Silva, 17 anos, foi indicada pelo educador de capoeira, o Nenê, para participar da seleção de aprendizes da TV Globo de São Paulo. A menina, que se desloca diariamente até a escola pública de um bairro vizinho porque julga o ensino melhor, foi aprovada no teste de admissão. “Essa é a melhor oportunidade que tive na vida; cada dia aprendo uma coisa nova”, comemora a garota.

Isis, que é vizinha do Espaço Criança Esperança, está no último ano do ensino médio e pretende estudar educação física ou nutrição. Da sua janela, a garota assistiu à transformação da sede do projeto. “Este era um lugar que dava medo, as mães tinham receio de deixar as crianças virem brincar. A minha mãe ficava super preocupada de eu vir treinar capoeira. Agora ela veio ver meu treino e adorou”.

Os amigos Karina Ferreira, 24 anos, Luiz Kleber, 21 anos, e Silvana Barbosa são falantes e dão muita risada. Mas eles dizem que há um ano, antes de frequentar as oficinas de dança afro, eram retraídos, tinham poucos amigos e iam mal na escola. “Eu mal falava, por isso não ia bem”, diz Luiz. Silvana conta que tem muita dificuldade de aprender e que não conseguia pedir ajuda aos colegas de classe. Gordinha, a menina era alvo de chacota na escola. Ela emagreceu dez quilos, ficou mais confiante e fez amigos. Resultado: passou a ter notas melhores.

Negra, cabelos encaracolados e compridos, Soraya Barreto, 29 anos, a educadora de dança afro, é uma referência para seus alunos, especialmente para as garotas. Já há fila de espera para suas oficinas. A educadora cresceu na periferia da cidade e tem intimidade com a realidade dos jovens. Fez faculdade de educação física graças a uma bolsa de 50% e conseguiu o restante com as oficinas de dança afro. Chegou ao Espaço Criança Esperança há um ano como estagiária e passou a fazer parte da equipe pedagógica.

“As meninas se identificam muito com a história da dança afro, que chamamos de dança negra contemporânea porque misturo samba de roda, capoeira e até passos de *street* [dança de rua]”, diz Soraya. Ela recebe mães e filhas para conversar sobre problemas domésticos. “Muitas meninas têm pais com problema de alcoolismo e, quando chegam aqui, relaxam. É como se estivessem em outro mundo.”

Há poucos meses, a Brasilândia foi apresentada a todo Brasil por meio da minissérie *Antônia*, veiculada na TV Globo. Em seguida, a história das quatro amigas que batalham para ter uma banda profissional chegou aos cinemas. A Brasilândia não é um bairro musical, mas os jovens sentiram-se representados na tela. Para Isis, Luiz, Soraya, Silvana e tantos outros, o que vale é o refrão da música-tema: *Oh, Antônia brilha/Antônia sou eu/Antônia é você/Oh, Antônia brilha/E qualquer uma/Antônia pode ser.*

Brasilândia é um distrito formado por um conjunto de bairros onde vivem 262 mil pessoas, 13% das quais em favelas



“Agora estou feliz”



“As meninas se identificam muito com a história da dança afro, que chamamos de dança negra contemporânea porque misturo samba de roda, capoeira e até passos de street dance”, diz Soraya Barreto, educadora de dança

Começo dizendo que hoje a dança afro é a coisa mais importante da minha vida. É tudo mesmo. Eu emagreci muito, pelo menos quinze quilos, e isso melhorou minha vida na escola. Eu não sabia ler e não falava com ninguém. As pessoas falavam comigo e eu ficava quieta, muda.

Toda essa situação me deixava muito deprimida e minha mãe brigava comigo. Eu não conseguia sair na rua porque tinha medo. Antes do Criança Esperança, eu não conseguia vir aqui ter aulas porque tinha muita droga e muito maloqueiro.

Em um ano me desenvolvi muito. Agora tenho amigos, bagunço, saio à noite. Minha leitura melhorou um pouco e estou falando menos enrolado. Tive até um namorado.

No ano passado, fui para o Rio e conhecemos os meninos dos outros Espaços. O pessoal de Recife tem um sotaque muito diferente. Falam “Oxi, menina.”, é muito bonitinho. Eu, que nem pedia ajuda, agora estou feliz.

Nathalia Pinheiro, 17 anos, cursa o 2º ano do ensino médio em uma escola para alunos especiais e é aluna do Espaço Criança Esperança de São Paulo

“É preciso mais do que determinação”



“Meu pai era gari, estudou muito pouco mas todos os filhos terminaram a escola”

Nasci na Brasilândia. Onde hoje é o Espaço Criança Esperança foi o quintal da minha infância, porque aqui era uma fazenda.

Éramos sete filhos, mas uma morreu. Meu pai era gari, mas foi promovido a supervisor de limpeza. Minha mãe era empregada doméstica. Todos os filhos terminaram a escola. Foi bem difícil. Passei períodos em que só tinha um caderno.

Saí do ciclo, digamos, comum da Brasilândia quando comecei a fazer teatro. Até então, ficava na escola e participava dos movimentos da Igreja. Dava aula de alfabetização para adultos, mas só de feliz, porque a gente não tinha material nenhum. Fiz um curso de educador social na PUC [Pontifícia Universidade Católica] e fui me ligando a outros grupos de teatro. Cheguei a ter um grupo de pesquisa de artes cênicas.

Lembro que, para fazer pesquisa no Tendal da Lapa [casa de cultura], andava uma hora a pé para ir e outra para voltar. É preciso ter mais do que determinação para morar na periferia e seguir em frente. Mas só consegui entrar na faculdade de pedagogia depois que entrei aqui no Criança Esperança, porque, como é um emprego formal, pude assumir o compromisso financeiro.

Adoro trabalhar como atriz e foi muito bacana ter um papel na minissérie Antônia, que fala do meu bairro. Também fiz um policial no filme Carandiru. A Brasilândia não é um bairro musical, como mostra Antônia, mas é um lugar onde há muitas pessoas que se superam e vão em frente, como mostra o filme. Percebi que os moradores daqui gostaram de ver o bairro em rede nacional porque o nome Brasilândia é forte. Já peguei taxista que não quis me trazer em casa depois de ouvir o endereço.

Nosso desafio é ajudar a construir uma rede de mobilização social. Vejo, nas reuniões da rede, que reúne as instituições daqui, que as pessoas ainda não pensam em como podem contribuir, mas em quem podem ganhar. A mobilização ainda está atrelada a políticos e partidos e isso dificulta a organização da comunidade. Para o Espaço Criança Esperança se consolidar como um pólo fortalecedor da região, o caminho é o que estamos fazendo – ajudar a fortalecer outras instituições. Agora estamos contribuindo para organizar o Fórum da Criança e do Adolescente

Bernadete Alves de Souza, 32 anos, educadora de mobilização social do Espaço Criança Esperança de São Paulo

“Nossa intenção é resgatar a auto-estima da comunidade”

Nossa intenção é contribuir para o fortalecimento da sociedade civil na Brasilândia. Criar uma cultura de participação e co-responsabilidade pelos problemas e soluções, com instituições locais fortes e jovens empoderados para promover transformações na comunidade.

A promoção da participação e da convivência, assim como a valorização do diálogo como forma de resolução de conflitos e acesso a direitos são estratégias que permeiam toda a nossa atuação. Acreditamos que são essenciais para fortalecer o tecido social da Brasilândia e, com isso, ter um impacto nos índices de homicídios do bairro, que continuam altos.

Mais do que um local que oferece atividades de esporte, cultura e lazer, o Espaço Criança Esperança Brasilândia desenvolve uma metodologia de atendimento que prevê a participação de cada aluno em um conjunto de disciplinas básicas que procuram desenvolver as competências cognitivas, produtivas, sociais e pessoais.

Da mesma maneira, as dezenas de eventos proporcionados pelo projeto são oportunidades para integração entre a comunidade e o resto da cidade, bem como espaços de ampliação de repertório, que fortalecem a mobilização comunitária.

Desenvolvemos uma metodologia pedagógica que não fica restrita ao Espaço. Para ampliar o alcance do nosso trabalho, implantamos um sistema de educadores volantes. Eles dão oficinas em outras instituições da comunidade, potencializando a disseminação dos nossos princípios. Em pouco tempo, o Espaço Criança Esperança já é uma referência para os moradores da região.

Melina Ingrid Risso, diretora do Instituto Sou da Paz

Beatriz Miranda, coordenadora do Espaço Criança Esperança





Queremos criar uma cultura de participação comunitária na Brasilândia. Na foto, Beatriz Miranda (à esquerda) e Melina Risso



A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Lei Orgânica da Assistência Social - Artigo 1º

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ciências Humanas e Sociais

Central Única das Favelas

Local de atuação: : Rio de Janeiro (RJ)

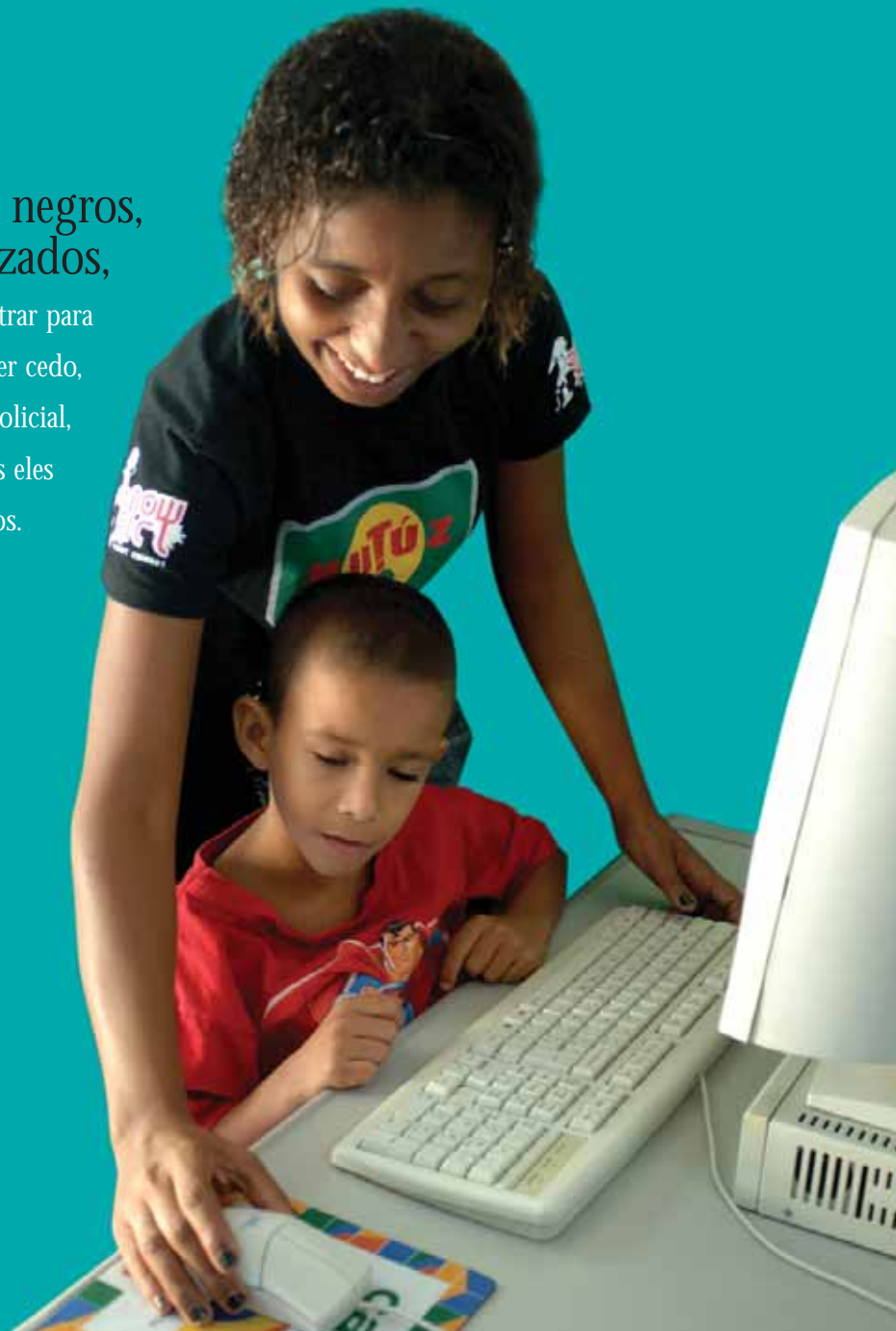
Data de fundação: 1998

O talento desce o morro

**Eles são jovens, negros,
pobres, marginalizados,**

e correm o risco iminente de entrar para o narcotráfico e morrer cedo. Ou de morrer cedo, vítimas de bala perdida ou de violência policial, mesmo sem ter ligação com o crime. Mas eles também são jovens talentosos e criativos.

Cheios de vontade de viver e loucos para cruzar a ponte cultural que separa as favelas, onde vivem, das oportunidades do “asfalto”. Assim são os jovens que inspiraram a criação da Cufa – a Central Única de Favelas – e que hoje são a razão da sua existência.





A Cufa favorece o surgimento de talentos nascidos e criados nas favelas e morros brasileiros e os revela a todo o país

Criada em 1998, o objetivo da Cufa é favorecer o surgimento de talentos nas comunidades e abrir espaço no asfalto para mostrá-los. Os integrantes da Cufa, a maioria negra, também discutem questões raciais com uma sociedade, que faz de conta que negros e brancos são iguais, mas que está longe de superar preconceitos de raça, classe social e origem. A Central Única de Favelas surgiu a partir de reuniões frequentadas por jovens de diferentes favelas do Rio, ligados ao movimento *hip-hop*, que buscavam opções para mostrar na cidade suas atitudes, seus questionamentos e, principalmente, sua criatividade.

O movimento *hip-hop* nasceu na periferia dos bairros pobres de Nova York e hoje é visto por estudiosos como uma expressão cultural juvenil urbana. Chegou ao Brasil entre 1983 e 1984. O ritmo que embala o movimento é o *rap* – abreviação para *rhythm and poetry* (ritmo e poesia, em inglês). Com batidas aceleradas e letras longas, quase recitadas, conta, em geral com gírias, questões relacionadas à vida da periferia das grandes cidades. O *hip-hop* é formado por três elementos – música (o *rap*), artes plásticas (o grafite) e dança de rua (a *break dance*).

Durante as discussões que originaram a Cufa, ficou claro que, para se fortalecer, os jovens teriam de se unir e fundar uma organização que funcionasse como um polo de produção cultural, oferecendo perspectivas de inclusão social e melhorando a auto estima da juventude das favelas. Assim, sob a liderança do *rapper* MV Bill e do produtor Celso Athayde, a Cufa

A organização atua como um polo de produção cultural, oferecendo perspectivas de inclusão social e melhorando a auto estima da juventude das favelas





a trabalhar, a fim de ocupar espaços públicos onde os jovens das favelas pudessem expressar sentimentos e impressões.

O primeiro desafio foi encontrar uma maneira de mostrar sua arte e de afirmar a identidade, mas o mercado fonográfico ainda estava fechado ao *rap*. Criaram, então, um selo próprio: a gravadora Cufa, que levou para as ruas a música feita na favela. A iniciativa ajudou a criar oportunidades de trabalho e renda.

O sucesso dos *rappers* MV Bill e Nega Gizza, ambos negros, mostrou que o caminho era possível. Os espaços da Cufa foram aglutinando mais jovens. As oficinas de grafite coloriram a paisagem cinzenta das favelas. Lentamente, começaram a chegar incentivos públicos e privados para a promoção das manifestações culturais de rua, como *break dance*, basquete de rua (mais “gingado” do que o basquete tradicional) e musicais de *rap*, além de ações nas áreas de literatura. Hoje, o Festival Hutúz, organizado anualmente pela Cufa, é o maior evento de *hip-hop* do mundo e reúne as principais tendências.

“O mais importante é dar visibilidade aos jovens da periferia, manter sua auto estima elevada e fazer com que suas potencialidades sejam reconhecidas pela própria comunidade. O jovem negro da favela precisa ser protagonista da própria história; a revolução só é possível quando ele acredita que ela é possível”, afirma Celso Athayde, que viveu com a mãe nas ruas até os 12 anos.

Jovens de diferentes favelas do Rio, ligados ao movimento *hip hop*, buscam opções para mostrar no asfalto sua atitude e criatividade



Falcão - os meninos do tráfico

O movimento ganhou novo fôlego em 2004, quando a Cufa começou a investir em produção visual, criando um polo de produção na Cidade de Deus. Em vez de cineastas brancos moradores dos bairros nobres da cidade, jovens negros das favelas passaram a registrar a realidade da periferia em videoclipes, documentários e filmes. A produção trouxe o olhar e a percepção locais e revelou-se boa ferramenta de mobilização social. Com equipamentos digitais de última geração e professores que são profissionais de ponta, como os diretores Cacá Diegues e João Moreira Salles, além de Caetano Veloso, os alunos do Núcleo Audiovisual produzem hoje, em média, sete filmes por ano, entre curtas-metragens, documentários e videoclipes.

Luiz Alves de Oliveira, mais conhecido como Pato Quak, nome de um personagem do desenho animado *Corrida Maluca*, é quem coordena o Núcleo de Audiovisual. Nascido em Cidade de Deus, Quak costuma dizer que já foi quase tudo na vida: “lavador de carro, bombeiro hidráulico, taxista, motorista de madame e *boy* de casa de macumba”. Desde 1996, quando terminou o ensino médio, fez dez vestibulares e não conseguiu passar em nenhum; mas, se falta conhecimento, sobra inteligência.

Quak foi um dos primeiros jovens chamados por MV Bill para participar das reuniões que resultaram na construção da Cufa. Começou como fotógrafo da banda de Bill. Em 1998, quando o *rapper* iniciou as entrevistas com os 17 meninos protagonistas do filme *Falcão – os meninos do tráfico*, Quak trabalhou na produção e na direção. Passou, então, a dirigir clipes de Bill, Nega Gizza e de outros *rappers*, até ser convidado para coordenar voluntariamente o Núcleo Audiovisual da Cufa, que tem setenta alunos entre 16 e 26 anos. Para sobreviver, tem um emprego de técnico audiovisual na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. “Estou devolvendo um pouco do que aprendi gratuitamente na Cufa. Mas meu sonho é poder viver só do Núcleo”, afirma Quak.

O Núcleo Audiovisual da Cufa começa a ser reconhecido como um balcão de talentos. De lá saíram adolescentes e jovens para trabalhar em longas metragens e séries de TV. Nove pessoas participaram da produção do filme *O maior amor do mundo*, de Cacá Diegues, lançado no final de 2006. Quak fez o porteiro do hotel e foi produtor, diretor de arte, figurinista, maquinista e eletricitista. Mingau atuou como dançarino no filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles, e como ator em *Cidade dos Homens*, seriado da TV Globo. Foi o núcleo que produziu também as vinhetas da TV Globo para os Jogos Pan-Americanos, que incluíram animações feitas com base em grafite de artistas da periferia.

“Estamos vendo mudanças importantes de comportamento entre os jovens da Cufa. Eles estão aprendendo a pensar de forma diferente, entendem melhor o racismo e a exclusão social. Podem, finalmente, mudar a realidade. Nós não só conseguimos cruzar a ponte morro–asfalto,

O Núcleo Audiovisual da Cufa começa a se firmar com um balcão de talentos. De lá saíram jovens para trabalhar em longas-metragens e séries de TV. O basquete de rua é outro destaque da organização



A central desenvolve atividades em cinco comunidades do Rio de Janeiro e nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso e Bahia

como as pessoas também estão cruzando de lá para cá”, avalia Quak, citando os importantes cineastas e artistas que vão dar aulas e palestras em Cidade de Deus.

O sucesso do documentário *Falcão – os meninos do tráfico*, produzido por Bill e Athayde, com a ajuda de diversas pessoas do Núcleo Audiovisual, comprovou a capacidade dos jovens da favela de mostrar sua realidade. O filme ganhou uma versão de 52 min, para ser exibida na TV. Foi veiculada em 2006 no *Fantástico* e causou comoção no Brasil e grande repercussão internacional. No dia 12 de abril de 2007, recebeu o Prêmio Internacional de Jornalismo Rei da Espanha, em Madri, na categoria “Televisão”.

“Este documentário não apresenta uma solução para a violência, mas mostra ao Brasil como nasce o problema. Agora é impossível não ver”, diz Athayde. Para Bill, o Projeto Falcão fez as pessoas do “asfalto” refletirem se cadeia e pena de morte são, de fato, soluções para quem comete um crime. “Nosso objetivo não é ficar discutindo o passado, mas, sim, fazer uma intervenção no presente para mudar o futuro”, conclui Athayde.

A Cufa criou ainda uma companhia de teatro, a Lomboko, e uma escola cênica em Cidade de Deus. De novo, começa a “exportar” talentos para o chamado “asfalto”. Ricardo Andrade, 17 anos, há um ano aluno de teatro e audiovisual, está atuando na escola de atores do Retiro dos Artistas, administrada pelo ator Stepan Nercessian. “Já estreei vários espetáculos, como o infantil *Feito gato e rato*”, diz. Ricardo fatura R\$ 50,00 por apresentação no Retiro dos Artistas e R\$ 150,00 nas apresentações feitas em escolas. “Passei um bom tempo sem saber o que fazer da minha vida. Agora tenho 98% de certeza de que o caminho é o teatro”, afirma.

Luiz Alves:
“Já fui lavador de carro,
bombeiro hidráulico,
taxista, motorista
de madame e boy
de casa de macumba”



Atualmente, a Cufa desenvolve atividades de educação, lazer, esportes, cultura e cidadania, em núcleos espalhados por Cidade de Deus (Jacarepaguá), Complexo Acari, Jardim Nova Era (Nova Iguaçu), Jacarezinho e Pedra do Sapo. Tornou-se referência nacional e internacional na promoção da inclusão social em favelas. As parcerias, os apoios e os patrocínios estão possibilitando a expansão da Cufa para São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso e Bahia.





“Todo mundo me viu na TV”

Sheila: “é muito bom tirar dinheiro do banco e ir passear”

Olhos pretos e redondos como jabuticabas, sorriso largo e branco que contrasta com a pele negra e uma vivacidade incrível: a face expressiva e os traços de Sheila Regina Soares da Silva, 11 anos, revelam seu potencial de atriz. Como tantas outras meninas de sua idade, Sheila sempre quis aparecer na televisão. O sonho, no entanto, parecia muito distante da realidade, para uma garota nascida e criada na favela. Mesmo assim, ela nunca perdeu as esperanças. Confiava que, um dia, seu desejo se concretizaria.

Entrou no curso de teatro da Cufa, em 2004, apesar de sua mãe, Deise Lane Soares da Silva, desconfiar da qualidade da escola. “No começo, não dava muita importância, pensava que, como o curso era de graça, não poderia ser bom.” Em pouco tempo, porém, Deise, que se mudou para a Cidade de Deus depois que uma chuva derrubou sua casa em Madureira, reconheceu a qualidade do curso e começou a acreditar no talento da filha. “Ela começou a ficar mais inteligente, mais falante e expressiva.” Quando percebeu as mudanças, Deise passou a participar dos encontros na Cufa e a incentivar a menina.

Em 2006, depois de atuar em várias peças teatrais montadas pela Cufa, muitas delas encenadas em escolas da região, Sheila foi convidada por uma agência de publicidade para fazer teste para um comercial de televisão. Selecionada, virou protagonista do anúncio do aniversário de trinta anos de uma montadora de automóveis que foi veiculado em rede nacional. “Eu fiquei muito feliz, porque todo mundo me via na televisão e comentava comigo”, diz a menina, sempre sorrindo com os lábios e os olhos.

O cachê de R\$ 2 mil operou um verdadeiro milagre na família. “Eu disse: Mãe, vamos passear com meus irmãos na Quinta da Boa Vista, visitar o Zoológico, a Terra Encantada, e almoçar fora em um restaurante de Madureira”, conta Sheila. A mãe ganhou de presente um armário de cozinha, além de roupas, perfumes e brincos. O dinheiro que sobrou foi colocado na poupança. “É muito bom tirar o dinheiro do banco e ir passear”, diz. Depois disso, ela participou de um espetáculo de MV Bill no *show* do Criança Esperança em São Paulo. “Quero ser atriz porque gosto de aparecer na televisão, mas também posso ser médica porque gosto de salvar as pessoas”, diz a menina, ativando sua caixinha de sonhos.

“Quero contar para o Brasil e o mundo que o crime não compensa”

Aos 10 anos, quando perdeu a mãe, ele foi levado para o tráfico pelas mãos do próprio pai. Motorista de ônibus de dia e traficante à noite, o pai o usava como escudo humano, para escapar dos policiais que davam batidas em Cidade de Deus. Assim nascia “Fortalece”, apelido dado por um chefe do tráfico ao menino Sérgio Cláudio de Oliveira Teixeira, que nutria o sonho de ser palhaço, enquanto levava e trazia drogas para bandidos.

“Meu pai me colocava no ombro e dizia: Você vai ser melhor do que eu. Eu sentia medo, mas, ao mesmo tempo, achava legal a adrenalina, via que meu pai tinha poder, dinheiro, fama e mulheres”, recorda Sérgio, hoje com 22 anos e pai de uma filha pequena.

Essa história foi contada por Sérgio, em 1999, a MV Bill e Celso Athayde, quando os dois começaram a filmar o documentário *Falcão – os meninos do tráfico*. O encontro foi o início de muitas mudanças. Sérgio selou um pacto com Bill e Athayde: sairia do crime e iria trabalhar na sede da Cufa.

Sérgio, que adorava circo, foi conhecer o do ator Marcos Frota, que, para sua surpresa, estava instalado no mesmo lugar em que, na infância, ele avistou o circo de Beto Carrero, mas não pôde entrar.

Depois de um período trabalhando na Cufa, Sérgio foi repreendido por ter furtado o bife de uma marmitta e sumiu. Começou a praticar assaltos e roubos no Rio e não foi mais visto. Bill o encontrou preso em Bangu, quando o documentário *Falcão* já estava sendo concluído e ele era o único sobrevivente entre os 17 “falcões” registrados no filme. Os outros tinham morrido antes de completar 18 anos.

“Você ainda quer ser palhaço?”, perguntou Bill durante uma visita ao presídio. Sérgio respondeu que sim. Após a veiculação de parte do documentário *Falcão* no Fantástico, conseguiu autorização para cumprir pena em regime semi-aberto. Voltou a trabalhar na Cufa e dormia na prisão. Ao conhecer a história de Sérgio, o Grupo Beto Carrero World convidou-o para ser palhaço. Ganhou liberdade condicional e trabalhou lá durante sessenta dias.

“Quero estudar na Escola Nacional de Circo, fazer palestras e contar que o crime não compensa. Um dos episódios mais tristes da minha vida foi quando Pingo, um grande amigo, e eu fomos pegos por policiais. Eles sortearam qual de nós iria morrer. Cantaram unidunitê, salamê, mingüê, o sorvete colorido, o escolhido foi você e Pingo caiu morto bem na minha frente”.

“Melhorar a situação do negro é mudar a situação do Brasil”

Os meninos da Cidade de Deus, quando saem da porta de casa, veem o crime. Quem vive nesse time das impossibilidades acaba achando que o tráfico é um bom caminho. Ter a Cufa aqui é ver crianças e jovens com acesso a oportunidades que eu gostaria de ter tido quando era pequeno.

Quando as crianças estão aqui, elas não querem mais voltar para casa, às vezes nem têm vontade de ir à escola. Aqui encontram oxigênio, têm um norte e novas opções que não existem lá fora. Temos crianças e jovens que hoje trabalham no elenco de novelas, em filmes e comerciais, como técnicos de TV, dançarinos.

Tem gente que vem aqui que está no tráfico. Não discriminamos ninguém. É só deixar a arma lá fora que pode entrar. Muitas vezes os traficantes pedem uma vaga para o filho. Gostaríamos de atender a toda a comunidade, mas infelizmente, não temos capacidade para isso. Eu gostaria muito de ampliar o trabalho, de dar uma contribuição de verdade para os jovens saírem do tráfico. Os jovens que morrem com menos de 18 anos no tráfico, sem ter contato com o pai e tendo a mãe, ou melhor a “pãe” como figura heróica, deixam viúvas com 13,14 anos de idade.

Em Cidade de Deus, 95% da população são negros. O preconceito no Brasil é social, em decorrência do preconceito racial. Eu já participei de movimentos panfletários, de luta com a polícia. Mas hoje entendo que só o que pode mudar a situação social é a educação, o conhecimento e o acesso a oportunidades, seja por meio do esporte, da arte, do lazer.

Sempre digo para as crianças que, antes de se transformar em um artista, é preciso se tornar um cidadão. Não acredito em revolução com data e horário marcados, mas, sim, na melhoria do vocabulário, da linguagem e na ocupação de espaços. Melhorar a situação do negro é mudar a situação do Brasil, que tem alguns dos maiores índices de desigualdade do mundo. A maioria das mortes por armas de fogo no país, por exemplo, é entre jovens negros.

Em 1998, quando eu subi ao palco e falei da realidade da favela, isso afastava o pessoal do “asfalto” e da própria favela. A Cufa foi o nosso tradutor, o nosso interlocutor com o “asfalto”. Hoje as pessoas não sentem mais vergonha de dizer que são da favela. E nós sabemos que só 1% dos moradores da favela tem envolvimento com o crime. A maioria das pessoas é ordeira, por isso, é estranho que único braço do Estado que entra na favela seja a polícia.

MV Bill, rapper e fundador da Cufa




MV Bill: temos crianças e jovens que hoje trabalham no elenco de novelas, em filmes e comerciais, como técnicos de TV e dançarinos

Associação Educacional e Assistencial Casa do Zezinho

Local de atuação: São Paulo (SP)
Data de fundação: 1994

Quebrando fronteiras

Os bairros Jardim Ângela, Jardim São Luiz e Parque Santo Antônio, na periferia da zona sul de São Paulo, formaram, durante muitos anos, a região conhecida por Triângulo da Morte, em razão do grande número de assassinatos que vitimaram principalmente os jovens da região.



A Casa do Zezinho criou uma metodologia própria que tem como principal objetivo suprir a carência do ensino oferecido pelas escolas públicas



Até 2001, de cada dez homicídios registrados na capital paulista, três ocorriam no Parque Santo Antônio. É lá, rodeada por 55 favelas e uma população estimada em trezentas mil pessoas, que se localiza a Casa do Zezinho, uma organização não governamental que tem conseguido que grande parte das suas crianças e jovens faça uma espécie de “volta ao mundo cultural” – entram filhos da violência, falando o “português-dialeto” dos guetos urbanos, e saem jovens preparados para enfrentar processos de seleção de escolas técnicas, universidades, empresas e companhias de dança.

Há atividades de segunda à sexta-feira, entre quatro e cinco horas por dia. Os jovens chegam aos 18 anos com dez possibilidades de qualificação profissional

Quando a professora Dagmar Garroux fundou a instituição, há 13 anos, inspirou-se no poema “E agora, José?”, de Carlos Drummond de Andrade, pelo fato de muitos referirem-se aos pobres como “Zé Ninguém” ou “Zé Mané”. A Casa do Zezinho abrigaria, então, os pequenos Josés do Triângulo da Morte. Tia Dag, como é conhecida, criou metodologia própria, que favorece o desenvolvimento pessoal e coletivo; teceu parcerias com a São Paulo metrópole, para levar bons serviços aos seus alunos. Conseguiu fazer que a maioria dos jovens rompesse com ciclo do poema. *E agora, José? / A festa acabou / A luz apagou / O povo sumiu / A noite esfriou / E agora, José?*





De acordo com as estatísticas da Casa, 95% dos Zezinhos concluem o ensino médio e grande parte segue para a universidade; 70% estão no mercado de trabalho e muitos trabalham como monitores, recebendo salário. Numa região em que o assassinato de jovens é fato corriqueiro, entre 1994 e 2006, nove alunos e ex-alunos haviam sido assassinados, número muito pequeno, se comparado às estatísticas locais. A Casa atende 1.500 crianças e adolescentes e já atendeu 15 mil desde a sua criação.

O início da “volta ao mundo” dos Zezinhos começa quando eles cruzam a ponte do rio Pinheiros, que separa a área mais rica e educada da cidade da periferia da zona sul. Tia Dag conta que a primeira vez que levou alunos ao Teatro Municipal, no centro, as crianças pensaram que era uma igreja e se benzeram. Logo no início do projeto, ela levou um aluno que havia quebrado o dedo ao ortopedista. Na volta, passou com o menino no McDonald’s. Nas semanas seguintes, já havia quase uma dezena de crianças com o dedo quebrado, esperando ser levada à lanchonete. Assim começou o processo de ensinar os garotos a se organizar para conversar com os profissionais da Casa, quando queriam reivindicar algo.

De acordo com as estatísticas da ONG, 95% dos alunos concluem o ensino médio e 70% estão no mercado de trabalho



ADRIANAS
MATEUS

ADRIANAS
MATEUS

Arco-Íris

A Casa do Zezinho atende crianças e jovens dos 6 aos 21 anos. Ao chegar, passam a integrar um dos sete grupos que correspondem às cores do arco-íris. O trabalho começa na Sala das Violetas, para crianças de 6 a 7 anos, e vai até a Sala Coração, para os de 16 a 18 anos. Há ainda os ateliês livres, para os mais velhos. Todo o trabalho baseia-se sobre quatro pilares: filosofia, artes, ciência e espiritualidade. Estes são os eixos que norteiam as dezenas de oficinas – inglês, música, padaria, *web design*, dança – e os cursos livres para a comunidade.

De acordo com a filosofia da Casa, a espiritualidade é um caminho para a construção de valores éticos. “É isso”, diz Tia Dag, “que deve faltar às pessoas que tiveram acesso às artes e à boa educação e, ainda assim, desviam dinheiro público, por exemplo.” A ideia é que um Zezinho seja alguém que, além de conseguir ir além da cultura do gueto, eduque-se, rompa o ciclo de pobreza da sua família e toque sua nova vida de forma ética.

Um dos fatores de sucesso do projeto é o tempo de permanência dos alunos na Casa, que varia de sete a oito anos. Eles têm aulas de segunda a sexta-feira, entre quatro e cinco horas por dia. Cada jovem chega aos 18 anos com pelo menos dez possibilidades de qualificação profissional, que varia de estilista a cenógrafo. “Somos chiquérrimos. Não temos costura; temos ateliê e estilistas!”, diz Tia Dag, sorrindo. É com o passar dos anos que os meninos aprendem a falar uma linguagem que lhes permitirá atravessar a ponte do rio Pinheiros e disputar um espaço no mercado de trabalho. Aos sábados e domingos, quase sempre há uma turma que se reveza em passeios pela cidade, para assistir a espetáculos e exposições.

Uma das marcas da Casa é ter parcerias de muita qualidade, que atuam dentro do espaço. É assim que os Zezinhos contam com serviço médico e psicossocial. Têm a oportunidade de aprender inglês com professores de uma das melhores escolas especializadas de São Paulo; possuem um estúdio de som de primeira linha, computadores e uma oficina multimídia onde começaram recentemente a produzir vídeos sobre a realidade da zona sul. O espaço multimídia, além de ser uma ferramenta técnica – os meninos têm aulas de fotografia, edição e captação de som –, possibilita a reflexão sobre os problemas do bairro.

Isadora Araújo tem 13 anos e está há três na Casa do Zezinho. Faz oficina de dança, informática e vídeo. “Queria jogar capoeira, mas não dá tempo”, diz a menina. A mãe de Isadora trabalha como diarista em um bairro distante de casa e faz um curso de auxiliar de enfermagem. Em 2006, quando uma facção criminosa incendiou alguns ônibus na zona sul, a vida das duas, e de todos os outros que dependem de transporte público, virou do avesso. A mãe estava num ponto de ônibus, passou mal e teve uma crise de pressão alta, ao ver o veículo em chamas. Com medo, muitas famílias não permitiram que seus filhos saíssem de casa, mesmo para ir à escola.

A Casa atende jovens dos 6 aos 21 anos, que passam, em média 10 anos na instituição, aprendendo filosofia, artes, ciência e espiritualidade por meio de oficinas diversas, como inglês, natação, dança, música, culinária, *web design*, multimídia e cerâmica



Os atentados aos ônibus da zona sul atingiram a maioria das famílias da região e isso foi debatido no primeiro vídeo produzido pelos alunos de 12 a 14 anos, da Sala Solar. Quem operou a câmera digital foi Gabriel Santos, de 13 anos, que está desde os 9 na Casa do Zezinho. “O que tenho de mais bacana na vida são as oportunidades”, diz Isadora, que também está na produção do vídeo. “Por isso, não entendo esse pessoal que consegue vaga e não quer nada da vida. Quando vejo isso, penso nos meus amigos que gostariam de estar aqui”. Os Zezinhos, especialmente os adolescentes, cobram empenho uns dos outros, porque quase todos têm parentes ou colegas na fila de espera da instituição. No fim de 2006, havia 1.500 crianças e jovens aguardando vaga. A formação de um Zezinho custa R\$ 77,00 mensais.

Os adolescentes atendidos cobram empenho dos colegas, porque quase todos têm parentes ou colegas na fila de espera para entrar na instituição. No fim de 2006, 1.500 pessoas aguardavam uma vaga

Enquanto a turma de Isadora e Gabriel está na sala multimídia, Daniele Santana, 15 anos, está com quatro amigos e o professor no estúdio de som, aprendendo técnicas de produção musical. A maioria dos garotos que se interessa por essa atividade toca um instrumento ou canta. Daniele canta; seu colega Dávalo toca percussão e violino. A Casa tem uma Orquestra de Música Brasileira, que, no dia 24 de outubro de 2006, estava se preparando



para fazer uma apresentação conjunta com os alunos da Escola Americana, no Morumbi, o principal reduto dos endinheirados da zona sul. “Disseram que os meninos de lá tocam bem; estou até meio nervoso”, disse Tiago Batista, de 18 anos, que toca bateria e percussão e pretende fazer universidade de música.

Oportunidades

Para atender as famílias, a Casa tem o patrocínio de uma empresa que financia uma linha de crédito para uma cooperativa de artesanato gerida por mães do projeto e para famílias que queiram abrir pequenos negócios. A inadimplência é zero e a Casa tem tradição de aproveitar o saber da comunidade e transformá-lo em negócio. Isso começou quando, no início do projeto, a Casa atendia sete crianças e Tia Dag começou a dar aula de cerâmica, usando ferramentas japonesas.

Uma garotinha olhou para os utensílios e falou: “Minha avó faz isso com casca de coco”. A senhora foi contratada para dar aulas de cerâmica e ainda utilizava o forno para assar as próprias panelas e vendê-las para aumentar a renda familiar.

A ONG tem uma orquestra de música brasileira. No estúdio de som, alunos aprendem técnicas de produção musical





Foi assim que, em 2006, Celso Batista, de 73 anos, avô de Tiago, um dos meninos da orquestra, foi parar na Casa do Zezinho para produzir instrumentos de percussão. O garoto chegou para Tia Dag e disse: “Meu avô faz instrumentos lá na casa dele”. Seu Celso, que trabalhava em um quartinho com duas serras e uma lixa, agora dá aulas em um ateliê grande, produz quinze instrumentos por semana, ganha salário e um percentual sobre as peças vendidas. A ideia de Dag é exportar a produção, quando conseguir aumentá-la. Por enquanto, a oficina atende a demanda dos músicos da cidade. “Eu estava estacionado; agora vejo isso tudo indo pra frente e ainda ensino meu neto”, diz Celso.

Apesar das vitórias da Casa do Zezinho, Dagmar, que vive há décadas na zona sul, afirma que, há alguns anos, o tráfico passou a ser uma herança que passa entre as famílias. Segundo ela, quando o projeto começou, os traficantes iam até lá pedir uma vaga, para que seus filhos tivessem uma vida melhor, mais digna. Hoje eles mesmos empregam as próprias crianças. “Meu maior medo é que o crime organizado fosse passado de pai para filho como uma herança”, diz Dag. Ela relata que um menino ganha até R\$ 400,00 para furto ou roubo de um carro e entregá-lo sem avarias em um desmanche. Algumas sacolas de *crack* rendem R\$ 50,00.

“Meu concorrente é o tráfico. Como faço para colocar esses meninos no mercado de trabalho, ganhando um salário, e ainda motivá-los a estudar? Só desenvolvendo amor, educação, informação. Estimulando o fazer, o saber, o ser, o conviver. Não adianta você falar que está ensinando computação para seiscentos jovens aqui da zona sul. Eu duvido que só com isso eles vão ter trabalho. Chegarão ao emprego falando ‘Oi, mano, nós tamo na fita. Quem é o ganso aqui?’ Os jovens não precisam só de oficinas. Precisam de formação”, conclui Dagmar.

“Nosso maior concorrente é o tráfico”, diz Dagmar Garroux, fundadora. “Quando começamos, os traficantes vinham aqui pedir vaga para que seus filhos tivessem uma vida melhor. Hoje, eles empregam suas próprias crianças”







O trabalho da Casa do Zezinho baseia-se em quatro pilares: filosofia, artes, ciências e espiritualidade

Fiquei dois anos em lista de espera, até conseguir uma vaga aqui na Casa do Zezinho, mas vale muito a pena. A diferença é que aqui você tem acesso ao que busca. Meus amigos da escola vivem na rua. Meu futuro é ter um trabalho digno; o deles é entrar no crime. A gente conversa muito, mas eles não conseguem pensar no futuro. O principal aprendizado que tive aqui é justamente conseguir sonhar com uma vida melhor.

Somos quatro filhos – minha irmã menor, de 7 anos, está na lista de espera para entrar na Casa. A do meio tem deficiência grave e nunca vai poder vir. Ela não anda e não fala. A situação melhorou há uns três anos, depois que uma mulher estava passando de carro e viu minha mãe descendo do ônibus com minha irmã no colo. Ela pesa cinquenta quilos, mas, como não tínhamos dinheiro para cadeira de rodas, minha mãe a carregava no colo. Essa mulher comprou uma cadeira e deu para gente. Foi um alívio.

Meu pai trabalha como limpador de vidros em uma empresa e minha mãe conseguiu emprego de faxineira há três meses. Ela só pode trabalhar à noite, porque de dia fica com a minha irmã doente. Meu pai estudou até a 5ª série e minha mãe, até a 7ª. Mesmo com pouco dinheiro, antes de eu entrar aqui, ele me pagava um curso de informática, porque, sem conhecer computador, a pessoa não tem nenhuma chance de conseguir emprego. As coisas na minha casa não são nada fáceis, mas eu sei que ganhei um futuro.

Daniele Santana, 15 anos, aluna da Casa do Zezinho

“Quando era menino, tive propostas para entrar no tráfico”

Eu conheci a Casa do Zezinho andando de *skate*. Vi aquela casa toda colorida e fui ver o que era. Eu tinha 14 anos e me interessei pelo curso de informática, mas só tinha vaga na oficina de costura. Aprendi a costurar e a fazer camiseta. Logo depois fui convidado para trabalhar numa confecção do Zezinho, que hoje não existe mais. Lá aprendi bordado e tapeçaria. Há um tempo, quando fiquei desempregado e precisava pagar a faculdade, fiz camiseta e estampeí.

Um ano depois de entrar na Casa do Zezinho, minha vida começou a mudar. Comecei a fazer tantos cursos que passei a ir melhor na escola e já não tinha tanto tempo livre. Nessa época, meu bairro, que é o Parque Santo Antônio, fazia parte do chamado Triângulo da Morte. Nunca parei para contar quantos amigos foram assassinados, mas uns sete, com certeza. Alguns também morreram afogados na represa de Guarapiranga. A gente não tinha nada para fazer e ia tomar banho lá.

Depois de um tempo, comecei a dar aulas de tapeçaria e mosaico, até que passei no vestibular para Artes Visuais. O primeiro ano foi muito difícil – paguei a faculdade com o salário de professor, mas o dinheiro não era suficiente para transporte e material. Muitas vezes, voltei caminhando para casa, duas horas e meia a pé.

Quando eu estava no segundo ano do ensino médio, me inscrevi para uma bolsa da Abrinq [Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes], destinada a jovens que fizessem parte de ONGs e que tivessem passado na faculdade. A bolsa, que paga faculdade, condução e alimentação, saiu quando eu estava indo para o segundo ano do curso. O Bob Wolfenson [fotógrafo] foi escolhido pelo programa para ser o meu mentor – é um adulto que leva uma vez por mês para fazer um programa cultural e conversar sobre a vida profissional.

Ele me chamou para trabalhar aqui no estúdio como recepcionista. Talvez eu faça pós-graduação em fotografia. Todas essas oportunidades surgiram a partir da Casa do Zezinho, entende?

Minha família é da Paraíba. Viemos para São Paulo quando eu tinha 4 anos, fugindo da seca. Já moramos 11 pessoas em uma casa de cômodo único. Minhas irmãs, que são mais velhas do que eu, não tiveram oportunidade de estudar. Se eu não tivesse entrado na Casa do Zezinho, não sei o que estaria fazendo. Posso dizer que, quando era menino, tive muitas propostas para entrar para o tráfico.

Agenor Mendes, 21 anos, ex-aluno da Casa do Zezinho



Agenor Mendes:
“Meu bairro, o Parque Santo Antônio, fazia parte do chamado Triângulo da Morte”

*“Formamos
uma família
de cidadãos
do mundo”*



Quando os meninos chegam aqui, aos 7 ou aos 14 anos, idade em que a maioria entra na Casa, nós os ajudamos a reconstruir a possibilidade de sonhar. Do rio Pinheiros (que separa a parte nobre da capital paulista da periferia) para cá, virou o muro de Berlim. Quando esses meninos cruzam a ponte, não são bem recebidos na cidade. O que acontece? Sentem-se parte de um dos vários guetos da periferia da zona sul. Isso apequena a visão dos adolescentes. Aqui na Casa do Zezinho, o maior aprendizado deles é sentirem-se parte da família de cidadãos do mundo.

Os nossos alunos levam o que aprendem aqui – arte, ciências, multimídia – para casa, para que esses conhecimentos façam sentido no dia-a-dia deles. Os pais são estimulados a participar do projeto: oferecemos linha de crédito a juros baixos e assessoria para que montem pequenos negócios. Sabe qual é a inadimplência desses empréstimos? Zero. O avalista, digamos assim, é o filho, que vem para cá cinco vezes por semana.

Temos um ex-aluno que matava pardal para comer aqui no Parque Santo Antônio e hoje estuda física na Universidade de São Paulo. Você tem ideia do que significa sair do Parque Santo Antônio, que já fez parte do chamado Triângulo da Morte, para estudar física em uma universidade de elite? Temos outra ex-aluna que também estuda física, mas trabalha com *design* de interiores e monta vitrines de lojas de primeira linha. Um dia destes, ela veio visitar e eu perguntei: Escuta, tem certeza de que quer estudar física? Ela respondeu que sim, porque ainda não abriu mão do sonho de trabalhar na Nasa. Esses são os Zezinhos, meninos que rompem com a cultura de gueto e vão para o mundo, sonhando alto.

Quando as crianças começam a tocar na orquestra do projeto, as mães me perguntam se isso dá dinheiro. Respondo que sim. Porque depois toda a família vai entender que seus filhos têm direito de aprender, de conhecer várias coisas que não tenham



relação com mercado de trabalho. Aprendem pelo prazer de aprender. Daqui a pouco, os garotos da orquestra vão sair para fazer uma apresentação com os alunos da Escola Americana, no Morumbi. Eles têm muitas oportunidades de troca, de aprendizado e chegam nessas escolas particulares com nível técnico igual ou melhor.

Os alunos passam sete, oito anos, aqui no projeto, de quatro a cinco horas por dia, fazendo oficinas e reconstruindo a auto estima. A maioria, de fato, sai daqui com um bom emprego ou estágio e preparada para entrar na universidade. São centenas de exemplos: hoje temos gente dançando na companhia do Ivaldo Bertazzo, fazendo estágio de multimídia no Instituto Criar, a ONG montada pelo Luciano Huck, trabalhando como assistente no estúdio de fotografia do Bob Wolfenson [um dos mais importantes fotógrafos do país], na TV Cultura e por aí vai. São vagas que envolvem processos de seleção complexos, mas eles perdem o medo de atravessar a ponte do rio Pinheiros e ir trabalhar ou estudar nos bairros de classe média da cidade. Além disso, muitos ex-alunos hoje trabalham em funções gerenciais aqui no projeto.

Minha angústia é conviver com a lista de espera que temos aqui na porta. São 1.500 crianças que aguardam por uma oportunidade de mudar de vida. Seleccionamos os que estão em situação mais vulnerável. Estabelecemos uma regra – quem falta mais de três vezes sem justificar o motivo, perde a vaga. Os próprios alunos fiscalizam, porque quase todos conhecem alguém que está esperando por uma oportunidade de entrar. Dificilmente conseguiremos atender um número maior de crianças e jovens – são 1.500, sem contar a família. Meu sonho é levar nossa metodologia para a África. Quero abrir uma Casa do Zezinho em Angola.

Dagmar Garroux, coordenadora da Casa do Zezinho

Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul

Local de atuação: Porto Alegre (RS)

Ano de fundação: 2005

Círculo de paz

No lugar do castigo, o diálogo.

Em vez do tribunal que culpa e pune infrações cometidas por crianças e adolescentes, o círculo que restaura. Reparar ou amenizar os danos causados pelo crime, sem punir severamente o infrator ou promover sua exclusão social, é a filosofia da justiça restaurativa, que vem sendo posta em prática em Porto Alegre, desde 2005, pelo Juizado da Infância e da Juventude. O Projeto Justiça para o Século 21 representa uma revolução no tratamento do adolescente infrator no Brasil. Os conflitos passam a ser resolvidos, de forma pacífica e coletiva, pelos próprios ofensores, pelas vítimas, pelos familiares e pelas comunidades.

Os nomes dos adolescentes citados neste capítulo são fictícios. As ilustrações são de alunos da Casa do Zezinho (pág. 94)

O Projeto revoluciona o tratamento do adolescente infrator. Os conflitos passam a ser resolvidos, de forma coletiva, pelos ofensores, vítimas, familiares e comunidades





Em Porto Alegre, a adoção de práticas restaurativas na pacificação de situações de violência envolvendo adolescentes começou em 2002

A legislação brasileira não determina expressamente a prática restaurativa para crimes cometidos por menores de idade, mas especialistas entendem que há “janelas” na lei que permitem a realização voluntária destas práticas. As primeiras ideias do sistema surgiram nos presídios norte-americanos na década de 1970, mas foi na Nova Zelândia, onde foram incorporadas algumas práticas da justiça ancestral dos aborígenes Maoris, que o movimento tomou força. Em 2002, a Organização das Nações Unidas aprovou a recomendação, aos seus países-membros, da incorporação das práticas restaurativas nos respectivos sistemas oficiais.

Em Porto Alegre, a adoção de práticas restaurativas na pacificação de situações de violência que envolvem crianças e adolescentes teve como marco inicial um crime ocorrido em 2002, chamado de “caso zero”: um roubo com uso de arma de fogo, invasão de domicílio e retenção das vítimas como reféns em razão da chegada da polícia. Sentenciados à internação, dois adolescentes envolvidos participaram de encontros com as vítimas. Os profissionais que mediaram as conversas utilizaram técnicas de mediação baseadas na terapia familiar sistêmica, que enfatiza a importância do contexto para a compreensão dos problemas de todas as pessoas envolvidas em determinado episódio. Depois de cinco meses recolhidos, ambos foram liberados para cumprir medidas de meio aberto. Periodicamente monitorados, não há notícia de reincidência deles.





Executado pela 3ª Vara do Juizado da Infância e da Juventude e coordenado por seu Juiz Titular, Leoberto Brancher, o projeto trabalha com uma lógica completamente diferente da adotada pela justiça tradicional. Enquanto as práticas tradicionais da justiça enfatizam a apuração de culpados e a imposição de punições, legitimando uma espécie de vingança pública, a justiça restaurativa considera os danos, os responsáveis e os prejudicados pela infração. Valoriza a autonomia dos envolvidos e o diálogo entre eles, criando espaços protegidos para que todos falem – transgressor, vítima, parentes e pessoas das comunidades –, em busca de opções de responsabilização, reconhecimento e reparação das consequências.

Na prática, a justiça restaurativa vem propiciando uma atitude transformadora entre todos os que passam pelos chamados círculos restaurativos. Quando colocados frente a frente, ofensores, vítimas, familiares e representantes das comunidades passam a refletir e a discutir sobre as responsabilidades pela ofensa, os motivos que levaram o infrator a cometê-la e o que pode ser feito para repará-la. É, então, traçado um plano com compromissos, ações e prazos a serem cumpridos. O acordo é enviado ao juiz e um pós-círculo de avaliação analisa se o adolescente infrator está cumprindo o combinado.

A responsabilidade não se limita ao ofensor, que tem o dever de agir para restituir ou reparar o mal que causou à vítima ou à comunidade. Todos os afetados pelo delito têm

Ofensores, vítimas, familiares e representantes das comunidades passam a refletir e a discutir os motivos que levaram o infrator a cometer determinado crime e o que é possível fazer para repará-lo



papéis e responsabilidade de trabalhar em torno do impacto e das consequências do crime. A ideia é buscar restaurar os relacionamentos, em vez de apenas se concentrar na determinação da culpa.

“A ideia-chave é a do compartilhamento de responsabilidades. Se olharmos as práticas tradicionais utilizadas pela maioria dos professores e assistentes sociais, é possível perceber que somos muito tutelares, impositivos, ameaçadores, e estas são respostas muitas vezes hipócritas, porque não alteram o dano, a ofensa causada pela infração. Romper com a hipocrisia é romper com a violência, é reafirmar o valor humano de cada um, independentemente do ato que foi praticado”, afirma Beatriz Aguinsky, professora da Faculdade de Serviço Social da PUC-RS, que é responsável pela avaliação do Projeto. Há pilotos semelhantes em São Caetano do Sul (SP) e no Núcleo Bandeirante (Distrito Federal).

Além do Juizado da Infância e da Juventude, onde se deflagrou a implantação da justiça restaurativa, foram abertos espaços de estudos e aplicação destas práticas nas seis unidades de privação da liberdade para adolescentes infratores da capital gaúcha, a Fundação de Atendimento Socio-Educativo (Fase), ex-Febem, nos oito centros regionais da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), e ainda em algumas escolas públicas.

Escolas de paz

Como são muitos os registros de casos de agressões e lesões corporais ocorridos dentro da escola, foi lançado um piloto de prática restaurativa em seis escolas estaduais. O primeiro passo é implantar um grupo responsável pelo projeto, com o objetivo de sensibilizar os professores para o tema. Na Escola Rafael Pinto Bandeira, os casos de conflitos e agressões são resolvidos em uma sala aconchegante e bem decorada, chamada de Espaço Bem-querer.

Foi nessa sala que, no final de 2005, as meninas Ana Paula e Larissa, ambas de 14 anos e alunas da 8ª série, reuniram-se com os familiares e a coordenadora do projeto de práticas restaurativas, Clemí Guindani Gonçalves, para resolver um caso de lesão corporal. Por causa de “fofocas” feitas por colegas sobre o que uma falava da outra, Ana Paula havia pedido a ajuda do irmão, de 18 anos, e de duas amigas, para tirar satisfação com Larissa. A menina foi recebida no portão da escola com socos e chutes. O irmão teve de prestar depoimento na delegacia do bairro, porque já tinha atingido a maioridade.

Ana Paula e Larissa só não foram parar na polícia porque a escola rapidamente iniciou as práticas restaurativas. A mãe de Ana Paula e os tios de Larissa, com quem ela morava, aceitaram participar do círculo restaurativo e todos puderam avaliar as motivações da briga e o que estava por detrás dela. “Este tipo de atitude sempre esconde uma necessidade. No



“Romper com a hipocrisia é romper com a violência, é reafirmar o valor humano de cada um, independentemente do ato que foi praticado”, afirma a professora Beatriz Aguinsky, responsável pela avaliação do Projeto

meu caso, minha mãe sempre deu valor só à minha irmã. Eu gostaria de que ela me enxergasse”, confessou Larissa, que tinha fama de brigona e provocadora.

Depois de cumprirem as regras do acordo estabelecido no círculo – a convivência duas vezes por semana, durante três meses, no turno da manhã, ajudando professores de educação infantil –, as duas voltaram a se falar. Hoje uma respeita a outra. “Elas superaram a raiva e até venceram juntas uma gincana. Isso mostra a eficácia do círculo na superação dos conflitos”, avalia Clemí. “Minha filha ficou mais calma e consciente de suas responsabilidades”, constata a mãe de Ana Paula.

“Minha mãe sempre deu valor só à minha irmã. Gostaria que ela me enxergasse”, afirmou Larissa, 14 anos, que participou de um círculo restaurativo após envolver-se em uma briga com lesões corporais





RITMO
DANÇA
RAP

“Roubar não leva a lugar nenhum”

Anderson, 17 anos, está matriculado na Escola Tom Jobim, em Porto Alegre, e tem como passatempo predileto cantar *funk* romântico. *Foi numa roda de amigos que eu te conheci / E o seu rostinho lindo eu nunca esqueci / Estou te colocando no meu coração*, entoa o jovem. Internado em uma das unidades da Fundação de Atendimento Socio-Educativo (Fase, antiga Febem), ele já cumpriu um mês de pena em regime fechado e conta os dias para encerrar os oito que ainda faltam.

Filho único de pais separados, criado pelos avós, ele sempre teve uma vida de garoto de classe baixa da periferia de Porto Alegre. “Eu não tinha roupas de marca e um dia guris da rua, que já praticavam crimes, me chamaram para roubar e ter dinheiro para comprar essas coisas.”, recorda. Ao roubar o celular de um garoto de 12 anos, Anderson foi levado por policiais para a Delegacia da Criança e do Adolescente.

Em janeiro de 2006, foi novamente convidado por amigos para roubar um carro, mas desistiu. Os amigos terminaram presos. Um deles, que tinha conseguido fugir, passou a arma para Anderson. Com o revólver, que na verdade era de brinquedo, ele tentou roubar outro veículo. Foi apanhado. Ficou internado por um mês na Fase. Ao passar um fim de semana em casa, foi vítima de um assalto, sendo atingido por oito tiros. Ficou cinquenta dias hospitalizado. Já recuperado, e às vésperas de voltar para a Fase, foi atropelado e submeteu-se a nova intervenção cirúrgica.

A sucessão de traumas e experiências dolorosas fez Anderson refletir sobre o rumo que sua vida estava tomando. Ele decidiu participar de um círculo restaurativo, que reuniu os avós dele, a tia, a mãe e a namorada. “No círculo, eu pude dizer que tinha necessidade de carinho e atenção dos meus familiares; minha mãe, com quem eu sempre quis viver, mudou muito, sempre conversa comigo e me dá apoio; meus avós, que antes não me repreendiam, tornaram-se mais rígidos, querem saber tudo o que estou fazendo”, diz. E conclui: “Roubar não leva a lugar nenhum, só destrói a vida da gente.”

Para fugir da violência da cidade grande, quando sair da Fase, Anderson pretende se mudar para Lajeado, uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, onde vivem parentes. Optou pelo caminho inverso ao do *hit* da dupla gaúcha Kleiton e Kledir, que, na década de 1980, quando Anderson nem havia nascido, cantava: *Deu pra ti / Baixo-astral / Vou para Porto Alegre, tchau*. “Bah, tchê, para mim, trilegal é ter uma nova vida: trabalhar, casar, ter filhos e mudar daqui”, afirma.

“Eu não tive intenção de matar”

Os gaúchos Alan e Bruno, de 16 anos, eram, como se diz, “unha e carne”. Tinham gostos e hábitos semelhantes e eram colegas da mesma escola pública de Porto Alegre. As coisas começaram a mudar quando os dois se aproximaram de uma gangue de garotos assaltantes. O que parecia ser uma amizade para toda a vida acabou, de forma trágica, na noite de 24 de novembro de 2004.

Embragados, Alan, Bruno e a gangue decidiram que iriam roubar um bar. Os dois amigos guardariam o revólver calibre 38 na casa de Alan até a realização do assalto. Por volta das 23h30, os amigos entraram no quarto de Alan, como sempre faziam, e resolveram fazer um jogo diferente: roleta russa. No quarto tiro, disparado por Alan, a bala entrou no rosto de Bruno, que morreu na hora. “Gritei por socorro porque minha família estava em casa. Bateu um desespero, quando vi que tinha matado o meu melhor amigo”, recorda Alan.

A família de Bruno só ficou sabendo das circunstâncias da morte por outras pessoas. “Nós ficamos muito magoados, porque Alan era muito amigo do meu sobrinho, um dormia na casa do outro, e ninguém – nem Alan ou os pais dele – nos procurou para explicar o que de fato havia acontecido naquela noite”, diz a tia de Bruno.

Alan foi acusado de homicídio, mas o juiz decretou uma medida a ser cumprida em regime aberto. Logo depois, Alan praticou um assalto. Não usou armas, mas levou tênis e relógio de um menino. Foi internado na Fase, nome da antiga Febem. Quase dois anos depois, ele afirma a culpa pela morte de Bruno era tão grande que ele cometeu novo crime, apenas para ser preso e assim “pagar” pelo que fizera ao amigo.

Os profissionais que o atenderam afirmam que Alan se sentia culpado e que não falara com os familiares de Bruno temendo a reação deles. O garoto também fazia planos para mudar de vida. Diante disso, foi montado um círculo restaurativo reunindo Alan e os pais com o objetivo de traçar um plano de vida para quando ele estivesse em liberdade. Posteriormente, o círculo incluiu familiares de Bruno a pedido do próprio Alan.

Um ano e meio após o assassinato, os familiares de Bruno ouviram do próprio Alan detalhes da morte prematura de Bruno. Alan assumiu a responsabilidade e pediu perdão. Os parentes da vítima compreenderam que o crime não foi intencional.

“Senti um alívio ao ouvir o relato de Alan”, conta a tia de Bruno. O pai de Alan também tem recordações positivas da experiência. “Foi um dos melhores momentos dessa tragédia. Sai aliviado, quando a família do Bruno disse que entendia o que havia acontecido. Até minha relação com Alan melhorou depois disso”.

A psicóloga Maiana Rodrigues, que atendia Alan na instituição, avalia que os envolvidos no conflito são os que têm melhores condições de formular soluções para o caso. “Em um círculo, ocorre uma aproximação, uma conexão de cada participante com sua humanidade e com a humanidade do outro”, explica. Perdoados pela família de Bruno, Alan diz que tirou um peso enorme das costas. “Ver a tia do Bruno me receber de braços abertos foi muito bom; ela entendeu que eu não tive intenção de matar”.

“Somos herdeiros de um modelo baseado na violência”

Ao longo da história foram encontradas formas de se resolver conflitos e essas crenças passaram a ser reproduzidas pelas pessoas no seu dia-a-dia. A máxima dessa crença é que, seguindo o modelo tradicional de justiça diante de um desvio, a coletividade, representada por um terceiro, deve aplicar uma reação punitiva, ou seja, se vingar. Já a justiça restaurativa reconhece que as pessoas têm capacidade e sabedoria próprias e que, quando respeitadas, podem promover soluções mais profundas e mais consistentes do que as que surgem dentro de um modelo em que a solução é delegada a um juiz. O crime é um fato que perpassa todas as instâncias do processo social.

Nossa proposta é trabalhar com valores, com uma linguagem que faça a mediação entre a cultura predominante, que clama por vingança, e a subjetividade, que permita dialogar profundamente. É importante proporcionar às crianças e aos jovens oportunidades de encontrar saídas pacíficas para resolver conflitos.

Cada vez mais as pessoas procuram a justiça, esperando que ela coloque as coisas em ordem. Enquanto a resposta da justiça for colocar as coisas no seu velho lugar, escolhendo culpados de quem se vingar, vamos permanecer retroalimentando a cadeia de propagação da violência. O Projeto Justiça para o Século 21 abre as portas da justiça e abre os olhos da sociedade para a necessidade de estancar esse ciclo.

Se mudarmos isso no sistema de Justiça, que atua de maneira mais rígida, demonstraremos que é possível mudar o mecanismo de todas as outras instâncias de relacionamento social, onde se exerce o poder de decidir conflitos – a escola, a família, o local de trabalho. O resultado pode ser a inauguração de uma das mais importantes promessas do terceiro milênio: a paz, a bem-aventurança. Esta é a melhor forma de deixarmos para as próximas gerações mais esperança na confirmação do ser humano.



A questão da infração na juventude tem sido uma pedra no sapato da política pública no Brasil. Quando um adolescente comete um crime, ele está reproduzindo todo o contexto de violência que absorveu e que também é resultado de suas necessidades afetivas, materiais, e outras, não atendidas. O sistema de justiça trabalhava sem clareza de sua função, não sabia o que fazer com esse jovem. O que estamos aprendendo pode fazer diferença no atendimento a adolescentes e jovens infratores.

Estamos trabalhando com a questão da responsabilidade, mudando aquela visão que critica o Estatuto da Criança e do Adolescente, afirmando que “contra jovem, não dá nada”. A justiça restaurativa concilia o afeto do qual o adolescente precisa com a imposição de limites, igualmente necessária. E ainda há uma terceira dimensão, que é a da responsabilidade. O adolescente olha para a consequência do que fez. Isso estrutura o atendimento ao infrator e a resposta ao delito. Admitir a responsabilidade penal juvenil é essencial, pois é o ponto de partida para que o sistema de justiça consiga promover uma atitude mais responsável por parte dos adolescentes.

No caso das instituições que atendem adolescentes em privação de liberdade, em vez de usar procedimentos disciplinares, punitivos e acusatórios, elas estão resolvendo os problemas com o diálogo, utilizando-se dos círculos. Essa mudança tira a tensão existente nestas casas e torna o ambiente mais estável. É uma solução para as rebeliões, que eram decorrentes da revolta de jovens que não tinham o direito de falar, de se expressar.

Leoberto Brancher, Juiz de Direito da 3ª Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Local de atuação: Santo Ângelo (RS)

Data de fundação: 1998

Porta para a cidadania

Enquanto o país discute a redução da maioria penal com o objetivo de pôr na cadeia adolescentes infratores menores de 18 anos, em Santo Ângelo, uma pequena cidade do Rio Grande do Sul, o trabalho do Centro de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes comprova que a inserção social é mais eficaz do que as grades e os maus tratos usados como “ferramentas pedagógicas” pela maioria das instituições públicas responsáveis pela internação de adolescentes em conflito com a lei.

Projeto investe na inserção social dos adolescentes em conflito com a lei e comprova que essa medida é mais eficaz do que grades e os maus-tratos





Os nomes dos adolescentes citados neste capítulo são fictícios para preservá-los

Na cidade, localizada a noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e distante 470 quilômetros de Porto Alegre, crianças e adolescentes em conflito com a lei só são privados de liberdade em último caso. Internação em regime fechado só ocorre se não houver mais nenhuma opção. Resultado: cerca de 95% dos infratores cumprem pena – chamada de medida sócioeducativa – em meio aberto. Ficam em liberdade assistida ou prestam serviços à comunidade. No final de 2006, da população de oitenta mil habitantes, entre os quais quase dezenove mil adolescentes, havia apenas quatro meninos internados. Em São Paulo, por exemplo, o percentual de adolescentes em conflito com a lei, que acabam trancafiados na Febem, agora chamada Fundação Casa, oscila em torno de 50%.

Em Santo Ângelo, a decisão de manter adolescentes infratores no convívio da comunidade é resultado de uma política pública que vem sendo desenvolvida desde 1998. A filosofia é preconizada pelo ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente: reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Isso implica reconhecer que um jovem de 15, 16 ou 17 anos, ainda que seja infrator, vive um processo de desenvolvimento pessoal e tem o direito à reinserção social e à conquista da cidadania.

95% dos adolescentes infratores cumprem pena (chamada de medida socioeducativa) em meio aberto





O trabalho de construção e consolidação da nova cultura no município vem sendo feito pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cededica). A ONG é responsável pela orientação e pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto, mas é a justiça que determina se o adolescente ficará preso ou se cumprirá medida em meio aberto. Neste caso, é o Juizado Regional da Infância e Adolescência de Santo Ângelo.

O Centro de Defesa funciona como uma ponte entre o adolescente infrator e a sociedade. Os meninos e as meninas que cometem delitos e precisam cumprir pena em meio aberto passam pelo Cededica e de lá são encaminhados para as instituições conveniadas – creches, escolas, hospitais, asilos e orfanatos, onde cumprem jornada máxima de oito horas semanais por até seis meses. Ambas as partes são favorecidas. A entidade que recebe o adolescente supre a carência de mão-de-obra, e o jovem tem a oportunidade de fazer algo de útil pela sua comunidade e acaba tornando-se mais responsável.

Flores

Para oferecer opções mais prazerosas de cumprimento de medida e ainda estimular uma atividade de geração de renda, o Cededica criou o Espaço Pedagógico Cooperativo Florir, onde

A cidade de Santo Ângelo tem 80 mil habitantes, entre os quais 19 mil jovens. No final de 2006, apenas quatro estavam internados na condição de infratores

os adolescentes aprendem a trabalhar com produção de mudas, jardinagem e paisagismo. Podam árvores, cultivam flores e mantêm jardins de residências, prédios públicos e privados, colégios, clubes e praças. O trabalho conquistou a comunidade – o preço da mão-de-obra é acessível, os meninos são ágeis e a cidade está mais bonita.

Antônio Marcos, 16 anos, foi preso aos 14 anos, quando furtava lâmpadas fluorescentes e um boneco de jardim de uma residência. Chegou ao Florir em 2003 para prestar três meses de serviços comunitários. Gostou tanto da atividade que, ao terminar de cumprir medida, passou a integrar a cooperativa. Os R\$ 140,00 que Marcos fatura por mês são superiores aos rendimentos do pai, que faz bicos como borracheiro e pedreiro. A mãe é catadora de papel.

A Cooperativa de Mães produz tapetes e almofadas de retalhos de malha que são doados por confecções da cidade

“Quando ele [Antônio Marcos] chegou aqui, não falava, nem levantava os olhos. Hoje é outro. Os meninos melhoram a autoestima, criam referências, e isso faz com que eles tenham condições de se relacionar socialmente, de sair da bolha da vila onde vivem”, afirma Jorge Uberti, professor e coordenador do Espaço Florir. Uma das condições para participar da cooperativa é estar matriculado na escola e apresentar rendimento escolar satisfatório.





Cerca de 90% dos meninos que chegam ao Cededica são pobres. Destes, a metade enquadra-se na categoria de miserável. São filhos de famílias desestruturadas, que não têm acesso a bens e serviços básicos. No Cededica, passam a ter acesso a serviços nas áreas de educação, saúde, atendimento psicológico, esporte e lazer. Quem está fora da escola ou muito atrasado para sua idade é encaminhado para a chamada Escola de Passagem, até ter condições de retornar para a escola regular. É como diz a letra do rap *Vida Passada a Limpo*, feita por um aluno da escola: *Chegou a hora da verdade/Na Escola de Passagem/Não tive mais dificuldade/Aprendi a amar de verdade*.

Mães

Um dos pontos fortes da atuação do Cededica é o trabalho com as famílias, especialmente com as mães. A maioria dos meninos infratores vem de famílias em que a mãe é a principal, se não a única, referência. Em setembro de 2004, foi criada a Cooperativa de Mães, com um objetivo maior do que apenas gerar renda. É uma oportunidade para que elas tenham acesso a atendimento psicológico e de enfermagem, e ainda possam acompanhar mais de perto os filhos que cumprem medida em meio aberto. Há mães, irmãs e avós participando do trabalho.

Cerca de 90% dos meninos que chegam ao projeto são filhos de famílias desestruturadas sem acesso a bens e serviços básicos. Lá, passam a ter acesso à escola, serviço de saúde, atendimento psicológico e lazer.



O juiz João Batista Costa Saraiva, responsável por seis comarcas, critica a tendência de encarceramento: “O adolescente em conflito com a lei era considerado a escória da sociedade e hoje consegue apoio maciço das pessoas”

A Cooperativa de Mães produz tapetes e almofadas de retalhos de malha que são doados por confecções da cidade. Enquanto cortam tiras de tecidos e costuram os tapetes, vão tecendo conversas sobre a situação dos filhos, trocando ideias e experiências. Entre um desabafo e outro, ganham algum dinheiro para ajudar no sustento da família.

Tânia Maria Barros, 40 anos, entrou para a Cooperativa de Mães por causa do envolvimento de um de seus três filhos com drogas e roubo. Acabou encontrando uma alternativa de trabalho. Tânia trabalhava com o marido na venda de doces, mas a fonte de renda acabou quando ele morreu. Hoje divide o dinheiro obtido com a venda de tapetes com outras 11 mulheres e recebe cerca de R\$ 130,00 mensais. O trabalho da cooperativa ganhou mais qualidade e agilidade depois do apoio do Criança Esperança, quando foram compradas novas máquinas de costura, de *overlock* e de corte de tecidos.

Visão humanista

Por trás do trabalho do Cededica, há a mão de um juiz de Direito. É ele quem determina se os adolescentes vão cumprir medida em meio aberto ou se irão mofar atrás das grades. João Batista Costa Saraiva, 48 anos, critica com ferocidade o sistema de justiça que afasta jovens do convívio social e defende ideias humanistas que preservam os direitos das crianças e dos adolescentes. Sensível, ele avalia o perfil do menino, seus talentos, desejos e potencialidades, antes de determinar a medida sócioeducativa.

Saraiva está na cidade desde 1994, quando foram criados os juizados de infância e juventude. Percebeu que seria possível construir na região o que chama de “ilha de excelência” no tratamento judicial para adolescentes. “É plenamente possível fazer no interior do país um trabalho que possa ser irradiado e multiplicado. O modelo de política pública desenvolvido pelo Cededica poderia ajudar a resolver o problema de cidades de porte semelhante, com até cem mil habitantes, contribuindo para solucionar a questão da violência no país”, avalia o juiz.

Na opinião de Saraiva, o mérito do Cededica, que hoje também tem unidades em Santa Maria, São Borja, Julio de Castilhos, Três Passos e Vacaria, no Rio Grande do Sul, é fazer um trabalho totalmente dentro da lei e com muito respeito pelas pessoas envolvidas. “O adolescente em conflito com a lei era considerado a escória da sociedade e hoje consegue apoio maciço das pessoas da cidade”, avalia.

Apesar de estar localizada em uma das regiões mais empobrecidas do Rio Grande do Sul, Santo Ângelo vem registrando redução no número de casos de crimes cometidos por adolescentes em função da política pública de acompanhamento dos casos. “Os delitos também estão mais brandos”, afirma o juiz.





“Quero mudar e pensar no meu filho que vai nascer”



Aos 9 anos, Lindalva começou a namorar Joelson. Hoje, aos 14 anos, está grávida. O rapaz tem 18 anos e está desempregado. Os dois dividem o tempo livre entre os cuidados pré-natais, os preparativos do parco enxoval e as medidas sócio-educativas. Joelson conta, em um tom quase inaudível, que roubou uma bicicleta. Lindalva, mais falante, revela que furtou “um videogame para jogar e uma rede para balançar.”

Para pagar pelo crime, Joelson passará três meses cortando a grama e limpando o jardim de uma instituição pública da cidade. Durante a prestação de serviço à comunidade, tirou carteira de trabalho e afirma que irá procurar emprego para sustentar a mulher e o bebê. Quem explica a situação é Lindalva: “Agora a gente tem que ter responsabilidade. Vou pagar pelo que fiz, quero mudar, trabalhar e pensar no meu filho que vai nascer” .

Além de cumprir as medidas socioeducativas, os dois participam do projeto de esporte do Cededica. Até pouco tempo atrás, Lindalva jogava futsal na posição de atacante, mas, depois da gravidez, passou a ser ajudante da árbitra. Sentada em uma cadeira ao lado do campo, Lindalva observa, com um sorriso, o namorado marcar gols. Só deixa o campo quando Joelson sai, suado e orgulhoso com o placar. Os dois estão acompanhados de Felipe, primo de Lindalva, que participa do projeto Escolinha de Futsal.

Lindalva já foi incorporada à cooperativa de mães, apesar de ainda não ter tido o bebê. Enquanto recorta os quadrados de couro usados na produção de tapetes e almofadas, ouve experiências sobre maternidade. A mãe de Lindalva sustenta dez filhos sozinha, mas já dá como certo que cuidará de mais uma criança. Questionada sobre como sustentará seu filho, Lindalva reconhece que ainda não sabe como vai arrumar dinheiro. Responde à pergunta, sobe na garupa da bicicleta de Joelson e vai embora.

“Fomos cabeça fraca e nos demos mal”



A fachada da Creche Segundo Lar, em Santo Ângelo, está de cara nova, com um tom alaranjado bem vivo e alegre, que chama a atenção de quem passa pela porta do prédio. A pintura, feita em dois meses, é parte do serviço comunitário que Marcos Vinicius, 17 anos, precisou cumprir por decisão judicial, para compensar sua participação em um assalto a um posto de gasolina, na companhia de um primo e de um vizinho.

“Nós estávamos saindo de um baile, quando meu vizinho, que já tinha a ficha suja, nos convidou para roubar o dinheiro do posto. Fomos cabeça fraca e nos demos mal”, lamenta o rapaz, que passou 14 dias internado no Case (Centro de Atendimento Socio-Educativo). “A prestação de serviço à comunidade é uma boa medida, muito melhor do que ficar preso. Na verdade, tive chance de mudar minha vida”, refletiu. A medida socio-educativa também envolveu trabalhos na horta e a limpeza do pátio da creche.

Ao lado da avó, de origem polonesa, com quem vive há quatro anos, Marcos diz que agora só pensa em voltar a trabalhar com o avô na serralheria construída nos fundos do lote em que vivem. Sentado em uma cadeira no jardim da casa, o advogado e funcionário público aposentado, Aloysio Rudolfo Mueller, 57 anos, observa com atenção o novo comportamento de Marcos. Ele é o orientador voluntário que acompanha o caso do rapaz – no total o Cededica tem 30 pessoas nesta função. O orientador tem uma tarefa muito importante de apoio, assistência e orientação ao infrator. É uma espécie de “grilo falante” e de “anjo da guarda” do adolescente.

Mueller, que foi agente penitenciário e diretor do Presídio Regional de Santo Ângelo durante 18 anos, diz que faz o trabalho voluntário para ajudar a evitar que mais pessoas sejam presas. Por conhecer como poucos o confinamento das celas dos presídios, já orientou seis adolescentes em casos parecidos com o de Marcos. “A medida socioeducativa é muito mais eficaz, porque não tem o lado negativo, que eu conheço bem. Juntar muitas pessoas com índoles ruins só reforça ainda mais a criminalidade, por mais que se tente fazer um trabalho positivo nas penitenciárias.”

“Os meninos melhoram a autoestima, criam referências e isso faz com que tenham condições de se relacionar socialmente e de sair da bolha em que vivem”, afirma o professor Jorge Uberti



“É preciso ter alternativas ao encarceramento”

Nossa bandeira é encontrar alternativas ao encarceramento. As políticas públicas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes em conflito com a lei sempre foram relegadas a um segundo plano. Ninguém quer atender menino infrator e, sim, crianças vitimizadas.

Em todos esses anos de trabalho, estamos conseguindo comprovar que, se o Brasil tivesse realmente um bom programa de atendimento em meio aberto ao adolescente infrator, grande parte da população hoje privada de liberdade poderia estar fora dessas instituições fechadas. Isso traria economia para o Estado, pois um menino privado de liberdade é oneroso para o governo e o resultado é ineficaz.

A medida socioeducativa em meio aberto faz com que o adolescente repare o dano, além de cumprir a finalidade pedagógica, mas ela só acontece se o menino estiver no seu meio, trabalhando próximo à família. A participação da família é importantíssima para o cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto. Se a família não for inserida, não tem resultado. Estes meninos em conflito com a lei são oriundos de famílias desajustadas; o foco de delinquência está quase sempre dentro da própria família. Eles têm defasagens e necessidades emocionais, afetivas, cognitivas, materiais e, da mesma forma, suas famílias.

O que existe muito hoje é discurso de inclusão, mas não se ouve falar em reinserção. A melhor maneira de se enfrentar o problema é acolher a família, discutir com as mães, já que quase todas as famílias desses adolescentes são lideradas por mulheres, sejam mães ou avós. Os pais, em geral, são ausentes, omissos ou estão presos. Nossa proposta é atender o adolescente, suas famílias e criar uma perspectiva de vida para eles, tornando-os verdadeiramente sujeitos de direitos.



Equipe do projeto

Esse trabalho tem um poder transformador, muda o olhar da sociedade em relação ao ato infracional e transforma a relação deste jovem com a sociedade. Mas conscientizar a sociedade de que é mais proveitoso deixar o adolescente em meio aberto é lento. A maioria das pessoas afirma que não prender é como não punir. O trabalho do Cededica compromete toda a sociedade e desperta para o fato de que o problema dos adolescentes infratores não é da Prefeitura, do governo, do presidente da República, mas, sim, de todos nós. Trabalhamos com talento, vocação e muita paixão pela causa.

Liliane Gonçalves Saraiva, coordenadora

Casa de Passagem – Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente

Local de atuação: Recife (PE)

Data de fundação: 1989

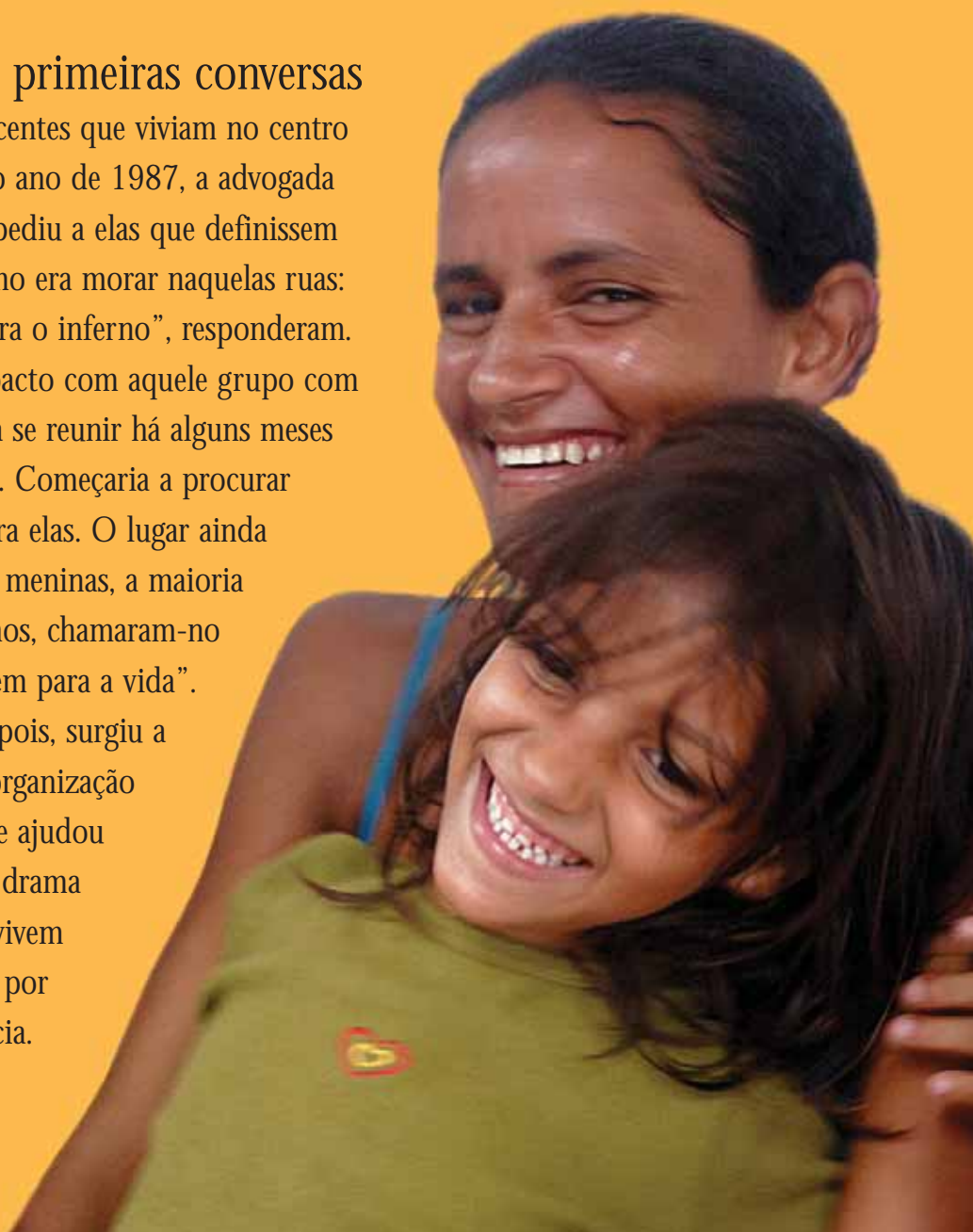
Passagem para a vida

Durante umas das primeiras conversas

com as adolescentes que viviam no centro do Recife no ano de 1987, a advogada Ana Vasconcelos pediu a elas que definissem juntas como era morar naquelas ruas: “Uma passagem para o inferno”, responderam.

Ana fez um pacto com aquele grupo com que começara a se reunir há alguns meses na praça do Diário. Começaria a procurar uma casa para elas. O lugar ainda nem existia, mas as meninas, a maioria então com 15 anos, chamaram-no de “passagem para a vida”.

Dois anos depois, surgiu a Casa de Passagem, a organização não governamental que ajudou a revelar ao país o drama das meninas que vivem nas ruas, acudadas por todo tipo de violência.





Muitas meninas
atendidas pela Casa de
Passagem vivem nas
ruas; a maioria é vítima
de violência doméstica



“O que você vê aqui são meninas que vêm de casas onde a miséria é total. Elas chegam desorganizadas, sujas, cheias de piolho”, relata Luciana Batista, que atende as iniciantes

Fundada por mulheres, a Casa de Passagem é uma ONG que contribuiu para transformar a vida de milhares de outras. Entram meninas a partir dos 9 anos, já embrutecidas pela violência doméstica. Saem adolescentes que estudam, têm alguma perspectiva de trabalho e conseguem fazer uma reflexão sobre seu papel na sociedade. Algumas cursam faculdade e viajam pelo Brasil e pelo exterior para representar o projeto, falar das próprias vidas e mostrar a força das transformações pelas quais passaram. Mudanças que permitiram que elas se tornassem sujeito da própria história.

“No início, fomos muito criticados, porque a estratégia foi dar voz para as meninas. Mas, durante a convivência com elas, percebemos que o único caminho era que falassem da sua história, dos seus problemas para pessoas e plateias que pudessem compreendê-las”, diz a psicóloga Maria Cristina Vasconcelos de Mendonça, uma das fundadoras e gerente executiva do projeto. “Colocamos as meninas na mídia, acreditando que, de um lado, elas precisam falar e, de outro, era preciso pôr em pauta o assunto das meninas que vivem nas ruas”, completa Cristina.

O Seminário Internacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em 1996, contribuiu decisivamente para introduzir o problema das crianças e jovens que vivem nas ruas na agenda das políticas públicas nacionais. Na ocasião, as garotas da Casa pegaram o microfone e discutiram seus problemas. “Pela primeira vez, o problema das meninas que vivem nas ruas não estava sendo construído do ponto de vista acadêmico. Elas trouxeram informações de que a violência que sofrem em casa é que as empurra para as ruas e que, nas ruas, sofriam ainda mais violência”, diz Cristina. “Também ficou claro que muitas famílias as expulsavam de casa quando engravidavam, por isso tantas delas estavam nas ruas.” As primeiras falas das meninas foram registradas na publicação *Meninas de Rua do Recife*, editado pela Casa de Passagem, com apoio da organização inglesa Save The Children. A metodologia de trabalho e as experiências da instituição estão registradas em livros, vídeos e pesquisas. Hoje, a Casa de Passagem tem assento nos principais conselhos de direitos da infância de Pernambuco.

Desde o início, a opção de Ana Vasconcelos e Maria Cristina foi focar o trabalho apenas nas meninas que vivem nas ruas. “Percebemos violências específicas de gênero. Eram meninas entre 7 e 8 anos violentadas e crianças que sofriam abuso sexual sistemático no ambiente doméstico”, diz Cristina. Além disso, recorda, eram meninas sem voz. Garotas que aprenderam a se calar diante do pai, do padrasto, da mãe, da violência. Havia ainda a alta incidência de meninas grávidas que viviam nas ruas.

“Nossa estratégia é dar voz para as meninas. Elas precisam falar sobre a sua história e sobre seus problemas para plateias capazes de compreendê-las”, diz a psicóloga Maria Cristina Mendonça, uma das fundadoras da Casa





A ideia de fazê-las falar das próprias experiências foi ganhando cada vez mais força com a montagem do *Bolero de Raquel*, peça que retrata a trajetória de uma menina que foge de casa aos 8 anos para viver nas ruas do Recife. A peça, encenada por um grupo de meninas da Casa, foi um marco na estratégia de abrir um debate nacional sobre o tema. O espetáculo rodou o país de 1994 a 1996, assistido por cem mil pessoas. Em 1995, o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso visitou a Casa de Passagem e assistiu ao espetáculo, aumentando sua visibilidade. Todas as apresentações terminavam com um debate entre público e atrizes, sobre a realidade das meninas que vivem nas ruas. Elilde, a menina que inspirou a personagem Raquel e viveu nas ruas até os 14 anos, participava dos debates. “Depois de dois anos no projeto, aos 16, ela já conseguia fazer uma reflexão consistente sobre a própria vida”, recorda Maria Cristina.

Como fazer que o projeto pudesse ser replicado pela periferia do Recife? Como multiplicar a iniciativa, para que fosse possível salvar outras vidas? Dois anos depois da existência formal da Casa, teve início o projeto AMI – Adolescentes Multiplicadoras de Informações, que dura até hoje. Grupos de meninas são formados anualmente para levar a 16 comunidades da capital e da região metropolitana conceitos de cidadania, gênero, sexualidade e direitos humanos. Novamente a chave é a palavra. As facilitadoras estimulam a fala das meninas, para que possam construir a dinâmica de trabalho cujo objetivo é fortalecê-las como pessoas que reconhecem seus direitos. Anualmente são capacitadas cerca de sessenta novas multiplicadoras, que trabalham com grupos de vinte, 25 mulheres. “Percebemos que a comunicação entre os adolescentes é mais rápida.”, diz Maria Cristina.

A Casa de Passagem

Quase toda semana, entram nomes de meninas na lista de espera da Casa de Passagem, para as vagas que são abertas durante o ano. São as meninas da Casa que inscrevem suas amigas e fazem pressão para que sejam chamadas. Há ainda mulheres que trabalham nas ruas de Santo Amaro, bairro da região central do Recife onde se localiza o projeto, que passam por lá para saber se abriu uma vaga para a filha. Em outubro passado, havia 130 meninas de 7 a 16 anos, frequentando um dos cinco grupos da Casa, e cinquenta vagas abertas para o ano seguinte. Como chegam meninas de várias idades, o tempo médio de permanência na instituição é de três anos. Desde a inauguração, pelo menos seis mil meninas frequentaram a Casa de Passagem.

“O que você vê aqui são meninas que vêm de casas onde a miséria é total. As mães tratam os filhos do jeito que aprenderam. As meninas chegam desorganizadas, sujas, cheias de piolho”, relata Luciana Maria Batista, que atende as meninas que chegam ao projeto e as que estão se preparando para sair.

As meninas da Casa de Passagem fazem terapia comunitária uma vez por semana e têm atividades relacionadas à cidadania e aos direitos humanos. Aprendem danças, artes plásticas,



Há cursos de moda e de desenvolvimento de produto para comercialização. Algumas mulheres fazem parte de uma cooperativa especializada em confeccionar objetos da cultura pernambucana





“Aqui não tem coitadinho. Tem pessoas resilientes que sabem superar suas dificuldades”, diz o psicólogo Cleuder Fabien

violão, teatro, têm reforço escolar, dispõem de atendimento médico, fazem passeios pela cidade e, para orgulho de todas – na hora em que entram no projeto –, recebem vales-transporte para ir e voltar diariamente. Param de “traseirar” no ônibus, que, na gíria local, é pegar carona no para-choque traseiro para se deslocar pela cidade. “Receber vale-transporte torna concreta a palavra cidadania”, diz Luciana.

Antes de se integrarem à rotina, as meninas passam 12 manhãs, quatro vezes por semana, participando de rodas de conversa e atividades. “Elas precisam aprender a sentar na cadeira e começar a fazer vínculo umas com as outras”, relata Luciana. A maioria vai passar pela primeira vez por uma experiência inédita – tomar banho de chuveiro. “Você não imagina, elas tentam nadar na água que se acumula no chão”, conta Luciana.

Para meninas criadas nas regras das ruas, o começo na Casa não é fácil. Para a equipe, também é um desafio. “Um dia, uma menina chegou aqui com um estilete e disse que precisava andar armada pelas ruas do bairro para se proteger de uma vizinha que a ameaçava”, conta Luciana. “Fomos visitar a família e, mal entramos, a mãe perguntou se estávamos ali por causa do incidente com o estilete. Não, eu disse. Viemos saber se você está bem, respondi. Criamos um espaço para as famílias pensarem e, quando isso acontece, elas começam a refletir e já não são mais os mesmas”, completa Luciana.

A Casa de Passagem tem o Grupo da Família, formado por cerca de setenta mães e alguns pais, que se encontram uma vez por semana durante duas horas. Participam de terapia comunitária, rodas de conversa e atividades que visam à ajuda mútua, e seguem para oficinas de direitos humanos, onde, por meio de filmes, música, dinâmicas de grupo e artes plásticas, discutem cidadania.

“Aqui não tem coitadinho. Tem pessoas resilientes, que sabem superar suas dificuldades.”, diz o psicólogo Cleuder Fabien, para mulheres que, abraçadas umas às outras, falam sobre suas dificuldades cotidianas. Uma delas acabara de dizer que ouviu uma música que fala de flores que nascem sobre pedras. “A terapia de grupo emociona muito e você descobre pessoas com muita força para superar seus problemas”, diz a costureira Ivanise Maria de Oliveira.

Para a dona de casa Edna Araújo, 50 anos, depois que começou a participar do Grupo da Família, há um ano, o clima na sua casa melhorou. “Eu fui adotada, porque minha mãe não podia me criar. Deve ser por isso que eu já adotei duas crianças. O mais velho já está com 24 anos. Essa minha menina que vem aqui na Casa, a Eliene, tem 10 anos e eu a adotei também. A mãe dela entrou no bairro com a menina no colo, perguntando se alguém queria o bebê. Fiquei. Ela tinha muitas feridas no corpo, mas levei ao médico até ela ficar boa. Registrei no cartório e segui em frente. Agora ela e eu estamos aprendendo tantas coisas aqui – a ter amigos, a dialogar. O clima lá em casa melhorou muito. Eu nunca fui assim muito agressiva com meus filhos, mas agora está melhor.”



Gravidez

Passados alguns anos, as meninas percebem que tiveram uma oportunidade e souberam abraçá-la. “Aprendi a enxergar um futuro”, diz Edevânia Silva, uma garota de 15 anos, que, depois de seis anos no projeto, está se preparando para ir para as oficinas de produção mantidas pela Casa. “Se não tivesse ficado aqui, estaria nas drogas ou morta, como muitas amigas que se envolveram com o tráfico. Na minha comunidade, é mais fácil se envolver com o errado”, acrescenta a menina. “Tenho uma amiga de 14 anos que tem um filhinho de um ano e meio e outro de cinco meses, e o marido já deixou dela. Eu tenho o maior medo de engravidar porque emprego está muito difícil e eu ainda não terminei meus estudos. A pergunta que as meninas que estão chegando têm que se fazer é: quero ficar na Casa ou na comunidade, para me encher de filhos e trabalhar como lavadeira? Tenho amigas que passaram por aqui e não souberam agarrar a oportunidade.”

Familiares das meninas da Casa de Passagem fazem terapia comunitária e têm atividades de cidadania e direitos humanos

Sentada ao lado de Edevânia está Jéssica Vitória, de 10 anos. A menina compôs um texto sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e gosta de recitá-lo para quem visita a Casa. Dá destaque ao que considera “seus direitos”. Em 2006, ganhou o primeiro lugar no concurso realizado pela Secretaria Nacional Antidrogas, ligada à Presidência da República. A menina entregou o desenho premiado, em mãos, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Conheci um palácio”, diz ela, referindo-se à sede do governo federal em Brasília.

Um dos desafios da casa é ajudar as jovens a encontrar trabalho. “Abrimos oportunidades para que elas criem grupos de produção na própria comunidade”, diz Jaciara Arruda, coordenadora dessa área

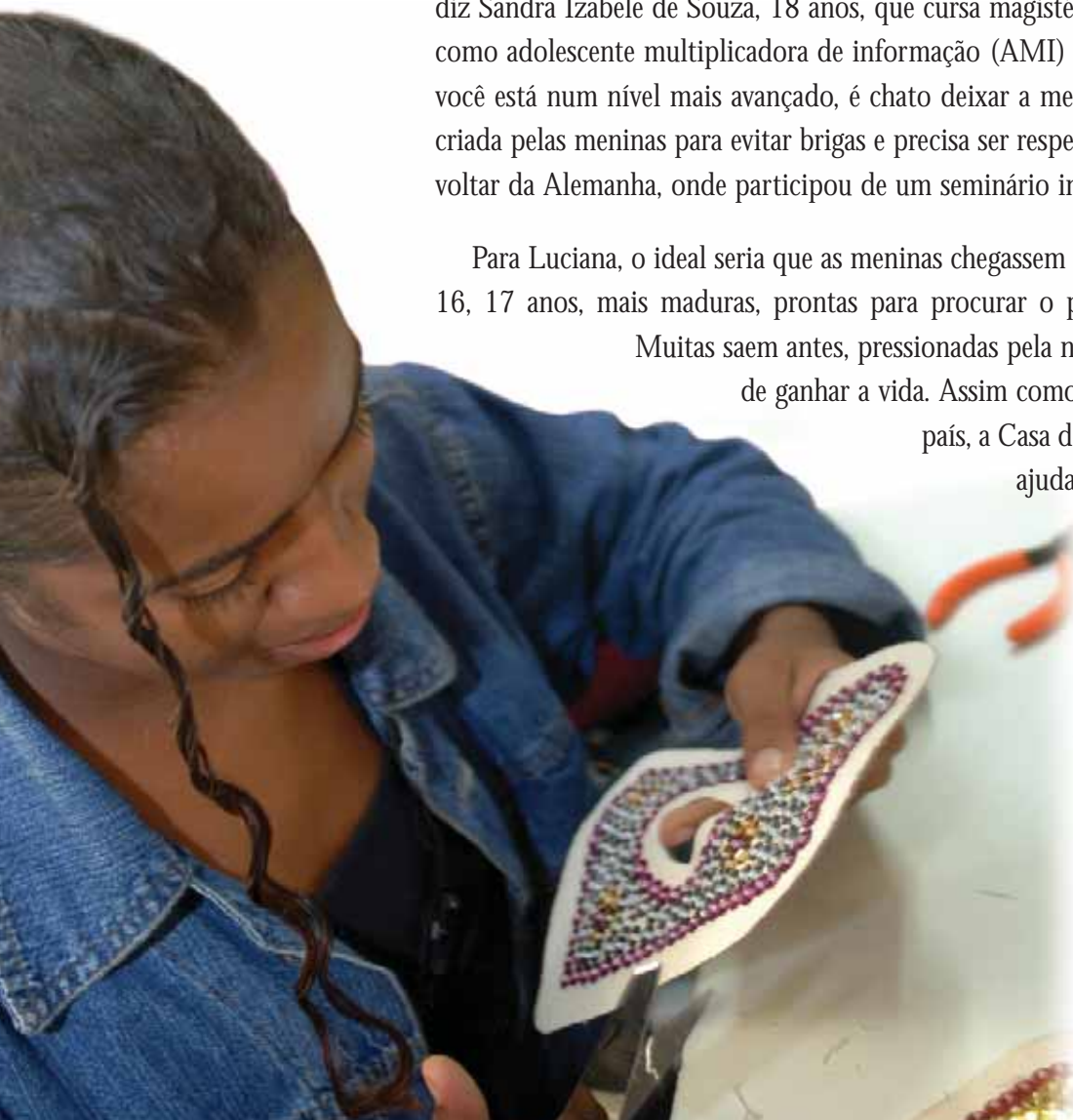
Como vêm de um ambiente muito violento, quando chegam, as meninas passam os primeiros dias defendendo-se umas das outras, e os princípios de briga são frequentes. “Até com a gente são agressivas: se olhamos nos olhos de uma delas, já vem a pergunta: está com despeito?” Depois de uns dias, quando começam a falar e percebem que a história da menina que senta ao lado é semelhante à sua, as meninas sentem-se mais à vontade. Ainda assim, vigora na casa uma norma imposta pelas próprias garotas – o “baculejo”. Todos os dias, depois do café da manhã, elas revistam-se umas às outras, para ter certeza de que ninguém trouxe drogas ou arma. “Há muitos anos nenhuma menina aparece por aqui com droga, arma, nada. Mas elas fazem questão dessa revista”, esclarece Luciana.

“Se você sofre muita violência, começa a ser violento e isso pode acontecer com qualquer menina”, diz Sandra Izabele de Souza, 18 anos, que cursa magistério, é ex-aluna da Casa e hoje trabalha como adolescente multiplicadora de informação (AMI) em comunidades do Recife. “Quando você está num nível mais avançado, é chato deixar a menina abrir sua bolsa, mas é uma regra criada pelas meninas para evitar brigas e precisa ser respeitada”, afirma a garota, que acabara de voltar da Alemanha, onde participou de um seminário internacional de juventude e gênero.

Para Luciana, o ideal seria que as meninas chegassem no projeto aos 9 anos e só saíssem aos 16, 17 anos, mais maduras, prontas para procurar o primeiro emprego e seguir em frente.

Muitas saem antes, pressionadas pela necessidade de encontrar alguma forma de ganhar a vida. Assim como a maioria das organizações sociais do país, a Casa de Passagem enfrenta o dilema de tentar ajudar os jovens que passaram anos em suas salas de aula e oficinas a encontrar trabalho.

A Casa mantém oficinas focadas na produção de acessórios, estamparia, artesanato e a Maracatu Moda, carro-chefe da instituição. Hoje, 180 adolescentes, incluindo jovens do sexo masculino, frequentam estas oficinas. “Não há como prometer que



esses meninos e meninas irão daqui para o mercado de trabalho”, diz Jaciara Arruda, que coordena a área. “Mas abrimos oportunidades para que eles criem grupos de produção na própria comunidade, saibam se organizar e vender a produção”, diz ela.

Há ainda um grupo de quarenta mulheres – a maioria mães de meninas atendidas pela Casa – que fazem um curso de moda e, ao mesmo tempo, trabalham no desenvolvimento de um produto. Se a pessoa sabe fazer tapete, por exemplo, vai começar a desenvolver um projeto baseado neste tapete, com acompanhamento de um *designer* e com dicas de comercialização. Em dois anos, foram formadas oitenta mulheres. “Vendo um tapete de retalho por R\$ 10,00”, diz a costureira Ivanise, a mesma que faz terapia comunitária. “Você leva para a aula o que tem em casa e aprende a melhorar seu produto, usando os materiais que já tem”, explica.

Pouco antes da roda de conversa, Luciana, a psicóloga que recebe as meninas na Casa, foi chamada por uma mulher magrinha, usando minissaia *jeans*, chinelo de dedo e uma camiseta de malha. Chegou descabelada, trazendo a cópia de uma certidão de nascimento amassada. A mulher vive nas ruas do centro e foi até à Casa pedir uma vaga, em 2007, para a filha, Andreza da Silva, que acabara de completar 9 anos. “Estamos sempre finalizando um ciclo de meninas e começando outro.”, diz Luciana. Não é à toa que o símbolo da Casa é uma espiral.

O Grupo da Família é formado por cerca de 70 mães e por alguns pais que se encontram uma vez por semana, durante duas horas, para compartilhar experiências





Eu ia para a rua conseguir comida

“Meu pai insistia para fazer sexo com a gente”

Eu passava os dias nas ruas, pedindo esmola. Meu pai estava desempregado e doente. Eu tinha que sair para arrumar comida. Quando eu entrei na Casa de Passagem, aos 11 anos, parei de pedir, porque a gente tinha alimentação. As vezes em que não queria vir, minha mãe me obrigava, por causa da comida. A gente não tinha mesmo de onde tirar, a não ser da rua.

Na época que eu vim para cá, minha mãe queria que minha irmã menor fosse para as ruas pedir, mas a menina só tinha 6 anos. Para mim, não foi fácil ficar na Casa. Comecei a gostar de verdade quando iniciaram as oficinas de dança. Aprendi coco, maracatu, afoxé. As aulas eram tão boas que uma hora passava num instante.

Minha mãe era muito agressiva. Ela era a dona da casa e dos filhos. Meu pai foi ficando com doença mental e tentou abusar sexualmente de mim e das minhas irmãs. Ficava insistindo para fazer sexo com a gente. Minha mãe tinha muita raiva dele e nenhuma de nós gostava mais dele. Quando meu pai morreu, foi um alívio, mas com aquela tristeza. Se eu não tivesse ficado na Casa de Passagem, estaria possivelmente grávida, teria sofrido abusos e violência nas ruas ou estaria me prostituindo, como muitas meninas da minha comunidade.

Minha mãe faz parte do Grupo da Família e está muito melhor hoje do que quando entrei no projeto. Ela fala: “Aproveitem, que na minha época não tinha nenhuma Casa de Passagem”.

Por causa da dança, participei de um intercâmbio cultural na Alemanha. Adorei fazer as oficinas nas escolas de lá. A gente ensinava os passos e já chamava o pessoal para dançar. Fui para vinte cidades. Minha mãe chorou tanto quando eu fui... Estava ao mesmo tempo feliz e emocionada. Meu pai faleceu logo depois que eu cheguei da viagem. Ele disse: “Parabéns!”, mas eu gostaria que tivesse ido ao aeroporto.

Ajudo na minha casa com a renda da oficina de produção: faço bonecos de pano, maracatus e porta-bandeira e ganho uns R\$ 100,00 por mês. Esse é o único dinheiro que temos, além da Bolsa Família [programa de renda do governo federal].

Estou trabalhando como voluntária na comunidade, facilitando um grupo de produção de bonecos. É preciso transmitir a ideia de que outros jovens podem começar a sonhar e a batalhar por uma melhora.

Quando acabar a escola, quero estudar psicologia ou assistência social, para trabalhar numa instituição com esta. Eu me identifico com este tipo de trabalho e tem a ver com minha história de vida. Muitas meninas que passaram por aqui também têm uma história difícil e conseguiram fazer faculdade. Eu também vou conseguir! Eu tenho o hábito de dizer que sou uma estrela.

Virlane Silva de Lima, 18 anos, aluna do 1º ano do ensino médio



“Todo mundo só queria se aproveitar da gente”

Tenho seis irmãos vivos, mas éramos 11. Meu pai está vivo, mas não o conheço. Eu acabei saindo de casa aos 9 anos, porque minha mãe era violenta, bebia muito, e os namorados dela tentavam abusar da gente. Cansei de acordar com homem na minha cama, tentando fazer coisas. Teve um, o Jô, que nunca vou esquecer, porque ele abusou de todas as minhas colegas e de mim.

Eu saía de casa, ficava uns dias na rua e, quando voltava, minha mãe me chamava de condenada, me espancava. Acabei não voltando mais. Vivia nas ruas ou na Febem, que já era um depósito de gente. Não sabia ler, nem escrever.

Quando fiz uns 14 anos, conheci a Ana [Ana Vasconcelos] lá na praça do Diário, no centro da cidade. Nessa época, a gente vivia em grupo, para tentar se proteger da violência das ruas. Eu tinha um namorado com quem tinha fugido da Febem, mas vivia sendo presa, porque tinha fugido e tornava a ser presa, quando os policiais me encontravam. Isso virou rotina. No princípio, eu desconfiava muito da Ana porque todo mundo só quer se aproveitar de quem fica na rua. Mas ela jogava muito limpo e dizia que estava tentando conseguir uma casa para a gente ter onde dormir, tomar um banho, essas coisas. Ela foi a primeira pessoa que perguntou meu nome e me chamou de Betânia. Todo mundo chamava a gente de “Trombadinha”, “Menina da Rua” ou “Cheira-Cola”. Quando alguém queria me chamar, também gritava “Ei, Negona!”. Eu detestava!

Fui uma das primeiras a chegar, em 1990. Éramos todas analfabetas, a comida era só macarrão com ovo e o educador era o vigia. Eu só me alfabetizei aos 18 anos, lá na Casa de Passagem mesmo. As outras meninas foram para a escola, mas eu não conseguia. Fiz dez anos de terapia e fui melhorando. No meio desse processo, consegui ser aprovada num supletivo de 5ª a 8ª série e, enfim, comecei a estudar.

Eu lembro que, quando vivia na praça do Diário, tinha uma faculdade lá perto. Sempre que eu via as moças entrando e saindo da aula, carregando livros, eu pensava que gostaria de ser daquele jeito. Mas imagina! Eu não sabia nem escrever meu nome... Quando entrei para a faculdade, minha alegria foi enorme. No dia da minha formatura, chamei minha mãe, que vive nas ruas catando papel, dei um banho, levei a um cabeleireiro e coloquei uma roupa bem bonita nela. Eu fico muito constrangida quando passo por uma rua e a vejo pedindo esmola, mas ela prefere viver desse jeito.

Desejo que as crianças do Brasil não precisem passar nem 20% do que eu passei para conseguir entrar numa faculdade e ter um emprego decente.

Betânia da Silva, 33 anos, ex-aluna da Casa de Passagem



Nosso foco é o resgate da autoestima das meninas. É preciso fortalecê-las, para que aprendam a se cuidar. Para isso, precisamos atender também as famílias. As mães precisam de um espaço. Muitas também engravidaram na adolescência, sofreram violências e são tão agredidas quanto as meninas. São famílias embrutecidas que, quando começam a ser atendidas, a sentir-se respeitadas, desabroçam.

Quando chegam aqui, as meninas quase sempre estão fora da escola. Se estudam, frequentam o colégio como turistas. Elas não conseguem sentar na cadeira, conversar. Vêm de casas em que falta comida, não tem chuveiro, nem bacia. Elas fazem as necessidades em sacos plásticos.

Estão acostumadas a ver drogas ou, dependendo a idade, a usá-las. A maioria, e falo de 99%, é vítima de algum tipo de violência, principalmente doméstica. Elas ficam aqui três, quatro anos e passam pelos vários grupos da Casa. De seis em seis meses reavaliamos as meninas, para ver quais são as suas novas necessidades. Um dos primeiros aprendizados das meninas é ter rotina.

As famílias, quando entram na terapia comunitária, passam a se sentir parte de uma comunidade, entram num processo de socialização e conseguem fazer reflexões

“99% das meninas são vítimas de violência”

críticas. A miséria em que vivem essas pessoas é total e a negligência com os filhos, maior ainda. Mas as mães tratam seus filhos do jeito que aprenderam ou do jeito que foram tratadas. A mulher só consegue ser mãe se for cuidada. Quando entram no Grupo da Família, participam da terapia e nas oficinas, aprendem a cuidar dos filhos.

Tem uma menina aqui com ótimo desempenho – já ganhou prêmios em concursos nacionais –, que, quando chegou, o pai e a mãe eram alcoólatras. Ninguém trabalhava, viviam das bolsas do governo federal. A mãe da garota era manicure, mas tinha perdido as clientes por conta da bebida. Com a terapia de grupo, essa mulher se recuperou. Comprou um celular e voltou a trabalhar, a cuidar da filha. As mães que estão aqui vão passando o aprendizado para as outras mulheres da comunidade. Elas percebem que a vizinha está deprimida, bebendo, e chama a colega para vir aqui se fortalecer.

Percebemos que as meninas que resistem a ir embora para casa depois do almoço é porque estão com problemas de violência doméstica. Mesmo nestes casos, não tiramos as meninas de casa. Elas não perdem a identidade porque ficam com a família, e esse vínculo é muito importante. A raiz dessas garotas é a família, mas, nestes casos, fazemos visitas domiciliares intensivas até trazer a mãe ou o padrasto para o Grupo da Família.

Insisto em dizer que as mães são tão abandonadas quanto as filhas. Durante a permanência aqui, as duas desabroçam. Elas têm relações fortes. Algumas meninas trabalharam como prostitutas, para que as mães cuidassem dos seus filhos. Elas trazem dinheiro para casa, mas é a mãe que coloca o prato de comida para todos, que cuida de todos. Temos de ter respeito pelas famílias em todas as situações, ainda que a mãe e o pai vendam drogas no bairro, ou que a mãe, no princípio, nos receba fumando um baseado. Não podemos recriminar. Nosso papel é levar essa mulher a refletir.

Depois de um tempo de atendimento, as mães falam que pertencem à Casa de Passagem. Elas têm diversas atividades: trabalham, cozinham, cuidam do marido, dos filhos e, ainda assim, não se atrasam para a reunião do grupo. Essa é uma prova de que querem mudanças. Um dia desses, uma mãe com uma história pessoal muito difícil me disse: “Minha casa era um buraco e agora tem luz.”

*Maria Cristina Vasconcelos de Mendonça,
psicóloga e gerente executiva da Casa de Passagem*

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia


Local de atuação: Salvador (BA)

Data de fundação: 1991

Direito à voz

Quando o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, foi criado, em 1990, o sistema de justiça da infância era assunto restrito a grupos de direitos humanos. Crianças e adolescentes em conflito com a lei eram chamados por grande parte da sociedade e da imprensa brasileira de “trombadinha” e “cheira-cola”. Apareciam nos jornais com tarja preta nos olhos, ainda que o único “crime” cometido fosse o de viver nas ruas. Nessa época, um tanto sombria para os meninos pobres moradores das periferias brasileiras, Salvador era a terceira cidade do país em número de assassinatos de adolescentes, a maioria do sexo masculino.





O Cedeca presta assistência jurídica gratuita às famílias de crianças e jovens vítimas de violência. Salvador já foi a terceira cidade do país em número de assassinatos de adolescentes

A impunidade era a marca registrada desses crimes. Em 1990, por exemplo, 110 garotos foram assassinados na capital baiana, mas quase não houve investigação. De todas as mortes, apenas uma resultou em júri popular, com o réu absolvido. Assassinatos e chacinas de menores eram registrados em todo o Brasil, sem que isso causasse comoção popular, até que, na madrugada de 23 de julho de 1993, no centro do Rio, ocorreu o crime conhecido como “chacina da Candelária”, quando sete garotos e um morador de rua adulto foram assassinados a tiros enquanto dormiam.

Foi nesse cenário do início dos anos 90, que, um ano depois da criação do ECA, em 1991, um conjunto de 31 instituições baianas reuniu-se para criar o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia, o Cedeca, que, pela primeira vez, prestaria assistência jurídica gratuita às famílias que tivessem tido filhos assassinados por grupos de extermínio e daria visibilidade aos assassinatos de baianos menores de 18 anos – um grupo formado majoritariamente por meninos negros, favelados e com baixa escolaridade.

O Cedeca assumiu a condição de voz dos meninos nas delegacias e nos tribunais. Sua ação foi beneficiada pelo fortalecimento da sociedade civil, que, no início da década de 1990, começara a criar organizações não governamentais voltadas para a garantia dos direitos da infância. Este foi o período em que nasceram algumas das principais ONGs do país, como é o caso do Projeto Axé, em Salvador, que tem um capítulo específico nesta publicação.

Em 1990, dos 110 assassinatos de adolescentes registrados na capital baiana, sendo a maioria das vítimas do sexo masculino, apenas um acusado foi julgado, mas não houve condenação





Se os adolescentes do sexo masculino eram vítimas de chacinas, logo ficou claro, para a equipe do Cedeca, que as meninas da periferia, que mal apareciam nas estatísticas de assassinato, eram vítimas de violência sexual, principalmente no ambiente doméstico. O principal agressor não estava nas ruas e não era desconhecido – era um parente próximo que, na maioria das vezes, morava na mesma casa.

Abuso

Em 1994, a pesquisa Meninas de Salvador revelou medos e expectativas de 74 garotas, vítimas de abuso. O trauma daquelas garotas – que representavam o de milhares de outras crianças – motivou o Cedeca a assumir a dianteira na luta pela criação de políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, e à violência sexual doméstica. A instituição, que fora criada para prestar atendimento jurídico a famílias de meninos assassinados, também passou a defender nos tribunais as meninas abusadas sexualmente.

“A dinâmica do abuso, em alguma medida, define a menina como culpada. É comum associar violência sexual a estupro, mas isso é minoria. O mais comum é um processo de sedução feito por um adulto com quem a menina tem vínculo afetivo, e isso cria nela um medo incrível de falar sobre o que está acontecendo e de pedir ajuda”, diz Karin Koshima, coordenadora técnica do Cedeca da Bahia.

As meninas da periferia de Salvador, que mal apareciam nas estatísticas de assassinato, eram vítimas de violência sexual, principalmente no ambiente doméstico





Equipe técnica do Cedeca faz uma "roda de conversa" com mães e adolescentes atendidas pelo centro. Um dos objetivos dessa atividade é acolher as vítimas

Waldemar Oliveira, um dos fundadores e coordenador executivo do Cedeca, afirma que, sem passar por um processo de fortalecimento emocional, as meninas que foram vítimas de abuso não conseguiam depor diante do delegado ou do juiz e ficava impossível punir os agressores. Em 1998, a instituição criou um serviço de atendimento psicossocial para atender as vítimas de abuso sexual e familiares próximos, geralmente mães e irmãs.

O Cedeca passou a atuar em três frentes: a prestação de assistência jurídica gratuita nos casos de assassinato e de abuso sexual, o atendimento psicossocial para vítimas de abuso sexual e a *advocacy*, que são ações cujo objetivo é auxiliar na formulação de políticas públicas em nível municipal, estadual ou federal.

Ao longo desses anos, o Cedeca influenciou na criação de políticas públicas na Bahia – liderou com sucesso a luta pela criação de duas varas criminais específicas para julgar crimes relacionados a crianças e adolescentes, o que Waldemar chama de “nosso primeiro *lobby*”, por terem conseguido apoio do presidente do Tribunal de Justiça da Bahia à época. As adolescentes, vítimas de abuso, têm autorização para entrar na audiência acompanhadas do advogado do Cedeca e do psicólogo que as atendeu no período que antecedeu o julgamento.

A equipe do Cedeca participou ativamente da mobilização feita no Congresso Nacional para a criação da lei que instituiu uma data nacional para marcar a luta contra o abuso e a exploração sexual de adolescentes, o dia 18 de maio. A metodologia de atendimento às vítimas de abuso, criada pela instituição, é usada até hoje pelo poder público baiano no Projeto Viver, que atende toda a população de Salvador. A “mão” do Cedeca também está na elaboração do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil em Território Brasileiro e na criação da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente do país.

Embora os serviços jurídicos gratuitos sejam o carro-chefe do Cedeca, o rigor técnico não compromete a delicadeza do atendimento às vítimas e a seus parentes. A instituição faz parte do conjunto de casarios antigos da cidade baixa de Salvador. Por dentro, foi restaurada voluntariamente por um grupo de arquitetos, que transformaram a casa antiga em um ambiente acolhedor. A maior parte das salas tem iluminação indireta, para que as meninas se sintam à vontade.

Pais e mães que tiveram filhos assassinados reúnem-se no grupo Pela Vida, no qual os membros mais antigos recebem os mais novos. As vítimas de violência sexual e suas famílias reúnem-se no Girassol. Quando é preciso fazer mobilização na imprensa ou nos tribunais, todos se unem pela mesma causa. “Dizemos para todas as pessoas que nos procuram que é preciso aprender a transformar a dor em luto”, diz a assistente social Silvana Maia. “Não adianta ter sentimento de vingança. É mais produtivo falar sobre o problema e mobilizar a sociedade para evitar novas violências.”

As meninas costumam ter vínculo afetivo com o adulto que as seduz sexualmente. Isso cria nelas um medo quase insuperável de pedir ajuda



“Aos 9 anos, minha filha pedia para morrer”

Tenho duas filhas, Isabela*, de 5 anos, e Eliane*, de 10. Meu ex-marido é operário de uma indústria, mas, quando eu saí de casa com as meninas, ele tirou tudo da gente e quase passamos fome, até ele começar a pagar pensão. Minha filha menor, a Isabela, tem uma doença metabólica e gasto pelo menos R\$ 1.000,00 por mês com medicação.

Meu marido sempre foi um homem carinhoso, que cuidava da medicação da Isabela e tudo. Por isso, quando eu soube que ele mexia com as meninas, foi um choque muito grande. Há dois anos, eu fiz uma cirurgia na coluna e precisei tomar muitos remédios para dor. Depois que eu recebi alta médica, ele começou a dizer que eu vivia nervosa e me dava calmantes. Como ele conversava com jeito e era atencioso com as meninas, eu não desconfiava de nada e aceitava os remédios.

O tempo foi passando e uma noite eu não quis tomar o calmante. Dei banho nas meninas e a Isabela ficou dormindo comigo na cama até mais tarde. Ouvi quando ele entrou no quarto, a colocou no colo e saiu. Só que ele não voltou para a cama e achei aquilo meio estranho. Fui na pontinha do pés até o quarto das meninas e ouvi Eliane, a mais velha, falar com uma voz tão sofrida: “Eu quero a minha mãe.” Entrei no quarto quando ele já estava saindo. Eliane tremia e chorava. Meu marido me chamava e dizia para eu ir dormir, porque aquilo era manhã. Mas eu estava impressionada com o sofrimento da minha filha. Depois de horas de conversa, ela me contou que o pai introduzia o dedo no ânus dela e estava começando a fazer o mesmo com o pênis.

Eu já andava desconfiada de que algo andava muito errado com as meninas. A Isabela, a menor, tirou a roupa na perua que a levava para a escola. Eu estava investigando, mas jamais me ocorreu que isso pudesse estar sendo feito pelo próprio pai delas. Os médicos encontraram fissuras anais até mesmo na Isabela, que é tão pequena. Eu fui casada durante quinze anos e descobri o que ele fazia com minhas filhas logo depois de comemorar nosso aniversário de casamento. Eu ainda tentei conversar com ele, para dizer que não havia mais dúvida de que ele estava molestando as meninas, mas ele se recusava a falar sobre isso. Acabei saindo de casa no final de 2005 sem avisar.

*Os nomes das vítimas foram omitidos para preservar suas identidades.



Quando começaram as audiências judiciais, a babá que cuidou da Eliane quando ela era um bebê disse ao juiz ter encontrado esperma no berço da menina. Eu quase enlouqueci, porque o homem com quem eu vivi por tantos anos parecia ser sério e respeitador. Quando fui conversar sobre o que tinha acontecido com a assistente social da empresa em que ele trabalha, ela me maltratou, porque ninguém acreditava que ele poderia molestar as próprias filhas. Mesmo assim, ela me encaminhou aqui para o Cedeca. A minha família demorou a aceitar os fatos e algumas vezes dizia que poderia ser impressão minha.

Você desculpe eu me emocionar desse jeito, mas eu estava tão sofrida que, quando chegamos ao Cedeca, apenas o abraço que recebemos valeu muito. As meninas foram ouvidas e começaram a receber atendimento. Eu entrei para o grupo das famílias e comecei a fazer pequenos serviços para ajudar a comprar os remédios da Isabela. Fui orientada a conversar com as meninas e, quando passávamos necessidade, eu explicava que aquela seria uma situação temporária. Hoje, um ano e meio depois, estamos mais estruturadas. Consegui na Justiça 28% do salário dele como pensão. As meninas estão mais tranquilas, mas o rendimento escolar da Eliane ainda está baixo.

Minha família acabou aceitando que, de fato, meu marido molestava as filhas, mas até hoje minha mãe coloca a culpa em mim, dizendo que não se deve deixar um homem dar banho nas filhas, mesmo quando elas são pequenas. No fundo, ela acha que eu permiti que ele tivesse intimidade com as crianças. Aqui, no grupo da família, consigo chorar junto e rir com outras mães que passaram problemas semelhantes.

Eu digo para as meninas que não é bom ter ódio no coração – que o pai delas tem uma doença. Eu fico presente, quando ele as visita, e Eliane já começa a sentir menos pânico na presença dele. Mas no começo era um horror. Ela dizia: Eu não quero que você mexa em mim. Aos 9 anos, logo depois da separação, ela dizia para mim e para os terapeutas aqui do Cedeca que queria morrer. Ficamos sabendo que, quando estive internada com Isabela no hospital, ele a molestou todas as noites.

O., 33 anos, mãe de duas meninas vítimas de violência sexual*

“Achava que era culpada pelas agressões que sofri”

Fui vítima de abuso sexual em dois períodos da minha vida: quando tinha 5 anos e depois aos 13. Eu me sentia muito agredida, mas, ao mesmo tempo, achava que era culpada pelas agressões que sofri. Hoje, aos 17 anos, entendo que eu fui vítima e estou limpando minha história.

Aos 12 anos fui morar com a minha avó. Quando mudei, uma prima mais velha, de 18 anos, me pressionou para ter relações sexuais com ela. Eu me sentia indefesa, talvez porque meu pai tivesse abusado de mim dos 5 aos 6 anos de idade e eu nunca tinha tido coragem de contar para ninguém. Acabei falando para uma amiga que minha prima mais velha estava me obrigando a fazer sexo. Esta amiga contou tudo para minha mãe.

Minha mãe quis ir para a delegacia dar queixa e a ela [a prima] me ameaçou. Fiquei com medo e me recusei a ir à polícia, mas minha mãe procurou o delegado e ele a orientou a me trazer para o Cedeca.

Cheguei aos 14 anos e comecei muito lentamente a entender que eu não era culpada por nada do que havia acontecido. Entendi o que significa abuso sexual e comecei a trabalhar isso. Quando estava aqui há um ano, tive coragem de contar para a psicóloga que me atendia que meu pai havia abusado de mim dos 5 aos 6 anos. Começar a trabalhar isso mudou a minha vida, porque eu era muito biruta, agressiva, brigava com minha mãe e cheguei a fugir de casa. A relação com ela foi melhorando, porque, assim como eu recebia atendimento e fazia terapia, ela participava do grupo da família.

Até hoje minha mãe não sabe que meu pai abusou de mim sexualmente. Decidi contar para ela na próxima semana. Estou preocupada com isso, porque passamos por quatro anos de crise familiar braba e agora está tudo bem. Só que preciso limpar essa história toda para, de fato, começar uma nova etapa de vida.

Já contei para minha tia, a irmã dela, e vamos conversar nós três e a psicóloga. Eu não quero que minha mãe se sinta culpada, mas é preciso que eu diga a ela que, aos 5 anos, era apenas uma criança indefesa. Sofrer abuso constante deixa marcas fortes. Passados tantos anos do que meu pai fez comigo, ainda lembro do medo que sentia. Minha mãe sempre se preocupou comigo. Quando comecei a crescer, ela me disse para ter cuidado com os homens. Mas ela só fez isso quando eu botei corpo e o pior já tinha acontecido.

I. S., 17 anos, vítima de abuso sexual*

“Nosso trabalho é uma luta constante”

O que motivou a criação do Cedeca foi o número de assassinatos de meninos e a impunidade que cercava estas mortes. Ainda hoje há assassinatos, mas conseguimos mobilizar a sociedade em relação ao problema. A imprensa está do nosso lado; há alguns anos os garotos assassinados eram assunto de página policial. Hoje há duas varas que só julgam crimes contra crianças e adolescentes. Antes disso, muitos crimes prescreviam, o que não acontece mais. A conquista destas varas é o grande feito do Cedeca.

Em 1994, quando começamos a trabalhar com campanhas de prevenção à exploração sexual e ao abuso, ninguém fazia nada parecido no Brasil. Enfrentamos resistência, porque lançamos a primeira campanha no carnaval daquele ano. As pessoas diziam: carnaval é um momento alegre e ninguém vai querer falar sobre esse assunto. Os hotéis, que hoje são nossos parceiros, se colocaram contra o tema, porque poderia espantar os turistas. Começamos a articular uma rede para combater a exploração.

No ano seguinte, fizemos uma campanha de mídia com artistas famosos, como Caetano Veloso e Gilberto Gil, dizendo que exploração sexual é crime e dá cadeia. Criamos uma central de atendimento para receber denúncias, uma rede para receber meninas vítimas, e o governo federal adotou a causa. Em 1998, criamos o atendimento psicossocial às meninas vítimas de violência. O Tribunal de Justiça pedia que atendêssemos estas garotas, porque não tinha quem fizesse isso. Nas audiências, as crianças choravam na frente do juiz, comprometiam o depoimento e muitas vezes tornava-se impossível condenar o acusado.

O atendimento que as meninas recebem aqui é fundamental para que elas se fortaleçam. Isso também ocorre com as famílias, que precisam aprender a lidar com crianças vítimas de abuso e não sabem o que fazer com o abusador, que geralmente é um parente próximo.

Trabalhamos em bairros em que as pessoas convivem normalmente com a violência. É preciso acabar com a imunidade que estas pessoas desenvolvem para se proteger dessas situações – fazê-las entender que homicídio, assim como outras situações de violência, não são fatos corriqueiros.

Cida de Roussan (fundadora)

Waldemar Oliveira (coordenador executivo)

Vivaldo Gomes (psicólogo)

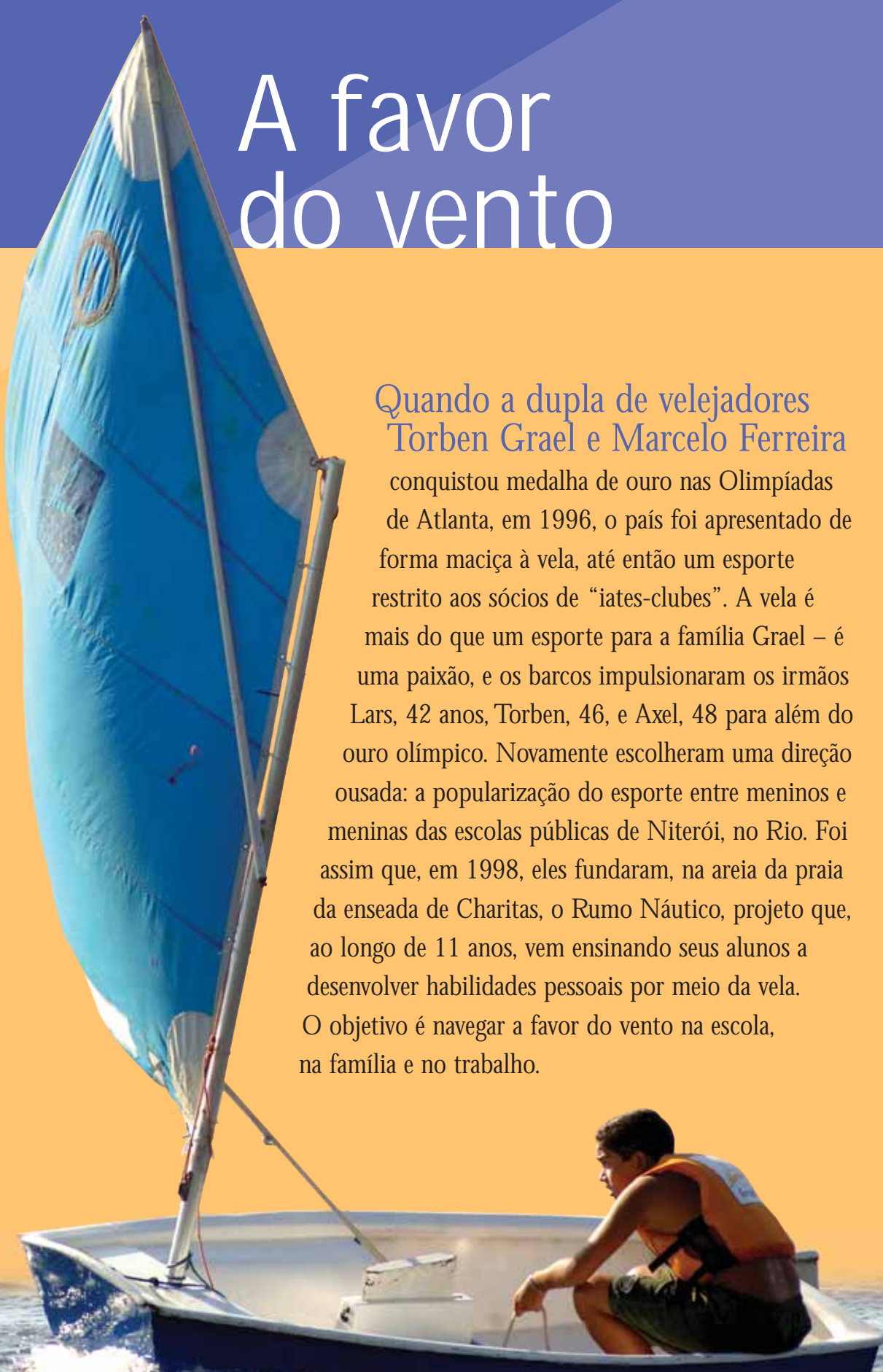
Silvana Maia (assistente social)

Instituto Rumo Náutico – Projeto Grael

Local de atuação: Niterói (RJ)

Data de fundação: 1998

A favor do vento

A photograph of a person sailing a small boat on the water. The boat is white with a large blue sail. The person is wearing a life vest and is looking towards the right. The background is a bright orange and yellow sky, suggesting a sunset or sunrise. The water is dark blue with white foam from the boat's wake.

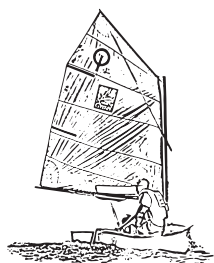
Quando a dupla de velejadores Torben Grael e Marcelo Ferreira conquistou medalha de ouro nas Olimpíadas de Atlanta, em 1996, o país foi apresentado de forma maciça à vela, até então um esporte restrito aos sócios de “iates-clubes”. A vela é mais do que um esporte para a família Grael – é uma paixão, e os barcos impulsionaram os irmãos Lars, 42 anos, Torben, 46, e Axel, 48 para além do ouro olímpico. Novamente escolheram uma direção ousada: a popularização do esporte entre meninos e meninas das escolas públicas de Niterói, no Rio. Foi assim que, em 1998, eles fundaram, na areia da praia da enseada de Charitas, o Rumo Náutico, projeto que, ao longo de 11 anos, vem ensinando seus alunos a desenvolver habilidades pessoais por meio da vela. O objetivo é navegar a favor do vento na escola, na família e no trabalho.

O Rumo Náutico
trabalha para popularizar
um esporte de elite e
mudar o perfil dos
profissionais do mercado
náutico, aprimorando
sua formação humana
e técnica





“Os jovens estão começando a frequentar regatas, os donos dos barcos percebem que eles têm muito talento e começam os convites para participar de competições”, diz Fred Hoffman, coordenador do setor profissionalizante do projeto



O Rumo Náutico está disposto a quebrar paradigmas – trabalha para popularizar um esporte de elite e mudar o perfil dos profissionais do mercado náutico, aprimorando sua formação humana e técnica. Além disso, como não poderia deixar de ser, os Grael estão formando campeões. Os amigos Érik Cunha e Diogo Rangel, de 14 anos, moradores da periferia de Niterói, abrem um sorriso largo quando se pergunta sobre o desempenho na regata mundial da qual participaram em abril de 2006, nos Estados Unidos, como parte de uma competição de Torben Grael. “Levamos medalha de ouro em uma das quatro competições”, conta Diogo.

É a determinação e o talento desses meninos que alimenta o sonho dos Grael de fazer da vela um esporte menos elitizado. “Esses jovens estão começando a frequentar regatas, os donos dos barcos percebem que eles têm muito talento e começam os convites para participar de competições”, diz Fred Hoffman, coordenador do setor profissionalizante do Rumo Náutico. Segundo ele, o fato de os meninos entrarem nos clubes (reduto de atletas e onde se organizam as competições) como bons velejadores ajuda-os como esportistas e como futuros profissionais. Os veleiros que “correm regata”, como se diz no meio, precisam de profissionais para mantê-los. É cada vez maior o número de meninos que saem do Rumo Náutico para trabalhar em clubes, marinas e escolas de vela.

“Eu entrei menino aqui no Projeto. Lembro que assistia às minhas aulas e às dos outros e, quando sobrava um barco, pedia para velejar mais um pouquinho”, conta Samuel Gonçalves, 19 anos, aluno da primeira turma. Quando Samuel começou a frequentar o projeto, o Rumo Náutico ainda estava sediado na areia da praia de Charitas e o escritório era um *container*. O garoto fez os cursos básicos e o ciclo de vela avançada. Aprendeu a consertar motor de popa, mexer com fibra de vidro e trabalhar com carpintaria naval. Ensinou o que sabia ao irmão mais velho e preparou-o para dar aulas, anos depois, no Rumo Náutico. Quando a mãe ficou desempregada, os dois passaram a sustentar a família.

Samuel é um desses exemplos de adolescente que entra num projeto social, percebe que tem uma oportunidade de mudar de vida e se agarra a ela com força. Hoje ele é gerente de um barco grande, da maior categoria náutica, a IMS, *Imasuring System*, que equivale à Fórmula 1 na corrida de automóveis. No ano passado, Samuel fez parte da equipe que ganhou medalha de ouro no campeonato brasileiro na categoria Ranger. Mas ele conseguiu mais do que isso: entrou no curso de desenho industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro. “Vou projetar barcos”, afirma.

Todos os alunos velejam em pequenos grupos para aprender a trabalhar em equipe, independentemente do tipo de embarcação usada



Velas azuis

Sediado na baía de Guanabara, na praia de Jurujuba, o Rumo Náutico é vizinho de sete iates-clubes que abrigam atletas, mantêm aulas diárias de vela para seus sócios e organizam regatas. O Projeto dos Grael já não está mais na areia da praia de Charitas. Tem sede própria e rampa para colocar na água os barcos de velas azuis que identificam os meninos que navegam em direção a uma vida que lhes permita quebrar o ciclo de pobreza das famílias em que nasceram.

A primeira atividade dos alunos que chegam ao Rumo Náutico é fazer aulas de natação. O Projeto recebe pessoas de 10 a 23 anos, mas, independentemente da idade, todos têm de saber nadar. Só depois disso é que os iniciantes são encaminhados para os níveis básicos da vela – iatismo básico e avançado Optimist (menor barco da categoria) e, depois, o básico e o avançado Dingie, barco um pouco maior. Não importa a embarcação, os alunos velejam em pequenos grupos, para aprender a trabalhar em equipe.

A partir dos 16 anos, é possível inscrever-se em um dos cursos profissionalizantes, como costura náutica, mecânica de motores, refrigeração de embarcação, fibra de vidro. Cada módulo dura pelo menos seis meses. Quem se inscreve direto para as atividades profissionalizantes,

O Projeto atende pessoas de 10 a 23 anos. Na fase profissionalizante, aprendem a consertar motor de popa, mexer com fibra de vidro, carpintaria naval e capotaria náutica



sem passar pelas classes de iniciação esportiva, também aprende a velejar. “Aqui todo mundo veleja”, sintetiza Axel Graef.

É por meio da navegação que os alunos vão conhecendo a história da ocupação da Baía de Guanabara e as consequências ambientais da favelização do seu entorno. Uma das atividades cotidianas – a observação do aumento ou da diminuição da quantidade de lixo no pedaço em que velejam – vai virar um projeto regular, assim como a medição do nível de poluição da água.

Os mais velhos são estimulados a fazer um dos cursos de oceanografia oferecidos em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e com a Universidade Federal Fluminense. “As atividades ambientais são uma forma de ampliar o processo educativo. Não queremos formar apenas bons velejadores, bons marceneiros ou operadores de fibra de vidro”, afirma Gustavo Borges, responsável pelas atividades de educação complementar.

Em média, os alunos que entram para as classes de iniciação esportiva permanecem no projeto por quatro anos. Se entrarem muito jovens, aos 10 anos, é comum saírem por um período e retornarem aos 16 anos, para as etapas profissionalizantes que duram, em média, dois anos. É o caso de Eliana Terra Rodrigues, a Nana, 19 anos, que começou a velejar quando o projeto era ainda na areia de Charitas e voltou em 2007, para estudar capotaria náutica.

Superação

A rotina dos pequenos velejadores do Rumo Náutico é bastante lúdica. Ao chegar, eles se reúnem para planejar a “velejada” do dia, observar a baía e combinar o trajeto. Descem para a rampa, onde colocam coletes salva-vidas, e começam a montar os barcos e a içar as velas. É hora de ir para a água. A turma que fica no cais grita e torce por quem está velejando. A empolgação é o que move os barcos que saem pela manhã, período em que o vento é fraco e as velas mal se mexem pelas águas quase paradas da Baía de Guanabara. Thiago Alcântara, 21 anos, o professor, é ex-aluno do Rumo Náutico.



Por meio da navegação, os alunos vão conhecendo a história da ocupação da Baía de Guanabara e as consequências ambientais da favelização do seu entorno



Crianças que saem do projeto depois de aprender a velejar, costumam voltar anos depois para aprender uma profissão, caso da capotaria náutica

Na volta, o professor reúne os alunos para analisar a atividade, quando fica claro que os detalhes são importantes e o espírito de cooperação, mais ainda. “Quando o barco chega, tem que ajudar a desmontar e ir rapidinho passar uma água-doce no colete. Vamos fazer um acordo: quem não trabalha não veleja”, diz Thiago. O coordenador da iniciação esportiva, Julio Sass, diz que a vela “exige atenção e um nível grande de detalhamento e disciplina”. Ele ressalta que os meninos aprendem a zelar por materiais caros que pertencem a todos. “O cuidado com o que é público faz uma grande diferença na formação deles”, finaliza.

A coordenadora pedagógica do projeto, Fernanda Hoffman, afirma que a vela aumenta a autoestima dos alunos, porque eles aprendem a superar limites. “Eles crescem ouvindo os pais dizerem que o mar é perigoso e, quando conseguem dominar um barco, sentem-se seguros e ficam com a autoestima lá em cima. Além disso, a dinâmica do mar faz com que os meninos vençam a si mesmos”.

Para os meninos do Rumo Náutico, a maior lição de superação vem justamente de Lars Grael. O caçula dos irmãos foi atropelado por uma lancha, em 1998, durante uma regata, na cidade de Vitória, e teve a perna direita amputada. De uma hora para outra, Lars, um atleta profissional, passou a ter uma deficiência física que, no primeiro momento, parecia deixá-lo fora do esporte. Ingeriu medicamentos tão fortes para superar a dor que chegou a ser diagnosticado como dependente químico de remédios. O medalhista olímpico de Seul (1988) e Atlanta (1996) não se deu por vencido – três meses depois do acidente, decidiu parar de tomar remédios e aprendeu a superar a dor.

“Eu vivia do esporte e do meu corpo. Aceitar-se como um deficiente físico é difícil. Mas, se tivesse ficado só nisso, seria infeliz”, disse Lars no dia 25 de abril de 2007, para um público, emocionado, de estudantes da Universidade de São Paulo. Lars tem uma boa frase, que resume sua predisposição para enfrentar a vida: “O pessimista reclama do vento, o otimista espera ele mudar e o realista ajusta as velas”.

Alguns meses depois do acidente, Lars voltou a competir em determinadas classes de vela. Em 2000, foi para as Olimpíadas de Sidney como treinador de Torben, que ganhou medalha de bronze. Escreveu um livro chamado *A saga de um campeão*, lançado pela Editora Gente, e ocupou cargos públicos ligados ao esporte. A atitude de Nana, aluna do Rumo Náutico, dá uma ideia da admiração que os meninos têm por Lars. Depois do acidente, ele deu à garota suas raquetes de *badmints* só velejava quem fazia parte de clube.”

Popularização

Thiago, que começou a velejar aos 12 anos no Rumo Náutico, é filho de uma faxineira e neto de um pescador.



Os meninos e meninas que vivem nos morros dessa região crescem de frente para a baía, observando o deslizar das velas brancas, sem ter a possibilidade de sequer entrar num iate-clube para vê-las um pouco mais de perto. Antes da criação do projeto dos Grael, que está conseguindo popularizar a cultura náutica de Niterói, os jovens dos morros, quando adultos, tinham oportunidade, no máximo, de trabalhar como tripulação não qualificada nestas embarcações.

Hoje, o grande prazer de Thiago é ver a evolução dos seus alunos, a maioria dos quais chega ao Rumo Náutico sem a menor noção de iatismo. “Tenho aluno que correu regata em Baltimore, nos Estados Unidos e ganhou. Isso é um orgulho.”

Em um país em que a política pública de esporte ainda não é prioridade, o Rumo Náutico vem somando conquistas. Ao lado da vela, os Grael introduziram em Niterói a cultura do *badminton*, espécie de tênis jogado com peteca. Duas atletas da cidade, Paula Beatriz Ferreira e Fabiana da Silva (ex-aluna do Rumo Náutico), participaram das seletivas para representar o Brasil no Pan-Americano, em julho de 2007, no Rio. Lars, ocupante de um cargo público ligado ao Ministério dos Esportes, criou o Projeto Navegar, que, na primeira etapa, replicou, em 37 núcleos espalhados pelo país, a filosofia do Rumo Náutico.

“Os alunos crescem ouvindo os pais dizerem que o mar é perigoso e, quando conseguem dominar um barco, sentem-se seguros e ficam com a autoestima lá em cima”, diz a coordenadora pedagógica, Fernanda Hoffman



“Conquistei medalhas e fiz amigos”

Quando cheguei ao projeto, não tinha nada disso que você vê hoje aqui. Era uma lona de circo na areia da praia de Charitas. Eu passava lá todos os dias, quando ainda estavam montando a estrutura, e não conseguia descobrir o que seria aquilo. Eu tinha 10 anos e comecei a pensar que seria um circo e que poderia ter aulas. Quando soube que era iatismo, pensei: tudo bem, mais um esporte que posso tentar fazer.

Mas quando comecei a velejar, não parei mais. Velejei direto dos 10 aos 18 anos. Fui convidada para participar da equipe de dois iates-clubes aqui da região, sem precisar pagar mensalidade. Cheguei a ter um barco velho de madeira, mas não consegui sustentá-lo. Minha mãe é dona de casa e meu pai é barbeiro. Minha mãe se empolgou e também começou a velejar.

No Rumo, a gente aprende a preservar os equipamentos, mesmo que eles não sejam seus – os barcos, o colete, todo material. Ao longo desse tempo, tive muitas e muitas oportunidades, e pude conviver no meio do iatismo, que adoro. Conheci o Torben Grael e trabalhei como monitora na Marina da Glória, no Rio, orientando visitas ao Brasil 1, o barco com que ele participou da regata Volta ao Mundo, em 2006. Velejei com Robert Scheidt num daqueles veleiros gigantescos. É uma emoção muito grande.

Logo que o *badminton* [espécie de tênis jogado com peteca] chegou em Niterói, comecei a jogar. Depois que o Lars sofreu o acidente [em que teve a perna amputada], me deu a raquete e todo o material dele, mas eu não uso para não estourar. Hoje dou aula de *badminton* em duas escolas particulares aqui de Niterói e vendo jornal nos fins de semana no Leblon [zona sul do Rio].

Voltei para o Rumo Náutico porque estava com saudade. Estava em casa me recuperando de uma lesão do joelho causada pelo *badminton*. Olhava as velas na baía e ficava triste. Agora estou velejando e fazendo curso de capotaria náutica [costura de vela]. Com as aulas e a venda do jornal, junto dinheiro para estudar educação física na faculdade.

O esporte me rendeu medalhas – fiquei em terceiro lugar no campeonato sul-americano de *badminton*, em dupla com a Renata Faustino, outra atleta. Meu quadro de medalhas de iatismo está cheio. Mais do que isso, aqui no Rumo Náutico aprendi a falar melhor, a ter respeito pelos outros. É tanta coisa que eu me perco contando.

Elaine Terra Rodrigues, a Nana, 19 anos, aluna do Rumo Náutico

*“Velejar
faz você
enxergar
a vida de
outra
maneira”*



Eu trabalhava como pescador profissional filiado a uma colônia chamada Z-8, aqui em Niterói, e vendia sanduíche na rua para fazer um dinheiro a mais. Em 2004, vi um cartaz na parede de cooperativa, informando sobre cursos profissionalizantes no Rumo Náutico. Tinha passado da idade, estava com 28 anos, mas aquele era um momento muito difícil – minha mulher estava grávida e a pesca estava cada vez mais difícil. Fui até lá, arrisquei e fui aceito.

Escolhi o curso de fibra de vidro, pensando no mercado de trabalho. Eu nunca na minha vida tinha chegado perto de um barco a vela e fui informado de que precisava aprender a velejar. Quando o curso de fibra começou, em pouco tempo comecei a me destacar – eu era mais velho do que a turma e tinha muita necessidade de aprender. O professor foi me colocando como monitor da classe.

Entrei no Rumo Náutico em março de 2005 e em abril fui visitar, com o pessoal aqui do projeto, o Brasil Boat Show. Lá fui apresentado a um casal de velejadores que participou da fundação do projeto Grael e estava abrindo uma escola de vela na Marina da Glória, no Rio. Comecei a trabalhar com eles, guardando os barcos dos clientes. Depois disso, eles me incentivaram a fazer curso de instrutor de vela e ainda conserto a fibra de vidro dos barcos.

Quando os instrutores dão aula, presto atenção e, de vez em quando, se alguém falta, fico com os alunos. A escola de vela vai pagar um supletivo para eu voltar a estudar e completar o ensino médio, porque parei de estudar na 8ª série. Sou goiano e vim para Niterói há dez anos com meu irmão, para tentar a sorte. Moramos por muito tempo em uma casa sem piso, só tínhamos um carpete para dormir e uma televisão.

O Rumo Náutico abriu novas portas para mim. Um dia desses, participei de uma reportagem para uma série sobre o Pan, sobre a possibilidade de o esporte mudar a vida das pessoas. Cada dia que passa, gosto mais da vela; as pessoas se ajudam e o mar é igual para todo mundo. Lembro de uma regata Paquetá–Rio em que o barco que estava ganhando voltou para ajudar outro que tinha quebrado. Este tipo de experiência faz você enxergar a realidade de outra maneira.

Clésio Antônio dos Reis Pereira, 31 anos, ex-aluno do Rumo Náutico

“Nossa missão é popularizar a vela”

Nosso pai era um grande incentivador da vela e queria que o esporte saísse dos muros dos “iates-clubes”. Depois da Olimpíada de Seul, em 1988, Torben e Lars voltaram com medalha de bronze e começaram a ficar conhecidos em todo o país. Fizemos uma exposição de barcos em um shopping da cidade e levamos o Star com o qual Torben conquistou bronze em Seul. As pessoas adoraram. No dia em que a exposição foi desmontada, meu pai foi internado e faleceu. Soubemos logo depois que ele já estava doente, mas não disse nada, para não atrapalhar a Olimpíada. Meus irmãos e eu ficamos com a missão de tornar a vela um esporte menos elitista.

Na véspera das Olimpíadas de Atlanta, Lars e Torben estavam sendo apontados pela imprensa como favoritos. Aproveitamos, então, para ter a primeira conversa sobre patrocínio para uma escola pública de vela com o prefeito de Niterói. Lars voltou de Atlanta com bronze; Torben, com ouro. Eles desfilaram em carro aberto pela cidade. Quando Torben fez um pequeno discurso, falou que o Brasil poderia unir o esporte ao desenvolvimento social e que gostaria de ver uma escola pública de vela na cidade.

Começamos o projeto com apoio da Prefeitura de Niterói, na areia da praia de Charitas. Os “iates-clubes” são ambientes de exclusão social e lá essa garotada de escola pública não teria como desenvolver o esporte. Nossa ansiedade era ver logo os garotos velejando. A partir disso, fomos agregando outras oportunidades que fizessem sentido, até chegar aos cursos profissionalizantes.

Começamos dessa forma, e hoje temos sede própria e abrimos vaga neste semestre para atender quinhentos alunos. Fomos criando nossa metodologia, porque não há muitas iniciativas no mundo como a nossa. Hoje o projeto chegou no formato que gostaríamos. Estamos sistematizando nossa metodologia para selecionar parceiros em outras cidades do Brasil, que podem usar nossa tecnologia. A ideia é criar uma espécie de franquia social.

Temos preocupação com a forma com que os meninos são recebidos nos clubes. Eles muitas vezes velejam melhor do que os sócios, mas o ambiente é fechado e a vela, um esporte caro. Tem o caso de um menino chamado Ronyon Silva, que é de Ilha Bela, e tem um talento fantástico. Com um barco e uma vela emprestados, ele veio aqui e faturou mole o campeonato brasileiro por três anos consecutivos. Ele se



classificou para o mundial e não foi por falta de patrocínio. Este é um caso frustrante.

Sempre tivemos muito cuidado com competição e não damos ênfase a isso, porque, se os meninos pensarem só em medalha, vão ter grandes frustrações. Num campeonato, apenas um ganha e todos perdem. Mostramos que na vela há muitas formas de ser bem-sucedido. Um carpinteiro naval, por exemplo, ganha muito bem. Formamos velejadores especializados, e não operários que chegam aos clubes e marinas recebendo ordens, sem saber como o barco funciona. O tipo de relação que nossos alunos têm com o mercado é diferente. Eles são velejadores e prestadores de serviço qualificados.

Nossa ideia é que os projetos de vela social criem uma rede que tenha uma agenda comum, em que o primeiro ponto seja a democratização do acesso à água. Num país com uma costa tão grande, é preciso ter rampas públicas. Existem barcos baratos, é possível conseguir doação, mas sem acesso à água nada vai funcionar.

Axel Graef, diretor executivo do Rumo Náutico

Instituto Reação

Local de atuação: Rio de Janeiro (RJ)

Data de fundação: 2003

A arte da superação

No judô, há uma espécie de lição que atravessou o Oriente, onde foi criada esta luta marcial, e é transmitida de

professor para aluno em todo o mundo: é preciso saber cair, para ter condições de levantar e seguir lutando. O conceito parece simples e de fato é. Mas faz toda a diferença quando a ideia transcende o tatame e passa a ser aplicada na vida. Faz mais diferença ainda quando quem a utiliza são crianças, adolescentes e jovens pobres, moradores de bairros violentos, que precisam aprender todos os dias a se superar – em casa, na escola e no trabalho –, para conquistar um futuro digno.



O Instituto Reação
atende centenas de
meninos e meninas
moradores de três
favelas do Rio de Janeiro
com aulas de judô e
reforço escolar



Os fundamentos do judô estão ajudando a transformar a trajetória de centenas de alunos do Instituto Reação, um projeto localizado em três favelas do Rio e em um abrigo para meninas. O objetivo é ensiná-los a utilizar, no dia-a-dia, as estratégias da luta criada no Japão em 1882. É no cotidiano árido das favelas que os meninos refletem sobre o significado da palavra Judô – “Ju” é a gentileza e a suavidade empregadas para utilizar a força do oponente sem agir contra ela. “Dô” quer dizer caminho.

O respeito ao próximo, a disciplina e a determinação são a base dos valores que estão fazendo toda a diferença na vida de Raquel, João Lucas, Rafael, Rodrigo, Cristiano e tantos outros que têm sua vida entrelaçada ao Reação. Antes de relatar essa história, é necessário dizer que o Instituto foi criado por Flávio Canto, um dos judocas mais premiados do Brasil. Foi medalha de bronze nas Olimpíadas de Atenas (2004) e ouro no Pan-Americano de Santo Domingo (2003). Ganhou prata no Pan de Winnipeg (1999) e bronze no de Mar del Plata (1995), entre outros títulos. Flávio não é apenas o presidente do Reação: é uma referência para os alunos. Dá aula uma vez por semana, treina com Geraldo Bernardes, o mesmo

Os valores do judô estão fazendo toda a diferença na vida de meninos e meninas que precisam lutar diariamente pela própria sobrevivência





técnico que prepara os competidores do Reação e faz fisioterapia no mesmo espaço destinado aos meninos. “O Flávio é um ídolo para os meninos, mas não um ídolo distante porque eles têm a oportunidade de conviver com ele no dia-a-dia”, diz Rodrigo Borges da Silva, 26 anos, ex-aluno e professor do Reação.

O Instituto Reação tem quatro pólos – na Rocinha, em Cidade de Deus, em Tubiacanga e em um abrigo para meninas chamado Pequena Cruzada, na zona sul do Rio. A unidade da Rocinha funciona em um prédio público que abriga dezenas de projetos sociais. Há poucos meses, Daniela (nome fictício), 12 anos, havia ido ao local apenas para acompanhar uma pessoa da família quando viu crianças pedindo o autógrafo do Flávio. “Ei, tio, você é famoso?” perguntou a garota. Flávio convidou-a para treinar e participar das aulas de reforço escolar, oferecido aos alunos do ensino fundamental – de 1ª a 8ª séries. Daniela aceitou.

A menina nasceu em um presídio do Rio durante o período em que a mãe cumpria pena. Anos depois, a mulher espancou Daniela com tamanha brutalidade que perdeu a guarda da filha. Hoje os responsáveis legais pela menina são seus tios, mas a situação na casa da família é muito difícil – o avô morreu eletrocutado quando mexia na fiação elétrica da casa e isso representou uma perda significativa de renda. A menina, por sua vez, continuou recebendo castigos físicos severos dos tios.

O Instituto Reação foi criado por Flávio Canto, um dos judocas mais premiados do Brasil. “Ele é um ídolo e um exemplo para os meninos do projeto”, diz Rodrigo Borges da Silva, professor



Roniclai da Silva:
*Só o que me incomoda
é morar em um bairro violento*

Ao saber da história de Daniela, o Reação mobilizou-se e conseguiu uma vaga para ela no abrigo de meninas até que os tios, que estão sendo atendidos por um serviço especializado, tenham condições de recebê-la de volta. Daniela aceitou ir para a instituição, desde que seguisse treinando judô e tendo contato com a equipe do Reação. Flávio, que se lesionou às vésperas do Pan-Americano do Rio, em julho de 2007, interrompeu uma sessão de fisioterapia para conversar com membros do Conselho Tutelar sobre a situação de Daniela. Este caso é um bom exemplo do que é o Instituto Reação – uma organização não governamental criada há apenas cinco anos, que, com uma estrutura organizacional ainda em formação, tem enorme envolvimento com seus alunos. Somando os quatro pólos, são quase novecentos alunos.

Inclusão social e formação

O projeto trabalha em duas linhas básicas. A primeira é a inclusão social por meio do esporte – que compreende atividades educacionais, como aulas de inglês, reforço escolar e bolsas em escolas e faculdades privadas. A segunda linha é o treinamento de atletas no pólo Cidade de Deus. Um dos orgulhos do Instituto é Raquel Lopes, 16 anos.

Nascida e criada em Cidade de Deus, Raquel apareceu no pólo de Cidade de Deus para conhecer o judô. “Depois de uma semana, o professor Geraldo me viu treinando e disse: ainda vou te colocar na seleção brasileira. Eu pensei que ele era maluco”, conta a menina em um vídeo institucional do Reação. Raquel levou o ouro no Pan-Americano de Judô, em 2003, na Bolívia. “É a minha medalha mais importante, mas meu sonho é ser campeã olímpica”.

Dois anos depois, aos 15 anos, Raquel engravidou. Escondeu a barriga para não parar de competir e chegou a lutar, mas a estratégia, claro, não funcionou por muito tempo. “Foi muito difícil. Escondi a gravidez até os seis meses para não ter que parar de treinar. Mas o pessoal do Reação me ajudou, comprou enxoval e minha mãe cuida da nenê para eu treinar”, conta Raquel, que é bolsista em uma escola particular e pretende estudar educação física para dar aulas de judô. “Se a Raquel não tivesse entrado no judô, teria parado de estudar. Ela era muito rebelde e quase todos os dias eu era chamada na escola por causa das confusões dela”, conta a mãe da menina, Zenilda Lopes da Silva.

A Rocinha

As sementes do Instituto Reação começaram a ser plantadas no ano de 2000, quando o professor Pedro Gama Filho, falecido, convidou Flávio Canto para dar aulas como voluntário em um projeto na Rocinha. As turmas de judô já somavam cem alunos quando a Prefeitura, então principal apoiadora do projeto, interrompeu o financiamento. Canto e os alunos mais antigos decidiram organizar-se e manter o projeto funcionando, apesar da falta de recursos. Em agosto de 2003, montaram a ONG. “Ele tinha uma identificação muito grande com as crianças e com a comunidade”, lembra Rodrigo Borges da Silva, morador da Rocinha e um dos primeiros alunos do projeto.



O Instituto Reação tem quatro pólos na cidade do Rio. Um deles treina atletas de alto rendimento. Lá foi revelada a atleta Raquel Lopes, medalha de ouro no Pan-Americano de Judô, em 2003



“Eu não tinha nenhuma expectativa do que iria fazer quando ficasse adulto. Passei a infância brincando na rua, exposto a algo mais grave. Depois que conheci o judô, minha rotina mudou”, diz Cristiano Oliveira, estudante de educação física

“Quando cheguei ao Reação, eu era bem pequeno, tinha 13 anos. Um colega me falou que estavam dando quimonos de graça. Eu nem sabia direito o que era isso, mas o que é dado é bem-vindo. Fiz a primeira aula e fiquei”, conta Cristiano Oliveira, que passou no vestibular de educação física e, por intermédio do Reação, conseguiu bolsa na Universidade Gama Filho. “Eu não tinha nenhuma expectativa do que eu iria ser quando ficasse adulto ou no que iria trabalhar. Passei a infância brincando na rua e, querendo ou não, eu estava exposto a algo mais grave. Depois que conheci o judô, minha rotina mudou e me deixou mais ocupado. Foi isso o que me impediu de ir para um lado mais complicado”, afirmou Cristiano em uma entrevista feita pelo seu colega Rodrigo, que hoje é professor, para um trabalho da faculdade.

A Rocinha é uma das maiores favelas da América Latina. Organizada, tem rua comercial com lojas e restaurantes, agências bancárias e recebe turistas para visitas guiadas no morro. A rua principal, a Via Apiá, termina no asfalto quase dentro de São Conrado, um dos bairros mais



elegantes do Rio. As crianças e os jovens da Rocinha, apesar de ela ser mais urbanizada do que outras favelas cariocas, estão expostos à violência urbana movida pelas armas do narcotráfico.

Terça-feira, 5 de junho, 13 horas. Centenas de pessoas sobem e descem a Via Apiá. O principal restaurante da favela está lotado. De repente, um tiroteio. Motos em alta velocidade, tiros de fuzil. O policial federal Marcelo Cardoso Castelhana é morto a metros do restaurante, onde os clientes se esconderam atrás do balcão e dentro da cozinha, para se proteger das balas. Adolescentes, aparentando 14, 15 anos, são vistos nos becos da Apiá, carregando fuzis. Pânico na favela mais urbanizada do Rio. “As coisas andavam tranquilas, mas sabemos que poderia estourar a qualquer hora. Não temos certeza de nada”, diz João Roberto Nascimento, 36 anos, pai de três alunos do Instituto Reação. Tão logo começou o tiroteio, ele correu para o Instituto para acompanhar os filhos que voltariam a pé para casa. Nesse dia, o prédio do Reação foi evacuado.

A Rocinha, onde se localiza um dos polos do Reação, é uma das maiores favelas da América Latina. Oficialmente, já virou bairro, mas não perdeu o estigma de comunidade violenta



“Ganhei bolsa para uma das melhores escolas do Rio”



Há uns quatro anos, uma vizinha minha, a Tati, me perguntou se eu não queria fazer judô com ela porque era muito bom e a gente não precisaria sair da Rocinha. Só tinha visto judô pela TV, mas quando cheguei lá achei muito legal.

Moro na Rocinha com meus pais e minhas irmãs. Meu pai trabalha como auxiliar de serviços gerais e minha mãe é dona-de-casa. Eu luto mais ou menos, mas gostei muito do judô e fiquei até hoje. Só que aqui também tem aulas de inglês, português e posso não me destacar tanto no tatame, mas tenho como ir bem nas outras atividades.

Minhas notas na escola melhoraram e eu aprendi a ter responsabilidade, a ter humildade, essas coisas. Até 2006, estudava em uma escola municipal, mas, neste ano, ganhei uma bolsa para a Escola Parque, que é uma das melhores aqui do Rio.

Um dia o Flávio me ligou e perguntou se eu tinha vontade de estudar numa boa escola. Fui lá, fiz a prova, passei e comecei a estudar. As matérias são diferentes e a escola, muito mais conservada. Também é mais organizada. Como tenho facilidade para amizades, já tenho amigos. Vou brincar com eles no condomínio e eles me chamam para festas. Estou na classe do filho da Malu Mader [atriz] e, quando tem festa, ela me traz de volta até a entrada da Rocinha.

Aqui no morro, o ruim é que tem muita violência, mas somos mais livres do que os meninos do condomínio, que só podem brincar no espaço determinado do *playground*.

João Lucas Barreto, aluno do Instituto Reação

“Meus filhos vão ter uma vida melhor do que a minha”

Minha mãe sempre trabalhou como empregada doméstica. Quando eu era pequeno, às vezes ia com ela ao trabalho e via os filhos dos patrões de quimono indo para o judô, e ficava morrendo de vontade, mas não tive oportunidade. Doméstica ganha muita roupa, sapato, essas coisas. Um dia, minha mãe ganhou um quimono e me deu. Fiquei naquela situação de ter a roupa e não ter como ir para a aula. Quando a gente é criança, isso é difícil de entender. Eu me perguntava: por que eu não posso? Quando tive oportunidade de começar a fazer jiu-jitsu, aos 17 anos, a roupa não dava mais em mim.

Quando fiz 19 anos, fui trabalhar na Associação de Moradores aqui da Rocinha. Lá conheci um projeto que tinha acabado de chegar, chamado Educação, Criança, Futuro, que ensinava judô. Foi lá que conheci o Flávio [Canto], que veio para o projeto como voluntário. Era assim: minha sala lá na associação ficava bem na frente ao *dojo*, que é como se chama a sala de treino. O professor Pedro Gama Filho, que era o responsável pelo projeto e hoje é falecido, lutava jiu-jitsu e me chamou para treinar com ele. Depois de um tempo, a gente se conheceu melhor e ele me convidou para ser monitor do projeto.



Ele me disse assim: se você terminar a escola e passar no vestibular, te dou uma bolsa para estudar educação física na Faculdade Gama Filho. A faculdade é da família dele. Uns anos depois, quando o prefeito mudou, ficamos sabendo que o projeto Educação, Criança, Futuro iria acabar. O contrato dos professores não seria renovado e eles deixariam de receber salário. O Flávio tinha uma identificação tão grande com as crianças que resolveu manter o projeto mesmo sem recursos da Prefeitura. Perdemos a sede e ele começou a dar aulas na praia para não perder o contato com os alunos e manter a motivação do grupo.

Em 2003, quando o Flávio criou o Reação, eu já comecei como monitor. Em junho de 2006, quando foi criado o pólo de Tubiacanga, fui promovido a professor. Brevemente vou fazer o exame da faixa preta na federação fluminense de judô e, em alguns meses, estou terminando a faculdade de educação física.

De todos os meus amigos, sou o único que chegou à universidade. Muitos não terminaram a escola e a maioria já tem filho e trabalha como operário – pintor, mecânico, essas coisas. No início deste ano, um irmão meu de 27 anos morreu dormindo. Ele usava muita droga e nunca estudou.

Não é fácil morar na Rocinha quando se é criança. Estamos entre São Conrado, que é o IPTU [Imposto Predial e Territorial Urbano] mais caro do Rio, e a Gávea. A gente vive ao lado dos condomínios de luxo. É muita desigualdade social. Meu pensamento sempre foi terminar o 2º grau para ajudar minha mãe. Mas consegui ir além: fui para a universidade. Meus filhos e meus netos já vão ter mais expectativas do que eu tive quando era criança. Isso aumenta o leque de oportunidade de uma família.

Rodrigo Borges da Silva, 26 anos, ex-aluno do Instituto Reação



“É preciso reagir à desigualdade social”

Aqui, no Instituto Reação, usamos o esporte como uma ferramenta para trabalhar o desenvolvimento humano. Quanto mais dedicado é o aluno, mais a atividade esportiva influencia na sua vida, e acabamos conseguindo trabalhar educação, que é o nosso principal objetivo.

Temos 25 alunos que estão se preparando para prestar o “vestibulinho” do Colégio Pedro II, que é um dos melhores do Rio. O curso é uma parceria com o Instituto Dom Hélder e duas universidades. Há aulas de reforço escolar, inglês e conseguimos bolsas em faculdades e em boas escolas particulares para alguns dos nossos alunos. O João Lucas Barreto [aluno], por exemplo, não é o melhor

tecnicamente, mas tem uma autoestima lá em cima, se sente muito valorizado porque descobriu que é brilhante fora do tatame. E fomos nós que mostramos isso a ele. Hoje, o João tem bolsa para estudar em um dos melhores colégios do Rio.

Aqui os alunos trocam de faixa por causa do comportamento, do desempenho escolar, e não porque venceram campeonatos. O judô foi criado por um intelectual japonês como uma ferramenta para criar uma sociedade melhor. Meu sonho é que a gente tenha, um dia, uma sede para montar uma escola que trabalhe com esporte, filosofia e educação. Fariamos também um centro de esporte de alto rendimento, com alojamento, para que os meninos de fora do Rio pudessem vir treinar e tivessem onde morar.

Já é realidade que o Reação forma atletas de alto rendimento. Muitos dos nossos atletas estão em primeiro lugar no *ranking* do Rio e no futuro vamos ter essa garotada nas seleções olímpicas do Brasil. Depois que eles alcançaram o primeiro lugar no *ranking* estadual, perceberam que poderiam ir além. Estou tranquilo com o fato de o Reação ter entrado no alto rendimento, porque em nenhum momento perdemos de vista que a base do judô é a filosofia oriental. Os meninos aprendem a respeitar os adversários. Abaixamos a cabeça antes de entrar na luta em sinal de respeito e aprendemos que o adversário é apenas um parâmetro para que a gente possa se avaliar.

A criança entra no judô, achando que vai aprender a derrubar, e a primeira coisa que aprende é a cair, para ter como treinar com segurança. Então aprende a derrubar e continua caindo, caindo. A lição que a gente tem ao longo da vida é que o mais importante não é aprender um segredo para não cair, porque isso é inevitável, mas o segredo é saber levantar. Esse simbolismo acaba sendo estendido para fora do tatame.

A garotada do projeto vai poder sonhar mais alto do que os pais deles sonharam, e os filhos dessa geração vão ter condições de crescer mais ainda. A primeira frase do mural do Reação é: “O homem é do tamanho do seu sonho”. O nosso objetivo é que nossos alunos sejam grandes, sonhem alto. Quando dei o nome de Reação ao Instituto, foi porque busquei e continuo buscando pessoas que queiram reagir comigo a essa profunda desigualdade social que existe no Brasil.

Flávio Canto, 32, judoca e fundador do Instituto Reação



A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha que se oferecem a todos; é uma das fontes do desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória.

Declaração Universal da
Diversidade Cultural – Artigo 3º

CULTURA

Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente

Local de atuação: Salvador (BA)

Data de fundação: 1990

A beleza que transforma

O ano é 1989.

O educador Cesare de Florio La Rocca observa, através da janela da sua casa na praia de São Tomé, em Salvador, o sol que se põe atrás da ilha da Maré, na baía de Todos os Santos. Busca um nome para o projeto social que está sendo construído com o apoio da organização italiana Terra Nuova e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. As diretrizes iniciais e as referências teóricas haviam sido definidas, e os financiadores, sentados em volta da mesa, repetem a pergunta – qual será o nome do projeto? Na praia, as crianças, todas negras, correm banhadas pela luz do fim da tarde. “Axé, Projeto Axé”. Ele explica: “No Candomblé da Bahia, o Axé é o princípio vital, a energia que permite que todas as coisas existam. Dando este nome ao projeto, prestamos uma homenagem à cultura afro-brasileira e afirmamos que a criança é o Axé mais precioso de uma nação.”





No candomblé, Axé significa o princípio vital de todas as coisas. O nome do projeto homenageia a cultura afro-brasileira e afirma as crianças como o "axé" mais precioso de uma nação. Na foto, Cássia Machado de Assis



Cerca de 85% das crianças que passaram pelo projeto terminaram o ensino médio e estão no mercado de trabalho

Ao longo dos seus 17 anos de trabalho, o Axé aprimorou-se e tornou-se uma das mais representativas organizações não governamentais do país. Colocou na agenda nacional a necessidade de criar políticas públicas para os meninos que vivem nas ruas com visão e abordagem novas, enfatizando a qualidade do serviço. Montou um centro de formação para educadores e lideranças sociais que trabalham com infância e direitos humanos em todo o país.

Inventou e reinventou muitas formas de revelar a força e o talento das crianças brasileiras. Meninos e meninas que vendem de tudo no farol, dormem embaixo das marquises, mendigam comida, tomam banho no chafariz da praça, furtam bolsa, batem carteira e fogem da polícia. Cheiram cola para aguentar o tranco. É essa gente marginal – por viver literalmente à margem da sociedade – que, quando entra no Axé e encontra o caminho da arte e da beleza, vira músico, cantor, bailarino, vai para a universidade. Esta é a trajetória dos meninos e meninas que aprenderam a brilhar.

É o caso de Suane Suelen dos Santos, 18 anos – quando criança, pedia dinheiro no farol, mas transformou-se em uma talentosa aluna de canto e conseguiu uma bolsa para estudar canto lírico na Itália em 2007. De Luciana Xavier dos Santos, 22 anos, que ficou nas ruas até os 13

A companhia de dança Gicá faz parte do núcleo profissionalizante do Axé





anos de idade e hoje estuda moda e *design* na faculdade. De Carlos André Brito de Jesus, 18 anos, filho de um operário da construção civil e de uma empregada doméstica, que hoje é músico, já se apresentou na Europa e prepara-se para enfrentar dois vestibulares – um de música e o outro de história. São centenas de exemplos de que é possível vencer na vida por meio da arte.

A rua

Desde o princípio, o Axé foi criado para atender os meninos e meninas que vivem nas ruas. Os próprios garotos ajudaram a revelar que aqueles pequenos seres sujos e maltrapilhos têm uma família, que não costuma ser constituída por pai–mãe–irmãos, até porque dificilmente alguém com casa estruturada vai morar nas ruas. São meninos e meninas que têm laço com algum parente e com quem já viveram em uma casa, a qual, por mais pobre que seja, consideram um lar.

Diariamente os educadores de rua do Axé percorrem sete bairros de Salvador, fazendo contato com a garotada para estabelecer vínculo e tentar ajudar a construir um projeto de vida. Contam com o apoio do Axé Busu, ônibus que se reveza em diferentes bairros da cidade, levando oficinas, atividades e sala de vídeo. Alguns meninos que saíram das ruas ajudam no contato. “Essa troca de quem já esteve na rua e hoje está no projeto é muito rica”, diz Lena Garrido, da coordenação de arte-educação do projeto.

O Axé foi criado para atender aos meninos e meninas que vivem nas ruas





No Axé, o processo completo de formação dura de seis a 10 anos

Quando educador e menino passam a ter uma relação mais próxima, o que pode demorar meses, geralmente o menino o convida para conhecer o lugar que considera sua casa. Este é o momento em que o educador também o chama para participar do Axé. Se o convite é aceito, o menino ou a menina passa a frequentar uma das unidades do Projeto – se a criança tiver até 12 anos, vai para o Canteiro dos Desejos; se for mais velha, seu destino será a Unidade Educacional do Pelourinho, onde há oficinas de música, moda, artes visuais, ou a Escola de Dança e Capoeira. Das oficinas do Pelourinho, saem a Modaxé e a Stampaxé, que, uma vez por ano, brilham na passarela do desfile anual do Axé.

Ao sair das unidades educacionais, geralmente aos 18 anos, é possível tentar uma oportunidade para fazer parte do núcleo profissionalizante, chamado Matriz das Artes, onde estão abrigadas a Bandaxé, a Companhia Jovem de Dança Gicá, a Banda Techno, o Grupo de Capoeira e o Grupo Experimental de Câmara, o Geca. Todas as atividades chamadas profissionalizantes oferecem aulas de cidadania aplicada. Os jovens passam de três a cinco anos nas escolas profissionais do Axé, e mais o tempo que passaram nas unidades educacionais.

O processo de formação costuma levar de seis a dez anos, dependendo da idade em que a criança entrou no Projeto. A ideia é oferecer oportunidade de desenvolvimento pessoal e educação de qualidade, para que os alunos tenham força para disputar em igualdade de condições um lugar no mercado de trabalho. Vale o lema: para os mais pobres, a melhor educação.

Quebrando barreiras

As exposições de encerramento do ano letivo são feitas em espaços públicos da cidade com produção profissional. A ideia, explica Lena Garrido, a coordenadora de arte-educação, é que os meninos circulem pela cidade para que se sintam parte dela. Dessa forma, os meninos entram em redutos da classe média educada baiana – é o caso do Museu Carlos Costa Pinto, que tem um acervo permanente de móveis e objetos das épocas colonial e imperial, para ver os próprios trabalhos. Em 2006, a exposição Pequenos Artistas do Sagrado foi encerrada com apresentação de música dos alunos do último ano do Pelourinho, que tocaram na varanda do museu.

No fim do processo profissionalizante, os alunos começam a participar de audições para integrar bandas comerciais e companhias de dança. Há ex-alunos da Gicá que dançam



no balé Bolshoi, por exemplo. Alguns alunos vão para a faculdade ou entram no mercado de trabalho. Entre 85% e 87% das crianças que passaram pelas unidades educativas do Axé terminaram o ensino médio e estão inseridas no mercado de trabalho. Desde sua criação até outubro de 2006, o Axé formou 17 mil jovens, muitos dos quais viajaram pelo Brasil e pela Europa para participar de apresentações ou fazer cursos.

Em outubro de 2006, o Grupo Experimental de Câmara, que tem músicos com passagem pela polícia por assalto, fez uma apresentação em um seminário de educação, realizado em Salvador. A plateia delirou com a execução das *Bachianas*, de Villa Lobos, e ficou surpresa de saber que os músicos, há poucos anos, viviam nas ruas da cidade. “Vocês são todos profissionais da educação. Pensem que o impossível e o irrecuperável não existem”, disse Cesare, ao apresentar o grupo.

Carlos Veiga Filho, maestro da Bandaxé, afirma que os músicos, além de talento, precisam ter muita perseverança. “Tem gente aqui que só com 24, 25 anos conseguiu terminar o ensino médio. É uma batalha. Eles moram longe, falta dinheiro para condução e alguns vivem em lugares tão violentos que não dá para voltar para casa quando o ensaio termina tarde.” Ainda assim, a música que é considerada quase um hino para a Bandaxé é “Alegria da Cidade”, de Lazzo Matumbi e Jorge Portugal: *Apesar de tanto não/de tanta marginalidade/somos nós a alegria da cidade.*





“Eu passava os dias pedindo dinheiro no sinal”

“É incrível, mas vou estudar canto na Itália”

Cheguei ao Axé quando tinha 9 anos. Nessa época, eu passava os dias brincando na praia da Pituba (bairro de classe média) e pedindo dinheiro nos sinais de trânsito. Um dia, um educador aqui do Axé chegou para conversar comigo e depois de um tempo foi até em casa para conhecer minha avó e explicar a ela sobre o projeto.

Quando saí da rua e vim para o Axé, passava o dia no Canteiro de Sonhos [unidade que atende as crianças de até 12 anos], até voltar a estudar. Depois dividia o tempo entre a escola e o projeto. Devagar, você começa a entrar em um mundo diferente.

Minha mãe já foi cozinheira de restaurante, mas ultimamente trabalha como empregada doméstica; meu pai é pedreiro. Nós somos dez irmãos – cinco filhos do meu pai e da minha mãe e cinco só dele, mas nunca moramos juntos, sempre ficamos divididos em casas diferentes. Meu pai e minha mãe se separaram quando ela engravidou de mim. Tenho um irmão de 12 anos que eu não conheço.

Eu sempre cantei e as pessoas, quando me ouviam, diziam que eu deveria ser cantora, mas nunca tive isso em mente. Um dia, a Bandaxé ia fazer uma apresentação para o Caetano Veloso e a professora estava procurando uma cantora. Eu tinha acabado de fazer 12 anos, tinha saído do canteirinho [Canteiro dos Sonhos, a unidade para crianças menores] e estava indo primeiro para a oficina de papel reciclado, que não era muito a minha praia. Eu tinha acabado de ser aprovada na audição de balé, que eu adorava, e logo começaria a dançar. Fui com a professora que estava ensaiando a banda, fiz um “lá, lá, lá” e me apresentei com mais duas meninas como *backing vocal* do Caetano.

Nessa época, quando fiz 13 anos, voltei a morar com a minha mãe em uma casa na favela da Maré, mas o lugar era muito perigoso e sempre uma de nós precisava ficar em casa para olhar as coisas. Foi um período muito difícil e quase parei de vir ao Axé, para ficar olhando a casa. Soubemos que a Prefeitura estava doando umas casas; o projeto me ajudou a conseguir uma e colocou no meu nome. Hoje moro sozinha.

Quando surgiu o projeto de profissionalizar a Bandaxé, fui convidada para cantar, mas nessa época eu já estava dançando. Eu amava dançar e foi uma escolha muito difícil. Mas as coisas foram acontecendo... Você pode imaginar que, em setembro de 2007, vou para um conservatório de canto lírico na Itália? Eu fico repetindo para mim mesma: eu vou estudar canto lírico na Itália. É incrível!

Eu aprendi muito, desde que entrei na banda. O Carlinhos (maestro) me faz cantar o tempo todo e a gente evolui todo dia. Todos nós da banda recebemos R\$ 175,00 mensais, para não precisar ter um emprego que atrapalhe os ensaios. Eu também faço parte de um coral que se apresenta em batizados e casamentos e ganho mais R\$ 250,00. Quando for para a Europa, vou estudar mais.

Quando falto ao ensaio, sinto falta. A gente é como uma família e aqui conhecemos outros lugares, pessoas. Já me apresentei em programas de TV, na Ana Maria Braga, Luciano Huck. Não sei dizer se minha mãe me viu na TV, porque não tenho muito contato com ela.

Uma das coisas mais importantes que a gente aprende, depois de tantos anos no projeto, é entrar em qualquer lugar da cidade e se sentir bem. Você entra no Barra Shopping na hora do almoço, só tem pessoas brancas, muitos são ricos e têm carro. Mas eu me sinto igual a eles. Estou lá, gastando o que posso, e não tenho por que me sentir menor.

Suane Suelen dos Santos, 18 anos, aluna do projeto Axé



“Eu era discriminada
por professores e colegas”
Luciana (em pé)

“Já fui o exemplo de pessoa que ninguém quer ser”

Até os 13 anos, vendia jornal, caneta e pedia dinheiro no Alto do Itaigara, que é um bairro de gente rica aqui de Salvador. Eu morava com a minha família, ia para a escola em um turno e no outro ficava na rua. O dinheiro ajudou a construir nossa casa, que era de taipa e hoje é de alvenaria. Sou caçula de 12 filhos, mas dois morreram assassinados – um, a polícia matou e o outro, foi uma rixa do bairro em que a gente mora. Quando eu tinha 2 anos, meu pai morreu. Minha mãe sempre trabalhou como doméstica para sustentar a casa.

Quando eu estava na rua, conversava com os educadores do Axé e dizia: tenho que sair daqui. No fundo, eu sabia que aquela situação não poderia ser normal. Na escola, eu era discriminada pelos professores e colegas. Na saída, a professora me perguntava se eu estava indo para o *shopping* ou se ia pedir dinheiro no sinal. As outras crianças começavam a ter medo de mim, achando que eu era violenta porque ficava na rua. Eu estava na 4ª série.

No princípio, não quis vir para cá. Achava que o Axé era para menino de rua e eu não me via daquela forma. Tinha medo que minha situação na escola fosse ficar ainda mais difícil – iriam achar que eu era pivete. Depois de alguns meses de conversa com os educadores, vim com uma sobrinha. Fui para a Unidade Educacional do Pelourinho estudar moda – eu não sabia nada e fiquei meio perdida, mas tinha uma colega do bairro que estava nessa oficina e, quando ela contava o que estava fazendo, eu gostava muito.

Três anos depois de entrar no Axé, minha situação na escola começou a melhorar. Tinha uma coisa de levar o projeto para onde eu fosse. Aprendemos a ser um agente social nas ruas, na comunidade, e isso me deu mais responsabilidade. Passei a estudar não apenas para passar de ano, mas para aprender. Hoje estudo comunicação e *design* na Faculdade da Cidade de Salvador. Sou a única pessoa da minha família que faz faculdade e dou aulas de moda na Unidade do Pelourinho, onde estudei.

Antes de dar aulas de moda, fui educadora de rua e pude perceber qual era minha posição, quando era criança. Você começa a perceber quais são os atrativos da rua, como os meninos de fato são vistos e a dinâmica da rua. Tem os garotos que estão em companhia da mãe, os que só estão lá quando é servido o sopão e os que passam a semana na rua e só vão para casa no fim de semana. Quando eu estava na rua, era tão parte de tudo aquilo que não percebia como funcionava.

Passei por um processo de aprendizado muito rico. Eu já fui a pessoa que ninguém quer ser, mas hoje as mães da comunidade onde moro me procuram para eu trazer as filhas delas para o projeto. Elas me dizem: “Quero que minha filha seja igual a você.” Quer dizer: se eu vacilar, já era. Se parar de aprender, de melhorar, já era. Mas hoje me reconheço como pessoa e sei que há um caminho para crescer, para ter liberdade e me sustentar. Quando penso que a rua já foi o meu caminho...

Estou no segundo ano da faculdade de moda. No início, meus colegas e professores tinham dúvida se eu conseguiria cursar a faculdade, porque quem estuda moda é de outra classe social. Tenho só uma colega mulata, mas ela diz que não se sente negra, porque o pai é branco. Hoje acreditam que posso fazer cada vez mais. Em 2003, fui para a Itália e fiquei 45 dias na Polimodas, a faculdade de Florença. Ainda vou trabalhar na Itália ou fazer uma especialização.

Luciana Xavier dos Santos, 22 anos, ex-aluna do projeto Axé

“Só a beleza salvará o mundo”

O Projeto Axé trabalha com meninos e meninas excluídos da oportunidade de viver. São crianças e jovens que estão nas ruas porque romperam o vínculo familiar. Os educadores que estão com eles nas ruas os estimulam a ir em frente, a construir um projeto de vida, mas tudo gira em torno do vínculo com a família. Os meninos ajudaram a desconstruir o mito de que criança de rua não tem família. Eles têm um referencial familiar, ainda que seja diferente do tradicional. Algumas vezes o vínculo é com uma vizinha.

Nós não somos pais substitutos e deixamos isso bem claro para os meninos. Se o garoto ou a garota não tiver pai, vai ter de conviver com a ideia, se este for o caso. Não se pode criminalizar a miséria, e os pais são vítimas da falta de oportunidade. Muitos estão nas ruas porque suas famílias não têm condições de criá-los, logo, não é justo ele olhar para um educador e dizer: você fez por mim o que meu pai não fez. Essa relação não pode ser de pseudo-pai e pseudo-filho.

Nos primeiros tempos do projeto, quando meninos de 10 anos olhavam para o educador e gritavam: “Eu não tenho nada a perder!”, estavam dizendo que não tinham sonhos e desejos, que são características fundamentais da infância. É uma coisa terrível, porque esta frase diz que a infância havia sido assassinada.

Dez meses depois que o projeto foi criado, nossa proposta deu um passo adiante: era preciso, além de restituir aos meninos e às meninas seus direitos fundamentais, possibilitar que voltassem a sonhar. A nova prática pedagógica do Axé passou a ser a Pedagogia do Desejo – fomos bater na porta da psicanálise, de Freud e Lacan, para dar aos educadores a dinâmica do desejo do ser humano. É certo que não se pode ensinar uma pessoa a ter desejos, mas é plenamente possível estimulá-la e, para isso, nada melhor do que a arte e a cultura.

Em contato com o processo transformador de criação artística, os meninos passaram a fazer o que chamo de pergunta revolucionária: “E por que não nós também?” Eram os mesmos meninos que antes afirmavam que não tinham nada a perder. Eles passaram a ser “desejantes” do ver, do ter e do fazer artístico.

Em 1993, lembro que ganhamos cinquenta ingressos para ver o espetáculo de balé “Lago dos Cisnes” no Teatro Castro Alves. Ficamos naquela dúvida: levá-los ou não. E se jogarem o teatro abaixo? Roncarem na plateia? Nada disso aconteceu. Eles ficaram capturados pelo que viram no palco. Então, no final do espetáculo, fizeram a pergunta: e por que não nós também? A pedagogia do desejo fez seu trabalho. Eu nunca pensei que pudesse substituir as havaianas deles por sapatilhas.

Do desejo dos meninos e meninas nasceu a Modaxé, a Stampaxé, a Companhia de Dança, a Orquestra de Câmara... Todas as linguagens artísticas foram abertas. Quando coloquei os meninos do Axé para desfilar, fui trucidado. Diziam que eu tinha é que colocar comida na barriga deles. Mas o estímulo é para que subam alto no mundo dos sonhos; o nosso papel é colocar um paraquedas pedagógico, para que possam aterrissar em possibilidades. A beleza, a arte, a plateia e os holofotes sobre



as passarelas fortalecem os meninos. Os aplausos que recebem são aplausos à vida. É preciso que eles digam: “Nossa! Eu consegui viver!”

A arte ajuda-os a passar por um processo de profissionalização. Não é preciso formar artistas, dançarinos, coreógrafos, músicos. Isso são bons resultados do trabalho, mas o importante é todos perceberem que podem vencer.

O Grupo Experimental de Música de Câmara é formado, entre aspas, pelos piores meninos, mas a música refletiu neles a vontade de viver. Um dos garotos era considerado um assaltante de ônibus perigoso, com 17 passagens pela delegacia. São meninos que têm histórias destruídas, mas, quando começaram a fazer música e a ler partitura, deram-se conta de que, de fato, são bons. Essa conjunção de estética, beleza e miséria é coerente. Pobre gosta de beleza, e esta é a única maneira de dizer “quero sair da feiúra, quero ser bonito”. Só a beleza salvará o mundo. Tenho convicção disso.

Tenho 69 anos, quarenta de Brasil e 16 de Projeto Axé. Vivi mais aqui do que na Itália. Tenho o desejo antigo de criar uma universidade aberta – o mercado artístico reconhece o Axé como um celeiro de talentos. Mas o próximo passo do projeto deveria ser o seu fechamento. Ainda existirão crianças nas ruas, mas as autoridades brasileiras teriam se dado conta de que o projeto não é a solução. Para que ocorra, de fato, uma transformação social, é preciso que o Axé se transforme em política pública.

Cesare de Florio La Rocca, 69 anos, fundador do projeto Axé

Ex-alunos de dança do Axé hoje fazem parte do Balé Bolshoi

Instituto Cultural Flauta Mágica

Local de atuação: Cuiabá (MT)

Data de fundação: 1999

Orquestra pé no chão

Quem entrar no salão do Instituto Flauta Mágica, na periferia de Cuiabá (MT), dificilmente conseguirá imaginar o que fazem crianças e jovens naquela sala com a pintura descascada, cheia de infiltrações e com a fiação elétrica pendurada. Fazem música da melhor qualidade. É lá que ensaia a única orquestra de flauta doce juvenil do mundo – a Orquestra de Flautas do Instituto Flauta Mágica.





O Instituto ensina flauta doce para meninos e meninas do Jardim Vitória, um dos bairros mais violentos de Cuiabá. Há classes de canto coral e balé clássico

Os músicos, jovens pobres do Jardim Vitória, e o maestro escondem-se das goteiras, suportam o calor que ultrapassa os 40° e engolem poeira. Não reclamam. Do barro que recobre as ruas do entorno, saem as canções que conquistaram plateias da Europa e que os tornaram mais conhecidos pelos brasileiros por meio do Criança Esperança.

“Hoje estamos vestidos com roupas bonitas; no dia-a-dia, somos meninos e meninas pé no chão, mas somos de paz. Eu convido todos para visitar nossa sede no Jardim Vitória”, diz o maestro Gilberto Mendes, minutos antes de começar o concerto que encerraria os trabalhos do ano de 2006 do Instituto Flauta Mágica, no teatro da Universidade Federal do Mato Grosso. As moças, de vestido longo preto, e os rapazes, de calça e camisa social, executaram 13 músicas – seis clássicas e sete de música popular brasileira. Tocaram Brahms, José Maurício Nunes Garcia, Mozart, Villa-Lobos e uma das obras mais difíceis de Hendel – *And He Shall Purify*. Acompanhada pelo coral da instituição, a orquestra também tocou Tom Jobim, Toquinho, Vinicius e outros. A plateia aplaudiu de pé.

A orquestra toca Brahms, Mozart, Villa-Lobos, Hendel e outros clássicos. Acompanhada do coral, executa música popular brasileira, como Tom Jobim, Toquinho e Vinicius



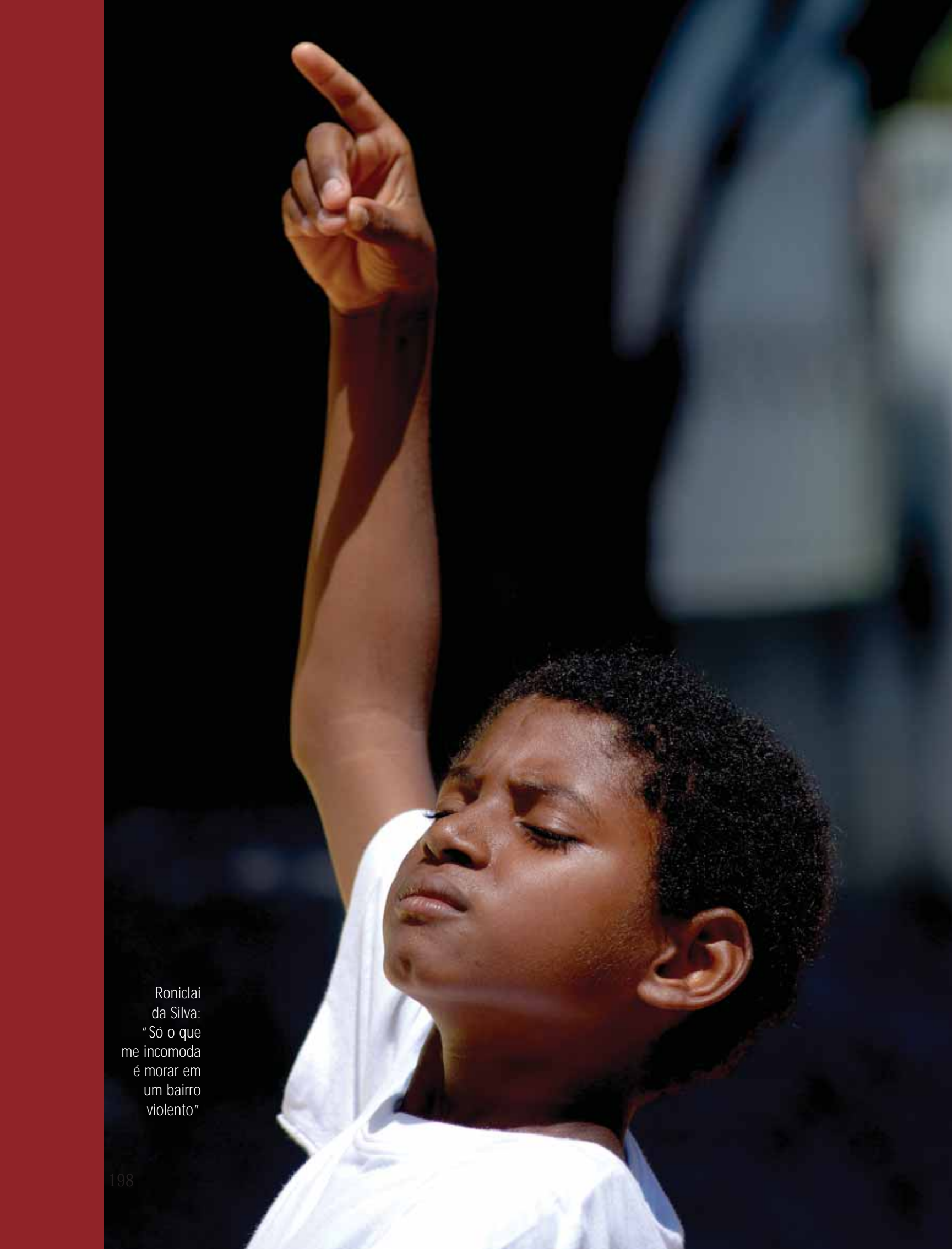


No dia seguinte, às 9 horas da manhã, Gilberto e a professora Helen Luzi, responsável pelo coral, chegaram ao salão do Jardim Vitória para fazer uma avaliação do espetáculo e combinar as atividades do próximo ano. Pelo menos cem crianças e jovens amontoavam-se na sala. Davam risada, falavam alto, comentavam o espetáculo. Quando Gilberto começou a falar, houve silêncio absoluto.

“Hoje é um dia muito especial. Vocês passaram o ano enfrentando dificuldades. Quando não é lama, é poeira; quando não é poeira, é lama, ou os dois juntos, mas o espetáculo foi um sucesso”, disse ele. Os meninos exultaram. Ele incentivou os que não conseguiram ensaiar o suficiente para participar da Orquestra de Flautas e aproveitou que a noite anterior ainda estava “fresquinha” na cabeça de todos, para repassar o que considerou os defeitos da apresentação.

As primeiras palavras de Helen também foram para falar sobre as falhas – reclama, em tom duro, do barulho que as garotas do balé fizeram durante a apresentação do coral e da orquestra e do modo pouco respeitoso com que se dirigiram a algumas mães que trabalharam voluntariamente, ajudando a vestir as bailarinas e a fazer os penteados delas. Em seguida, foi às lágrimas, ao elogiar o esforço de todos para conseguir uma apresentação com tanta qualidade. “Estamos aqui para fazer vocês virarem doutores, médicos, arquitetos. Vocês não deixaram de ensaiar, apesar do calor, das goteiras e da falta de estrutura”, completa. Alguns jovens também se emocionaram. Os músicos do Instituto Flauta Mágica, alguns dos quais ainda são crianças, acostumaram-se a trabalhar duro em busca do melhor resultado, da música mais bem executada, da harmonia mais perfeita.

Os alunos do Jardim Vitória têm um dia-a-dia árido, que em nada lembra o refinamento que costuma cercar a música clássica

A young Black boy is shown in profile, looking upwards with his eyes closed. His right hand is raised, with his index finger pointing towards the top of the frame. He is wearing a white t-shirt. The background is dark and out of focus, with a blurred figure of another person in a light-colored shirt. The lighting is dramatic, highlighting the boy's face and hand against the dark background.

Roniclai
da Silva:
" Só o que
me incomoda
é morar em
um bairro
violento"

Na noite seguinte à apresentação que encerrou os trabalhos de 2006, os jovens da orquestra, o maestro e Helen trocaram o palco do teatro da Universidade Federal do Mato Grosso e os aplausos de uma plateia atenta pelo estacionamento de um supermercado que patrocina o Flauta Mágica. Tocaram em meio ao barulho do trânsito e ao passa-passa dos clientes, que, no dia 20 de dezembro, estavam preocupados com as compras de Natal. Ao entrar no ônibus para voltar para casa, estavam rindo e contando piadas.

Criado em 1999, o Instituto Flauta Mágica tem por objetivo ensinar flauta doce para meninos e meninas do Jardim Vitória, o bairro com os maiores índices de violência de Cuiabá. Há dois anos, foi aberta uma turma de canto coral e três de balé clássico, para que as meninas que sonhavam dançar pudessem calçar sapatilhas. A turma acabou atraindo meninos e revelando o talento do pequeno Roniclai da Silva, de 10 anos, mas o forte do Instituto é música. Em 2006, foram atendidas 230 crianças e jovens em todas as classes. No ano seguinte, seriam ofertadas oitenta vagas para o ensino de flauta doce.

A aprendizagem do instrumento inclui aulas de história da arte, leitura de partitura, audição de orquestras consagradas em DVD, no recém-adquirido telão para projeção de cinema. Todo recurso extra que o Instituto capta é destinado à melhoria da atividade-fim: a educação dos alunos. É verdade que o telhado está crivado de goteiras e não há ar-condicionado no salão de ensaio; ao contrário, as flautas são da melhor qualidade, existe um computador com programa específico de música para facilitar a leitura rítmica e melhorar a audição, telão de cinema para que os meninos assistam a concertos, espetáculos e filmes de diversão. Aos sábados, há palestras variadas com profissionais convidados, que abordam de sexualidade a eleições.

“Este foi um ano excepcional”, comemora Gilberto. “O Criança Esperança nos deu muita visibilidade. Fomos notícia no Jornal Nacional e a Globo mandou uma equipe para fazer um documentário do nosso trabalho.” Graças a esta exposição, o Instituto conseguiu captar recursos para o seu primeiro CD, *As Flautas Mágicas*, que será gravado em 2007. “Os meninos estão pulando alto”, diz o maestro. Com recursos do Criança Esperança, o espetáculo do fim de ano teve figurino – que será usado em todas as apresentações – e as crianças ganharam os equipamentos de projeção de cinema.

Poeira e música clássica

Os meninos e meninas do Jardim Vitória têm um dia-a-dia árido, que em nada lembra o refinamento que tradicionalmente cerca os ambientes onde se estuda e toca música erudita. O bairro, além de ser violento e empoeirado, tem pouca água encanada – a maioria vive em casas onde não há chuveiro ou vaso sanitário. As necessidades são feitas em sacos plásticos e jogadas no lixo. “Ensinamos regras básicas de higiene e convivência”, diz Helen. Antes da



A aprendizagem inclui aulas de história da arte, leitura de partitura e audição de peças executadas por orquestras consagradas



primeira viagem do grupo, os jovens aprenderam a comer com garfo e faca, a usar o banheiro de forma higiênica e a se comportar em público. As garotas aprenderam a se vestir, porque a roupa oficial do bairro é blusinha bem curta com saia ou *short* mais curtos ainda.

Além das regras de convivência em sociedade, os meninos do Instituto necessitam de mais; afinal, tocam música clássica. “Para entender de ritmo, harmonia e afinação, as crianças precisam ter padrões de referência, mas, quando chegam aqui, só conhecem música de péssima qualidade”, diz Helen, a responsável pelo “banho” de cultura geral e musical que o Flauta Mágica dá nas suas crianças. “Se eles quiserem ser bons músicos e instrumentalistas, têm que ouvir boa música”, completa Helen. Os que chegam mais velhos, com 14, 15 anos, trazem para o Instituto o cotidiano da vida nas ruas.

“O que mais muda os jovens aqui do Instituto são as viagens. Conhecemos lugares, pessoas e costumes novos”, diz Katiane Rocha de Oliveira, 17 anos, música da orquestra e monitora. “Sou gerente da flauta. Organizo as cadeiras para os ensaios e fico aqui para tocar com quem vem fora do horário da sua aula.” A garota, filha de uma empregada doméstica desempregada, toca contralto e quer estudar música na faculdade. Recebe uma bolsa de R\$ 350,00 pela monitoria e com isso sustenta a mãe.

Para fazer parte da orquestra e viajar, os alunos suam a camisa. Gilberto e Helen são tão exigentes que criaram entre os jovens o conceito de “padrão Flauta Mágica de qualidade”.

A orquestra faz apresentações pelo Brasil e tocou na França, em 2004, durante o 2º Encontro de Orquestras Jovens da Europa



O maestro criou uma metodologia em que os alunos aprendem melodia e acorde ao mesmo tempo e em seis meses – com muito ensaio – estão aptos a ler partitura.

Os iniciantes têm aulas duas vezes por semana, mas são estimulados a ensaiar diariamente com os monitores, que são músicos da orquestra e fazem plantão no Instituto para atender os alunos. Quem alcança nível técnico e demonstra dedicação é convidado para fazer parte da orquestra, o maior orgulho da instituição e do bairro Jardim Vitória. Quando a orquestra foi selecionada para tocar na França, em 2004, o dinheiro para emitir o passaporte de 42 músicos foi obtido no próprio bairro, com a venda de *pizza* para os moradores – os mesmos que contam os tostões para fechar o mês com pão e leite na mesa.

Em 2006, faziam parte da orquestra 65 jovens. Essa turma ensaia cinco vezes por semana, a tarde toda. Alguns recebem bolsa e todos têm vaga garantida nas classes de inglês ministradas na sede do Instituto por professores do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Cuiabá. A orquestra faz apresentações pelo Brasil e tocou na França, em 2004, durante 2º Encontro de Orquestras Jovens da Europa. A música dos meninos do Jardim Vitória levou às lágrimas duas funcionárias internacionais do maior fabricante de flautas do mundo, que foram até a periferia de Cuiabá conhecer o projeto.

Diferença

A diarista Laurecy Ribeiro, de 30 anos, tem dois filhos estudando no Instituto. Ela diz que as crianças que passam o dia pelas ruas do bairro acabam se envolvendo com droga e violência. “Uma coisa compensa a outra. O bairro tem tudo o que não presta, mas o Instituto têm muitas regras, exige das crianças e oferece outras possibilidades. Acho que essas coisas que os meninos têm aqui ajudam a formar a consciência deles e a superar o ambiente do bairro. Isso aqui [o Jardim Vitória] é um mundo paralelo”, diz ela. Laurecy conta que, na rua da sua casa, há um ponto de prostituição. “Se a minha filha ficar em casa e só olhar pela janela, já viu tudo. Prefiro que ela passe as tardes aqui dançando balé, conversando com as amigas e volte no fim da tarde.” Durante todo o dia, há um ou dois monitores que permanecem na sede do Instituto para ensaiar com os mais novos ou apenas conversar.

Meire Jorge, 14 anos, também é monitora. Sua função é organizar as pastas com as partituras nas apresentações e cuidar dos menores, quando entram no ônibus que transporta os músicos para as apresentações. Quer seguir os passos do irmão Ronaldo, de 18 anos, um dos alunos mais antigos do Instituto. O garoto, que toca baixo na orquestra, está ensinando música na rede municipal de ensino. Em 2006, ganhou bolsa integral para estudar no Conservatório Musical Dunga Rodrigues, em Cuiabá, ao tirar 9,5 na prova de admissão. Os dois são filhos de uma empregada doméstica e de um mecânico. “Mas ele só aparece lá em casa uma vez por ano”, diz a menina.



Para entender de ritmo, harmonia e afinação as crianças e jovens precisam ter padrões de referência musical. Quem participa da orquestra, ensaia cinco vezes por semana





Um dos maiores problemas sociais do bairro Jardim Vitória é a gravidez precoce. Entre 1999 e 2006, apenas dez garotas do projeto engravidaram de um total de 1.500 atendidas

A realidade de Meire é a mesma da maioria dos jovens da orquestra. São filhos de pais com baixo nível de escolaridade e sustentam famílias numerosas com menos de dois salários mínimos. Os filhos, no entanto, recebem bolsa, fazem estágio, planejam estudar e seguir carreira profissional. “O emprego que tem aqui no bairro é para ser babá. A maioria das nossas amigas que tem a mesma idade já tem filhos e trabalha cuidando de criança em bairro rico”, diz Márcia Roberta de Oliveira, 15 anos, música da orquestra. “Se eu não tivesse entrado no projeto, com certeza eu seria babá”, completa. A garota quer seguir estudando música, mas pensa em fazer faculdade de medicina. A mãe dela é empregada doméstica e o pai, que mora no Paraná, mal aparece. “As mães querem que a gente tenha uma vida melhor”, afirma Meire. A colega dela, Katiane, conta que o dia em que disse para a mãe que queria fazer faculdade, ela chorou. “Ela nem teve o sonho de estudar.”



As estatísticas do Instituto indicam que, depois de um ano, 60% dos novatos perdem a agressividade e, depois de dois anos frequentando as aulas, ensaiando quase diariamente e convivendo com os colegas, tornam-se adolescentes pacíficos. Melhoram a relação com os pais e vão bem na escola. Em 2006, nenhum aluno do Instituto repetiu o ano. O maior problema das garotas do bairro ainda é a gravidez precoce. De 1999 a 2006, dez alunas engravidaram. Anualmente passam pelo projeto cerca de 230 jovens. “Quando a menina engravida, pode continuar ensaiando, mas não se apresenta”, diz Helen. “Nós tocamos em escolas, em teatros. Contamos com o apoio das TVs e dos jornais locais. Não podemos mostrar a outras jovens uma menina de 15, 16 anos grávida, tocando no palco como se isso não fosse um problema”.

“As grávidas continuam ensaiando, mas não se apresentam. Tocamos em escolas, teatros e contamos com apoio da mídia. Não podemos mostrar a outras jovens uma menina de 15, 16 anos grávida, tocando no palco como se isso não fosse um problema”, diz Helen Luzi, coordenadora

“Amo dançar”

Roniclai da Silva tem 10 anos e sonha ser bailarino profissional. Filho de um borracheiro e de uma dona-de-casa, o menino fala com tranquilidade dos preconceitos que enfrentou na escola, quando seus colegas e professores souberam que ele começou a dançar balé na primeira turma aberta, há dois anos, pelo Instituto Flauta Mágica.

Ao saber da nova atividade do menino, a diretora chamou a mãe dele, Rivaldina da Silva Maracaípe, 59 anos, e advertiu que balé não seria apropriado para homens. “Ela me disse: Olha, mãe, acho um absurdo você deixar ele usar sapatilhas.” Na hora, eu, que nem tenho estudo, vi que ela estava errada.” Ao saber da atitude da diretora, Helen Luzi, educadora musical do Instituto, foi à escola para convencer a diretora de que dança clássica é uma arte praticada por ambos os sexos. Um ano depois, Roniclai convidou-a para sua primeira apresentação e a diretora passou a apoiá-lo. O menino brilha no palco.

“Alguns colegas da escola dizem um monte de coisas, mas nem ligo. Amo dançar”, diz ele. Criado no Jardim Vitória, Roniclai é tão articulado que se destaca das outras crianças.

Em maio de 2006, foi eleito “prefeito mirim” da sua região da cidade, para um mandato que termina em 2008. Concorreu com candidatos de outras seis escolas e venceu com o voto direto dos estudantes. Ganhou uma bicicleta e o direito de participar de eventos da Prefeitura de Cuiabá. Sua primeira “ação” no cargo foi pedir ao prefeito que arrumasse o parquinho da sua escola. Foi atendido e ficou ainda mais popular.

Só falta aos encontros marcados pelo prefeito, quando o evento coincide com o horário do ensaio de balé. “Eu expliquei para o prefeito que danço e não posso perder aula”, explica o menino. Em dois anos, ele só faltou a um ensaio. “Meu filho é pequeno, mas sabe que está construindo um sonho”, diz a mãe, ao falar da dedicação dele e da certeza de que o Instituto o encaminhará para uma escola de dança, quando chegar o momento. “O Roniclai é a única coisa que brilha na minha vida”, completa.

Ao saber que o Instituto oferece aulas de inglês para alguns alunos, ele decidiu que iria estudar, só que as vagas são restritas aos músicos da Orquestra de Flautas. Roniclai passou a assistir às aulas do lado de fora da classe e, no final, ia contar para a professora o quanto havia aprendido, só de “pegar carona”. Acabou conquistando uma vaga. “Vou falar inglês”, avisa ele.

“Se a gente fosse de classe mais alta, fariamos mais pelo Roniclai, mas somos fracos de dinheiro”, diz a mãe. “A sorte é que ele está bem encaminhado aqui no Instituto”, completa. Quando não está exercendo suas atividades como “prefeito” ou dançando, o garoto perde-se na paisagem empoeirada do Jardim Vitória. Pula, corre e mexe nos cabelos das meninas. “Só o que me incomoda é morar num bairro que tem tanta droga e boca-de-fumo”, diz ele.

“Quando tiver um filho, quero que ele faça parte da orquestra”

Quando comecei a tocar flauta, eu era uma aberração. Mas fiquei no Instituto dos 11 aos 18 anos e, de tanto ensaiar, aprendi e pude fazer parte da orquestra como soprano. Eu participei do Festival de Orquestras Jovens da Europa. Tocamos em Paris e em seis cidades do sul da França. Além disso, viajei pelo Brasil para fazer apresentações. Hoje, passados alguns anos, posso dizer que os jovens do meu bairro que passaram pelo Instituto Flauta Mágica têm outro tipo de vida, outro tipo de oportunidade.

O Jardim Vitória era uma calamidade, com um alto índice de violência, tráfico e jovens que usam droga desde cedo. Hoje melhorou muito. Acho que a presença do Instituto fez que os políticos olhassem para o bairro, mas ainda somos a periferia pobre da cidade. As minhas colegas da rua, algumas mais novas do que eu, são mães solteiras e pararam de estudar.

Eu saí da orquestra há dois anos para trabalhar porque não tem bolsa para todos os músicos. Quem está na orquestra só tem tempo para estudar porque são muitos ensaios. O Instituto me encaminhou para fazer estágio no Sebrae e depois no Tribunal Regional do Trabalho. Cheguei tranquila no trabalho – sabia me comportar, atender o público e falar corretamente. Hoje sou assistente de um ortodontista e acabei de ser aprovada no vestibular de biologia da Universidade Federal do Mato Grosso. Minha mãe estudou até a 8ª série e meu pai, até a 5ª. Entrar na faculdade foi uma felicidade total.

Quando vejo a orquestra tocando, fico muito emocionada. Hoje o jornal publicou uma foto da formação antiga da orquestra e eu estava lá. Meus dedos já estão meio enferrujados, mas ainda toco em casa. Sempre penso que, quando tiver um filho, gostaria que ele fizesse parte da orquestra.

Priscila de Andrade, 20 anos, ex-aluna do Instituto Flauta Mágica

"Cortaram meu salário e a polícia veio atrás de mim"

Em 1998 fui convidado pelo então Secretário Municipal de Educação para montar um coral aqui no Jardim Vitória. Propus dar aulas de flauta doce, porque é uma linguagem mais universal. Comecei o trabalho e um ano depois mudou o secretário. Recebi um recado que era para entregar as flautas e encerrar o projeto.

Só que o grupo estava muito bom e eu não quis encerrar o trabalho. Tentei argumentar isso com o funcionário da Prefeitura que veio aqui no bairro recolher os instrumentos. Eu disse para ele: "Amigo, flauta em armário não toca". Ele não cedeu e eu não devolvi as flautas. Cortaram meu salário e a polícia acabou vindo atrás de mim, porque a secretaria havia feito uma queixa, me acusando de furtar as quarenta flautas. Fiquei quatro horas na delegacia e convenci o delegado a me deixar ficar com os instrumentos. Assinei um termo de responsabilidade e fui liberado. Só que a gente ensaiava numa escola municipal e perdemos o local de ensaio. Passamos a usar o salão de uma igreja do bairro.

A situação era a seguinte: eu estava trabalhando no projeto como voluntário e dividia com a professora Helen Luzi o salário que recebia, dando aulas de física no Cefet [Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá], para que ela pudesse continuar dando aulas no Jardim Vitória. Um dia, o padre me chamou e pediu que pagássemos uma parte da conta de luz do salão da paróquia. A despesa havia aumentado desde que havíamos começado a usar o espaço para ensaiar e ele não tinha mais de onde tirar dinheiro.

Fiquei com medo de ter que encerrar o projeto. Mas dias depois da conversa com o padre, fizemos uma apresentação para a diretoria da Cemat [Centrais Elétricas Matogrossenses] e, quando um dos diretores me chamou para saber mais informações sobre o projeto, contei nossas dificuldades. Ele interveio na Prefeitura e conseguimos voltar a ensaiar na escola. Foi um período difícil, porque era uma sala pequena, muito quente e tínhamos setenta alunos.

Em 2001, recebemos um prêmio da UNESCO no valor de R\$ 20.000,00 e o Instituto Flauta Mágica foi citado como exemplo de sucesso na publicação *Cultivando Vidas, Desarmando Violências*. Com o dinheiro, compramos flautas profissionais e uniformes para as apresentações. Finalmente devolvi as flautas da Prefeitura. Cada músico guarda sua flauta e nunca sumiu um instrumento, apesar de termos flautas que custam R\$ 1.000,00.

Quando fomos classificados para participar do Festival de Orquestras Jovens da Europa, em 2004, foi uma vitória incrível. Levamos 42 jovens para tocar na França. Eram trinta orquestras de vinte países e nós abrimos o evento em uma igreja



“Fui acusado de furtar 40 flautas”

medieval na cidade de Brive LaGaillarde. Quando terminamos e o público nos aplaudiu de pé, senti a maior emoção da minha vida; os meninos choraram de felicidade. Inesquecível.

O ano de 2006 foi muito importante. Com o apoio do Projeto Criança Esperança, nos tornamos mais conhecidos. Fomos notícia no Jornal Nacional e a Rede Globo mandou uma equipe do Rio para produzir um documentário sobre o Instituto, que foi veiculado em cadeia nacional. Essa visibilidade facilitou a realização de um sonho: captar recursos para a gravação do nosso primeiro CD que vai se chamar *As flautas mágicas*. Os meninos estão tão felizes, digo que estão pulando alto.

O que esses garotos se transformam com o passar do tempo é impressionante. Quando eles chegam aqui, o nível de agressividade até assusta. Com o tempo, ouvindo boa música, vendo bons *shows*, concertos, apresentações de balé, eles vão se acalmando, vão falando português melhor. Hoje o desafio é fazer que consigam bons empregos para que possam bancar a faculdade. Quem passa por aqui aprende a sonhar e isso é o principal. A partir do sonho, eles se projetam para buscar objetivos e não ficam boiando nas águas da vida.

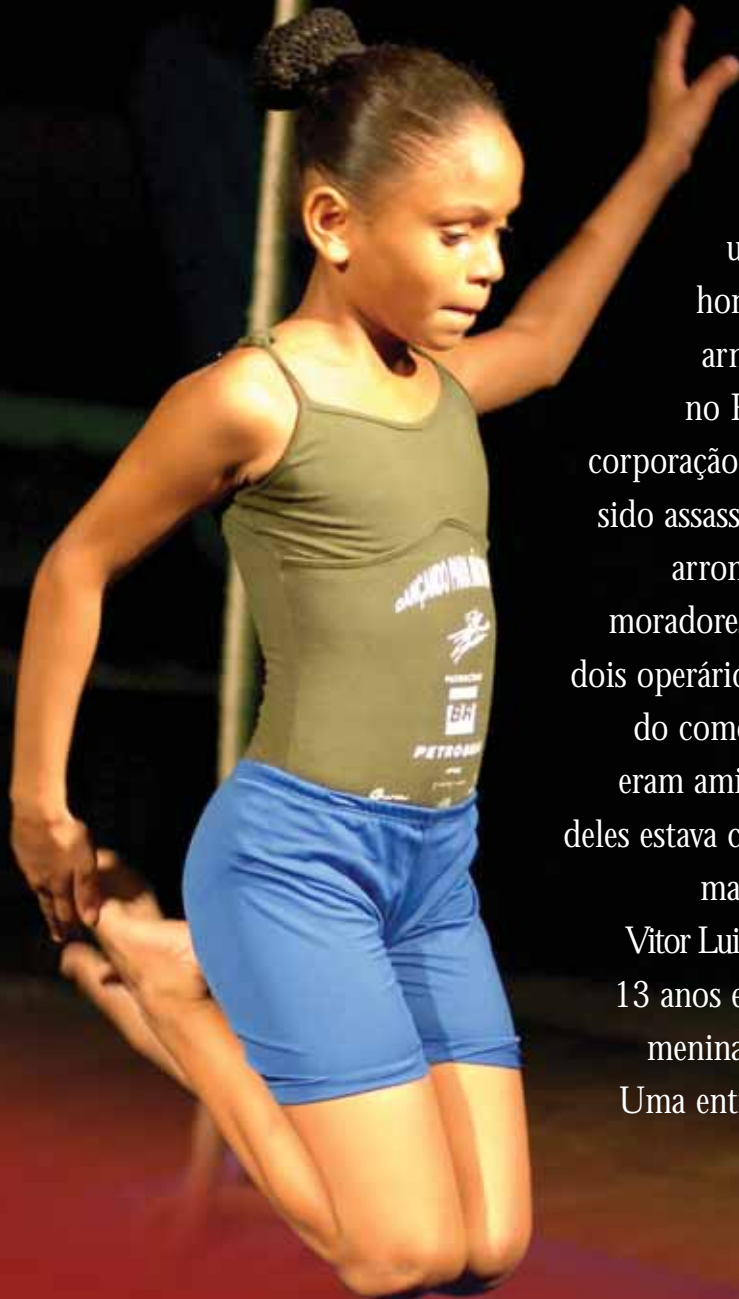
Gilberto Mendes, maestro e fundador do Instituto Flauta Mágica

Grupo Cultural AfroReggae

Local de atuação: Rio de Janeiro (RJ)

Data de fundação: 1993

Tambores da paz



No dia 29 de agosto de 1993,

um grupo de cerca de cinquenta homens encapuzados e fortemente armados entrou em Vigário Geral, no Rio de Janeiro. Eram colegas de corporação de quatro policiais que haviam sido assassinados na favela. Em represália, arrombaram casas e assassinaram 21 moradores, entre eles cinco metalúrgicos, dois operários de gráfica e dois empregados do comércio. “Todos os que morreram eram amigos ou conhecidos nossos. Um deles estava com o uniforme do trabalho e a marmitta, ainda nas mãos”, lembra Vitor Luiz Onofre Alves. Na época, ele tinha 13 anos e foi um entre tantos meninos e meninas que presenciaram o massacre. Uma entre tantas crianças que choraram a perda de amigos e familiares.



O AfroReggae surgiu há 15 anos com o objetivo de divulgar a cultura afro-brasileira. "Percebemos que a galera queria comida, educação, respeito e visibilidade", diz José Junior, fundador da ONG

“Nossa música de ninar, quando crianças, era o barulho de tiros. No dia da chacina, eu e meu irmão estávamos brincando de bolinha de gude na rua, quando minha mãe pressentiu algo e foi nos buscar. Chegamos em casa e começamos a ouvir os tiros e o ruído das botas dos policiais que invadiam as casas e atiravam nas pessoas. O medo era total”, lembra Vitor. Mas os filhos e órfãos da chacina, que cresceram ouvindo o barulho dos tiros trocados por facções rivais do tráfico, em guerra desde a década de 1980, encontraram nos sons dos tambores e atabaques do Grupo Cultural AfroReggae uma chance de futuro. Superam suas dores com raro talento – brilham, fazendo acrobacias em oficinas de circo. Estudam teatro, dança e capoeira. Tocam percussão e fazem ecoar pelos morros do Rio uma proposta de paz.

O AfroReggae chegou a Vigário Geral um mês depois da chacina. Ainda muito traumatizados pela tragédia, Vitor e outros meninos foram atraídos pelas batidas fortes das oficinas de percussão. “A primeira vez que ouvimos aquele som, sentimos algo diferente, que poderia mudar nossas vidas, e começamos a participar”, conta. Sem local adequado para abrigar os alunos, os ensaios eram realizados sob o fogo cruzado dos tiros disparados entre bandidos e policiais.

O perigo parecia pouco, diante da vontade de sair de um mundo cercado de violência para um espaço de criatividade, entretenimento e lazer, direitos negados aos meninos da favela. As crianças e adolescentes não se intimidaram com os tiros e passaram a frequentar assiduamente as aulas de percussão. “Eram dez ou quinze instrumentos para uns cinquenta alunos. Brigávamos, e nossas mãos sangravam porque não queríamos largar os instrumentos”, relata Vitor.

A arte desviou Vitor e muitos outros garotos de um destino já traçado pelo narcotráfico – a morte precoce. Em Vigário Geral, quase todos já perderam parentes assassinados por traficantes ou por policiais. Não foi diferente com Vitor, que teve um irmão assassinado em 1997, mas a junção de perseverança e talento fez que ele, aos 26 anos, se tornasse coordenador do núcleo do AfroReggae em Vigário Geral.

Em 1993, Vigário Geral foi palco de uma das chacinas mais sangrentas do país, com 21 mortos





História

O AfroReggae surgiu há 14 anos, quando um grupo de jovens liderados por José Junior, na época com 24 anos, criou um jornal com o mesmo nome, voltado para a divulgação da cultura afro-brasileira. Eles resolveram distribuir alguns exemplares em Vigário Geral. Acabaram deparando com a difícil realidade da fase pós-chacina. “Percebemos que a galera precisava de muito mais do que informação; eles queriam comida, cultura, educação, respeito, visibilidade”, lembra Junior, fundador do grupo e seu coordenador executivo. Daquele primeiro contato, nasceu a ideia de usar a cultura como instrumento de mudança social, que é até hoje a principal marca do grupo.

Com a ajuda da associação de moradores, foi criado o primeiro Núcleo Comunitário de Cultura em Vigário Geral, oferecendo oficinas de dança, percussão, reciclagem de lixo, futebol e capoeira. Nessa época, já estava claro que o caminho seria propiciar formação cultural e artística para jovens moradores de favelas, a fim de que pudessem escolher uma profissão, livres do tráfico e do subemprego. O resultado do trabalho impulsionou, em 1997, a criação do Centro Cultural AfroReggae, onde cerca de quinhentas pessoas entre 3 e 15 anos participam de oficinas de percussão, capoeira, dança e teatro.

No núcleo de Vigário Geral, cerca de 500 pessoas, entre 3 e 15 anos, participam de oficinas de percussão, capoeira e dança e teatro



Autoestima

O AfroReggae revelou talentos nascidos e criados nas favelas cariocas

Fortalecer a auto-estima dos adolescentes e jovens da favela é um dos grandes méritos dos mais de sessenta projetos culturais e artísticos desenvolvidos pelo AfroReggae. Luiz Henrique Nascimento Costa, 12 anos, ingressou no grupo Afro Samba aos 5 anos, dois anos depois do assassinato do pai. Encontrou no ritmo do samba uma oportunidade de desenvolver seus talentos e ajudar a família. É reconhecido como um ótimo instrumentista, especialmente no tam-tam, um tipo de tambor, mas também gosta de cantar. Já tocou em alguns dos templos da música carioca, como o Canecão, o Teatro Rival, o Teatro João Caetano e o Circo Voador. Chega a ganhar R\$ 250,00 por apresentação. “Dou a metade do que ganho para minha mãe e com o resto compro minhas roupas e coisas que gosto de comer, como biscoitos e danone”, conta.

Luiz diz que sua melhor experiência no AfroReggae foi uma viagem para a Alemanha, onde assistiu à Copa do Mundo, em 2006, a convite de uma empresa. Ele passou dez dias em Frankfurt e Munique e pôde ver de perto seus ídolos do futebol. “Senti muita alegria. Nunca tinha andado de avião e ainda conheci um país e pessoas diferentes. Aluno da 6ª série, Luiz não descuida dos estudos, já que, para participar das oficinas de capoeira, coral, teoria musical e do reforço escolar, ele precisa comprovar boa frequência na escola. Com a autoestima em alta, ele carrega a certeza de um futuro promissor. “Sou feliz, faço as coisas com muita alegria”, completa.

Novos ídolos

A trajetória do AfroReggae possibilitou o surgimento de talentos nascidos e criados na favela. Uma vez reconhecidas pela comunidade, estas pessoas viram exemplos de sucesso e representam a vitória da arte e do talento sobre a violência. “A única referência dos jovens era o crime, porque os traficantes tinham as melhores roupas, dinheiro, mulheres”, diz Vitor, o coordenador do núcleo de Vigário Geral.

A Banda AfroReggae, que hoje é um sucesso e responde por 30% do faturamento do grupo, foi formada em 1996, em função dessa necessidade de criar ícones.

O vocalista da banda, Anderson Sá é um exemplo para os garotos de Vigário Geral e de outras favelas cariocas. Ele, que já foi ligado ao tráfico, hoje faz sucesso nos palcos do país. No filme *Favela Rising*, dirigido por Jeff Zimbalist e Matt Mochary, um documentário sobre favelas cariocas, Anderson conta sua história, que inclui a recuperação total de um acidente que o deixou tetraplégico. Em uma cena, Anderson pergunta a um menino de 10 anos o que ele quer ser quando crescer. Resposta: “bandido”.





Com o sucesso da banda e do próprio Anderson, surgiram diversos grupos musicais em Vigário Geral, além da Trupe de Teatro, que trabalha com formação de ator. Tem a Banda Afro Lata, hoje praticamente autosustentável, formada por garotos entre 10 e 15 anos que tocam com instrumentos construídos de sucata, como cabos de vassoura e latões. Tem o Makala Música e Dança, que utiliza uma combinação de dança afro-brasileira e contemporânea. Há ainda grupos femininos, a exemplo do Akoní, que toca e dança ritmos afro-brasileiros como Ijexá, e a banda de *rock* de meninas Párvate.

É no alto do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, morro localizado entre Copacabana e Ipanema, que funcionam desde 1996, no Anfiteatro Benjamin de Oliveira, a escola de circo do AfroReggae e a sede dos grupos Trupe do Levantando Lona e Afro Circo. O primeiro reúne circenses menores de 14 anos. O segundo trabalha com profissionais experientes formados nas oficinas do grupo. Alguns já passaram por circos e companhias internacionais, como o Cirque du Soleil (Canadá) e o Ringling Bros. (EUA).

Victor Luiz Onofre Alves:
“nossa música de ninar
era o barulho de tiros”





O AfroReggae exporta tecnologia social para outros países, como Colômbia, Inglaterra, Índia e Alemanha

Mudanças

É fato que o AfroReggae influenciou Vigário Geral. A favela, antes citada nas páginas policiais os jornais como “QG” da facção criminosa Comando Vermelho, e sempre lembrada pela chacina de 1993, passou a ser mencionada em jornais do Brasil e do exterior por seus trabalhos de promoção da cidadania por meio da cultura. O cantor e compositor Caetano Veloso e a atriz Regina Casé foram os primeiros do meio artístico a visitar Vigário Geral, por causa da visibilidade do AfroReggae. Depois disso, a favela virou filme do diretor Cacá Diegues – *Nenhum motivo explica a guerra. Favela Rising* que também retrata Vigário Geral, recebeu diversos prêmios. Levou o troféu de “melhor documentário” no Festival Internacional do Filme Latino, em Nova York.

“A polícia entra de outra maneira na comunidade, é menos truculenta; os bandidos respeitam nosso trabalho, porque não aceitamos dinheiro do crime e ocupamos o tempo ocioso das crianças”, acrescenta Vitor. O AfroReggae é atualmente o único grupo que tem trânsito livre em todas as comunidades da região de Vigário Geral, independentemente da facção criminosa que controla a área. Meninos e meninas que moram em Parada de Lucas, por exemplo, têm permissão para cruzar a fronteira e ir ter aulas na unidade de Vigário Geral.

Parada de Lucas, aliás, é um exemplo emblemático da capilaridade do AfroReggae. Os traficantes de lá têm uma briga que já dura duas décadas com os criminosos de Vigário Geral e os moradores têm a circulação limitada pelos bandidos. Este é justamente o lugar onde o grupo montou sua nova unidade. O AfroReggae também chegou ao Complexo do Alemão, ao Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, ao Morro do Estado, a Honório Gurgel, a Paciência e ao Parque Arará. Atende dois mil jovens e oito mil famílias. Ao comemorar 14 anos, em 2007, o AfroReggae começou a exportar tecnologia social em zonas de conflito para a Colômbia, a Inglaterra, a Índia e a Alemanha, e começou a desenvolver atividades nas cidades colombianas de Bogotá, Medellín e Cali.

Abrir as portas de nova vida para a garotada da favela não é a única recompensa do grupo, que vem acumulando prêmios nacionais e internacionais. José Junior, fundador e coordenador executivo do grupo, integra a lista de duzentos jovens líderes pelo futuro mundial elaborada pelo Fórum Econômico Mundial de Davos. Ele também recebeu da UNESCO, em Paris, menção honrosa do Prêmio *Madjaneet Singh* pela Promoção da Tolerância e Não-Violência.

“Para mim não existe caso perdido. O traficante é um grande empreendedor para o mal, mas ele pode canalizar essa energia para o bem, para o trabalho. Todos merecem uma segunda, uma terceira ou uma quarta chance”, afirma José Junior, em seu livro, *Da favela para o mundo*, que conta a história do AfroReggae.





THE WIND
IN THE WILLOWS
PLUS
THE CLASSICS
A CLASSIC
A CLASSIC

*"Quero conhecer
outros países,
viajar"*



Alexandre Ferreira Marinho Junior, 12 anos, o "Nescafé", tem um sonho que vem sendo perseguido há dois anos, desde que virou aluno de circo do AfroReggae na unidade do Cantagalo. Quer ser como o seu professor de circo, Roberto Pereira Guimarães, o Bebel. "Quando ouço ele falar, penso que também posso e quero ir para outros países, viajar. Posso ter dinheiro para ajudar meus pais a construir uma casa melhor." Nescafé passou a acreditar no próprio sucesso, ao descobrir que tem talento. Faz aulas de circo, *hip hop*, capoeira e bateria.

"Essas atividades me fazem ficar mais solto e melhoram meu desempenho no circo", diz o garoto. Especialista em acrobacia e em evoluções em tecido, Nescafé tem predileção por salto duplo mortal. O garoto ainda planeja ocupar uma das vagas de ginástica olímpica na escola do Flamengo.

"Frequentar o AfroReggae é uma oportunidade", observa o menino que, apesar de ser tão novo, já esboça as formas e a postura de um atleta profissional. Louco por samba, o vascaíno Nescafé é apontado como um dos melhores alunos da escola de circo do Cantagalo. "Ele é uma de nossas maiores apostas, dado o talento que tem na acrobacia", afirma Carlos Cavalcanti, coordenador de projetos do AfroReggae.

Além dos planos pessoais para o futuro, Nescafé quer ver o irmão caçula, Wallace, no AfroReggae. "Ele sempre faz estrelinha e cambalhotas e pergunta para mim: 'Você vai me botar no circo, né?', conta. Cheio de autoconfiança e com um enorme sorriso, Nescafé declara: "Quando o Wallace tiver sete ou oito anos, ele vai estudar circo para ser bom igual a mim."

“Sou o único homem vivo da minha família”

A vida de Roberto Monteiro Guimarães, o Bebel, 23 anos, tinha tudo para desandar. Nascido em uma casa onde a circulação de drogas e armas era parte da rotina, viu três irmãos e um cunhado serem assassinados. Dois dos irmãos – um de 18 anos e outro de 24 anos – foram mortos por policiais. O terceiro, de apenas 16 anos, desapareceu em 2003 durante um passeio. O garoto foi ao Piscinão de Ramos, área de lazer situada em um território dominado pelo Terceiro Comando, facção criminosa rival do grupo que domina Vigário Geral. “ Dizem que os traficantes acharam que ele era do Comando Vermelho, porque vinha de Vigário Geral, e o mataram, mas nunca achamos o corpo”, lamenta Bebel, considerado um dos maiores talentos revelados pelo AfroReggae.

“O único dos homens da família a sobreviver fui eu, porque tive cabeça. Minha irmã, que foi casada com o dono [líder do tráfico] de Vigário Geral, teve o marido assassinado e hoje eu cuido dela e dos meus sobrinhos”, conta Bebel. Ele revela que chegou a pensar em vingar a morte dos irmãos, mas recebeu apoio dos colegas do AfroReggae e aceitou a situação. “Em homenagem ao meu irmão Renato, que desapareceu e seria padrinho da minha filha, botei o nome dela de Renata”. A aliança do irmão, deixada em casa para não ser perdida no Piscinão, está no dedo anelar de Bebel. “Tem dia que choro, mas peço força a Deus”, diz.

A dor da perda sofrida por Bebel é semelhante à de tantos outros garotos que perderam pais, amigos e irmãos. A diferença é a virada que ele deu na própria vida, depois de descobrir seu talento como acrobata. Aos 13 anos, começou a fazer aulas de capoeira na unidade do AfroReggae de Vigário Geral e circo na do Cantagalo. Destacou-se e foi estudar na Escola Nacional de Circo, onde ficou quatro anos. Brilhou ainda mais.

Submetido a um teste para ingresso no Cirque du Soleil, do Canadá, Bebel passou e, em uma semana, saiu de Vigário Geral e foi morar em Montreal, sem falar uma palavra de inglês ou francês. “Chorei de emoção, porque minha vontade era ser artista em qualquer circo e fui selecionado justamente para o maior circo do mundo”, lembra. Viveu dois anos entre Canadá e Estados Unidos. Aprendeu inglês. Sofreu preconceito, por ser um dos poucos negros em um time de brancos, mas resistiu. Passou a receber três mil dólares mensais e a mandar dinheiro para a família, em Vigário Geral.

Desde 2005, Bebel é professor de circo no núcleo do AfroReggae no Cantagalo. Chega a dar 13 horas de aula por dia e compartilha com os 120 alunos o que aprendeu naquela oficina de circo. “Devo muito ao Junior [coordenador executivo do AfroReggae] e aos amigos que diziam que eu era bom, que acreditaram em mim. Minha história é igual à de outros garotos que vivem em risco. A diferença é que hoje sou um exemplo e sirvo de espelho para eles”.

"O AfroReggae dá esperança"

Fundei o AfroReggae depois de perder dezenas de amigos inocentes que foram assassinados por terem sido confundidos com gente do tráfico e do jogo do bicho. Eram pessoas inocentes; alguns eram artistas. Vivi em Ramos, um lugar com muita violência, prostituição e com uma forte cultura marginal. Quem escapasse, teria uma bagagem muito grande. Sou um privilegiado por ter sobrevivido à cultura do crime e da violência, sem nunca ter consumido drogas.

Eu ainda não tinha essa coisa de consciência social, quando cheguei a Vigário Geral. Só que lá encontrei pessoas com vontade de mudar e com muita esperança, que é uma coisa tipicamente do negro e do pobre que vem do Nordeste para a cidade grande. O que você mais vê nas comunidades são pessoas buscando dar a volta por cima. Acredito que perder e dar a volta por cima é muito mais saboroso. E o próprio AfroReggae é assim: um grupo que resiste a tudo; até hoje tem banda nossa que toca em meio ao tiroteio.

Eu acredito que pessoas que têm uma verdade, que pode até não ser absoluta, são capazes de fazer mudanças. O AfroReggae está mudando a vida das pessoas, porque dá a elas mais possibilidades, perspectivas, visibilidade e, o que é mais importante, esperança.

Vou dar um exemplo: tínhamos um garoto do Afro Lata que tinha o sonho de ir para o Exército. Conseguiu e está lá muito feliz. Lembro de um outro que tudo o que queria era ser DJ. Conseguiu. O Vitor, que entrou aqui com 13 anos, hoje coordena o núcleo de Vigário Geral e viaja para todo o mundo para falar de projeto social, de empreendedorismo na favela. São tantos...

O AfroReggae forma empreendedores sociais, culturais, comerciais. Os garotos que passam pelas nossas oficinas saem profissionais; não é só batucar, não. Eles são tão profissionais que temos de abrir mão de muitos talentos da nossa trupe, para que eles possam trabalhar em circos internacionais, como o Cirque du Soleil e em outros países, como Alemanha, Canadá.

A vantagem do AfroReggae é que o cara aprende e mostra o seu trabalho todos os dias, está conectado, participando, sentindo-se presente, vivo e, com isso, sua autoestima cresce. Tem jovens da favela que faturam até R\$ 1.500,00 por mês com a participação nos grupos. Eles ganham uma bolsa que varia de R\$ 150,00 a R\$ 250,00 durante a formação e ainda cachês após os *shows*.



Estamos mandando doze educadores à Inglaterra, para dar capacitação sobre o que chamamos de Conceito AfroReggae, que é o trabalho social, cultural e artístico para jovens em situação de risco, que permite a eles mudarem suas vidas. Estes educadores são pessoas que trabalham com mediação de conflitos, narcocultura e empreendedorismo. É preciso entender os mecanismos do tráfico para tirar as pessoas de lá. Costumo dizer que o dinheiro do tráfico é o mais difícil do mundo. Se o patrão acorda de mal-humor, te mata. Os meninos têm hora para entrar, mas não têm para sair. Não ganham hora extra, é claro. Ninguém quer fazer parte do crime, o que os garotos querem é fazer parte de um grupo.

Hoje, eu estou como piloto de um Boeing sempre cheio, com muitos projetos, mas ele já foi um teco-teco que caiu muitas vezes e por pouco não morremos. Sempre digo que só fiz uma coisa certa na vida: o AfroReggae. O resto deu errado.

José Junior, 38 anos, fundador e coordenador executivo do AfroReggae

“O AfroReggae forma empreendedores sociais, culturais, comerciais. Os garotos que passam pelas nossas oficinas saem profissionais”

Grupo Cultural Bagunção

Local de atuação: Salvador (BA)

Data de fundação: 1991 – Legalização: 1999

A força de Alagados



O lugar é Alagados, uma favela da cidade baixa de Salvador, onde palafitas sobrepostas desafiam a maré da baía de Todos os Santos, um dos cartões-postais do Brasil. Nas ruas mal traçadas, quase toda a população é negra. Nos becos que abrigam violência, também circulam crianças e jovens cheios de atitude e criatividade musical.

Alagados é um lugar impressionante.

O papa João Paulo II esteve lá e fez um discurso em prol da justiça social.

Milhares de brasileiros já cantaram o refrão:

*Alagados Trenchtown / Favela da Maré /
A esperança não vem do mar / Nem das antenas de tevê /
A arte de viver da fé / Só não se sabe fé em quê,*

composto em 1986 pelo Paralamas do Sucesso. A comunidade de Alagados

tem um espelho: o Bagunção,

o projeto social criado

lá mesmo por um

morador.



O Bagunção fica na favela de Alagados, em Salvador. O papa João Paulo II visitou o local, quando esteve no Brasil, e lá fez um discurso em prol da justiça social



“O projeto é como um lego – vai se arrumando e se organizando de acordo com as necessidades da comunidade”, diz o fundador Joselito Crispim, referindo-se ao jogo de armar, que, de acordo com o encaixe das peças, vai ganhando novas formas. Essa é uma maneira simples de explicar um movimento comunitário sólido, que vem sendo construído ao longo dos anos pelos jovens e pela coordenação da instituição. Todos os funcionários já foram alunos e a instituição existe graças ao empenho deles. Embora Joselito seja o coordenador geral e o representante político da organização, a manutenção do espaço e a captação de recursos é problema de todos.

A gestão do Bagunção é compartilhada com os meninos e meninas. “Se daqui a dois anos você voltar e encontrar uma piscina com raia no quintal, é porque eles decidiram nadar e me ajudaram a ir atrás de recurso para a construção”, diz Joselito. Em novembro de 2006, havia uma simpática girafa de papel quase em tamanho natural, ocupando a sala de entrada do prédio. “O grupo que fez a girafa adorou o trabalho”, foi a explicação de uma menina que estava passando entre o corredor e a girafa. Atrás do animal, um cartaz indica que o projeto tem o apoio do Criança Esperança. “Sabia que a gente recebe apoio da Globo?”, pergunta a mesma menina.





Pode parecer bagunça, mas não é. É uma forma de organização construída pelos jovens de Alagados, baseada em um sistema tribal de convivência que os meninos, quase todos ligados a terreiros de candomblé, aprendem em casa. “Aqui é um espaço com as características da comunidade do menino, da casa do menino. É como se fosse a casa de mais um vizinho, só que eles vêm, se divertem, brincam, mas têm outras atividades. Isso aqui é uma ilha. Estamos aqui desde 2001 e nunca fomos assaltados, embora este bairro seja extremamente violento. Metade da população do bairro é classe média baixa e mora em terra firme. A outra parte é miserável e mora em palafitas.”

A maioria das organizações sociais do país dispõe de um número certo de vagas de atendimento por ano. Há uma idade para entrar e outra para sair. No Bagunçoço, é um pouco diferente. A adesão ao projeto é voluntária e a porta de entrada são os meninos que montam bandas de lata – são chamadas assim porque constroem os instrumentos de sucata e material reciclado. Eles criam sua banda, fazem os instrumentos e procuram o Bagunçoço para usar o estúdio e o resto da estrutura. Todas as bandas têm de ter um nome atribuído pelos integrantes. Certa vez, um grupo de garotos chegou para registrar a banda, mas não tinha ideia para o nome. Em cima de uma das mesas, estava o livro *Abrindo Espaços*, editado pela UNESCO em 2000, sobre o programa, criado pela Organização, que abre escolas públicas para a comunidade nos fins de semana. Os garotos gostaram do nome e a publicação virou nome de banda de lata.

Metade da população do bairro mora em terra firme; a outra parte é miserável e mora em palafitas.



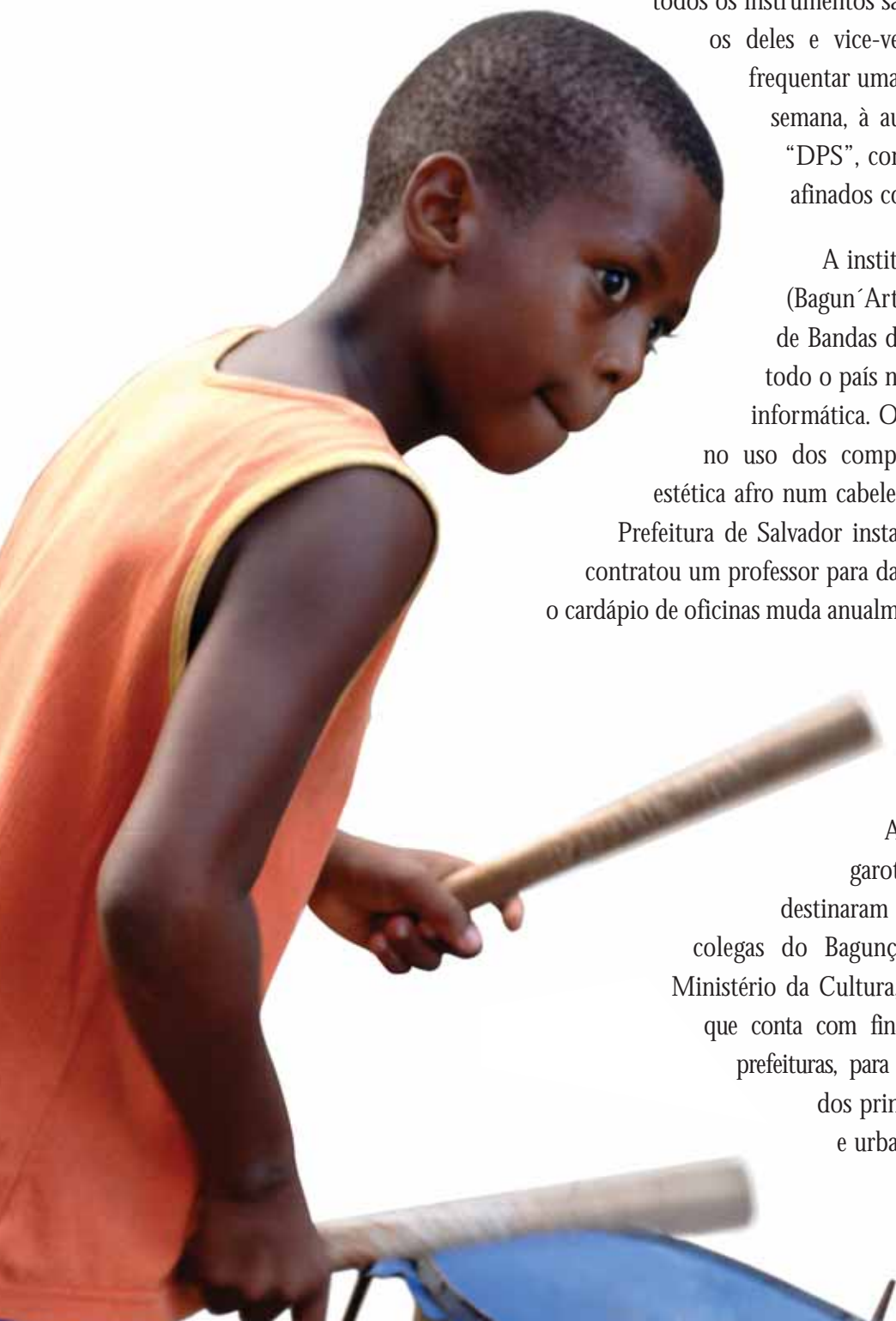
A adesão ao Bagunção é voluntária e a porta de entrada são os meninos que montam bandas de lata.

Quando chegam ao Bagunção, os grupos passam a integrar o Movimento das Bandas de Lata (MBL), que se espalhou pelo país, partindo das periferias de Salvador. Nasceu nos anos 80, por influência direta do Olodum e Araketu, que, ao fazerem sucesso, começaram a tocar nas rádios comerciais e incentivaram jovens da periferia da capital baiana a montar as próprias bandas. O movimento negro já existia e os jovens reconheceram-se na voz e no ritmo de Carlinhos Brown.

As bandas – a maioria com cerca de dez integrantes – procuram o Bagunção com o objetivo de usar o estúdio e contar com apoio técnico do maestro Tchuka, ex-integrante da Mirim do Bate Estaca, uma das bandas que mais produziram lideranças locais. Logo ficam sabendo que todos os instrumentos são comunitários: outras bandas podem usar os deles e vice-versa. Além de usar o estúdio, é preciso frequentar uma das oficinas da casa e assistir, uma vez por semana, à aula de desenvolvimento pessoal e social, a “DPS”, com foco em produção de textos sobre temas afinados com a realidade de Alagados.

A instituição oferece oficinas de cenário e figurino (Bagun´Arte), onde se produz todo o visual do Festival de Bandas de Lata, que reúne em dezembro grupos de todo o país no quintal do Bagunção. Há canto, teatro e informática. Os que têm mais de 15 anos têm prioridade no uso dos computadores e podem também ter aulas de estética afro num cabeleireiro montado na casa. Na sala ao lado, a Prefeitura de Salvador instalou um telecentro de ensino a distância e contratou um professor para dar aulas. Com exceção de cenário e figurino, o cardápio de oficinas muda anualmente, de acordo com a demanda dos alunos.

Em 2006, o Bagunção conseguiu vagas para o curso profissionalizante de assistente de restaurador, financiado pelo Monumenta, para restaurar o Solar Amado Bahia, construído em 1901. Os garotos receberam bolsa de R\$150,00 mensais e destinaram parte disso para financiar o lanche dos colegas do Bagunção. O Monumenta é um projeto do Ministério da Cultura, executado em parceria com a UNESCO, que conta com financiamento internacional e participação de prefeituras, para restaurar e promover a autosustentabilidade dos principais conjuntos de patrimônios históricos e urbanos do país, entre eles o de Salvador.





A comunidade cuida

Depois que a banda entra na instituição e seus integrantes escolhem as oficinas, a coordenadora pedagógica, Edilene Fonseca, procura os garotos para saber de quem são filhos e se estão na escola. Avisa aos pais que os meninos estão no Bagunção, que atividades fazem e em que horário ficam lá. Cada banda ganha uma cartolina na parede da sala de Edilene, onde aparece o nome do integrante, o de um membro da família e a escola em que estuda. Ela visita os colégios em busca de informação sobre o desempenho escolar dos meninos e incentiva os pais a fazerem a mesma coisa, mas sabe que é sua, e da equipe do Bagunção, a tarefa de fazê-los ir para a escola e a de “pegar no pé” deles para que estudem. No Bagunção, onde havia 120 jovens em novembro de 2006, impera a máxima: “É a comunidade que tem de cuidar da própria comunidade.” Não importa que os garotos não sejam filhos de Edilene e Joselito. Se os pais não podem cuidar, cuida quem pode, naquele momento.

Os garotos saem do Bagunção quando se sentem maduros para enfrentar e ganhar a vida. Há meninos no mercado de produção musical, gente que foi morar fora do Brasil, meninos trabalhando em loja. Recentemente a instituição fez uma parceria com uma rede de juventude especializada em encaminhar adolescentes para o primeiro emprego. Quando Joselito diz que o Bagunção é uma ilha, é porque os meninos de lá escapam da criminalidade. Entre dezembro de 1991 e o dia 1º de novembro de 2006, apenas um menino do Bagunção havia sido

O Festival de Bandas de Lata reúne, em dezembro, grupos de todo o país no quintal da sede do Bagunção





O projeto oferece oficinas de cenário e figurino. Os maiores de 15 anos têm prioridade nas aulas de informática e de estética afro realizadas em um cabeleireiro montado dentro da ONG



assassinado. Naquele dia, um ex-aluno morreu crivado de balas em frente à casa de uma vizinha. “O normal aqui é ir para o crime; o desvio de comportamento é justamente fazer outra coisa”, diz Joselito.

É difícil dizer se a participação comunitária foi construída com o Bagunção ou se a instituição é uma decorrência disso. Tudo começou quando Joselito, então com 21 anos, trabalhando como comissário da extinta Vara de Menores, foi designado para atender à reclamação de uma moradora de Afogados, que estava incomodada com o barulho de um grupo que passava a noite batendo lata. A barulheira começava todos os dias às 18h e só parava às 23h. Quando chegou ao terreno onde eles se encontravam e viu que cada instrumento era dividido por oito meninos, Joselito se encantou e resolveu unir-se a eles.

A primeira reunião com os batedores de lata aconteceu na rua, no dia 20 de dezembro de 1991. Passaram a encontrar-se três vezes por semana, sempre na rua. A única aproximação de Joselito com a pedagogia era um curso de educador popular no Movimento de Meninos e Meninas de Rua. Mesmo assim, fazia um pouco de teatro com os meninos, não mais do que 15 no primeiro momento, e conversava sobre o dia-a-dia na favela. Depois de meses, ao vê-los na rua, um morador emprestou uma palafita na Maré, a parte mais pobre do bairro, onde o projeto ficou por 12 anos.

Nesse meio tempo, Joselito saiu do juizado e abraçou a carreira de educador popular. Participou da produção de filmes e ganhou prêmios. O Bagunção montou uma banda-*show*, que passou a se apresentar em várias capitais e no exterior, tocando com músicos famosos. Assim, a instituição foi-se tornando conhecida no cenário das organizações não governamentais de Salvador, embora ainda não tivesse sido legalmente criada.

Quando o dono da palafita pediu a casa da Maré de volta, Joselito arrumou dinheiro com a BBC de Londres para alugar uma lanchonete. O recurso acabou e eles ocuparam o prédio do Teatro de Alagados, que era só uma ruína. Temendo que aquilo caísse na cabeça de alguém, Joselito pediu abrigo ao padre da paróquia do bairro, a pessoa que, segundo ele, abriu sua cabeça e a de tantos outros jovens de Alagados para as injustiças sociais do país. O religioso cedeu uma casa no terreno da igreja e impôs apenas uma condição: não bater lata na hora da missa.

Na época em que o projeto estava acampado na paróquia, virou uma espécie de abrigo de menores – o Conselho Tutelar perguntou a Joselito se o Bagunção receberia garotos do bairro que não tinham onde morar, e ele aceitou. Foi assim que oito adolescentes passaram a morar na sala que o projeto ocupava na paróquia. Um tempo depois, o projeto seguia crescendo e já não cabia na sala cedida pelo padre. Joselito reuniu os batedores de lata, fizeram uma votação e decidiram ocupar o prédio público abandonado onde até hoje funciona o projeto. Mas essa é uma outra história, que será contada adiante pelo próprio Joselito.





*“Não penso
mais em entrar
no crime”*

Banda de lata ensaia na entrada da sede do Bagunção

Cheguei ao Bagunção com 13 anos. Agora tenho 18 e só estou na 7ª série. É que eu era muito bagunceiro, antes de vir para cá, e mal aparecia na escola. Agora estudo aqui mesmo, na telessala, e, quando eu faltou, fica todo mundo no meu pé. Faço parte da banda Nova Geração, que montei com amigos da minha rua. Sei tocar tudo de percussão, mas ainda usamos mais o som da lata.

Moro com a minha mãe e uma tia em um beco perto da feira principal aqui de Alagados. Meu pai tem outra família e nunca aparece. Minha mãe trabalha como lavadeira em um orfanato e minha tia vende jogo em uma barraquinha na rua. Hoje a maioria dos meus colegas vem aqui no projeto.

Eu não tenho nada para fazer em casa. Lá é muito apertado. Aqui eu aprendo coisas e me divirto. Ainda não consigo pensar no que vou fazer no futuro, mas sei que não vou entrar para o crime. Tenho dezenas de colegas que vieram aqui, não quiseram ficar e pumba! – acabaram fazendo a primeira saidinha [furto] e entraram para o crime. Não é por mal. As pessoas aqui vivem sem um dinheirinho, sem nada, não arrumam emprego e entram para crime.

No Bagunção, fazemos cursos e podemos arrumar um trabalho. Há seis meses, consegui uma vaga de aprendiz de assistente de restaurador e recebo uma bolsa de R\$ 150,00 por mês. Trabalho no restauro do Solar Amado Bahia, que é uma casa muito bonita e antiga. Tenho dois amigos daqui do projeto que conseguiram trabalho com ajuda do Bagunção, um deles está numa fábrica de roupas e está juntando dinheiro para estudar. É por isso que eu não penso mais em entrar no crime. Aqui temos outras possibilidades.

Luciano Soledade dos Santos, 18 anos, aluno do Bagunção

“O Bagunção é o pai e a mãe dos meninos”



Cheguei ao Bagunção em uma fase confusa da minha vida. Meus pais se separaram quando eu tinha 6 anos. Ficamos morando quase um ano com uma tia em São Paulo, até que meu pai nos trouxe de volta para a casa da minha avó, aqui em Alagados. Teve uma época em que 16 pessoas viviam na mesma casa. Vendi muito picolé, doce e cartão telefônico. Passava o dia trabalhando na rua.

Quando voltei de São Paulo, fui estudar na Escola Popular de Alagados e a professora de lá, sabendo de toda nossa situação familiar, me incentivou muito a vir para o Bagunção. Acabei tendo uma mudança radical na minha vida. Em 1998, a minha banda, Mirim do Bate-Estaca, foi selecionada para tocar na ilha de Malta. Viajamos dez amigos e o Joselito. Em 2001, aos 18 anos, fui para o México participar de um seminário, representando o Bagunção. Fiz capacitação para ser voluntário e comecei a trabalhar como recepcionista. Atendi Gilberto Gil, Carlinhos Brown e diversas autoridades. Depois fui assistente do Joselito.

A maioria dos meus amigos foi assassinada. Tem pelo menos vinte garotos que ajudaram a fundar o movimento de lata que já morreram. Perdemos eles para o crime. Isso vem de família: o pai do garoto ganha mal e não tem estudo. Mal o garoto cresce, já entra pra saidinha [furto], para ter um dinheiro; já as meninas engravidam cedo demais de namorados, que estão envolvidos com o crime.

Tem uma época na nossa vida em que o Bagunção faz o papel de pai e mãe. Quando eu era pequeno, minha avó tinha trinta netos para olhar. É muito moleque. Aqui pude ter educação. O Joselito me incentivou, fui ganhando maturidade e consegui terminar a escola. Fui capacitado para ser monitor de informática e estou aprendendo a ser técnico de manutenção de redes. Meu plano é estudar pedagogia na faculdade.

Wenderson Ramos dos Santos, 23 anos, ex-aluno do Bagunção



“Os tambores falam da cultura negra”

Ocupamos nossa sede tocando percussão

Nasci dentro de um terreiro – minha avó era mãe-de-santo e eu fui criado como príncipe por causa disso. Pela tradição, irmãos gêmeos trazem sorte, então, muitos vizinhos me levavam para suas casas para cuidar e alimentar. Isso deve ter reforçado de alguma forma minha autoestima. Ainda pequeno, eu corria com meus amigos negros pelas ruas de Alagados, mas não tinha a revolta que os fazia quebrar os telefones públicos do bairro.

Alagados começava onde terminavam os bairros de Salvador. Só tinha palafita, mas sempre tivemos uma riqueza cultural imensa. Quando as bandas [de percussão] começaram a tocar nas rádios, o movimento negro se reconheceu naquele som e isso irradiou para os bairros.

Quando era adolescente, fiz teatro na paróquia aqui do bairro e percebi o mundo político. Quando tinha 21 anos, consegui dois trabalhos – um como padeiro e outro como comissário de menores. Um dia, fui chamado por uma vizinha para mandar os meninos aqui de Alagados pararem de bater lata. Quando

os vi de longe, adorei! Os garotos tocavam em um terreno baldio e se achavam o Olodum. Eu já havia visitado vários projetos sociais feitos por uma classe média cheia de dedos. Na hora senti uma ligação com aqueles meninos da minha cor. Eram oito, nove meninos, dividindo um único instrumento. Eles estavam reciclando lata, era o meioambiente aliado à dimensão cultural. Aqueles tambores falavam da cultura negra e mantinham as mãos dos garotos ocupadas. É como se dissessem: “Veja! Não estou roubando, estou fazendo arte.”

Em 1994, quando estávamos instalados no barraco da Maré emprestado por um vizinho, deixei o emprego de comissário da Vara do Menor e fiquei só como educador. Depois de ficar 12 anos naquele lugar e de ter passado por mais três casas, o projeto estava em uma casinha no terreno da igreja que nos foi cedida pelo padre. Mas já não dava mais. Este prédio, onde estamos agora, estava abandonado, mas legalmente estaria cedido para um morador em esquema de comodato. A casa é do governo do Estado.

Quando eu soube que o comodato havia expirado, reuni os meninos para conversar sobre a necessidade de o projeto ter uma sede. No dia 13 de fevereiro de 2001, juntamos pelo menos cem meninos na paróquia. Eu precisava convencê-los a tomar um espaço abandonado para o projeto, mas era preciso que eles entendessem que tinham direito real a isso. Naquela noite, fizemos uma votação, para ver qual era o local abandonado aqui do bairro que eles gostavam mais. Esta casa foi a mais votada, seguida do prédio do Teatro de Alagados.

Disse aos meninos que iria sair para pesquisar o que seria mais viável. Avisei que todos precisariam estar na porta da paróquia no dia seguinte bem cedo. Peguei emprestado R\$ 3.000,00 de um amigo para alugar um caminhão e contratar operários. Pedi a um amigo advogado que nos acompanhasse na ocupação e convidei uns amigos estrangeiros para participar e evitar que a polícia entrasse, batendo em todo mundo. Uma sueca filmaria toda a operação. Avisei a imprensa e, quando os jornalistas chegaram, disse: Vamos ocupar aquele prédio ali. Só naquela hora os meninos ficaram sabendo que seria esta casa, e não o teatro.

Colocamos os móveis que estavam na casinha da paróquia num caminhão e percorremos a distância, cantando e tocando percussão. Quando chegamos, era só ruína, mas o pessoal da dança já começou a ensaiar e começamos a arrumação. Passamos a noite no prédio. De manhã, os computadores e os telefones estavam funcionando. Não tinha mais jeito, o lugar já era nosso.

Organizações sociais como o Bagunção não acabam. Quando eu não estiver mais aqui, um dos meninos assume e tudo seguirá igual. Somos todos daqui. Um dia você é aluno; no outro, educador. Estes meninos aprendem a ter autoestima, sabem que são donos de um espaço e saem daqui com um projeto de vida ou, pelo menos, com uma ideia do que querem fazer.

Joselito Crispim, 36 anos, coordenador executivo do Bagunção.



A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Brasileira- Artigo 1º

EDUCAÇÃO

Serviço Assistencial Salão do Encontro

Local de atuação: Betim (MG)

Data de fundação: 1970

Construindo caminhos

Lucas Mateus Batista

tem 11 anos, está na 4ª série e é o caçula de seis filhos.

A mãe morreu quando ele completou 1 ano de idade.

Os irmãos foram separados e

criados por parentes próximos;

o pai está preso. Lucas vive com um

tio e uma tia, deficientes visuais,

em Betim, na região metropolitana

de Belo Horizonte. Os abrigos

para menores de todo o país

estão cheios de casos como o

de Lucas, mas, com o apoio

de uma das organizações

não governamentais mais antigas

do país, o Salão do Encontro,

ele e sua família estão escrevendo

outra história de vida.





O Salão do Encontro oferece
atendimento integral às famílias.
É um exemplo de Brasil
que dá certo.

A tia de Lucas, Maria Geralda, é empregada da oficina de tear mineiro do Salão e ganha um salário mínimo mensal. Eles recebem auxílio-moradia e vivem em uma casa amarela, como descreve o garoto, dentro de um condomínio popular. Lucas estuda em uma escola municipal e de lá vai direto para as atividades extracurriculares oferecidas pela instituição – tear, cerâmica, marcenaria e língua estrangeira. O mais importante é que exercita sua paixão pelo circo, andando de monociclo e perna-de-pau. Embaixo da grande lona colorida, Lucas esquece até mesmo a saudade dos irmãos, assunto recorrente em sua fala de menino tímido.

O garoto divide as tarefas domésticas com a tia. “Ela cozinha muito bem e lava as roupas; eu arrumo a casa, varro o quintal e lavo as vasilhas [panelas].” No fim de cada dia, Maria Geralda e Lucas saem juntos do Salão do Encontro em direção à casa amarela. “Ajudo minha tia no ônibus”, conta. O menino sonha em fazer móveis para vender na loja que, garante, ainda terá. Informado de que seria fotografado no circo, fez um pedido: “Posso aparecer andando na perna-de-pau?”

As crianças brincam o jogo da família, revezando o papel de pai, mãe, avô, filho

O Salão do Encontro oferece atendimento integral às crianças, a adolescentes e a suas famílias. É um exemplo de Brasil que dá certo encravado na cidade de Betim, região metropolitana de Belo Horizonte. Pelo menos um parente da maioria dos alunos trabalha em





uma das oficinas profissionais de onde saem os móveis, tapetes e objetos que abastecem a loja da instituição. Ninguém ganha menos de um salário-mínimo e muitos vivem em casas cedidas pelo projeto ou recebem auxílio-moradia. Todas as crianças e os jovens têm acesso à educação de muita qualidade. O Salão mantém creche e pré-escola e atende os ex-alunos, demais crianças e jovens da comunidade no horário oposto ao que estão na escola. Convênio com a Prefeitura de Betim garante atendimento médico e odontológico.

Manter creche, escola e oferecer pós-escola são ações comuns na política de atendimento das organizações não governamentais brasileiras. Só que o Salão do Encontro faz isso há 36 anos e desde o início incluiu as famílias no projeto, assegurando de forma competente geração de renda, moradia e serviços de saúde. O que chama mais atenção é a qualidade dos serviços oferecidos, o cuidado extremo com a educação das crianças e jovens, e a beleza presente em cada cômodo do projeto, em cada produto que sai das suas oficinas.

Os alunos entram na escola e na creche passando por dentro de um circo, montado com arquibancadas, palco, picadeiro e lona colorida. As casas onde funcionam a creche e a pré-escola são de madeira e vidro, proporcionando a visão do bosque onde fica o projeto. As trilhas entre as unidades são sinuosas e cheias de árvores, para que o caminhar dos alunos seja lúdico. Os

Pelo menos um membro de cada família da comunidade trabalha nas oficinas da instituição

móveis são de madeira rústica. Sob uma árvore frondosa, há bancos feitos com tocos de madeira onde as crianças ouvem estórias. Quando não havia circo, estes toquinhos eram usados como uma trilha, a fim de que a garotada exercitasse o equilíbrio.

As crianças menores têm mochila de algodão cru com o nome bordado, onde carregam seus objetos pessoais quando mudam de “casinha” na escola. Há a casinha em que planejam e constroem cidades com blocos feitos de troncos, há a casinha de artes, na qual produzem toda a tinta utilizada à base de terra e os pincéis, feitos com resto de antena de TV e pelo de rabo de vaca; há a casinha da alfabetização, com mesa coletiva de madeira rústica e pequenas cadeiras coloridas, e a casinha da fazenda, uma réplica perfeita de casa de sítio, com um pequeno poço artesiano, onde as crianças brincam o jogo da família, revezando o papel de pai, mãe, avô, filho, tio, primo e assim por diante. O tradicional “brinquedão” – balanço, escorregador e trepa-trepa – é feito de madeira natural e corda, assim como o imenso carrossel.

Na década de 1970, a principal marca do bairro, onde se localiza o projeto, era o desemprego e a falta de estrutura urbana

Qualidade

A maioria dos professores do Salão é da rede pública. A primeira condição é querer trabalhar lá; a segunda, aceitar passar por treinamentos e capacitações. Em contrapartida, as portas estão abertas a educadores que queiram fazer estágio na instituição. Basta olhar para o lado, conversar cinco minutos com qualquer funcionário para entender por que o projeto funciona tão bem – as pessoas acreditam de fato que estão contribuindo para transformar filhos de famílias pobres em pessoas felizes e profissionais bem-sucedidos.

A cultura do “fazer bem feito” extrapolou a comunidade de Santa Lúcia. Quando a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais fez parceria com o Salão do Encontro, tratou de assegurar algumas vagas para filhos de professores universitários. A pré-escola também tem tradição de receber alunos com deficiência que tenham dificuldade de adaptação em outras escolas. Lá, assegura Maria de Lurdes Dias Leite, ex-aluna que hoje é a coordenadora de projetos do Salão, eles vão muito bem.

Para estimular o raciocínio lógico dos alunos, há a Oficina de Jogos, com tabuleiros de madeira e peças de semente que recriam jogos antigos, voltados para a aprendizagem da matemática. Joana Assis, 13 anos, Paula de Moraes, 14 anos, sua irmã Luana, de 13 anos, conversam enquanto jogam mancala, uma denominação genérica para jogos africanos que teriam surgido dois mil anos antes de Cristo.

Joana conta que sua mãe trabalha na oficina de tear chileno; o pai é motorista de ônibus. Há dois meses, sua família conseguiu se mudar para uma das 24 casas do condomínio que o projeto





mantém em Betim. “Morávamos sete pessoas em uma casinha minúscula de dois cômodos. Agora somos só eu, meus dois irmãos e minha mãe”, diz a menina. Joana considera-se boa aluna e afirma que gosta de estudar, mas quer ser tecelã como sua mãe e a irmã mais velha. Paula quer estudar medicina e Luana, pedagogia.

“Cerca de 80% dos nossos alunos são filhos de pessoas que trabalham nas oficinas do projeto. Quando crescem, ficam com a expectativa de serem artesãos. Nosso trabalho é mostrar a eles que também podem ter outras oportunidades”, diz Ângela Aparecida Grumieri, coordenadora pedagógica das atividades da escola complementar.

Ao lado das meninas que jogam mancala, uma dupla de garotos quebra a cabeça, jogando sene, um jogo que os faraós do Egito levavam tão a sério que, acreditava-se, quem caísse na casa da morte iria falecer na vida real. Os meninos contam a história dos jogos e aproveitam para apresentar o moha, tradicional entre os índios norte-americanos.

“Aqui as pessoas têm presente e por isso têm futuro”, disse o educador Paulo Freire, no dia 8 de maio de 1995, para a reportagem do jornal *Cidade de Betim*, ao visitar o Salão do Encontro. “É impossível conhecer esta mulher sem se apaixonar pela paixão dela”, completou Freire, ao referir-se à fundadora e presidente do Salão do Encontro, Noemi Gontijo, 82 anos.

A ideia é despertar nas crianças a vontade de aprender. “Como pode ter escola sem circo?”, questiona a fundadora do projeto



Todas as atividades do projeto são movidas pela cultura do “fazer bem feito”. A pré-escola é referência de excelência em todo o país

A paixão de dona Noemi, como é chamada esta senhora de passos lentos e pensamento ágil, é despertar nas crianças a vontade de aprender, partindo de uma realidade mais lúdica. “Como pode ter escola sem circo?”, pergunta ela.

A fala de dona Noemi é recheada da explicação, “porque os meninos adoram”. Isso vale para as ruas sinuosas do bosque, para o primeiro aprendizado na marcenaria ser a confecção de um brinquedo que possa ser levado para casa, para a miniatura de poço artesiano que compõe a casinha da fazenda, para projetos de ciências feitos com cigarras que estouraram de tanto cantar. Dona Noemi acredita que todas as crianças têm direito a ter uma infância tão gostosa quanto a sua, de criança criada em fazenda.

Solidariedade

Na década de 1970, o bairro de Santa Luzia era o principal reduto dos migrantes que haviam se mudado para Betim por causa da indústria automotiva. Como sempre acontece, a demanda de mão-de-obra foi muito maior do que a oferta de emprego e Santa Luzia recebeu os casebres dos desempregados. Não havia energia elétrica, água encanada ou asfalto nas ruas. Dona Noemi, uma jovem filha de família rica que dava aulas de artes em escolas públicas, foi conhecer o bairro e decidiu, com a ajuda de um frei, fazer algo pelas famílias.



Conseguiu um salão onde mulheres e homens da comunidade se encontravam para fazer tecelagem. Criou uma rede de solidariedade entre seus amigos e conseguiu que financiassem algodão e o restante da matéria-prima para o projeto que começava a nascer. O sonho de Noemi virou um sólido projeto social. Em 2006, o Salão do Encontro atendeu 690 crianças e jovens e empregou trezentos funcionários – pais, mães e avós dos alunos – em uma das suas 17 oficinas de produção. Estas oficinas abastecem a loja do Salão e garantem pelo menos 30% do orçamento mensal da instituição. Na hora de escolher quem consegue a vaga, vale o talento e o fato de ter filhos ou netos com até 17 anos de idade. Moradores da comunidade que sejam deficientes também têm prioridade.

Como o passar do tempo, a ideia de dona Noemi foi ganhando colaboradores de peso, que doaram os lotes que hoje compõem o bosque do Salão do Encontro. Grande parte dos moradores que participou do início das rodas de tecelagem permanece no projeto, fazendo que a memória dos primeiros tempos não se perca. A oficina de tecelagem profissional dispõe de uma máquina para cada dupla de produção. Ainda assim, três senhoras revezam-se em um tear





tradicional, alimentado com algodão recém-colhido, e o transformam em fio. “Não podemos permitir que os meninos só conheçam o tear tradicional por fotografia”, explica Maria de Lurdes, a coordenadora de projetos.

No ano passado, uma empresa reuniu fornecedores e financiou a instalação de uma filial do Salão do Encontro – chamado de “filhote” – entre os bairros de Laranjeiras e Santa Tereza, um dos novos polos de pobreza de Betim. A ideia é replicar, em outra região da cidade, o modelo que deu tão certo na comunidade de Santa Luzia. A maioria dos professores do novo espaço é ex-aluno do projeto-mãe. “Entre aos 12 anos no projeto e fiquei durante 28 anos. Hoje estou aqui para ajudar os meninos de Laranjeiras a construir um amanhã”, diz Elenice Medeiros, primeira aluna formada em tecelagem chilena do Salão do Encontro, que hoje dá aulas para os alunos do “filhote”.

Em 2006, o projeto atendeu 690 crianças e jovens e empregou 300 funcionários – pais, mães e avós dos alunos – em uma das suas 17 oficinas de produção



“Vou ser uma campeã”

Meu nome é Joyce Naila Paula da Silva, tenho 16 anos e desde os 4 estudo no Salão do Encontro. Minha avó Desiré foi a primeira pessoa que chegou aqui como noveleira da oficina de tear mineiro. Por causa dela, meus três irmãos e eu ganhamos vaga para estudar aqui. Há uns dois anos, minha mãe foi demitida da montadora de carros em que trabalhava e também veio para cá. Meu irmão mais velho acabou de ser contratado como aprendiz de marceneiro.

Eu estou no 1º ano do ensino médio e treino atletismo em um programa da Prefeitura que tem parceria como Salão. Hoje faço parte da equipe de Betim como fundista. Adoro minha equipe de corrida, porque temos atletas com deficiência e acho lindo o esforço deles. Já fui guia de corrida de uma corredora cega.

Meu pai é usuário de drogas e vive em Belo Horizonte, mas minha mãe é uma batalhadora e sempre nos sustentou. Meu pai só vem em casa para bater nela, mas, de uns tempos para cá, não deixo mais ele encostar a mão em ninguém. Ele diz que não gosta de mim e que não vai permitir que eu tenha futuro. Quando tem viagem da equipe de corrida, ele não quer que eu vá e diz que, antes de morrer, ainda vai me matar. Desculpe eu chorar assim, mas é muito difícil. O bom é que o pessoal daqui me dá muito incentivo, muita força. Houve uma época em que pensei realmente em parar de correr, porque era mais um motivo para o meu pai brigar com a minha mãe, mas as professoras não deixaram.

Já fui monitora de atletismo em uma Ação Global [parceria entre Sesi e Rede Globo, que oferece, durante um dia, vários serviços a comunidades pobres] e, na semana passada, competi com a equipe de Betim no JIM, que são os Jogos do Interior de Minas. Valia uma vaga nacional, mas eu fiquei em segundo lugar. Ainda vou ser uma corredora campeã bem na frente do meu pai.

Minhas professoras aqui do Salão me incentivam a estudar educação física na Pontifícia Universidade Católica aqui de Minas. Não sei se você sabe, mas quem trabalha aqui tem direito a meia bolsa na PUC. Posso estudar lá e ser monitora aqui.

[Quando Joyce começa a falar dos planos profissionais, chega Márcia, a mãe dela. Ao ser parabenizada pelo desempenho da filha na corrida da semana anterior, responde: “Ela contou que correu descalça? O tênis dela estava furado e não tivemos dinheiro para comprar um novo. No final da competição, os pés dela estavam cobertos de bolhas” .]

Joyce Naila Paula da Silva, 16 anos, aluna do Salão do Encontro



“Sou um professor que brinca”

Minha família é de uma cidadezinha chamada Padre Paraíso, no vale do Jequitinhonha. Para garantir o arroz e o feijão, comecei a trabalhar na rua com 7 anos engraxando sapato, vendendo picolé. Passamos tanta necessidade, tanta falta de alimento, que minha mãe ficou alcoólatra.

Aos 10 anos, cheguei ao Salão do Encontro em busca de um serviço de assistente de pedreiro. A dona Noemi, fundadora da instituição, exigiu que eu estudasse e me contratou como aprendiz na oficina de marcenaria, ganhando meio salário mínimo.

Quando tinha 16 anos, fui convidado para ser professor de marcenaria. Cada aluno fazia um brinquedo para levar para casa e tinha dia que eu dizia: “Hoje uma fada deu vida a esses brinquedos.”; ou “Hoje você vai se chamar serrote e você, lixa.” Era uma forma de ensinar o nome das ferramentas. Sem eu perceber, estava nascendo a ideia de trabalhar em circo.

Quando a gente ganhou este circo, fui fazer um curso de formação no Projeto Axé, em Salvador. No princípio, atuei como aqueles palhaços pastelões, que escorrega, tropeça e as crianças morrem de rir. Fui fazendo cursos e conseguindo uma base para criar um método para ensinar crianças a partir de 4 anos. Todos aqui fazem malabares, andam com perna-de-pau, pé-de-lata. Resgatamos brinquedos antigos e dramatização com fantoche. Não preciso usar autoridade com os alunos e a disciplina, quem dá são os aparelhos. Pergunto: “Você acha bonito andar de monociclo? Quer aprender?” O menino começa e, quando consegue, fica encantado.

A minha avó Zumira, que veio com a gente do Jequitinhonha, contava muitas histórias para eu adormecer. Quando ela morreu, me deixou um baú de livros imaginários embaixo da cama. Em dias muito quentes, em vez de fazer atividades com os alunos, conto as estórias que herdei dela.

Há 31 anos, estou no Salão do Encontro e posso dizer que é a riqueza da minha vida. Minhas duas filhas, Yasmim, de 5 anos, e Isabela, de 8 anos, estudam aqui. Minha esposa, que conheci aqui, dá aula para uma turma de alunos de 4 anos de idade. Já pensou se, aos 10 anos, eu tivesse encontrado emprego de assistente de pedreiro? Poderia ter começado a beber, como minha mãe, para esquecer dos problemas. Hoje realizo a infância que não tive. Não sou apenas um professor, mas uma criança que brinca.



*Wilson Gomes Soares, 40 anos,
ex-aluno do Salão do Encontro e professor de circo*

“Aos 82 anos, faço planos e tenho sonhos”

O que você vê aqui é exatamente o que a nação deveria fazer pelos brasileiros – criar condições para que todos tenham educação, saúde, moradia digna e emprego. Quando o projeto começou, este era o pior bairro da cidade, o mais pobre. Hoje esta é a região mais saudável de Betim – você não ouve falar em adolescentes viciados ou em violência.

No começo, foi difícil. Quando chegamos aqui havia um único poço de água. As vacas bebiam dessa água e faziam cocô nas redondezas. Depois, as donas de casa usavam esta mesma água. Providenciamos uma bica, para que as famílias pudessem usar água limpa. É só querer que superamos as dificuldades.

Quando comecei a montar as oficinas, perguntei: alguém conhece tear mineiro? Logo apareceram cinquenta pessoas. Ou seja: as pessoas já tinham o saber; só era preciso ter coragem para ajudá-los. Eu nasci em uma fazenda na cidade de Luz, no oeste de Minas. Tive tudo isso aqui – árvores, espaço para brincar, então resolvi fazer isso pelas crianças pobres de Betim e pelos pais delas.

Devagar este bairro foi melhorando. Conseguimos asfalto e água potável para todos. Mas as famílias ainda moravam em barracões alugados e quase todo o salário ia para pagar aluguel. Consegui dinheiro com um amigo alemão e construímos um condomínio com 24 casas. Sei que precisamos de mais trinta, mas ainda vamos conseguir isso. Você precisa ver como as casas são bonitas, coloridas, têm aquecimento solar. Quem vive lá, paga apenas R\$ 50,00 mensais, mas tem o compromisso de juntar dinheiro para comprar uma casa e deixar a do Salão para quem esteja precisando mais.

Quando chegou a hora de construir as casinhas da escola, tive uma ideia. Fui falar com o delegado, para ver se ele permitia que os presos as construíssem. Passado um tempo, já nem precisava de segurança para vigiá-los. Eles melhoraram tanto de comportamento que consegui autorização para passarem o fim de semana em casa, desde que voltassem na segunda-feira para trabalhar. Eu riscava a planta das casas no chão e eles construíam direitinho. Anos depois,

quando Niemeyer [Oscar] veio nos visitar, disse que eu era arquiteta. O Paulo Freire veio aqui conhecer e adorou: tudo de melhor para os meninos pobres! Saiu daqui dizendo que assim é que tem que ser.

Mas tudo isso foi sendo conquistado aos poucos, principalmente a formação dos professores. Aqui já teve professor tão ruim que vi alguns gritando com os meninos, porque estavam caminhando sobre os tocos que ficam embaixo daquela árvore maior. Veja só, aqueles toquinhos foram colocados lá para que os meninos ouvissem estórias embaixo da árvore e pudessem treinar o equilíbrio. E o professor vinha gritar com eles por causa disso? Hoje quem nos procura para trabalhar conhece nossa metodologia e participa das nossas capacitações.

É só dar um ambiente lindo, cheio de flores e fazer com que os meninos percebam que tudo isso é deles que eles se desenvolvem e zelam. Quando sabemos que é nosso, guardamos com carinho. Nossos alunos têm tudo o que é preciso para serem felizes. Veja o circo, eu não concebo escola sem circo! Circo é sinônimo de criança alegre, de alegria de viver. Fizemos o caminho do bosque sinuoso, porque menino adora isso, eles adoram fantasia.

Costumo dizer que, se faltar uma agulha no almoxarifado, fechamos as portas. Os adolescentes precisam ter os materiais para fazer seus trabalhos. Estamos educando bem esses meninos e depois oferecemos trabalho criativo remunerado e moradia. Com tudo isso, a pessoa fica realizada. Um número incontável de ex-alunos tem ótimos empregos fora daqui, trabalham em indústria ou vivem fora do Brasil. Eles já saem daqui bem colocados na vida.

Eu sempre tive o sonho de construir uma escola que levasse à descoberta do conhecimento. Agora, aos 82 anos, tenho o sonho de formar profissionais de outras instituições e de estruturar um curso de formação.

Noemi Gontijo, 82 anos, fundadora do Salão do Encontro

Oficina Escola de Lutheria da Amazônia

Local de atuação: Manaus (AM)

Data de fundação: 1998

A Amazônia toca bossa nova

Durante a década de 1990, o bairro do Zumbi, periferia da zona leste de Manaus, estava dividido em territórios de gangues. Para defendê-los, os jovens agrupavam-se em bandos, chamados de galeras, e promoviam confrontos. O resultado dessas batalhas urbanas eram pancadarias que frequentemente resultavam em mutilações físicas. Chocado com o nível de violência que envolvia os rapazes, muitos dos quais ainda meninos de 13, 14 anos, e certo de que boa parte era movida pela falta de oportunidade, um professor universitário decidiu montar, no bairro, uma escolinha para ensinar a produzir instrumentos musicais. Assim nasceu, em 1998, a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia, que produz instrumentos de corda dedilhada. Nove anos depois, é a maior escola do gênero na América Latina.



A Oficina Escola de
Lutheria da Amazônia
produz instrumentos de
corda dedilhada, só usa
madeira certificada e é a
maior do gênero na
América Latina





O bairro Zumbi, onde se localiza o projeto, é fruto do crescimento desordenado de Manaus

O Zumbi, berço das galeras, é um bairro que cresceu do caos urbano, das invasões promovidas por famílias que não tinham onde morar. É uma área que surgiu em volta do Jardim São Cristóvão, construído inicialmente para abrigar funcionários do distrito industrial de Manaus. Nesse entorno, moram migrantes, a maioria, gente que se mudou para Manaus em busca de emprego nas fábricas e não conseguiu. Quase todos sobrevivem como camelôs ou assistentes de operário da construção civil. O Zumbi cresceu tanto que abraçou o São Cristóvão e hoje é um aglomerado urbano único.

A luteria, que é a produção manual de instrumentos musicais, é a síntese da fusão entre saberes refinados – a arte e a ciência. É um ofício tradicionalmente ensinado por mestres a um número pequeno de assistentes que passam anos estudando, até que se tornam mestres e passam a replicar o conhecimento para seus alunos. Em 1996, a Associação Brasileira de Luteria contabilizava, desde a sua criação, apenas quarenta profissionais de violão reconhecidos no Brasil.

A Oficina Escola de Luteria da Amazônia – Oela – democratizou a técnica e socializou o conhecimento. Entre 1998 e 2006, formou 54 assistentes de *luthiers* especializados em violão. São meninos e meninas pobres, que, por meio da construção de instrumentos, aprenderam a ouvir música clássica. Conheceram bossa nova e aprenderam, na prática, o conceito de desenvolvimento sustentável.





Antes de virar uma casa no Zumbi, a Oela foi sendo construída na imaginação do *luthier* Rubens Gomes. Ele se mudou para Manaus, em 1985, para dar aulas no Centro de Artes da Universidade Federal do Amazonas, mas foi atraído pelo barulho das galeras. “O público que mais me chamou a atenção foram os meninos da zona leste. Você não imagina o que era selvageria desses grupos. Depois que a polícia entrava e prendia meia dúzia, eles apareciam nos jornais e na TV com mutilações sérias no corpo”, recorda. O professor, que já havia dado aulas no Acre para adolescentes em conflito com a lei, viu nos meninos do Zumbi um desafio e decidiu montar uma escola no bairro. Alugou uma casinha, levou as ferramentas do seu ateliê pessoal e procurou as escolas locais, pedindo que elas divulgassem o curso.

Na aula inaugural, em vez dos vinte alunos esperados, veio o dobro. Para atendê-los, Rubens criou uma metodologia em que o instrumento seria dividido em várias partes, para que cada aluno pudesse produzir uma parte dele. Quando fosse entregar a parte concluída ao colega, explicaria o que havia feito e acompanharia a produção da etapa seguinte. A ideia era transformar um ofício solitário em trabalho de equipe.

Talento

Para atender a comunidade, e não apenas os alunos da luteria, a Oela tornou-se um centro de informática, que oferece cursos básicos de quatro meses, usando a tecnologia do Comitê para

Em vez do solitário ofício do *luthier* tradicional, o projeto investe em produção coletiva





a Democratização da Informática, uma organização não governamental que atua em todo o país. Passaram por estas salas de aula oito mil alunos em 2006. Parte do público é de operários do distrito industrial que moram no Zumbi e precisam se atualizar, por exigência da empresa. Há donas de casa e jovens que buscam qualificação para o primeiro emprego.

Anualmente são abertas sessenta vagas na Oela para jovens a partir dos 15 anos, idade em que é considerado seguro manusear ferramentas cortantes. A etapa inicial é o curso básico, que dura um ano. Os alunos têm aulas diariamente, durante quatro horas. O currículo inclui música e meio ambiente. Há sessões de cinema e reforço escolar. “O que a gente percebe é que esses meninos têm muita vontade de mudar de vida. Ficam motivados a ir para a universidade, olham o mundo com outros olhos e percebem que o limite não é o Zumbi, que eles têm o mundo inteiro”, diz Manuela Abnader Brasil, 23 anos, coordenadora pedagógica da instituição.

Os alunos que terminam a etapa inicial – que pode durar menos de seis meses, dependendo do caso – são convidados para fazer o curso de Assistente de *Luthier* no ateliê que a Oela mantém dentro da Escola Agrotécnica Federal do Amazonas. O professor é o cubano Raul Laje Garcia, de 60 anos, que exerce a luteria há 45. Para receber o certificado, emitido pela Escola Federal, é preciso construir o próprio instrumento do início ao fim. “Esses meninos aprendem quase tudo em relação à montagem de um instrumento. Entendem de música e de certificação de madeira”, atesta Raul.

Quem conclui o curso sai apto a construir um instrumento de corda dedilhada, partindo de um projeto feito por um mestre. “Alguns meninos que você vê aqui nasceram com talento. São diamantes que precisam de lapidação. É só ensinar a técnica que eles fazem”, explica Raul. No fundo do ateliê, Rubens pega um violão recém-produzido e começa a dedilhar uma canção da bossa nova. “O violão que você ouve é o primeiro instrumento de um menino. Imagina o que esse garoto conseguirá fazer daqui a dez anos”, diz o cubano. O aluno é Josemir Ribeiro da Silva, de 22 anos, que só se alfabetizou aos 14 anos.

Como o objetivo da Escola é formar empreendedores, os alunos do nível técnico têm palestras e oficinas de economia, mercado, produção e *marketing*. Fabíola Fernandes Chaves, 17 anos, conversa, enquanto finaliza o seu primeiro violão. A garota conta que a família veio do Recife, quando ela ainda era pequena, porque o pai quis buscar uma vaga no distrito industrial de Manaus. Ela estuda para fazer prova para o curso de manejo florestal da Escola Federal, mas vai continuar no ateliê da Oela, quando acabar o curso. “Preciso aprender mais porque vou montar um ateliê de luteria só com madeira certificada”, diz ela.

Para a equipe técnica da Oela, o desafio é “azeitar” a oficina de produção, a fim de que quem quiser ficar mais tempo estudando – caso de Fabíola e Josemir – possa, ao mesmo tempo, produzir instrumentos e ajudar no sustento da família.



O projeto recebe jovens a partir dos 15 anos, idade em que é considerado seguro manusear ferramentas cortantes. O curso básico de luteria dura um ano



“Quero estudar engenharia florestal para trabalhar com manejo em comunidades da região. Para mim, oportunidade é poder descobrir luteria, música, conhecer manejo, saber como derrubar uma árvore e ainda preservar a nossa mata, a nossa floresta. A Oela oferece outro mundo para os jovens do Zumbi”, diz Maíres Monteiro Ferreira, 19 anos, filha de um agricultor e de uma costureira, que está concluindo o curso de assistente depois de dois anos estudando luteria. A paixão de Maíres pelo manejo florestal aflorou quando ela conheceu a comunidade de Boa Vista do Ramos, a 18 horas de barco de Manaus.

Os instrumentos musicais produzidos pela escola têm selo verde, concedido por uma organização internacional

Floresta

Há uma frase repetida como um mantra pelos meninos da Oela: “Para ter música, tem que ter instrumento e, para ter instrumento, tem que ter madeira, tem que ter floresta.” *Luthiers* de todo o mundo discutem a origem e a escassez das madeiras nobres utilizadas para a produção de instrumentos. O problema é comum aos *luthiers* da França, da Itália ou do Brasil. A diferença é que os alunos da Oela estão na Amazônia, um dos lugares com a maior diversidade de madeira do mundo. Para eles, o desafio é utilizar os recursos, preservar a floresta e melhorar a qualidade de vida das comunidades extrativistas.

“As madeiras utilizadas pelos *luthiers* há cem, duzentos anos estão em extinção. Por outro lado, temos uma floresta rica”, diz Rubens, que há vinte anos pesquisa madeira para a construção de instrumentos. A solução encontrada foi sistematizar o resultado das pesquisas feitas pelos principais institutos tecnológicos do país – como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – e começar a produzir instrumentos com madeiras alternativas, sem valor comercial.

A ideia evoluiu. A escola passou a utilizar madeira certificada, extraída com base em planos de manejo florestal, que, ao mesmo tempo, assegurassem o meio ambiente e a qualidade de vida das comunidades extrativistas. O produto era doado à Oela por empresas que trabalham com esse tipo de madeira. Assim, os produtos da escola têm o chamado selo verde, concedido pelo Conselho Brasileiro de Manejo



Florestal, cuja sigla em inglês é FSC, por ser uma organização internacional.

É como se a madeira utilizada na Oela tivesse “RG” – é possível pegar seu número e retroceder na cadeia de informação até chegar à localização exata da árvore de onde saiu a madeira de um violão clássico, de um cavaquinho, de um bandolim ou de uma guitarra elétrica. Hoje, quem quiser fazer luteria com madeira alternativa tem à disposição as pesquisas da Oela. Materiais e método de produção estão sistematizados em livros e cartilhas.

A ideia de se aprofundar no desenvolvimento sustentado foi ganhando força e a Oela fez uma parceria com a pequena comunidade de Boa Vista do Ramos, para capacitar dois grupos de produção – os que trabalham com manejo florestal e os que produzem as chamadas joias de madeira – pequenos objetos trabalhados com marchetaria. A cooperativa, que, antes da certificação, vendia o metro cúbico da madeira a R\$ 150,00, passou a comercializá-lo por R\$ 800. A capacitação da comunidade é feita pela equipe pedagógica e pelos alunos mais adiantados da Oela. A associação dos artesãos absorveu trabalhadores desempregados e elevou a renda das famílias.



O objetivo de transformar a luteria numa atividade ambiental sustentável está se expandindo. Há ex-alunos da Oela ensinando em comunidades ribeirinhas do Pará e do Acre. Outros abriram o próprio ateliê e alguns pesquisam madeira em institutos reconhecidos nacionalmente, como o Instituto Nacional de Pesquisas Tecnológicas.

Clemildo Marques Soares, de 25 anos, mostra a força do casamento entre o saber local, a técnica e o *design*. Ele passou boa parte da vida como marceneiro da Associação dos Artesãos de Boa Vista do Ramos, que produz móveis e pequenos objetos. Depois da parceria com a Oela, teve oportunidade de trabalhar com o *designer* paulistano Nagib Orro, que ajudou os artesãos de Boa Vista a desenvolver 25 peças para serem comercializadas. Transmitiu o que aprendeu para marceneiros da cidade de Gurupá, no interior do Pará. “Ajudei a formar sete marceneiros e a aprimorar a técnica de marchetaria de um grupo de 12 artesãos. Fiquei surpreso com o interesse deles, a vontade de superação. Em um ano, que é pouco tempo, eles dominaram a técnica e mantêm a marcenaria aberta até hoje”, conta o rapaz.

“As madeiras utilizadas pelos luthiers há cem, duzentos anos estão em extinção. Por outro lado, temos uma floresta rica”, diz Rubens Gomes, diretor da ONG

“Aprendi a correr atrás dos meus sonhos”

Minha família é de Anajatuba, uma vila na parte da Amazônia que pertence ao Maranhão. Quando meus irmãos mais velhos estavam terminando a 4ª série, a última que era ofertada na cidade, minha mãe começou a falar em se mudar para Manaus. Ela dizia que queria ter filho doutor. Só que não tínhamos onde morar, nem dinheiro para pagar aluguel. Um dia, ouvimos que estavam invadindo terras na cidade e ela pensou que poderia ser uma oportunidade.

Anos depois, em 1989, ouvimos que tinha uma freira, a irmã Helena, que comandava invasões aqui no Zumbi. Isso aqui era só mato, mas, mesmo assim, ela loteava pedaços de terra e dava para o povo morar. Minha mãe e meus irmãos roçaram, derrubaram o mato e construíram uma casa bem pequenina de chão batido. Lembro que as paredes eram de caixa de pínus e o teto, de lona, mas ficamos morando lá para segurar o terreno. Acabamos vivendo daquele jeito por um ano.

Um dia, em 1999, quando estava na 8ª série, vi uma reportagem na TV que falava da Oela [forma que os alunos chamam a Oficina Escola de Luteria da Amazônia] e vim procurar vaga.

Fui aluna do curso básico de luteria e segui para o avançado. Aqui na Oela aprendi a correr atrás dos meus sonhos. Hoje dou aula para os sessenta alunos do curso básico e sou a responsável pela cadeia de custódia aqui da escola. Faço o acompanhamento de todos os estágios que envolvem a produção de madeira certificada – do plano de manejo à comercialização. Se você quiser saber de que árvore saiu um instrumento daqui, posso levantar as informações e te digo até o lugar em que a árvore está plantada.

Meu salário paga a faculdade de pedagogia e compro comida para casa. Minha irmã e eu dividimos as outras contas e, com o que sobra, compramos roupas e sapatos para quem está precisando. No meu quarto, em casa, tenho um ateliê para consertar instrumentos. Quando tenho tempo para pegar trabalhos, consigo fazer outro salário.

A Oela cresceu com o bairro e também ajudou muita gente a crescer. São pessoas que passaram a ter esperança e isso ajuda no crescimento pessoal e coletivo. Mesmo os colegas que viraram operários no distrito industrial estão envolvidos com projetos para melhorar a vida dos jovens e da comunidade.



No momento, não tenho grandes sonhos: quero cumprir uma meta que é terminar pedagogia. Eu queria muito fazer faculdade e estou conseguindo. Vejo ex-alunos meus do básico que seguiram estudando, se formaram como assistente de *luthier* e hoje dão aulas em comunidades de outros estados. Isso é maravilhoso. Meu sonho é criar um projeto que junte inclusão social com meio ambiente, assim como a Oela faz.

Com todas as dificuldades, minha mãe está conseguindo formar os doutores dela. Somos sete filhos, seis estão estudando e dois concluíram a faculdade. Meu irmão mais velho é o único que não estudou, porque trabalhou desde cedo para ajudar a criar a gente. Virou metalúrgico e é o maior orgulho da minha mãe. Quando eu terminar de pagar a faculdade, vou ajudar a melhorar a casa em que ela mora.

Antonia Souza, 24 anos, ex-aluna da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia

“Fiquei dos 10 aos 14 anos sem estudar”



Eu perdi muito tempo de estudo. Quando era pequeno, minha mãe trabalhava como servente em uma escola, mas, quando foi demitida, me tirou. Ela dizia que tinha medo da violência, não sei direito. Fiquei dos 10 aos 14 anos sem estudar. Voltei para a sala de aula na 1ª série para um programa de aceleração e consegui terminar a escola neste ano, com 22 anos. Mas sei que me falta conhecimento. Quando pego um livro, tenho que me esforçar muito, fiz três vezes o curso básico de informática para aprender mesmo. Mas hoje sei que tudo nessa vida depende de esforço.

O pessoal aqui do bairro não evolui. Ao contrário. Tenho colegas da minha rua, que têm a minha idade, que estão deixando a vida levar eles. Quem não passa por aqui perde a oportunidade de conviver com pessoas que podem mostrar como é o mundo fora do Zumbi. Sem sair daqui, a pessoa só pode ser assistente de pedreiro ou camelô.

Meu pai é pedreiro, mas trabalhou uma época como marceneiro. Como sempre gostei de mexer com madeira, ele me deu as ferramentas dele e eu comecei bem cedo a fazer pião e outros brinquedos. Eu consegui uma vaga aqui na Oela em 2005. Mas antes disso eu já tinha tentado fazer uns instrumentos que não deram certo. Hoje eu sei que errava na divisão da escala, que é muito precisa. O que mais gosto de fazer é violão, porque o som é lindo. Aprendi a ouvir música clássica e, quando escuto, sinto muita tranquilidade.

Meu pai não sabe ler e escrever. Se juntar o que meu pai e minha mãe recebem, não soma um salário mínimo. Para ajudar em casa, eu participo da oficina de produção aqui da escola e faço papagaio [pipa] para vender. Tenho um irmão com doença mental que não pode ajudar. Somos dois filhos. Tinha um outro irmão, mas morreu antes de um ano de doença de criança. Meu objetivo é ficar trabalhando na linha de produção da Escola e tentar dar aulas de luteria para pagar a faculdade de direito. A gente sonha muito, mas não aprende a correr atrás do que quer. Aqui eu aprendi a concretizar isso.

Josemir Ribeiro da Silva, 22 anos, aluno da Oficina Escola de Luteria da Amazônia

“Há uma enorme oportunidade de mudar o mundo”



Quando abrimos a Escola, tínhamos vinte vagas para o curso de assistente de *luthier*, mas, na primeira aula, vieram quarenta jovens. Eram oitenta olhos brilhando e eu não poderia mandá-los para casa. Criei a metodologia de dividir a produção do instrumento por partes, para absorver todos os alunos.

Muitos meninos que passaram por aqui são talentosos, mas eu não vejo o ensino tradicional, principalmente a escola, aproveitando o potencial deles. Talentos são perdidos por falta de oportunidade.

Como a luteria é arte e ciência, os alunos aprendem matemática, metrologia, medidas e outros conhecimentos que estimulam o raciocínio lógico. Mas precisam de outros elementos para enriquecer o universo cultural. Como é possível produzir um instrumento sem conhecer música? Além disso, aqui na Escola há muitas discussões referentes à questão ambiental, a origem da madeira e o desenvolvimento sustentável das comunidades ribeirinhas.

É importante mostrar que o indivíduo não está dissociado do seu meio. Nós estamos na Amazônia, uma região em que há madeira abundante e onde as indústrias desperdiçam dois terços de tudo o que é extraído. Poucas empresas fogem dessa estatística. Não podemos formar depredadores. É preciso estimular e ensinar os nossos jovens a usar racionalmente os recursos naturais disponíveis.

Muitas espécies de madeira estão em extinção. Por isso, os meninos aprendem que, para ter música, tem que ter floresta e tem que ter madeira. Não temos um modelo pronto e acabado, mas já somos a maior escola de luteria da América Latina e a única do mundo com selo verde, porque usamos apenas madeira certificada.

Aqui circulam muitas informações, fomentamos a vontade de saber, alimentamos a curiosidade dos alunos. No fim, eles enriquecem o próprio universo cultural e é isso muda a vida deles.

Desde a primeira turma, nossos alunos recebem certificado de Assistente de Luthier concedido pela Escola Agrotécnica Federal de Manaus, porque nosso objetivo sempre foi mexer na estrutura da política pública de educação. O resultado é que temos alunos que foram caminhar no mundo. Trabalham em institutos tecnológicos, pesquisando madeira, montaram ateliês, foram contratados por projetos para ensinar luteria em comunidades da região. Outros estão em linhas de montagem do distrito industrial.

Logo depois da criação do projeto, virei uma espécie de marginal entre os *luthiers*, por divulgar o método de produção e difundi-lo entre crianças pobres e sem cultura. Mas há uma enorme oportunidade de mudar o mundo e eu acredito nisso.

Rubens Gomes, luthier, coordenador da Oficina Escola de Luteria da Amazônia

Pastoral da Criança

Local de atuação: 4.063 municípios brasileiros

Data de fundação: 1983

Mulheres que ensinam a viver

Ainda é madrugada, quando a aposentada Maria das Graças da Fonseca e a amiga Marilene Dantas de Lima chegam à feira de São Pedro, uma cidadezinha de 6.676 habitantes no sertão do Rio Grande do Norte. Toda segunda-feira, repetem o ritual: aproximam-se dos feirantes, conversam e colocam baldes ao lado das barracas de verduras e legumes.

Os produtos vão virar ingredientes da sopa distribuída para cerca de setenta famílias que têm crianças pequenas, a maioria das quais vivendo no limiar entre a desnutrição e o baixo peso. “Às vezes eu vou à feira ajudar a recolher as doações e, quando os feirantes me veem, dizem: ‘Essa mulherada quer dar para os outros o que não tem nem na casa delas’”, conta a agricultora Maria Jerônimo, mãe de 12 filhos.

As voluntárias da Pastoral da Criança, a maior organização não governamental da América Latina, fazem o que, à primeira vista, parece impossível – trabalham, criam filhos, administram falta de dinheiro dentro de casa e ainda assim doam seu tempo livre para ajudar outras famílias a cuidar melhor das suas crianças.

Maria Auxiliadora, 27 anos, e mãe de três filhos, vive em uma casa sem saneamento básico





A Pastoral da Criança, com 267 mil voluntários, é a maior ONG da América Latina. Atende 20% dos filhos das famílias pobres em todo Brasil



Maria das Dores (à direita) com os netos e as filhas Maria Auxiliadora e Luciana: “Tive sete filhos, mas três morreram antes de completar 1 ano. Naquele tempo não tinha Pastoral, não tinha vacina e ninguém sabia o que era soro”

Driblam a miséria, pedindo doações do comércio local e, em muitos lugares, montam cozinhas comunitárias para fazer multimistura (farinha enriquecida), sopas e doces com frutas regionais. A orientação é usar cada vez mais alimentos frescos e, principalmente, fazer que as famílias beneficiadas pelos alimentos estejam envolvidas na sua produção.

O que anima essa rede gigantesca formada por 266.954 pessoas, a maioria das quais mulheres, não é nada que se compre com dinheiro – é solidariedade. É a certeza de que visitar as famílias, orientar as mães sobre como cuidar da saúde dos filhos, ensinar a fazer soro caseiro e promover uma pesagem mensal coletiva são ações determinantes para reduzir a mortalidade infantil e combater a desnutrição.

A dona de casa Maria das Dores Silva tem 48 anos, mas aparenta vinte anos mais. Teve sete filhos, mas três morreram antes de completar 1 ano. “Naquele tempo não tinha Pastoral, não tinha vacina e ninguém sabia o que era soro”, diz ela. “As chuvas do mês de maio levavam os meninos daqui. Era um tempo em que muitas mulheres morriam de parto”, recorda. Os netos de Maria das Dores já nasceram assistidos pela Pastoral.



A atuação da Pastoral é responsável por grande parte da redução da mortalidade infantil no Brasil. Abaixo, Luciana e o filho, Rafael

A família vive em São Pedro. No mesmo terreno, sem fossa sanitária, estão construídas três casinhas – uma para a avó Maria das Dores e para as filhas Maria Auxiliadora, 27 anos, mãe de três filhos, e Luciana, 22 anos, mãe de dois. Rafael, de 1 ano e 5 meses, o caçula de Luciana, vive no limiar entre o baixo peso e a desnutrição. O pesquisador Juraci Cesar, responsável por muitas pesquisas da Pastoral, diz que esta é a situação da maioria das crianças acompanhadas pela organização. Qualquer meio quilo a menos sinaliza o princípio de um processo de desnutrição. “A desnutrição aparece associada a pelo menos metade de todos os óbitos infantis, embora, sozinha, tenha uma letalidade muito baixa”, afirma Cesar. Citando relatórios internacionais, ele afirma que, nos países pobres, a desnutrição está presente em 54% dos óbitos infantis entre menores de 5 anos.

“Ele [Rafael] andou um tempo meio desnutridinho. A Pastoral me deu um mel para misturar no comer dele e deu certo. Mas hoje ele vai ficar mais caidinho porque está com diarreia”, dia Luciana. A visita à casa dela foi feita no final da manhã. No fim da tarde, Maria das Graças, a voluntária que coordena as ações da Pastoral em São Pedro, decidiu voltar à casa da família para ver Rafael. Ao encontrá-lo, estimou que ele havia perdido pelo menos 500 gramas durante a tarde e já estava com sintoma de desnutrição.

É por isso, ensina Cesar, o pesquisador, que, para se avaliar a real situação nutricional de uma criança, é preciso associar seu peso à altura. “Peso ganha-se e perde-se com relativa facilidade, mas a ausência do ganho de altura indica uma situação crônica”. Ele diz, ainda, que todas as crianças que entram em um processo de perda de peso precisam de assistência. Uma das ações mais importantes das voluntárias da Pastoral é ensinar as mães a agir rapidamente nestes casos, administrando soro caseiro e procurando serviço médico. Foi exatamente o que aconteceu no caso de Rafael.

Luciana, a mãe do garoto, afirma que seu filho está vivo porque ela foi aconselhada pelas voluntárias a amamentá-lo pelo maior tempo possível. Depois, Rafael foi incluído no programa do leite fornecido pelo governo do estado, novamente por orientação da Pastoral. Luciana estudou até a 3ª série do ensino fundamental; a irmã, até a 2ª. As filhas vivem com o dinheiro que os maridos conseguem em trabalhos eventuais. A única renda fixa são R\$ 50,00 que a mãe Maria das Dores recebe mensalmente de um programa do governo federal. O dinheiro compra arroz e feijão para o mês inteiro. Na noite de 19 de abril, as irmãs estavam justamente conversando sobre o que dariam para os meninos comerem no jantar. “Como não tem nada, o jeito é fazer uma sopinha de arroz”, disse Auxiliadora.





Rede de mulheres

Entre 1990 e 2005, o Brasil reduziu a taxa de mortalidade infantil (ocorrida nos primeiros 12 meses de vida) de cinquenta, a cada mil crianças nascidas vivas, para 25. Por causa das desigualdades regionais, nos bolsões de pobreza, esta taxa permanece igual – ou seja, cinquenta a cada mil nascidos vivos. Pesquisa divulgada no dia 9 de maio de 2007 pela organização *Save the Children* revela que o país ocupa a 6ª posição em um *ranking* mundial de combate à mortalidade infantil, considerando-se crianças de até 5 anos de idade. Até 1987, 80% das internações de crianças até seis anos eram motivadas por desidratação, mas hoje a mortalidade por este motivo é esporádica no Brasil. Não há dúvida de que um dos fatores que contribuíram para a redução da morte das crianças brasileiras foi a ação das voluntárias da Pastoral.

Elas são mulheres que acompanham mensalmente 1,9 milhão de crianças em 43 mil comunidades todo o país, o que representa 20% dos filhos das famílias pobres. Cada criança acompanhada custava, até o final de 2006, em média, R\$ 1,58. A maior parte dos recursos vem do Ministério da Saúde, mas o *Projeto Criança Esperança* é, desde 1995, um dos apoiadores do programa.

“A desnutrição aparece associada a pelo menos metade de todos os óbitos infantis”, afirma o pesquisador Juraci Cesar



Como as voluntárias fazem visitas domiciliares, acabam conhecendo a rotina da família e algumas vezes conseguem orientar as mulheres, para que consigam ter uma vida melhor dentro da realidade de cada lugar. É fato que a qualidade de vida das crianças está relacionada às condições de saúde e bem-estar das mães. A Pastoral tem um programa de rádio que aborda temas relacionados à saúde e à qualidade de vida, transmitido por 2.600 emissoras comerciais, educativas e religiosas. Os interessados cadastram-se na sede nacional da Pastoral e recebem mensalmente quatro programas de 15 minutos.

Maria Santana Vieira da Silva, 36 anos, é mãe de três filhos: alta, cabelos compridos, poucos dentes. Conheceu a Pastoral quando estava grávida de Euane, o segundo filho, e apresentava um caso de desnutrição complicada. Chegou a desmaiar de fraqueza depois da primeira vez que comeu um pirão de carne. Com auxílio das voluntárias, aprendeu a se alimentar melhor. O marido dela, João Maria da Silva, 46 anos, trabalha como borracheiro e não tem renda fixa. Quando o bebê nasceu, estava desnutrido e Maria não conseguia amamentá-lo.

Com a ajuda de Maria das Graças, a coordenadora voluntária de São Pedro, conseguiu superar o problema. Aprendeu a fazer multimistura e a usá-la para enriquecer nutricionalmente os alimentos do menino, que hoje está com seis anos. Na terceira gravidez, Maria já sabia cuidar melhor da sua saúde. Fez pré-natal, alimentou-se melhor e o bebê nasceu com peso normal. Ao saber que a entrevista seria para um livro que iria relatar um pouco da história da Pastoral da Criança, João fez questão de aparecer na foto, com a mulher e os filhos. “Recebemos muita ajuda”, diz.

Quando a miséria se une à desagregação familiar, as voluntárias encontram empecilhos por vezes intransponíveis. A família Jorge (o nome foi trocado para preservar a identidade das pessoas) mora em um beco localizado a cerca de um quilômetro da casa de Maria das Dores e suas filhas. Na entrada da rua, corre água servida de esgoto. A casa é de terra batida e há mais moscas dentro do cômodo que serve de sala, cozinha e dormitório do que na rua. Em cima da mesa, restos de comida; as galinhas ciscam, por entre as pernas das pessoas, o que sobrou do almoço. O cheiro é insuportável. A avó, com artrite, está deitada em uma cama coberta por lençóis encardidos. O avô, visivelmente bêbado, em outra.

Na casa há dois irmãos, de 3 e 2 anos, que já foram internados por desnutrição. A família foi acompanhada, mas as crianças, mês sim, mês não, apresentam quadro grave de perda de peso e doenças respiratórias. Os dois brincam, sem roupa, no chão, visivelmente resfriados. “Nesta casa não há R\$ 1,00 nem para comprar pão”, informa uma mulher ainda jovem, filha da senhora deitada. Ela carrega outro bebê nos braços e afirma que, sem dinheiro, não pode levar os sobrinhos ao médico. O pai e a mãe das crianças foram

João Maria da Silva e a mulher Maria Santana: “recebemos muita ajuda”, diz ele







São Pedro é uma das cidades mais pobres do país. A subsistência da maioria dos seus habitantes depende dos programas públicos de transferência de renda

embora. Na casa de três cômodos, vivem seis adultos e nove crianças. Ninguém tem renda fixa. A única assistência regular que esta família recebe é da Pastoral da Criança. “Nem sempre temos sucesso, mas não desistimos de maneira nenhuma”, informa Maria das Graças.

Cidades de risco

São Pedro é uma das cidades mais pobres do país, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A classe média local é formada por um punhado de pessoas que trabalham no serviço público e uns quantos comerciantes de pequeno porte. A maioria da população depende mesmo dos programas públicos de transferência de renda para sobreviver. Esta é uma das 32 cidades escolhidas pela Pastoral da Criança para integrar o projeto chamado Intensificação das Ações da Pastoral da Criança em Áreas Pobres – Municípios de Risco, iniciado em 2002. Nessas cidades, a organização ampliou sua atuação, articulando-se com forças políticas e sociais, com objetivo de melhorar a qualidade de vida da população e, dessa forma, reduzir a desnutrição. O projeto dos municípios de risco conta com diversos parceiros, entre eles o Criança Esperança, que focou seu apoio nessas ações.

As cidades foram escolhidas com base no percentual de crianças desnutridas e em dados socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e de outros institutos. Entre os municípios do projeto, em 2002, foram escolhidas 18 áreas de nove cidades, para serem alvo de uma pesquisa de indicadores socioeconômicos.

Nova pesquisa realizada em 2005, quatro anos depois, pela Pastoral da Criança, comprova a evolução dessas cidades. A desnutrição severa e moderada caiu de 8,6% para 5,9%, sem levar em consideração a variável da altura. Só em São Pedro, a desnutrição caiu 51,3% entre 2002 e 2003 e seguiu a tendência de queda até 2006, quando o percentual de crianças com baixo peso chegou a 4%.

As ações desenvolvidas em São Pedro, assim como nas demais áreas de risco, envolvem a capacitação dos agentes locais, para que eles tenham condições técnicas de levar para a cidade projetos públicos que estão disponíveis. “Parece incrível, mas os municípios mais pobres precisam de ajuda para acessar programas e bens que são universais”, afirma Nelson Neumann, da coordenação nacional da Pastoral da Criança. “E justamente estes municípios mais pobres é que precisariam receber mais do que os outros, para compensar as desigualdades”, completa.

Marluzia Maria Pessoa coordena a Pastoral da Criança no Rio Grande do Norte, e seu colega, Milton Dantas da Silva, responde pela arquidiocese de Natal, que inclui a cidade de São Pedro. “O problema [em São Pedro] era muito grande para a atuação convencional da Pastoral”, diz ele. A partir dessa constatação, foram organizados outros serviços, como o cadastramento das famílias, para que elas estivessem aptas a receber dinheiro dos programas públicos de distribuição de renda. “Esse dinheirinho faz muita diferença para as famílias daqui. Este ano [2007], a agricultura está no zero e as pessoas passaram a depender apenas desta renda”, diz

Márcia Nogueira da Silva, que substituirá Maria das Graças na coordenação das voluntárias de São Pedro.

Outra conquista de São Pedro, foi a capacitação feita com agentes locais, para que eles conseguissem inserir mais famílias no programa do leite do governo do Estado. Pelas regras, só podem ser beneficiadas crianças de até três anos de idade, mas, quando atingem essa idade e estão desnutridas, as voluntárias intervêm. “Nestes casos, acompanhamos a mãe até o posto e ajudamos ela a falar com o médico, a explicar a situação. As pessoas mal sabem falar”, completa Márcia.

Em 2005, a coordenação da Pastoral organizou uma reunião com todos os secretários municipais de São Pedro e convidou os responsáveis pelos principais projetos sociais do Estado e do governo federal para uma reunião. O objetivo foi explicar aos titulares das pastas que benefícios poderiam ser levados para cidade e de que forma fazer isso. A cidade começou a fazer parte de todos os programas disponíveis. “Há uma tendência de beneficiar nos programas sociais as famílias partidárias dos prefeitos. Como não temos partido, ficamos mais livres para romper essa barreira. Mas a condição para que isso dê certo é estar sempre perto das comunidades, para saber quem precisa e batalhar por eles”, afirma Marluzia. Em algumas cidades de risco, a Pastoral chegou a organizar, em parceria com o poder público e as igrejas locais, cursos de alfabetização.

As ações desenvolvidas em São Pedro envolvem a capacitação dos gestores locais para que eles conheçam os programas sociais disponíveis no país e possam levá-los para a cidade





“Espero dias melhores”

“Nossa renda fixa é pequena; somos agricultores legítimos”

Eu tenho uma dúzia de filhos. Digo que não é uma escadinha, mas uma escadona, porque o mais velho tem 20 anos e mais novinho, 3 anos e 6 meses. O nome de todos? Josivan, Jeovani, Antonio Carlos, Pedro Axel – este nome tiramos de um livro que apareceu lá em casa –, Marcos, Maria Juclene, Maria Josiane, Sebastião, Jamilson, Juliana, Janileide e Janielson. É isso mesmo, não esqueci ninguém. Meus meninos são maravilhosos, mas hoje eu sei que, se tivesse conhecido a Pastoral há mais tempo, teria tido menos filhos pra poder cuidar melhor deles, dar as coisas.

Moramos no assentamento Bela Vista com outras vinte famílias. Meu marido e eu somos agricultores legítimos. Plantamos feijão, milho, jerimum, coentro, cebola e tomate. Estamos começando uma horta. Mas não sobra nada para vender, porque toda safra vai para alimentação. Crio dez crianças e dois filhos meus moram com minha mãe. De vez em quando, Janielson, o menor, fica desnutridinho.

Nossa renda é muito pequena e não temos emprego fixo. Meu filho mais velho, que terminou o segundo grau, vai tentar encontrar emprego. Este ano está difícil até para os bovinos, porque o capim está seco. Já oramos tanto por uma chuvinha, mas ainda não veio.

Temos uma vaquinha que dá leite, mas agora ela está apartando do bezerro e o leite dela está acabando.

Recebemos R\$ 95 por mês do governo. Todo o dia na minha casa tem feijão, mas tem dia que tem arroz e dia que não tem. Quase sempre tem rapadura ou pelo menos um ovo de galinha para cada um. De manhã e à noite, as crianças comem cuscuz. Uma vez por semana, compro legume para fazer uma sopa. Os meninos esperam pelos legumes.

Com esse dinheiro, não compro chinelo pra menino, roupa, nada. Só comida grosseira – óleo, feijão, arroz, cuscuz, farinha de mandioca, rapadura, essas coisas pesadas. No momento, como o feijão que colhemos no ano passado acabou, e o inverno ainda não chegou para plantar de novo, preciso comprar feijão.

Nasci aqui mesmo em São Pedro, no bairro dos Fiel e estudei até a 8ª série. Minha família sempre morou lá. Manoel Fiel, meu bisavô, João Fiel, meu avô, e Vicente Fiel, meu pai. Eles tinham uma balança e todo mundo usava, porque dizia que ela era fiel, fiel. Virou o nome do bairro. Comecei a trabalhar na roça com 7 anos. O povo via a gente indo trabalhar e dizia: lá vão os anjinhos do Vicente.

Virei líder da Pastoral há pouco tempo. Depois que o Janielson nasceu, vim para uma reunião e vi que a Graça [Maria das Graças, voluntária que coordena o serviço na cidade] lutava muito para conquistar uma líder no meu assentamento, mas ninguém queria, porque o trabalho é voluntário e as mulheres são muito ocupadas – trabalham na roça, lavam, cozinha, criam meninos. Somos sete famílias com 12 crianças menores de seis anos.

Eu disse à Graça que iria ficar até aparecer alguém mais jovem e menos ocupada do que eu. No dia da capacitação, ela me mandou recado por uma vizinha, bilhete por outra. Eu acho muito bonito o trabalho voluntário que troca ideias e ajuda as pessoas. Queria ter mais uma colega que fosse voluntária para fortalecer a comunidade do assentamento.

Lá tem duas crianças que estão sempre abaixo do peso, uma delas é o meu filho caçula, que não se alimenta direito e foi excluído do programa do leite. A outra criança tem uma deficiência nas pernas e hoje meu principal trabalho é incentivar a mãe dele a levar ele ao médico e à fisioterapia.

Todos os meus meninos estão na escola, menos o pequeno, porque ainda não tenho natureza de colocar ele no pau de arara para ir estudar. Ele é muito pequeno e os irmãos não são assim tão cuidadosos. Mas a nutricionista aqui do hospital está me cobrando isso, porque na escola tem merenda.

O que eu espero? Espero dias melhores, porque ninguém espera a piora, não é mesmo?

Maria Jerônimo, 43 anos, mãe de doze filhos

“Tem grávida desnutrida por causa de tabu alimentar”

Eu entrei na Pastoral da Criança há oito anos, quando o padre me procurou para falar do trabalho e disse que essa função daria certinho comigo. Naquela época, era professora de geografia, mas há três anos me aposentei e passo 24 horas por dia ligada na Pastoral e nos fóruns municipais que organizamos na cidade. É uma correria. Pego carona, vou de ônibus, dou meu jeito para visitar as comunidades da zona rural.

Estão batendo na porta, está ouvindo? Espere um minuto. Era uma mulher, dizendo que está com um dos filhos desnutridos e o médico mandou que ela procurasse a Pastoral. Lembro de uma mulher que mora aqui perto que se aperreou e me chamou. Ela teve o filho em pé, assim do meu lado. Corri a rua todinha, pedindo ajuda. Não tenho mais tempo livre. Saio na rua e tem um monte de gente me esperando na calçada. É gestante, é menino.

Nesses anos, descobrimos que a desnutrição nem sempre está relacionada à pobreza. Tem mãe que tem tudo e não cuida dos filhos – só dá pipoca, salgadinho, besteira. Nosso sonho é fazer cursos de nutrição para orientar melhor as nutrizes. Aqui tem mãe desnutrida por tabu alimentar. É a “limonada que ofende, o abacaxi que é ácido e o peixe de pele que faz mal”.

Essa história de fazer sopão às segundas-feiras começou quando me dei conta de que a nossa feira é a última da região. No final, os feirantes davam o resto dos alimentos para os porcos. Pensei: vou fazer um sopão e vou pedir comida boa. A gente enrica estes comerciantes desde que nasce e eles não podem doar um pouco de legume? Uma nutricionista veio de Natal dar um curso de reaproveitamento de alimentos. Da feira, vamos ao açougue. É um corre-corre. Imagina que, um dia desses, cheguei na feira, olhei os nossos baldes e disse: o que é isso, gente! Nossa sopa vai ser só água. Saí perguntando: ei, não tem batata? Pode colocar mais coisa aqui.

Quando foi divulgada a pesquisa que mostrava São Pedro como um dos municípios mais pobres do Brasil, foi uma guerra. O prefeito ficou tão bravo que eu nem sei descrever. E os assessores dele? Passavam por mim e faziam que não viam. Viravam a cara mesmo. Eu entendo que ninguém goste de ver sua cidade, assim em rede nacional, como uma das piores. Mas fazer o quê? Por causa disso, a situação hoje é outra.



Temos 1.200 famílias inseridas no programa de renda do governo. As voluntárias tiveram um papel importante nisso, ajudaram a cadastrar as pessoas e garantiram que os mais pobres entrassem no programa.

Uma história engraçada? Ah, uma vez, fizemos a celebração da vida, que é como chamamos a pesagem mensal das crianças, em um barracão cedido por uma senhora já velhinha. Vêm mulheres e crianças de todos os municípios, organizamos lanche, trazemos balanças, folhetos com informação sobre qualidade de vida, vacina, soro... Tem toda uma preparação. No meio da pesagem, o filho da mulher que cedeu o barracão chegou bêbado, falando palavrão, ameaçando e mandando a gente embora, que ele iria alugar o barracão. Foi uma confusão... Correu mãe, correu criança. Mas eu fiquei ali, conversando com o bêbado até ele ir embora e a gente poder recolher as coisas.

*Maria das Graças Ribeiro da Fonseca, 58 anos,
há oito anos coordenadora voluntária da cidade de São Pedro (RN)*

Maria das Graças (em pé, no centro) e, à frente, ajoelhada, de óculos, Marluzia Pessoa, e a equipe da Pastoral da Criança de São Pedro (RN):
“Pego carona, vou de onibus, mas visito as comunidades”

“A solidariedade salva vidas”

Criança é pesada em São Pedro (RN), uma das cidades com IDH mais baixo do país

Quem teve a inspiração de criar a Pastoral da Criança foi meu irmão, D. Paulo Evaristo Arns. Um dia, eu estava com meus cinco filhos na cozinha de casa, tomando um lanche, quando ele ligou, perguntando como a Igreja poderia salvar vidas.

Nessa época, eu era diretora de Saúde Materno-Infantil da Secretaria da Saúde do Paraná e conversei com ele sobre a necessidade de estimular as

mães a vacinarem seus filhos, sobre a falta de conhecimento das mães e da necessidade de criar uma rede de solidariedade entre as mulheres que têm filhos pequenos. A solidariedade também salva vidas.

Desde o início, pensamos em uma Pastoral que tornasse as mães mais autônomas, que as ajudasse a ter acesso à saúde, à educação, à cidadania. Que ajudasse realmente as famílias a cuidar dos seus filhos. É fundamental que as mães não se sintam sozinhas, e a Pastoral da Criança é a família de muitas delas.

Com o passar do tempo na Pastoral, as mães percebem que é, de fato, fundamental cuidar bem das crianças, e começam a fazer isso. Vamos além da saúde e as ensinamos a estimular os filhos, para assegurar um bom desenvolvimento. Em seguida, elas entendem que, se o cuidado é tão importante, como é possível ter tantos filhos? O número de filhos menores de seis anos das famílias atendidas pela Pastoral da Criança é menor do que a média brasileira.

A comunicação individual é fundamental, por isso cada mãe é visitada uma vez por mês pela líder da sua comunidade. E a comunicação em grupo, que acontece uma vez por mês na celebração da vida [pesagem das crianças e reunião com mães], é um momento de aprendizado e de fortalecimento dos laços de amizade entre as mulheres da comunidade. Nessas ocasiões, por mais pobre que seja o lugar, sempre há um alimento que elas possam compartilhar.

O trabalho começou em 1983, com a organização das comunidades e a identificação das lideranças locais. É mais difícil trabalhar em municípios com menos recursos, porque não há transporte e as lideranças destes locais precisam receber mais visitas da equipe de mobilização.



A Pastoral atende hoje 20% das famílias pobres do Brasil, que são as que ganham menos de dois salários mínimos mensais. Nosso desafio é atender 50% e focalizar melhor os municípios com IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] baixo – queremos ir aos mais pobres dos pobres. Hoje, a Pastoral tem uma abrangência maior em cidades de pequeno e médio porte. Nas grandes capitais, a cobertura é menor do que 20%, mas em cidades médias, de quatrocentos mil habitantes, como Cascavel ou Foz do Iguaçu, no oeste paranaense, por exemplo, temos mais de 80% de cobertura.

Em 1991, começamos a trabalhar com articulação política das cidades mais pobres, porque, nestes locais, é preciso capacitar os agentes públicos até mesmo para ter acesso aos programas e políticas disponíveis. Precisam ter informação sobre o que é preciso, para fazer parte dos programas federais de distribuição de renda, dos programas estaduais de distribuição de leite, e assim por diante.

Veja só, Buique, em Pernambuco, é uma cidade muito pobre, com baixíssimo IDH, que já teve alto índice de mortalidade infantil. Lá, além das atividades cotidianas, como pesagem e visitas às famílias, a Pastoral articulou parcerias para montar 91 cursos de alfabetização para adultos – quanto maior o analfabetismo, maior a mortalidade. Resultado: há dois anos não morre uma criança.

A mortalidade brasileira está em 25 crianças por mil nascidos vivos, mas nos bolsões de pobreza isso chega a cinquenta por mil. Nas comunidades onde há Pastoral da Criança, a média chegou, em 2006, a 12,8 por mil. E só trabalhamos em locais pobres. Isso se deve às voluntárias, que atuam em 43 mil comunidades do país. Para manter esta rede viva e animada, é preciso levantar o espírito das mulheres, oferecer-lhes muito conhecimento sobre a vida, explicar sobre doenças e maus tratos.

Nos últimos anos, o Brasil reduziu muito o índice de mortalidade infantil. Há vários motivos para isso, mas digo que, certamente, a mão da Pastoral está presente. Inspiramos a criação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Chegamos a Angola, Guiné, Moçambique e mais 16 países de três continentes – África, Ásia e América Latina. Pense que, quando começamos, há 24 anos, a sede da Pastoral funcionava na minha casa. Fé é vida.

Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (...), assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Estatuto da Criança e do Adolescente - Artigo 3º

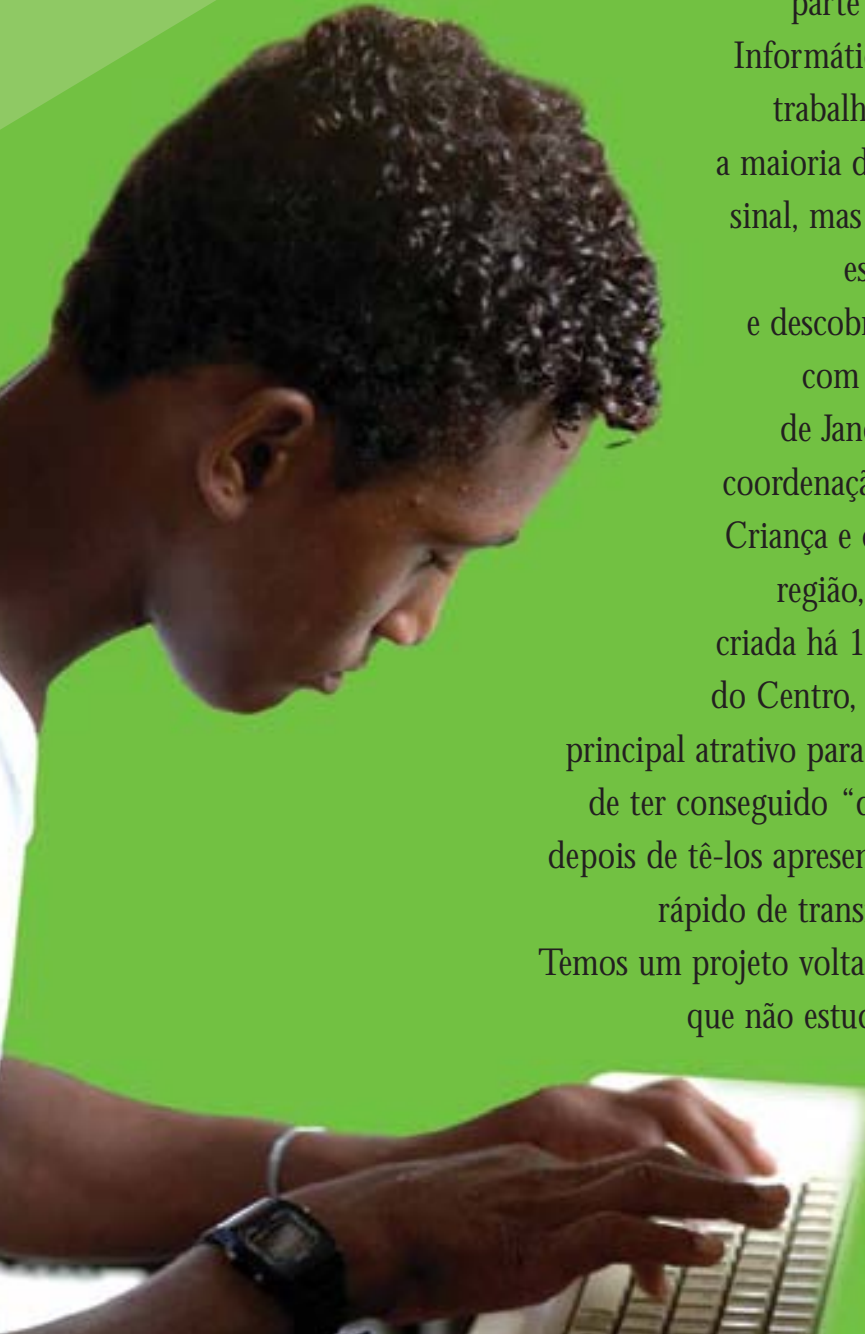
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Comitê para a Democratização da Informática (CDI)

Local de atuação: Rio de Janeiro + 18 estados brasileiros + 8 países

Data de fundação: 1995

inclusãodigital@ cidadania.org.br



Na zona rural de Itacoatiara, no Amazonas, há três Escolas de Informática e Cidadania que fazem parte da rede do Comitê para a Democratização da Informática (CDI), organização não governamental que trabalha com inclusão digital e cidadania. Os alunos, a maioria de 9 anos, não acessam internet porque não há sinal, mas usam os programas de texto para aprimorar a escrita. Em 2006, pesquisaram trabalho infantil e descobriram a dura rotina das crianças que trabalham com agricultura às margens do rio Negro. No Rio de Janeiro, no morro dos Macacos, em Vila Isabel, a coordenação do Centro de Atendimento Educacional da Criança e do Adolescente, a maior organização social da região, sedia uma Escola de Informática e Cidadania criada há 11 anos em parceria com o CDI. A presidente do Centro, Ana Marcondes Faria, afirma que a escola é o principal atrativo para os jovens a partir de 15 anos. Ana orgulha-se de ter conseguido “desviar” alguns garotos do caminho do tráfico, depois de tê-los apresentado à informática. “Hoje esse é o meio mais rápido de transformação dos adolescentes que nos procuram. Temos um projeto voltado só para menino de alto risco – são garotos que não estudam e usam muita droga. Os que conseguiram se envolver com a informática seguiram esse caminho e hoje têm profissão.”



Conseguimos desviar garotos do caminho do tráfico apresentando-os à informática. Hoje esse é o meio mais rápido de transformar a vida dos adolescentes que nos procuram”, diz Ana Marcondes Faria, do centro comunitário do Morro dos Macacos, no Rio de Janeiro

A pergunta é: como escolas que seguem uma diretriz pedagógica nacional são capazes de satisfazer públicos tão distintos, como crianças do interior do Amazonas e jovens do morro carioca? A resposta é que as escolas do CDI não ensinam apenas informática, mas acordam os alunos para a realidade em que vivem. É o despertar da cidadania, que vai além da utilização da informática para ingressar no mundo do trabalho, objetivo que, para os jovens brasileiros das periferias, é mais do que uma meta – é um desafio.

A proposta pedagógica das escolas é baseada na filosofia de Paulo Freire. Quando chegam às EICs – sigla que denomina as Escolas de Informática e Cidadania –, os alunos fazem um trabalho de pesquisa chamado “mergulho na comunidade”, que é um diagnóstico da realidade local. Esse “raio X” envolve pesquisa de campo, entrevista com moradores, busca na internet e utilização das ferramentas de texto do computador para escrever o trabalho. Nos Macacos, por exemplo, os alunos interessam-se por violência urbana e desemprego. No interior do Amazonas, por trabalho infantil e meio ambiente. Nas escolas baianas, o assunto predominante é a inclusão do negro na sociedade, e assim por diante.

As escolas do projeto não ensinam apenas informática, mas acordam os alunos para a realidade em que vivem





O chamado “pulo do gato” é que, antes de ingressar nos estágios mais profissionalizantes do curso, os alunos aprendem a perceber a própria realidade e a pensar formas de intervir, usando as ferramentas da tecnologia da informação. O curso tem três etapas de seis meses – básica, avançada, e montagem e manutenção de redes, mas é comum os alunos repetirem as etapas, para se aprofundar e aprender melhor.

Até 2006, a rede CDI contava com 891 EICs, espalhadas por 19 estados. Disponha de 1.451 educadores, 1.069 voluntários e 7.654 computadores. Meio milhão de alunos em todo o país haviam passado pelos seus cursos. A maioria dos equipamentos é obtida de uma campanha anual chamada Megajuda, em que pessoas e empresas doam produtos de informática antigos, mas que obedecem a uma configuração mínima, para que possam ser utilizados pelos alunos.

Rede

Um dos desafios do CDI é manter, em toda a rede de escolas, o “DNA” do projeto, ou seja, é preciso fazer que cada educador, que é um jovem da comunidade que passou por treinamento, seja capaz de levar seus alunos a refletir sobre o lugar em que vivem, e isso envolve necessariamente algum tipo de entendimento sobre a realidade brasileira. Além disso, é preciso

Até 2006, a rede CDI contava com 891 escolas em 19 estados. Possuía 1.451 educadores, 1.069 voluntários e 7.654 computadores





A rede do CDI é descentralizada – há a matriz, que fica no Rio, e oito regionais, que concentram equipes técnicas completas e dão treinamento locais

que a garotada – professores e alunos – tenha habilidade técnica para lidar com as ferramentas de informática.

A rede do CDI é descentralizada – há a matriz, que fica no Rio, e oito regionais, que concentram equipes técnicas completas. São as regionais que dão suporte e treinamento para os educadores e coordenadores das escolas. Além disso, os encontros regionais e nacionais (na realidade são internacionais, porque deles participam educadores dos países da América Latina em que há CDI) são momentos de capacitação e de conhecimento sobre a rede, os objetivos e os métodos. Todas as EICs são fruto de uma iniciativa da própria comunidade, que procura o CDI regional. São sindicatos, associações de moradores e organizações não governamentais que contribuem com parte da estrutura.

Uma das parcerias mais antigas do CDI é com o Centro Educacional da Criança e do Adolescente (Ceaca), uma associação criada há 23 anos por uma moradora do morro dos Macacos, na zona norte do Rio. “Quando eu vi, há 11 anos, uma reportagem, mostrando que iria abrir uma escola no morro Santa Marta, fui atrás do CDI. Nós tínhamos ganhado dois computadores e havia uma salinha disponível”, conta Ana Marcondes Faria, a dona Ana, presidente do Ceaca. Ela diz que os alunos chamavam as duas máquinas de “dinossauros”.

Dona Ana foi atrás de financiamento e hoje o Ceaca possui um núcleo de informática com cerca de sessenta máquinas. O coordenador, Alexandre Carlos, 27 anos, o Leco, e todos os educadores são ex-alunos do centro que passaram por treinamento do CDI e hoje fazem parte da rede da ONG. A Escola de Informática e Cidadania dos Macacos oferece todos os níveis de curso – básico, avançado, redes e *design*, mantém um serviço de telecentro para a comunidade, que custa R\$ 1,00 a hora e recebe alunos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do governo federal.

“Com seis meses de curso, não formamos ninguém, mas plantamos uma semente”, diz Leco. “Se o garoto se interessou, fica e se aprofunda.” Foi assim que um grupo de ex-alunos da escola dos Macacos se profissionalizou, criou uma cooperativa para montar e manter redes, e fazer serviços de *web design*. Vivian Mesterman, gerente de projetos do Centro, afirma que o objetivo maior do Ceaca é justamente criar núcleos produtivos, para que os ex-alunos consigam se sustentar. É isso o que move o núcleo multimídia, a escola de cabeleireiros e assim por diante.

“Todos os meninos que você vê aqui passaram pela nossa creche e fizeram nossos cursos. O problema é que, quando eles fazem 14, 15 anos, perdemos a maioria deles para o tráfico, porque não temos resposta para dar – esses garotos precisam trabalhar. Se conseguirmos fortalecer os núcleos de produção, isso pode ser um caminho. O que tenho visto é que os serviços de informática têm condição de se manter”, diz dona Ana.





“Mudar de vida exige um grande esforço”

Quando eu tinha 12 anos, estava brincando com uma granada aqui no alto do morro dos Macacos e sem querer puxei o pino. A granada estourou na minha mão. Perdi um dedo e fiquei com essas marcas todas. Passei cinco meses internado, fiz enxerto nas mãos com a pele do abdômen. Fiquei muito assustado e, nessa mesma época, comecei a ver meus colegas serem assassinados – nem dá para contar quantos foram. Mesmo quem não é pivete joga futebol junto ou é vizinho. Aqui todo mundo se conhece.

Em 2002, quando tinha 14 anos, vim para o centro comunitário participar de um projeto chamado “Esperança de Vida”, para meninos de 15 a 18 anos. Todo mundo ia mal na escola, usava droga e tinha algum envolvimento com tráfico. Eu estava quase repetindo o ano e passava os dias de bobeira pelo morro. Então uns colegas vieram conhecer o Esperança e contaram que tinha viagem, aula de informática e futebol. No começo, eles diziam que era muito chato, mas quando eles começaram a gostar, quis vir aqui e fui entrevistado por uma psicóloga, e ela me aceitou mesmo com menos idade. Eu já era amigo do tráfico, estava me envolvendo e fumava maconha.

O projeto foi a porta de entrada para conhecer computador, porque quem quisesse poderia fazer o curso da EIC. Nessa época, eu ia para a escola, mas não queria nada. Só que, no Esperança, a gente tinha horário para estudar e um professor para ajudar a tirar as dúvidas. Eu tinha entrado na informática por causa dos joguinhos, mas aprendi a gostar.

Fiz o módulo básico e o avançado duas vezes cada um. Eu queria aprender bem mesmo. Depois fiz o módulo de montagem e manutenção de rede, que é mais profissional, e assisti três vezes o curso de *web design*. Passei 2002, 2003 e metade de 2004 estudando informática. Quando comecei a usar a internet para fazer pesquisa, melhorei na escola. O educador me dava força e acreditava em mim. Quando foi montado o serviço de internet para a comunidade, em agosto de 2004, me chamaram para ser monitor. Eu fiquei feliz e muito empolgado. Nunca pensei que um dia seria educador de informática. Nem em sonho. Eu sei que, se não tivesse encontrado esse caminho, já teria sido assassinado.



Passei pelas capacitações que o CDI faz para seus educadores. Aprendi a ter atitude, porque dou aula para os meninos que jogam futebol comigo. É preciso fazer o aluno pensar na realidade, não adianta nada ele só conhecer as ferramentas de informática. Já trabalhei em um centro de acolhimento para menores infratores, ajudando os meninos com reforço escolar.

Não dá para comparar como eu era quando cheguei aqui e como sou hoje. Terminei a escola em 2005 e comecei a trabalhar na cooperativa dos ex-alunos do centro, montando redes e dando manutenção. Dou aulas aqui nos Macacos e quero fazer universidade para ser analista de sistemas. Por trás de cada uma dessas etapas que falei para você, tem um esforço imenso. Quando a gente tenta mudar de caminho, sempre aparecem dificuldades.

Em janeiro deste ano (2006), por causa da cooperativa, consegui uma bolsa para estudar na universidade. Para ocupar a vaga, era preciso levar uma declaração da cooperativa, comprovante de residência e do ensino médio. Aqui ninguém tem comprovante de residência. A gente apresenta o endereço do centro comunitário e todo mundo aceita. Fui à escola pegar o documento de conclusão, mas faltava a nota de sociologia que o professor ainda não tinha lançado.

Expliquei para a funcionária que precisava daquele documento para uma bolsa na universidade e pedi para ela ligar para o professor e conseguir a nota pelo telefone. Ela nem tentou ligar e me mandou voltar em duas semanas. Fiquei com muita raiva. Só consegui o documento depois. É o que eu digo: tem muito esforço envolvido em tudo isso. Lá em casa somos três filhos, meu pai é faxineiro e minha mãe está desempregada. Só eu trabalho.

*Tiago Augusto de Oliveira, 19 anos,
ex-aluno da EIC do morro dos Macacos – RJ*

A informática é o principal atrativo dos núcleos, mas muitos jovens acabam se interessando também por literatura. Na foto, aluno do CDI em Salvador

“Trabalhamos com assuntos relevantes para a comunidade”

A Escola de Informática e Cidadania de Canaã dos Carajás, no Pará, foi criada há quatro anos. Atendemos em média 120 alunos, divididos em 12 turmas. A escola funciona em uma sala cedida pelo Sindicato dos Metalúrgicos.

A partir de 2004, a população de Canaã cresceu rapidamente, com a chegada de uma empresa que abriu seis mil vagas de emprego. Veio gente do Maranhão, Goiás, Tocantins e Ceará e, claro, não tinha vaga para todos. O número de habitantes cresceu muito e a oferta de serviços essenciais, como saúde e educação, não acompanhou esse ritmo. De uma hora para outra, apareceram crianças vivendo nas ruas e começaram a surgir histórias de abuso sexual. O Conselho Tutelar estava desativado. [O conselho é um órgão formado por membros eleitos pela comunidade que tem a função de zelar pelos direitos da infância e juventude, atuando junto ao poder público.]

Na escola, começamos a discutir com os alunos o aumento das crianças que estavam vivendo nas ruas e as implicações disso. Canaã é uma cidade de vinte mil habitantes. Em 2005, os alunos decidiram fazer um trabalho de conscientização sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes. Eles saíram para fazer pesquisa de campo e foram conversar com a comunidade sobre qual era o principal problema enfrentado pela cidade. A comunidade em peso fez referência à quantidade de crianças nas ruas e ao fato de as meninas estarem mais vulneráveis ao abuso sexual.

Todos os alunos da EIC pesquisaram sobre o tema e produziram, usando ferramentas de informática, panfletos e cartazes explicativos. No dia 18 de maio, que é o Dia Nacional de Luta contra o Abuso Sexual, fizemos uma passeata com carro de som. Os alunos distribuíram os materiais pelas ruas, especialmente nos bairros mais pobres, onde vivem os migrantes e as famílias das meninas que ficam nas ruas. Eles pesquisaram na internet entidades na região que trabalham com o tema, entraram em contato com os técnicos de um programa do governo federal com fotos de crianças vitimadas e montaram um material bastante interessante. Criaram o lema “Abuso e Exploração Destroem Sonhos e Planos”.



Os próprios alunos envolveram a cidade nessa discussão e, depois da passeata, organizaram, com a ajuda dos monitores, uma palestra sobre abuso sexual na Câmara Municipal, que contou com a participação de médicos e psicólogos. Eles convidaram membros do Conselho Tutelar da cidade vizinha, para tentar reativar o nosso. Nessa altura, a equipe da escola já estava conversando com a Prefeitura e a Secretaria de Assistência Municipal.

Na semana seguinte ao evento, os alunos reuniram entidades dispostas a criar o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Canaã. Logo que o presidente foi eleito, convocou eleições para escolher os membros do Conselho Tutelar e reativá-lo. Os alunos produziram os materiais de campanha dos 11 candidatos e distribuíram nos bairros, para estimular a comunidade a entender a importância do conselho e participar da votação.

A identificação da comunidade com a EIC, no caso da campanha contra o abuso, foi tão forte, que chegamos a receber uma denúncia anônima e mais do que isso: uma mulher apareceu um dia na escola, levando a filha de 11 anos para nos entregar. Disse que não tinha condições de criá-la, que a garota havia sofrido violência sexual e já havia começado a se prostituir. Encaminhamos a família para o Conselho Tutelar.

A nossa EIC participou da estruturação do sistema de direitos da infância da cidade, que é muito além a nossa missão, mas isso aconteceu porque trabalhamos com um assunto muito relevante para a comunidade.

Ádamo Silva, coordenador de projetos sociais do CDI do Pará
Ronaldo Araújo, educador de Canaã dos Carajás

Na zona rural de Itacoatiara, no Amazonas, há três Escolas do CDI. Os alunos, a maioria de 9 anos, não acessam internet porque não há sinal, mas usam os programas de texto para aprimorar a escrita. Na foto, aluno do Rio de Janeiro

“A tecnologia deve ser a AR-15 do jovem da favela”

Quando criamos o CDI, a ideia era estimular os jovens pobres a discutir seus problemas, usando o computador. Na faculdade, estudei ciências sociais, mas já olhava para a informática, pensando em unir o lado social à tecnologia. Nessa época, o trabalho com meninos que vivem nas ruas estava sendo muito discutido no Brasil.

Em 1994, quando o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais) lançou a campanha contra a fome, entramos juntos e bolamos a campanha “Informática para Todos”. Percebi que o caminho seria criar escolas que unissem informática à cidadania, mas estas escolas teriam que ser em favelas. Começamos, então, a procurar um lugar que aceitasse a ideia, para que pudéssemos capacitar educadores locais. Em parceria com centros comunitários, criamos as escolas do morro Santa Marta, em Botafogo, e do morro dos Macacos, em Vila Isabel.

Fomos crescendo, em razão da demanda espontânea das comunidades.

Para nós, é muito importante que as instituições locais procurem o CDI da sua cidade, quando querem ter uma escola. Isso demonstra que as pessoas daquele lugar estão motivadas e entusiasmadas com a ideia. Isso também quer dizer que, quando temos dificuldade de captar recursos, os parceiros se mobilizam e vão atrás. O processo de formação de uma EIC empodera a comunidade e resgata a cidadania. Eles batalham para conseguir mesas, cadeiras, melhoram o espaço físico, indicam os educadores.

O objetivo sempre foi montar escolas que pudessem se autogerir. Chamávamos isso de *joint venture* social. A comunidade entraria com a escola e nós daríamos o projeto pedagógico, a formação e os computadores. O conceito-chave é o empreendedorismo social. É preciso que as EICs, como chamamos as escolas do CDI, encontrem maneiras de se manter. Sugerimos que cobrem uma mensalidade simbólica dos seus alunos, que montem telecentros, enfim, há algumas alternativas que têm funcionado.

Inspirados em Paulo Freire, construímos uma proposta pedagógica que leva o aluno a discutir a realidade em que vive e transformá-la, utilizando instrumentos de informática. Nosso modelo pedagógico foi sendo aperfeiçoado ao longo do tempo.

Hoje estamos na versão que a gente chama de 3.0, que é fruto do saber acumulado pelos colaboradores do CDI, a partir de uma proposta construída pela Universidade de Campinas, em 1999. A rede é muito participativa. Os representantes das áreas pedagógicas de todas as regiões são eleitos por voto direto.

Eu sei o tamanho do nosso desafio: os nossos educadores são jovens em situação de risco social que estão terminando o ensino médio. Não temos aqui doutores no método Paulo Freire. Quem dá aula são jovens das favelas indicados por lideranças comunitárias. A partir dessa seleção prévia, as equipes regionais do CDI selecionam dois ou três educadores por escola. Eles passam por uma capacitação de sessenta horas-aula, fazem mais cinquenta horas de estágio e começam a participar dos nossos encontros regionais e nacionais.

Hoje a inclusão digital realmente mobiliza o jovem de baixa renda. O papel das EICs acaba sendo o de formar agentes de mudança, que vão trabalhar em rede em prol da comunidade. Sempre digo que a tecnologia, usada como uma ferramenta cidadã, é uma arma revolucionária. Essa é a AR-15 que tem que estar nas mãos dos garotos de 15 anos que vivem nas favelas. Pense que o subcomandante Marcos colocou Chiapas na agenda global porque estava conectado à internet (referência ao histórico porta-voz do Exército Zapatista de Libertação Nacional que tem como base o estado de Chiapas, no México). Se usarmos a informática como ferramenta de cidadania, podemos fazer mais do que transformar a sociedade, podemos construir uma *e-topia*.

Rodrigo Baggio, diretor executivo do CDI



Detalhe da favela de Alagados, em Salvador, onde há um núcleo do CDI

Comunicação e Cultura

Local de atuação: Ceará, Pernambuco, Pará e Bahia

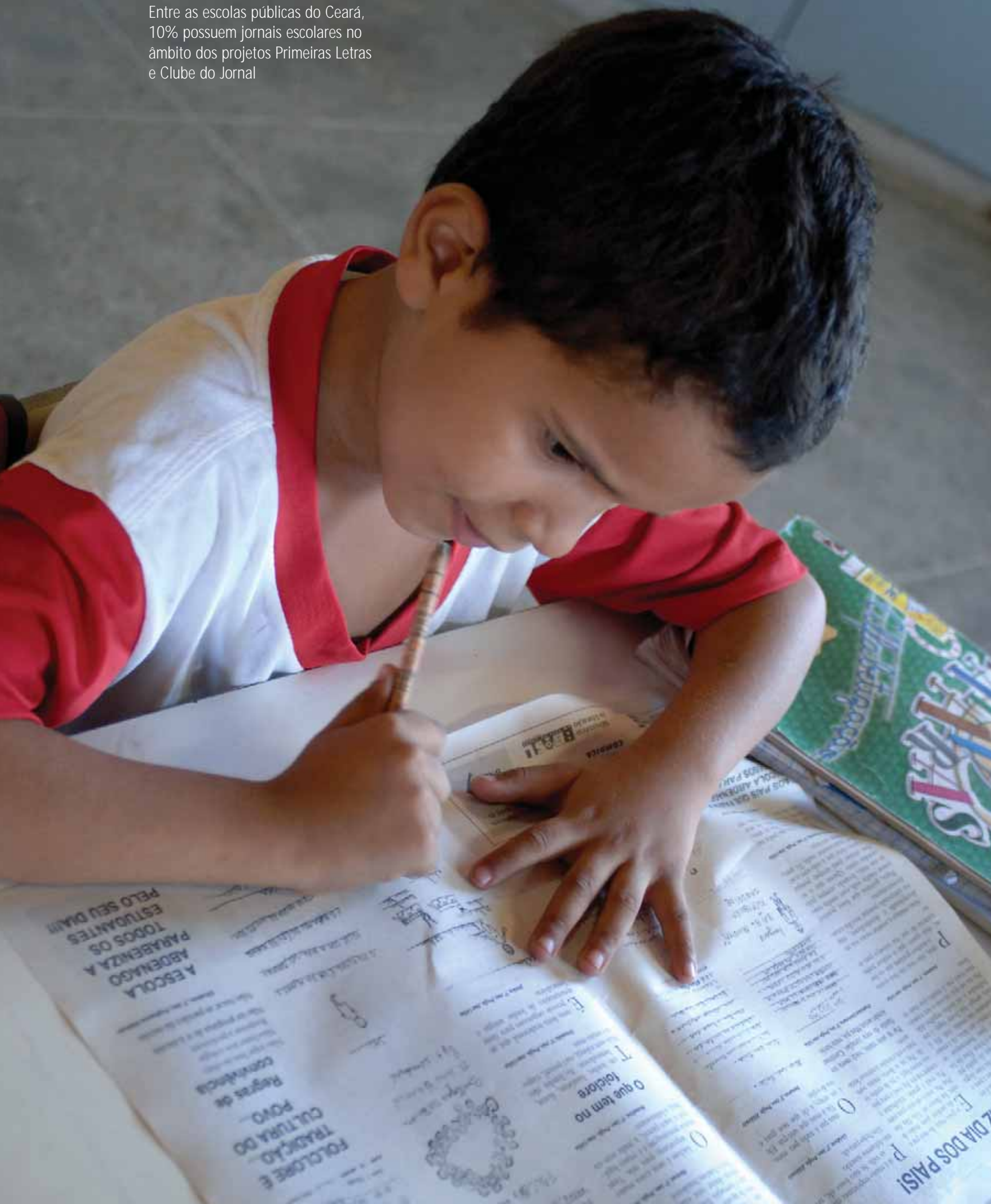
Data de fundação: 1996

Escolas comunicadoras

No Ceará, quase quinhentas mil crianças da rede pública estudam em escolas que unem ensino a comunicação por meio da produção de jornais escolares. São as chamadas escolas comunicadoras, que, por meio de impressos com tiragem aproximada de mil exemplares, amarram os conteúdos discutidos na escola e os divulgam para a comunidade, fortalecendo o elo entre a escola, os alunos e a família.



Entre as escolas públicas do Ceará,
10% possuem jornais escolares no
âmbito dos projetos Primeiras Letras
e Clube do Jornal



O projeto de produção de jornais escolares é coordenado pela organização não governamental Comunicação e Cultura, mediante duas ações – Primeiras Letras e Clube do Jornal. A primeira atende alunos do ensino fundamental (1ª a 8ª séries); a segunda reúne classes de ensino médio. “O principal objetivo é integrar os saberes produzidos na escola”, explica Neuma Moraes, coordenadora do Clube do Jornal.

Em 2006, o Primeiras Letras estava implantado em 10% das escolas do Ceará e imprimiu 2.300 edições, somando 1,4 milhão de jornais. Das 893 escolas inscritas no projeto, no período, 730 publicaram jornais.

O principal objetivo do projeto é integrar os saberes produzidos na escola, explica Neuma Moraes, uma das coordenadoras do projeto

Os resultados do Primeiras Letras mostram que a produção de jornal pode influenciar positivamente a discussão em sala de aula. Exemplo disso é o caso do tema da desertificação, um problema que ameaça cerca de 15% do território brasileiro, com foco especial no Nordeste. A equipe do projeto propôs que as escolas participassem de um concurso sobre o tema. Foram indicados livros e outras fontes de pesquisa. As discussões mobilizaram tanto os alunos e a



produção deles foi tão interessante, que acabou virando uma publicação – *Jornais Escolares Contra a Desertificação* – com textos e ilustrações produzidos nas escolas.

Um grupo de alunas da 5ª série escreveu uma letra de rap sobre o assunto: *Sei que muita gente aqui / não sabe do que estou falando / mas precisam saber que tem criança chorando / com sede, fome e falta de esperança / fugindo de suas terras / perdendo sua infância.*

“Quando fazemos um concurso indicando temas e materiais pedagógicos para pesquisa, pautamos a escola e influenciamos no aprofundamento da reflexão sobre determinado tema”, diz Daniel Raviolo, coordenador da Comunicação e Cultura. Além disso, os meninos e as meninas aprendem a perceber que o jornal tem um público leitor, que são as famílias dos estudantes e dos professores. Por isso, o jornal também precisa ser interessante para a comunidade. O resultado é que os alunos acabam ficando mais atentos às questões do bairro em que vivem.

Quando a discussão em algumas escolas foi a questão racial, Zumbi dos Palmares virou tema do *Jornal da Gente*, produzido pela escola Jornalista Durval Aires. Em outro jornal, o *Vivenciando Palavras*, os alunos fizeram uma edição sobre a importância do professor.

O Povo, um dos jornais mais influentes do Ceará, abriu espaço em uma das suas edições para textos de meninos e meninas do Primeiras Letras. Francisco Carlos, da escola de ensino fundamental Centro dos Retalhistas, escreveu sobre colegas que são diferentes da maioria. “Você é igual a todo mundo. Só muda o seu jeito de falar e de viver”.

O projeto Primeiras Letras tem um site (<http://www.jornalescolar.org.br>), em que todos os envolvidos na produção dos jornais se manifestam: professores, alunos, gestores de escolas e pessoas ligadas ao ensino público. É um espaço que a equipe do projeto usa para transmitir informações e disponibilizar manuais que ajudam na produção dos impressos escolares. O site é, sobretudo, uma ferramenta para fortalecer as escolas que produzem jornais – é um ponto de encontro eletrônico que favorece a formação de uma rede entre esses colégios.

Professor

Para que o Projeto Primeiras Letras seja implantado com sucesso, é preciso o envolvimento dos professores. Eles atuam como mobilizadores dos alunos e colocam o jornal no planejamento pedagógico, para que, de fato, seja usado como uma ferramenta escolar.



Os resultados do projeto Primeiras Letras mostram que produzir jornal pode influenciar positivamente nas discussões em sala de aula



Daniel Raviolo diz que, para implantar o jornal em uma escola, são necessárias três etapas – a primeira, de mobilização, a fim que os professores e a equipe entendam a produção dos impressos como forma cidadã de participar do cotidiano da escola. A segunda fase é a de integração, para garantir que o jornal fará parte do planejamento pedagógico. “O jornal não pode ser visto como um trabalho a mais e, sim, como uma ferramenta que potencializa os conhecimentos já ensinados”, diz Raviolo. “Por fim”, diz ele, “é necessário que os professores entendam que a ideia é simples; afinal a produção de texto é parte da rotina da escola. A diferença é que esse material será impresso e distribuído para a comunidade.”

“Teve uma edição em que escrevi sobre a natureza: fiz o desenho de uma árvore com crianças brincando, e flores. Minha mãe conseguiu um jornal e guarda até hoje. Quando os parentes vão em casa, ela mostra”, conta a menina Francisca de Moura, 9 anos, aluna da 3ª série do ensino fundamental.

Os temas dos jornais são acompanhados por meio de análise de conteúdo. Raviolo diz que os impressos funcionam como uma espécie de “inconsciente coletivo” da escola e muitas vezes revelam o que os relatórios oficiais omitem. Por exemplo, a equipe do Primeiras Letras fez uma pesquisa com quatrocentas edições de jornal, para ver se alguma delas trazia textos com a palavra “qualidade” – um dos principais objetivos da educação pública. Feita a busca, a palavra apareceu apenas cinco vezes.

A análise de conteúdo mostra também uma diferença no aproveitamento das escolas. “O projeto funciona onde a secretaria municipal e as escolas se apropriam da ideia”, resume Raviolo. A adesão das secretarias ao projeto é voluntária.

Não há pesquisas que indiquem a influência da produção do jornal escolar no desempenho dos alunos em leitura e escrita. Até hoje não foi feito um estudo comparativo, para saber se quem participa do projeto tem notas melhores em português, mas é fato que uma das principais deficiências dos alunos é em língua portuguesa e que isso é agravado pela falta do uso social da escrita – poucos têm o hábito de escrever cartas, por exemplo. O jornal escolar é uma forma de compensar isso.

Ronielle Lima dos Santos, de 14 anos, está na 8ª série. O menino adora escrever. Uma escola da rede pública de Fortaleza produziu manualmente o protótipo de um livro que ele escreveu, chamado *As aventuras do pequeno Bob*. Agora, a diretora procura uma editora para imprimi-lo. “É uma fábula que conta a história de um gato de rua, de uma galinha e de um cachorro que são pobres e têm que roubar na rua para se alimentar e dar dinheiro para o homem que os explora”, conta o menino que nasceu e cresceu na periferia de Fortaleza.

O pai de Ronielle é pescador; a mãe, dona de casa. Ele sonha estudar direito. “Meu pai não sabe ler e escrever. De vez em quando eu ensino algumas palavras, mas não é porque ele não sabe que eu não vou saber. É o contrário: se eu conseguir estudar, vou quebrar uma linha que tem na minha família.”



Para que o projeto seja implantado com sucesso na escola, é preciso contar com o envolvimento dos professores. São eles que mobilizam os alunos e incluem o jornal no planejamento pedagógico



“A leitura desperta sonhos”



Começamos a falar do jornal escolar pela alegria. Os alunos adoram participar, ficam muito felizes quando veem as matérias no jornal e isso melhorou a produção escrita da maioria. Nosso jornal se chama *Jornal da Gente* e funciona como um elo com a comunidade. A cada dois meses, discutimos o tema do jornal e isso é levado para a reunião de pais. Temos 1.500 alunos, procuramos dar um jornal para cada família.

Entramos no projeto de jornal em 1998 e hoje participam alunos da 1ª à 6ª série. A biblioteca é o centro do projeto. O segredo é trabalhar o jornal no planejamento escolar – os professores participam das decisões e praticamente todos os alunos se envolvem com produção de texto. Cada sala produz coletivamente dois textos e os próprios alunos decidem o que vai entrar. O material que não foi selecionado é fixado em painéis localizados na porta das salas de aula ou da biblioteca. Isso é muito importante porque os alunos não podem ficar desestimulados.

A melhora na escrita dos alunos é resultado do trabalho de leitura criado na escola e o jornal é um dos elementos desse projeto. Há uma sessão no jornal chamada “Grandes Leitores do Mês”, que cita o nome dos alunos que mais leram livros no período. Em março de 2006, emprestamos 762 livros para um universo de mil alunos. O jornal virou uma ferramenta do dia-a-dia da escola e temos ex-alunos que ganharam prêmios nacionais de redação.

Gosto muito do jornal, sou apaixonada por essa ideia. Acredito que os alunos crescem com a leitura. Sem sonhos a gente não vive, e a leitura é o despertar da criança para isso.

Nosso maior problema é que não damos conta de atender todas as famílias que nos procuram em busca de vaga. Chega mãe chorando, choramos junto. Mas lamentavelmente digo não, porque não temos vagas. São 30 alunos por classe até a 5ª série, depois passa para 45. Como vamos colocar mais gente?



*Anaerika Maia, vice-diretora, e
Maria Leonília Militão de Almeida, pedagoga
da escola Jornalista Durval Aires, em Fortaleza*

“Montei um grupo de desenho para ilustrar o jornal”



Moro num bairro bem popular que hoje se chama Planalto Airton Senna. O nome sempre foi Pantanal, mas ficou muito marcado na mídia por causa do grande número de assassinatos de jovens, então mudaram. Estudo em uma escola no município vizinho chamado Maracanaú. Tenho dois irmãos e uma irmã. Meu padrasto é motorista de uma empresa, e minha mãe é costureira e trabalha em casa.

Comecei a participar do jornal escolar quando estava na 4ª série. Sempre gostei de desenhar, então montei um grupo que fazia desenhos para ilustrar as matérias. Minha mãe dava o maior valor quando via meus trabalhos publicados. Meu irmão caçula já faz parte do jornal da mesma escola.

Na 8ª série, comecei a crescer o olho para o Clube do Jornal, que é o projeto que reúne as publicações dos adolescentes. Saía da sala de aula para ir beber água e passava para dar uma olhada na reunião dos mais velhos. Vi que eles faziam toda a produção sozinhos. Quando comecei a procurar uma escola para cursar o ensino médio, escolhi uma que tinha jornal escolar e fazia parte do projeto aqui da Comunicação e Cultura. Como éramos um grupo forte de amigos que já fazíamos jornal, fomos todos juntos para essa nova escola. Fizemos o Informativo Polivalente e ficamos lá três anos. Comecei a participar das oficinas de formação e fiz parte do Clube do Jornal.

Em 2005, quando abriu vaga para bolsista, me candidatei. Eram trinta candidatos para três vagas. Fiquei nervoso, assustado, mas sabia que era a primeira oportunidade da minha vida. Passei por todos os setores aqui da ONG e hoje trabalho como assistente administrativo. Não sou mais bolsista e meu salário ajuda em casa. Da turma de amigos que mudou de escola para fazer o Informativo Polivalente, ficamos só eu e um colega. Os outros, só encontro jogando bola na rua e nem todos terminaram o ensino médio. Em 2008, vou prestar vestibular para informática.

Logo que comecei a me envolver com o jornal escolar, minha mãe dizia que eu estava perdendo tempo, mas hoje ela faz questão que meus irmãos participem. Até hoje sou um elo entre a escola Polivalente e o Clube do Jornal. Eles me ligam para saber quando vão ter cursos, encontros e intercâmbios. Minha casa foi apelidada de “Clube Filhote”. As mães deixam os filhos comigo para virmos para cá.

O projeto tem um *site* (www.jornalescolar.org.br) em que todos os envolvidos na produção dos jornais se manifestam

Marcelo Anderson Andrade, 19 anos, ex-aluno

“Queremos que o jornal esteja na corrente sanguínea da escola”



O Primeiras Letras tem a mesma missão da escola – estimular a leitura e a participação dos adolescentes e jovens. Um dos aspectos mais importantes do jornal escolar é capacitar os professores para que eles sejam mobilizadores do processo de integração do ambiente escolar e possam usar o jornal para amarrar os conteúdos e discussões que ocorrem na sala de aula.

A educação precisa de ideias simples. O desafio é fazer que as escolas assumam o jornal como uma inovação e consigam implantá-lo e mantê-lo pelos próximos vinte anos. É preciso que o custo de produção seja pequeno – cerca de R\$ 900,00 anuais por escola para cinco edições –, mas que esteja assegurado no orçamento e que a ideia resista às mudanças de coordenadores. A rede de ensino é um campo de batalha com dezenas de projetos.

Temos o desafio de trabalhar em consonância com a realidade das secretarias de Educação, para construir uma ferramenta que possa ser utilizada por toda a rede pública brasileira. Queremos que a produção dos jornais escolares seja incorporada à corrente sanguínea da escola e que seja uma porta para integrar a comunidade. Assim, a escola cumpre seu papel de escola comunicadora.

O jornal aposta na melhoria da qualidade do ensino para estimular a participação infanto-juvenil e para que os alunos tenham mais cidadania e possam compartilhar valores e conteúdos com a comunidade.

*Daniel Raviolo, coordenador do
Projeto Comunicação e Cultura*





*Construir
sociedades democráticas
que sejam justas,
participativas,
sustentáveis e pacíficas.*

Carta da Terra – Princípio 3º

CIÊNCIAS E MEIO AMBIENTE

Ciências Naturais

Fundação Terra

Local de atuação: ArcoVerde (PE)

Data de fundação: 1984

A infância que brotou do lixo

As imagens mais conhecidas da cidade de Arcoverde, em Pernambuco, são de pessoas catando lixo. Crianças pequenas, jovens e adultos disputam espaço com porcos e urubus, para conseguir resgatar, de um dos maiores lixões a céu aberto da América Latina, latas de alumínio e garrafas plásticas para vender e, assim, garantir o sustento da família.



Jovens catadores de um dos maiores lixões a céu aberto da América Latina têm oportunidade de fazer teatro e de brincar com perna-de-pau



Crianças e jovens da comunidade da “Rua do Lixo”, conhecida dessa forma em razão da montanha de dejetos despejados no local

Nesta cidade do semiárido, a 280 quilômetros do Recife, foi criada há 23 anos a Fundação Terra, uma instituição que trabalha para assegurar o desenvolvimento das famílias que vivem na chamada “Rua do Lixo”. Ao longo destes anos, a comunidade, hoje formada por cerca de dez mil pessoas, avançou bastante – conquistou luz, saneamento básico, posto de saúde, e centenas de famílias passaram a evitar que seus filhos pequenos fossem catadores.

Ainda assim, o lixão seguia ativo, com crianças e jovens trabalhando, até que, com o apoio do Criança Esperança, nasceu o Beleza no Lixo. A vida dos pequenos catadores voltou ao noticiário nacional e o lixão foi finalmente desativado em maio de 2006. Depois de passar a vida lidando com dejetos, as crianças e jovens do projeto produziram, no Natal, o *Auto da Branca Flor*, que conta a história de uma rosa que nasceu no lixo, superou suas dificuldades e brotou.

A seleção para preencher as trinta vagas do projeto priorizou crianças e jovens de 7 a 17 anos em situação de miséria extrema, cujas famílias não eram atendidas pela Fundação. Foram escolhidos meninos e meninas que estavam fora da escola e trabalhavam diariamente no lixão. De agosto de 2005, a dezembro de 2006, período do projeto, eles fizeram oficinas de leitura, teatro, percussão, figurino e adereços. Aprenderam a andar com perna-de-pau e apresentaram-se pela cidade. Receberam uma bolsa de R\$ 30,00 mensais para compensar o que deixaram de receber catando lixo e voltaram a estudar.







Arcoverde, a primeira cidade do semiárido pernambucano, é conhecida por preservar manifestações da cultura regional

Descobertas

Durante uma roda de conversa, uma garota de 14 anos, Jéssica Moura, pediu para responder à pergunta que havia acabado de ser feita. “Sabe por que eu gosto deste projeto? Porque, quando eu trabalhava no lixo, me cortava muito e fedia.” A menina catava lixo de madrugada com o pai e os irmãos. Uma das crianças ditou outra resposta, para que fosse escrita no quadro em que havia sido registrada a pergunta: “Gosto do projeto porque deixei de comer coisa velha.”

O Beleza no Lixo mostrou ao garoto Francisco de Assis Barbosa, de 15 anos, que ele não era tão tímido quanto julgava ser e apresentou-lhe uma motivação para estudar: ler melhor para conhecer as poesias de que tanto gostou: “Adoro poesia de pau-de-arara.” O menor sinal de interesse é suficiente para fazê-lo recitá-las. “Você conhece o Antônio Pereira, o poeta da saudade?”, pergunta e no mesmo instante já responde. “Saudade é um parafuso/que na rosca quando cai/só entra se for torcendo/porque batendo não vai./E se enferrujar por dentro/pode quebrar, mas não sai.” O autor, um camponês analfabeto, é popular na literatura de cordel.

Francisco, que declama, faz graça e dá risada, conta que passou alguns anos trabalhando no lixão, mas precisar o tempo não é o seu forte. “No meu registro, tenho 16 anos, mas soube um dia desses que está errado. Parece que tenho só 15, ou uma coisa assim.” Ele está na 5ª série e faz um esforço danado para gostar da escola. “Se eu não for para a aula, meu pai me dá [bate]”, diz ele. “Então eu vou, porque estou vendo que é importante.” Francisco recita todo seu repertório sem olhar para uma folha de papel. “Só sei escrever de vez em quando; quando me dá coragem”, resume.





Tiago Gonçalves, 9 anos, voltou a estudar por causa do projeto, mas está mesmo entusiasmado com o teatro popular. “Adoro andar de perna-de-pau e tocar tambor”, diz o menino, que, antes do Beleza no Lixo, passava as tardes no lixão, “brigando com urubus”, como ele mesmo disse. Maria Luciana da Silva, 16 anos, outra menina do projeto, vem tentando buscar apoio dos alunos mais velhos da Fundação, para transformar o espaço onde funcionou o lixão em uma praça. Durante a conversa, uma das amigas dela, Cristiane Silva, entra correndo na sala, de cabelo molhado e toda perfumada. “Eu vim aqui para dizer que não sabia falar direito, não conversava e só respondia na ignorância.”, afirma. Ela diz que o melhor de ter saído do lixão foi parar de conviver com insetos. “O que mais me incomodava era o mau cheiro e as moscas. Era tanta mosca que eu tinha medo de engolir.” A coordenadora do projeto, Jane Eyre Martins Azevedo, diz que as crianças “aprenderam a gostar de viver” depois que pararam de trabalhar no lixão.

Futuro

Apesar de a equipe da Fundação e os meninos estarem exultantes com a desativação do lixão, estão preocupados com o sustento dos catadores. Pelo menos 80% das famílias da comunidade da “Rua do Lixo” sobreviviam do que catavam e vendiam para intermediários, o que garantia uma renda mínima de R\$ 100,00 mensais. Maria Suzana de Almeida, coordenadora do setor social da Fundação Terra, afirma que 90% das famílias da comunidade recebem bolsa do governo federal.

“Quando eu trabalhava no lixo, me cortava muito e fedia”, diz Jéssica Moura, 14 anos





“A sustentabilidade dessas famílias é uma das nossas maiores preocupações”, diz Suzana. A Fundação tem uma turma de alfabetização de adultos e mantém cursos de oficinas produtivas – bijuteria, bolsa, miçanga, corte e costura, cabeleireiro, bolos e tortas. Cento e vinte e cinco catadores que não estão incluídos em programas governamentais de repasse de recursos recebem cesta-básica da Fundação, mas, para isso, é preciso frequentar o curso de alfabetização e pelo menos uma oficina de produção.

O marceneiro Francisco Pedro da Cruz Sobral, 39 anos, nasceu e cresceu na comunidade. Catou lixo por vinte anos, até conhecer a Fundação Terra, onde trabalha há 13 anos como instrutor de marcenaria. “É verdade que o fechamento do lixão tirou alguns sustentos, mas daqui a pouco vai ser melhor até para eles”, diz. “Eu fui catador, mas não quero meus filhos no lixo. Ninguém quer. Todo mundo quer melhorar. O que os analfabetos mais querem é ver seus filhos lendo e escrevendo.”

As crianças e jovens filhos de catadores que cresceram na Fundação estão mais bem encaminhados do que seus pais, que passaram a vida sobrevivendo do lixo. A Fundação atende quinhentas crianças e jovens, filhos de catadores. A porta de entrada é a creche, onde os alunos ficam até os 7 anos, quando vão para a escola da instituição. Saem de lá aos 12 anos, com a 4ª série completa, para estudar em um dos colégios públicos da cidade, mas permanecem nas oficinas de informática, inglês, música, teatro e marcenaria. Além disso, são indicados pela Fundação para fazer cursos em instituições de ensino conveniadas. De 1984 a 2006, foram atendidas sete mil crianças e jovens.

Mobilização

Embora o lixão tenha sido desativado, os dejetos acumulados ao longo dos anos não foram retirados. Quando chove, as ruas ainda ficam cobertas de sujeira. “A gente espera que o terreno seja limpo, mesmo assim esta comunidade melhorou cem por cento”, diz a auxiliar de enfermagem, Maria Aparecida Andrade, que trabalha na Fundação Terra desde 1989 e mora na “Rua do Lixo”.

“Aqui não havia saneamento, as casas eram de taipa e tinha muito mosquito da dengue”, recorda Aparecida. As ruas eram imundas, porque o lixo acabava vazando, e as crianças brincavam descalças no chão, comiam porcarias e viviam com doença de pele. “Elas eram desnutridas e morriam mesmo”, diz. Segundo ela, nos primeiros anos do projeto, “todo dia morria alguma criança pequena.” Os óbitos concentravam-se de zero a dois anos de idade.

A situação melhorou quando o padre Airton Freire de Lima aproximou-se da comunidade, mudou-se para uma casa na “Rua do Lixo” e acabou criando a Fundação Terra. Suzana, a coordenadora da área social, que trabalhou nas comunidades eclesiais de base com o padre, recorda que ele decidiu morar lá quando ouviu as crianças chorarem, pedindo pão durante a missa. “Eu vi criança pedindo pão e apontado para a hóstia”, conta ela. O objetivo do padre,



diz Suzana, foi chamar a atenção do poder público para a situação das famílias e ajudar a organizá-las, para que conseguissem urbanizar o bairro e trazer serviços.

“Uma antiga solicitação nossa era água encanada. Passaram-se anos, até que um dia juntamos a comunidade, pedimos para todo mundo trazer baldes vazios e fomos fazer barulho no centro da cidade. Deu certo”, diz Aparecida. Cada conquista da comunidade – luz, asfalto, posto de saúde e casas populares – corresponde a uma ação de mobilização popular. “Quando o Projeto Beleza no Lixo saiu na Globo e mostrou as crianças catando lixo, o assunto virou uma vergonha para a cidade e finalmente aquilo foi desativado”, diz Suzana. A “Rua do Lixo” finalmente deixou de ser depositária de toda a sujeira dos 63.675 habitantes de Arcoverde.

A Fundação já não atende todas as crianças da “Rua do Lixo”. O lugar cresceu, atraiu famílias que não trabalham com lixo e a instituição manteve seu foco. Mesmo assim, todos usam o serviço médico da creche, que serve de referência para os programas públicos de distribuição de leite. “As pessoas do bairro sabem que podem contar com a gente”, diz Aparecida, que se orgulha de ter feito dezenas de partos a caminho do hospital. “Nunca perdi uma gestante.”

Com apoio do Criança Esperança, as crianças do lixão viraram notícia nacional. O lugar foi desativado em maio de 2006

“Catei lixo dos 6 aos 15 anos”

Catei lixo dos 6 aos 15 anos e quase não tive tempo de ir à escola, mesmo assim estou na 8ª série. Trabalhávamos no lixão minha mãe, meu irmão e eu. Meus outros dois irmãos menores tinham bolsa do Peti [Programa de Erradicação do Trabalho Infantil]. Meu padrasto ajuda, vendendo pastel, mas depende da gente para comprar material. Ele é “escorão”, porque quem sempre fez feira somos minha mãe e eu.

Eu trabalhava no lixão todos os dias. Se fosse estudar de manhã, catava lixo à tarde, à noite, e ainda voltava de madrugada. Já nem sentia o mau cheiro.

Essa é a primeira vez na minha vida que fico longe do lixo, que aprendo coisas novas. Imagina, eu nunca pensei em fazer teatro. Quem trabalha desde pequeno não pensa em lazer, cultura, essas coisas. Você dorme e acorda com objetivo de trabalhar. Perdi minha infância no lixo, mas, se não

tivesse sido assim, minha família teria passado fome. O que eu mais gostei de aprender aqui no Beleza no Lixo foi me apresentar em grupo. Eu era muito tímida, mal falava e o projeto me deixou mais desenrolada.

Minha mãe saiu do lixão há cinco meses. Está ganhando R\$ 30,00 por mês do governo, tem o salário de outro irmão que trabalha no ferrovelho e a bolsa que eu ganho aqui (R\$ 30,00 mensais). Antes eu pensava em trabalhar no ferrovelho com o meu irmão, mas é muito sol e o patrão não serve um copo de café. Tem que trabalhar domingo, feriado e até no Dia de Finados. Depois que vim para cá, fiquei com vontade de trabalhar na Fundação, ajudando a cuidar dos meninos.

“Trabalhava no lixão todos os dias. Já nem sentia o mau cheiro”



Ana Maria Marques,
15 anos, aluna do
Projeto Beleza no Lixo

“A maior riqueza das crianças daqui é brincar”

Minha família veio morar na “Rua do Lixo” quando eu tinha 3 anos. Estudei na creche e na escola da Fundação Terra. Quando fiquei adolescente, fiz oficina de marcenaria, argila, artesanato, computação, perna-de-pau, teatro. Aprendi a trabalhar como electricista e pedreiro. Mas a maior herança que levo daqui foi ter aprendido a enxergar este país complexo que é o Brasil.

Quando entrei para o grupo de teatro, percebi que tinha possibilidade de fazer intercâmbio com outros jovens e crescer, trabalhando com cultura. Hoje coordeno um grupo de dança e música regional chamado Quebra Coco Aliança, formado por jovens que estudaram comigo aqui na Fundação. Além disso, trabalhamos na formação de educadores populares e em projetos sociais aqui da região, ensinando teatro, perna-de-pau e todo o resto que aprendemos aqui. A maioria dos colegas que estudou comigo na Fundação se envolveu com a área cultural. Os que não participaram sobrevivem fazendo bico na construção.

Os adolescentes que entram na Fundação começam a enxergar o mundo. Começam a perceber que temos mais força quando fazemos parte de uma comunidade. Quando a gente se apresenta nas cidades vizinhas, percebemos que os meninos mais jovens veem o Quebra Coco como um formador de opinião.

Conheci o Projeto Beleza no Lixo quando ainda era gestor da Associação Estação da Cultura. Para as crianças daqui, andar de perna-de-pau e fazer teatro é o maior lazer do mundo. Aqui era só lixo e as brincadeiras, feitas com casca de laranja e de coco. A maior riqueza das crianças daqui é poder brincar.

Marcelo Cavalcante da Silva, 21 anos, ex-aluno da Fundação Terra



“Aprendi a enxergar este país complexo que é o Brasil”

“Acordamos essa comunidade”

A “Rua do Lixo” era o mundo das trevas. Não havia luz, nem participação popular. As pessoas não sabiam falar; a população não respondia nem à missa. Havia uma apatia impressionante. Era uma comunidade embrutecida e sem esperança. Hoje eles têm algo para contar, apropriaram-se da palavra e começaram a dar sentido à própria vida.

Os meninos, que hoje pintam e bordam, tocam sax, andam de perna-de-pau e fazem teatro, antes só catavam lixo. Hoje eles podem gerir a própria história, partindo do potencial de cada um. O que fizemos aqui foi acordar essa comunidade, para que eles pudessem conseguir seu lugar. Passaram a ter saúde, saneamento básico, habitação, educação. Muitos passaram a vida vivendo como nômades, indo para o campo trabalhar na terra no inverno e voltando para catar lixo no verão.

Nunca vou esquecer da primeira mulher que bateu na minha porta, pedindo um litro de leite para os filhos. Foi a mãe do Marcelo, que hoje tem o grupo Quebra Coco Aliança. Ao longo de todos esses anos, adotamos com a comunidade o princípio de trabalhar em colegiado, ser transparentes e eficientes.

Meu principal objetivo, no momento, é que essas famílias se tornem autossuficientes, para que tenham condições de se sustentar depois do fechamento do lixão. A primeira atitude deles, depois da desativação, foi ir para a cidade catar lixo. Mas o caminho é pensar na profissionalização de pequenas iniciativas, para que eles não passem a depender da Fundação Terra, nem de ninguém.

Temos um grupo de vinte mulheres que produzem renda renascença da melhor qualidade e sustentam suas famílias com este trabalho. Precisamos de mais alternativas como esta para os jovens e adultos que saíram do lixão, porque a cooperativa de catadores atende a vinte, vinte e cinco pessoas. Outra meta nossa é chegar a 2008 com todos os professores da nossa escola com título de mestre. Para os pobres, é preciso dar o melhor.

Padre Airton Freire de Lima, presidente da Fundação Terra

Instituto Terra

Local de atuação: Aimorés (MG)

Data de fundação: 1999

Plantando o futuro

Aimorés é uma das últimas cidades mineiras antes da fronteira com o Espírito Santo. Não dá para ir de avião. Um trem diário faz o leva-e-traz de passageiros, além do ônibus intermunicipal. O calor é constante o ano todo e os moradores costumam dizer que o vento é um visitante raro – como a cidade fica num vale, a brisa “passa por cima”, afirmam em tom de brincadeira.





“ Não adianta pensar que o mundo deveria ficar melhor: temos que fazer alguma coisa para que isso aconteça” ,
diz Beatriz Lopes da Costa, 10, aluna do Projeto Terrinhas, uma das ações do Instituto Terra

É lá, distante dos protestos ecológicos ruidosos que chamam a atenção da mídia, que atua o Instituto Terra, uma organização que mantém projetos voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável e conta com o envolvimento da comunidade – pequenos produtores rurais, lideranças locais, professores e alunos.

Localizado na fazenda Bulcão, em região de mata Atlântica, o Instituto Terra atua como agência de desenvolvimento local e como centro de educação. Lá, desenvolvimento sustentável não é um conceito abstrato debatido por especialistas preocupados com o aquecimento global. Os alunos do “Terrinhas” – como é conhecido o projeto educacional direcionado às escolas – aprendem a traduzir o conceito de preservação ambiental aliado à promoção humana: implantam coleta seletiva nas suas escolas, mobilizam os vizinhos para fazer mutirão de limpeza em rios e córregos e organizam a população para encaminhar solicitações formais aos prefeitos, pedindo o fim dos lixões a céu aberto.

Crianças e jovens aprendem no dia-a-dia a importância de preservar o local em que vivem





“Não adianta a gente pensar que o mundo deveria ficar melhor; temos que fazer alguma coisa para que isso aconteça”, diz, compenetrada, Beatriz Lopes da Costa, 10 anos, aluna do Projeto Terrinhas. O instituto tem ainda ações de educação voltadas para produtores rurais e ex-alunos de escolas técnicas.

O Instituto Terra injeta mensalmente cem mil reais na região, entre o pagamento de salários e de fornecedores

Na área de desenvolvimento regional, o Instituto faz parte de um consórcio formado por quatro municípios – Aimorés, Baixo Guandu, Resplendor e Itueta, que têm cerca de cem mil habitantes. A organização atua como braço técnico, planejando ações de preservação ambiental e captando recursos públicos e privados para executá-las. O Instituto Terra injeta cem mil reais mensalmente na região, entre o pagamento de salários e de fornecedores.

A criação do Instituto Terra é uma iniciativa do fotógrafo Sebastião Salgado e de Lélia Deluiz Wanick Salgado. Mesmo vivendo fora do Brasil, o casal acompanha os projetos da instituição e participa de todas as decisões. Lélia é presidente do Instituto Terra.

Educação

O Projeto Terrinhas trabalha com 15 escolas da região, uma das quais é privada. Dois professores da cada escola são selecionados pela comunidade para fazer o curso de monitor

ambiental. Cada classe escolhe dois representantes, para seguir curso semelhante adaptado a alunos – são os monitores ambientais mirins. Em 2007, foram atendidos 315 alunos, incluindo uma turma remanescente de 2006.

Na última semana do mês, ônibus escolares passam por cidades sem ruas asfaltadas e com coleta de lixo precária, entram na zona rural de localidades conhecidas apenas por apelidos. São Sebastião do Vale é “Rosca Seca”; Expedicionário Alício, “Mata Três”, e assim por diante. Há um clima de interiorzão, mesmo entre os meninos e meninas que vivem na sede dos municípios.

Os alunos já sabem que, nos últimos dias úteis do mês, em vez de irem para a escola, vão para as classes do Instituto Terra, onde ficam das 8h às 17h, descobrindo que “preservação ambiental não é apenas plantar árvores”, como diz Thaís Oliveira, 12 anos. São estimulados a compartilhar o que aprenderam com os colegas da escola e a reuni-los para fazer intervenções na comunidade. As ações propostas pelos terrinhas são apoiadas pelos professores capacitados para atuar como monitores ambientais.

O curso dos terrinhas dura o período de um ano letivo e é baseado em livros indicados pelo Ministério da Educação. No dia 31 de maio de 2007, com apoio do Projeto Criança Esperança, foi lançada a Agenda Ambiental Escolar da região de Aimorés, produzida pelos alunos. “É como se fosse a *Agenda 21* das Escolas, só que direcionada para a realidade de Aimorés”, diz Gladys Nunes Pinto, gerente educacional do Instituto Terra. Para ela, o atendimento a crianças e jovens em idade escolar fortalece o elo do instituto com as comunidades. “Além disso”, acrescenta, “os meninos influenciam os pais, a maioria pequenos produtores rurais, a não fazer queimadas e a usar água potável de forma mais racional.”

“Os nossos alunos chegam cheios de garra para melhorar a escola. Querem implantar coleta seletiva e influenciam os colegas”, diz Lucy do Vale, monitora da Escola Estadual Manoel Vitorino de Oliveira, em Tabaúna, a trinta quilômetros da sede do Instituto Terra. Ela diz que direção da escola fica “correndo atrás” de latas de lixo adequadas para guardar recicláveis. “Nossa escola mudou. Hoje os alunos é que cuidam do jardim, não se vê um papel de bala no chão e até as paredes estão mais limpas. É incrível ver as campanhas de conscientização que eles fazem entre os colegas”, completa. Para ela, as mudanças mais importantes são as de que ninguém “esquece” mais as luzes da escola acesas e de que o antigo hábito de queimar o lixo foi abandonado. Enquanto Lucy conversa, as coordenadoras do Terrinhas, Jeane Borlini e Emília Recla, preparam uma atividade para o dia seguinte – apresentarão aos meninos o vídeo de uma interpretação do texto *Menestrel*, de William Shakespeare. No instituto, há uma sala polivalente, que pode ser usada para projeção de filmes, teatro e outras atividades. Reproduções de fotos de Sebastião Salgado vestem as paredes dos corredores e há plantas, muitas delas nativas da mata Atlântica, em cada pedacinho do jardim. O mote do Terrinhas é “recuperar para mudar”.



Os monitores ambientais mirins – nome oficial dos terrinhas – levam a sério a missão de trazer alguma melhoria ambiental para a comunidade. Emília cita o exemplo dos alunos de Expedicionário Alcício, que conseguiram que a Prefeitura limpasse o córrego localizado nos fundos da escola. Na maioria destes locais, a coleta de lixo, quando existe, é precária. Jeane afirma que 70% e 80% das escolas que participam do projeto conseguem desenvolver trabalhos que repercutem na comunidade.

“Orientamos os meninos a pensarem em três soluções possíveis para cada problema ambiental que trazem para a sala de aula”, diz Jeane. Segundo ela, é importante perceber que a solução de um problema não pode causar outro. Mais: é preciso pensar em formas de soluções comunitárias. “Tem coisas que a população pode resolver sem pedir ajuda da Prefeitura, do governo, e eles precisam se dar conta disso.” Ela cita como exemplo a mudança de hábito de jogar lixo nos córregos. Mas o primeiro aprendizado dos terrinhas é o cuidado com a higiene pessoal e com a casa, incluindo o terreno.

Mobilização

Thaís Machado de Oliveira, 12 anos, e sua colega, Beatriz Lopes da Costa, 10 anos, são alunas da Escola Estadual José Teixeira Franco, a única da cidade de Expedicionário Alcício, na

Os alunos apresentam três soluções para cada problema ambiental discutido em sala de aula



O Instituto Terra atua como uma agência de desenvolvimento local e um centro de educação

região de Aimorés. A mais velha está na 7ª série; a mais nova, na 5ª. No Terrinhas, são colegas de classe. “A nossa cidade não é assim, digamos, chique, mas tem bastante coisa boa”, diz Thaís, a mais falante das amigas. As duas são protagonistas de um dos exemplos mais fortes de mobilização social provocada pelo curso do Instituto Terra.

A cidade, relatam, tinha dois problemas básicos relacionados: um lixão a céu aberto no final da rua da escola e um córrego sujo pelo lixo que passa nos fundos da escola. Quando chove, a água malcheirosa do córrego invade o pátio e a horta. “A cidade não tem lugar certo para jogar lixo, então uma parte as pessoas joga no final da rua da escola e tem gente que joga direto no rio”, diz Beatriz. A avó dela, de 84 anos, mora bem perto do córrego, que já é chamado de “esgoto” pelos moradores. “Quando venta, o cheiro fica insuportável.”

Os terrinhas de Expedicionário Alício saíram pela cidade, batendo de porta em porta e colhendo assinaturas para um abaixo-assinado que seria enviado pela direção da escola à



Prefeitura. O documento pedia a limpeza do lixão e do córrego, e a colocação de uma placa de redução de velocidade em frente à escola. O prédio fica exatamente no final do asfalto, e os carros passam na mesma velocidade usada na estrada.

Depois do abaixo-assinado e da mobilização da comunidade, a Prefeitura fez um desvio no rio para que ele não mais inundasse o pátio. A horta da escola, que era constantemente invadida pela água suja, cresceu. Hoje parte da merenda dos alunos vem de lá. “Ficamos livres desse problema”, diz Maria do Carmo Silva, professora da 4ª série. Beatriz e Thaís lembram que logo o lixão estará cheio novamente, caso a Prefeitura não arrume um lugar adequado para armazená-lo.

“No início, nossos colegas da escola pensavam que a gente vinha aqui no instituto para se divertir e aprender a preservar bichinho. Depois é que eles entenderam o que é preservação ambiental”, diz Thaís.

A fazenda Bulcão é a primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural em área degradada de mata Atlântica

“O córrego tinha tanto lixo que parecia uma vala”

Nós moramos no distrito de Mauá/Minas, a uns oito quilômetros da cidade de Aimorés. O nome certinho é Santo Antônio do Rio Doce, mas, se disser assim, ninguém conhece. Todo mundo chama de Mauá/Minas mesmo. Depois das primeiras aulas aqui no Terrinhas, percebemos que o maior problema ambiental da nossa cidade é um córrego em que as pessoas jogavam todo o lixo e por isso ele vivia entupido. Também começamos a olhar quanta sujeira tinha no pátio da escola – papel de bala, buchinha [bolinha de papel], tudo. Primeiro espalhamos cartazes pela escola, pedindo que as pessoas parassem de jogar lixo no chão e os alunos que estão aqui no curso começaram a ajudar na faxina do pátio. Os outros viram, a gente conversou muito com os colegas, e um tempo depois a escola começou a ficar muito mais limpa.

A história do córrego foi mais complicada, porque já tinha tanto lixo que, em alguns pontos, parecia uma vala. Reunimos um grupo, que preparou faixas e cartazes para fazer uma passeata. Quase todos os alunos, e até mesmo diretor, participaram. Chamamos a atenção para a sujeira do córrego. Quem estava em casa, saiu para nos ver passar e conseguimos até um alto-falante. Fomos aplaudidos de pé.

Fizemos uma música e uns colegas tocaram no violão e na guitarra. Dizia assim: *Dias atrás pensava que a água não iria ter fim / Mas olho para trás e vejo que vai acabar / Vai ter fim.*

Depois disso, um grupo de mais ou menos 25 moradores, que, antes do córrego virar um lixão, tomavam banho lá, se reuniu para limpar a vala e muitas outras pessoas se juntaram para ajudar. O mais legal do projeto é isso – a gente pode passar o que aprendeu para os colegas da escola e para a comunidade. Todo mundo conhece os terrinhas na cidade, porque não temos vergonha de falar o que é preciso.

Há pouco tempo, todos os terrinhas organizaram a plantação de um pomar no terreno na escola. Já tem goiaba, banana, uva. São os alunos que cuidam e começamos a usar bastante fruta na merenda. Todo mundo ficou satisfeito e decidiu ajudar.

*Rubens de Oliveira, 13 anos, e Deivid Lopes Faria, 18,
alunos do Projeto Terrinhas*

[Os colegas Rubens e Deivid são monitores ambientais da Escola Municipal Santo Antônio do Norte. Deivid tem uma história pessoal difícil. Seu pai matou o tio, que bebia, a facadas. Teve 14 irmãos, mas só sete estão vivos. A mãe trabalha como gari. O filho afirma que a ação da escola tornou a cidade mais limpa e facilitou a vida dos profissionais da limpeza pública.]

“A cidade é pobre, mas não precisa ser suja”

Quando o Instituto Terra começou a fazer o projeto com escolas, em 2001, fui chamado para fazer o curso de monitor ambiental para professores. Plantei as primeiras mudas da fazenda e comecei a trabalhar conceitos de educação ambiental com as minhas classes. O primeiro problema que decidimos enfrentar foi o lixão.

Um dia, um morador aqui da cidade, que puxava lixo com uma carroça e um burro, começou a jogar tudo ao lado do ginásio poliesportivo. Outras pessoas começaram a fazer a mesma coisa e, em pouco tempo, já havia um lixão. Criamos projeto chamado “Lixo, uma preocupação nossa”. Conscientizamos os alunos e começamos um trabalho de mobilização com as famílias. O objetivo era pressionar a Prefeitura para acabar com o lixão.

Fizemos uma semana de eventos, na praça em frente à escola, pedindo o fim do lixão. Isso, numa cidade de dois mil habitantes, vira assunto. Um fazendeiro, que tomou conhecimento da mobilização, cedeu um canto na terra dele para servir de lixão. A Prefeitura deu um trator para a coleta de lixo, que, até então, não era feita na cidade. Nossa cidade é pobre, mas não precisa ser suja.

No ano seguinte, em 2003, passamos a trabalhar para melhorar a qualidade da água da cidade. Fizemos campanha para que as pessoas parassem de jogar lixo no córrego, organizamos palestras e conseguimos convencer os fazendeiros a proteger as minas de água que estão nas fazendas. Eles plantaram árvores, construíram cercas, para evitar sujeira nas nascentes. Nesse meio tempo, conseguimos uma doação de outro pedaço de terra para um novo lixão, porque o primeiro estava cheio. Hoje o desafio é unir as cidades da região para pensar em uma forma de reciclar o lixo.

Eu estudei biologia na Universidade Estadual de Minas Gerais, em Carangola, uma cidade próxima, e depois fiz uma especialização no Rio de Janeiro. Venho de uma família pobre, nunca tivemos nada. Passei muita fome para estudar. Meu pai era agricultor e teve seis filhos, mas só eu me formei. Tenho dois irmãos que estudaram até a 5ª série – um é motorista e o outro é pedreiro. Mas eles mexem com várias coisas e ganham melhor do que eu, que sou professor. Minha mãe limpa a igreja há muitos anos e a comunidade deu uma casinha para ela morar.

Zaqueu Cândido de Oliveira, 30 anos, professor de biologia da cidade de São Sebastião da Vala, capacitado pelo Projeto Terrinhas

“Nosso negócio é deixar um mundo melhor para as futuras gerações”

A fazenda Bulcão pertencia ao meu avô. Em 1991, o Sebastião Salgado, que é meu tio, e a Lélia adquiriram as terras. O casal começou, então, a desenvolver a ideia de recuperar a cobertura vegetal. A plantação das primeiras mudas teve início em 1998, com a criação do estatuto de Reserva Particular do Patrimônio Natural, a primeira em área degradada da mata Atlântica. Isso aqui era só pasto e degradação.

A primeira ação do Instituto Terra foi chamar a comunidade, especialmente as crianças e os jovens, para plantar dez mil mudas de árvores e começar a recuperar a cobertura vegetal da reserva. Há oitenta anos, o município de Aimorés tinha 100% de cobertura vegetal original; em 1998, o percentual era de 0,3%. A mata virou pasto.

Mas não faz sentido recuperar a reserva e deixar o entorno degradado. Viráremos uma ilha verde. Por isso, uma das nossas metas é, nos próximos cinquenta anos, plantar cinquenta milhões de árvores ao longo da bacia hidrográfica do rio Doce, uma área maior do que Portugal. Plantamos o primeiro milhão, estamos ampliando nosso viveiro de mudas e vamos cumprir o objetivo.

O mais importante, no processo de fomentar a consciência ambiental, é a educação. Criamos em 2002 o Centro de Educação e Recuperação Ambiental, que tem como alvo produtores rurais, professores das redes pública e privada, lideranças comunitárias e alunos. Entendemos que é fundamental investir nas crianças. Eles começam a interagir com as suas comunidades, monitoram a quantidade de dejetos nos córregos. Um filho consegue sensibilizar o pai muito mais do que o vizinho adulto. Além disso, estamos formando uma geração que, quando adulta, terá muito mais consciência ambiental do que a nossa.

Em 2006, formamos a primeira turma de técnicos em Recuperação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. É um curso de dois anos oferecido gratuitamente a ex-alunos de escolas técnicas federais ou da Escola Família Agrícola.

Agora, além da consciência ambiental, é preciso oferecer aos produtores e suas famílias alternativas de sobrevivência. Foi assim que começamos o projeto chamado Aimorés, que testa um modelo de desenvolvimento rural sustentável compatível com a região. Aqui há mil e trezentas propriedades rurais, sendo 70% de porte pequeno, com vinte hectares de terra. Oferecemos capacitação técnica, com apoio da Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária] e do Sebrae [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas], para que os produtores trabalhem com frutas, café, leite e artesanato. Há casos de produtores que tiravam cinquenta litros de leite por mês e, com as novas técnicas de manejo, conseguem 350 litros. Nós esperamos que esta tecnologia vire uma política pública nacional.

Cheguei ao projeto em 2004 e percebo que o instituto criou uma perspectiva para a região, porque está integrado à rotina da cidade. Atendemos os alunos, os produtores e as lideranças locais. Hoje temos um bom indicador da melhoria do nível de consciência ambiental da população, que é a redução das queimadas na época da seca.

Resumindo: nosso negócio é deixar para as próximas gerações um mundo melhor do que recebemos dos nossos pais.

Ricardo Salgado, 50 anos, superintendente do Instituto Terra

Centro de Estudos Socioambientais (Pangea)

Local de atuação: Salvador (BA)

Data de fundação: 1996

Sustentando o amanhã

Pangea é o nome dado ao “super continente”
que teria existido há até duzentos milhões de anos, segundo
uma teoria chamada “deriva continental”. De

acordo com esta tese, a terra teria

sido um bloco único,

banhado pelo

mesmo oceano. É o

sentido de unidade

que deu o nome e a

diretriz do trabalho

de uma das

mais tradicionais

organizações não

governamentais

brasileiras: Centro de

Estudos Socioambientais

(Pangea), que, ao longo

da sua existência,

trabalha na região

Nordeste para unir

preservação ambiental e

desenvolvimento humano.





O objetivo do projeto é preservar o meio ambiente e ao mesmo tempo oferecer formação profissional a jovens de 19 a 24 anos

Preservar o meio ambiente e assegurar vida digna às populações locais é o mote do Pangea. Com assessoria técnica da instituição, foram criadas cooperativas urbanas – especialmente de catadores – em várias capitais nordestinas, no entanto, um dos seus projetos mais ousados é o Programa de Protagonismo Juvenil, apoiado pelo Projeto Criança Esperança. É ousado porque trabalha com jovens de 16 a 24 anos que não tiveram a oportunidade de participar de projetos sociais que suprem as carências da escola pública, no que diz respeito a ensino e formação. Ainda assim, o programa propõe-se enfrentar o desafio de fazer que rapazes e moças moradores da periferia de Salvador busquem a sustentabilidade no mundo do trabalho.

Os jovens atendidos pelo Pangea são geralmente filhos de famílias numerosas que sentem a pressão para começar a trabalhar cada vez mais cedo. Chegam despreparados a um mercado em profundas transformações – o emprego tradicional é escasso na indústria, no setor de serviços e no serviço público. Além disso, as vagas existentes exigem uma qualificação que estes jovens não possuem. Motivada pelas dificuldades, a equipe do Pangea decidiu encarar o desafio de encontrar uma forma de colocá-los no mercado, estimulando a formação de cooperativas.

O primeiro passo foi criar um curso básico de formação, com duração de 12 meses, que contém módulos de comunicação e expressão, identidade cultural, acompanhamento vocacional,

“Recebemos jovens que têm urgência para começar a trabalhar”, diz Telma Cardoso da Silva, uma das coordenadoras do projeto







Ana Carina Copque aprende a fazer bijuteria a partir de sementes de plantas encontradas na região



planejamento e gestão – tudo isso para ajudá-los a pensar em um projeto de vida que os conduza a um trabalho que garanta sustentabilidade e satisfação. Foram formadas duas cooperativas em áreas muito pobres de Salvador, onde os jovens trabalham meio período.

No vale do Pituaçu – onde há as favelas de Pau da Lima, São Marcos e Sussuarana – surgiu a Coopartes, que trabalha com artesanato em cinco linhas de produção, partindo de materiais que valorizam a preservação ambiental – bijuteria com semente, papel reciclado, objetos de papel, luminárias e bambu. A segunda cooperativa é a Coparquetur, que surgiu para formar guias para o parque São Bartolomeu, no bairro que leva o mesmo nome. O parque, apesar de estar situado em área de mata Atlântica e dispor de trilhas e cachoeiras, passa grande parte do tempo abandonado pelo poder público.

A cooperativa dos “jovens cidadãos do parque”, como eram conhecidos, diversificou atividades e criou dois núcleos – o de culinária, que vende comida baiana, pães e lanches, e um *cybercafé* a preços populares, para atender a comunidade. Chama-se “Cyberacarajê”, porque vende os alimentos regionais produzidos pelo núcleo de culinária. Na Coparquetur, também há um núcleo de dança que abriga a companhia Omi Onã, que se apresenta profissionalmente em hotéis.

Angústia juvenil

A ideia de trabalhar com geração de renda para jovens surgiu em 1999, quando a equipe do Pangea atendia crianças e jovens que faziam parte do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil do governo federal. Quando não estavam na escola, os jovens frequentavam oficinas de arte e dança. “O tempo foi passando e começamos a sentir a angústia dos meninos diante da necessidade de entrar no mercado de trabalho e decidimos entrar nessa área”, diz o coordenador do programa Giuseppe Vozza.

Os jovens brasileiros compõem 20% da população do país (cerca de 35 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos) e são a parcela da população que amarga os piores níveis de desemprego: 44%, segundo a última pesquisa deste tipo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que data de 2003. Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo com 3.500 jovens de todo o país, entre junho de 2003 e junho de 2004, indica que a maior preocupação dos jovens que vivem nas metrópoles é a violência. Em segundo lugar, está a preocupação com o trabalho.

Pau da Lima, onde fica a cooperativa de artesanato e se realiza o curso de formação, é um bairro distante do centro de Salvador, com poucas oportunidades de emprego ou opções de geração de

renda. Em novembro de 2006, havia cinquenta jovens que faziam formação para o trabalho, sessenta que trabalhavam na cooperativa de artesanato de Pau da Lima e 35 na cooperativa de São Bartolomeu. A demanda é grande e o processo seletivo para ser aceito no curso de formação [primeiro passo para entrar na cooperativa] dá prioridade a quem mora na região, está matriculado na escola regular, tem documentos, incluindo carteira de trabalho, e consegue participar da dinâmica de grupo que faz parte da seleção.

“Recebemos jovens que têm urgência para começar a trabalhar, alguns têm 23 anos e sentem que não há tempo a perder”, diz a coordenadora do núcleo de Pau da Lima, Telma Cardoso da Silva. As vagas acabam sendo destinadas aos que preenchem um requisito básico: ter vontade de vencer na vida.

Desde que foi criado, em 2001, o curso de formação atendeu seiscentos jovens. “Quem entra é batalhador. Temos poucas vagas e a responsabilidade de escolher os que terão mais condições de tirar o máximo dessa oportunidade. Não temos como selecionar pessoas que ainda não sabem se querem começar a fazer por si”, afirma Carolina Santos, coordenadora pedagógica do projeto.

Os jovens que batem na porta do Pangea estudam ou são egressos de escolas públicas. A maioria nunca saiu da região do vale do Pituaçu nem mesmo para visitar o Pelourinho, ir a museus ou assistir aos *shows* de música baiana que animam turistas de todo o país. Pau de Lima, assim como os bairros vizinhos, além de ser pobre, é longe do burburinho cultural baiano. Localiza-se entre a BR-324 e a avenida Paralela. De lá não se vê o mar, apenas um sem-fim de casas sem cor.

“Aqui nessa região, o que diferencia um menino do outro é o fato de ter comida garantida em casa. Os jovens que têm café com pão e manteiga de manhã, arroz, feijão e carne na hora do almoço e podem tomar pelo menos café com pão antes de dormir vão melhor na escola e rendem mais no curso de formação. Os que têm fome vivem agitados e estão sempre mais atrasados do que os outros”, constata Carolina. E completa: “Entende quando eu falo que não podemos perder tempo?”



Oficinas ensinam a confeccionar objetos de decoração a partir de papel reciclado, fibras naturais e bambu



“Só Deus sabe o quanto já procurei emprego”

Eu soube desse curso no último dia da inscrição. Um colega que trabalha aqui na cooperativa foi em casa me avisar. Eu estava lavando roupa e minha mãe, quando ouviu a conversa, disse: Largue tudo e vá já pra lá. Quando chegou a minha vez, fui informada de que precisava de uma cópia da carteira de trabalho. Corri para casa, mas minha mãe não tinha dinheiro. Graças a Deus, a vizinha tinha. Peguei R\$ 2,00 emprestados e nem gastei tudo.

Terminei a escola em 2005 e no ano seguinte comecei a estudar em um cursinho pré-vestibular gratuito, mas não tive dinheiro para pagar transporte. Aqui em Pau da Lima, onde eu moro, não tem quase nada. Acabei encontrando uma escola de informática no bairro ao lado, mas também era longe para ir a pé.

Somos seis filhos. Meu pai é aposentado e minha mãe, dona de casa. Todos os meus irmãos maiores procuram emprego e nada. Eu já procurei tanto, só Deus sabe. Levei pessoalmente meu currículo para todos os lugares aqui da região e me cadastrei no programa municipal que emprego. Meus irmãos menores ajudam num lava-a-jato no fins de semana e nos feriados. Quando soube que aqui tinha processo de seleção, fiquei ansiosa, mas não achei difícil.

Comecei a fazer o curso de formação há dois meses, mas sinto que já estou me expressando melhor. Em dez meses, vou estar mais preparada. Aqui a gente aprende a fazer a diferença e a valorizar isso. Tenho o sonho de ir para a universidade estudar fisioterapia. Tenho uma colega aqui do bairro que fez faculdade com a ajuda da madrinha. Em Pau da Lima, muita gente consegue fazer curso disso e daquilo; o difícil mesmo é emprego. Eu espero conseguir entrar para a cooperativa – a gente já sabe que não tem lugar para todo mundo, mas eu não vou perder essa oportunidade.

Gabriela Alves Berlarmino, 19 anos, aluna do Pangea

“Aprendemos a pensar em um projeto de vida”

Eu fui aluna do último curso de formação, que terminou em agosto de 2006. Depois disso, entrei na cooperativa para trabalhar no tear, mas gostei mais da bijuteria e fiquei. Cheguei meio deslocada, não sabia se o curso daria algum resultado, mas fui aprendendo a construir um projeto de vida e a tentar alcançá-lo. Às vezes a gente não entende por que está fazendo tanto curso, mas vai indo e no final não sabe direito para que serve. Mas isso não acontece aqui, porque você é que vai descobrindo o que quer fazer e o que é preciso para conseguir.

Eu vivia num mundinho e agora tenho uma visão mais ampla do mercado de trabalho, sei o que é preciso para fazer parte dele: muita preparação. Meus irmãos e eu precisamos ajudar em casa. Eu trabalho à tarde aqui na cooperativa e neste mês já vou receber dinheiro da produção. Também consegui emprego na Associação de Moradores de Pau de Lima, para ser monitora de um curso de agricultura urbana – distribuo vales-transporte, lanche, organizo tudo para os alunos. Fico lá de manhã e recebo R\$ 100,00 por mês.

Aqui na cooperativa varia muito. Tem mês ruim, que só dá R\$ 40,00, e mês bom, que rende R\$ 350,00, mas a sorte é que bijuteria vende muito e quase todos os meses são bons. Quero abrir uma caderneta de poupança para juntar um dinheiro e conseguir pagar a faculdade de jornalismo – vou conciliar as aulas com a cooperativa. Mas em 2006 vacilei muito, porque não fiz as provas do Enem [Exame Nacional do Ensino Médio]).

O que eu mais gostei daqui? Assistir a Orquestra Sinfônica no Parque da Cidade – isso é fora de cogitação para quem mora na periferia.

Jucinelea Santos, 20 anos, ex-aluna do Pangea

“Buscamos alternativas para o desemprego juvenil”

Não existe no Brasil um modelo de empreendedorismo juvenil. Estamos quebrando a cabeça para criar um modelo pedagógico e uma tecnologia de gestão que possa ser usada de forma coletiva. Nosso objetivo é construir um caminho baseado no protagonismo juvenil coletivo – as cooperativas podem ser uma das alternativas para o fato concreto de que não há emprego.

Os jovens da periferia têm necessidade de começar a ganhar dinheiro muito cedo, mas em algum momento é preciso apresentar a possibilidade de identificar o trabalho com a necessidade de realização pessoal, e não apenas de sobrevivência. O nível de estimulação que eles recebem no curso de formação faz que queiram chegar a algum lugar, que desejem construir um projeto de vida.

Mostramos que eles podem quebrar o ciclo da falta de ambição e que são capazes de fazer, de conseguir. Para isso, é necessário trabalhar a afirmação cultural, porque quase todos os jovens que atendemos são afrodescendentes. O Brasil é o falso país da integração racial, mas nós precisamos pensar em como um jovem negro, da periferia, pode chegar lá. Muitos rapazes e moças que moram na região de Pau da Lima foram ao cinema ou ao teatro pela primeira vez durante o curso de formação. Estamos falando de gente de 16, 17 anos.

Há ainda a dimensão legal. Nossa batalha em nível macro é mudar a legislação brasileira, desburocratizando-a, para que um grupo de cinco pessoas (e não vinte, como é hoje) possa montar uma cooperativa. O fato é que, sem apoio externo, as cooperativas caem. É complexo entrar no mercado, identificar público-alvo, tendências, *design*. É nisso que ajudamos.

Nosso objetivo é que as duas cooperativas juvenis cresçam e os meninos possam ser adultos, trabalhando lá. Cada um dos núcleos – dança, culinária, bambu, bijuteria etc. – pode vir a ser uma empresa. Dessa forma, eles trabalharão em grupo, mas manterão a sua individualidade.

*Giuseppe Voza, coordenador do
Programa de Protagonismo Juvenil do Pangea*

Giuseppe Vozza
*Os jovens da periferia têm
necessidade de começar a
ganhar dinheiro muito cedo*



Empoderar pessoas, criar capacidades e transformar vidas

Marlova Jovchelovitch Noleto

O Programa Criança Esperança, como você acaba de testemunhar nas páginas deste livro, é uma parceria na qual um conjunto de múltiplos atores, associados a uma imensa rede de solidariedade e de doadores individuais e corporativos, se une para produzir importantes transformações na sociedade brasileira, sobretudo na vida das nossas crianças e jovens.

Preocupados em empoderar pessoas, criar novas capacidades e contribuir para o desenvolvimento humano e social, organizações não governamentais, governos estaduais e municipais, uma empresa privada e um organismo internacional trabalham juntos somando esforços e produzindo sinergias onde um mais um é sempre mais que dois.

Estimular o pensamento, pensar a ação

Uma das importantes funções da UNESCO é a de ser um laboratório de ideias, contribuindo para produzir e partilhar conhecimentos. A UNESCO procura identificar em todo mundo experiências inovadoras, que permitam a melhoria das condições sociais, analisando-as e disseminando-as nos diferentes países em que atua. Em parceria com o Programa Criança Esperança, a UNESCO cumpre com suas funções de laboratório de ideias e de criação de capacidades por meio das experiências que são desenvolvidas nos Espaços Criança Esperança e em projetos sociais apoiados em todo Brasil.

Influenciando políticas públicas; construindo laboratórios sociais

Os marcos conceituais da Organização contribuem para desenhar a proposta pedagógica e a metodologia desenvolvida nos Espaços Criança Esperança.

Os Espaços são centros de referência no atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, que contribuem para promover a educação, a cultura, a inclusão e o desenvolvimento social no Brasil, respeitando e ouvindo a comunidade local.



Os Espaços Criança Esperança contribuem para influenciar a formulação de políticas públicas para crianças e jovens em todo o Brasil.

Além disso, a sistematização e a consolidação da experiência dos Espaços representam *show-cases* que podem ser replicados em outros países e contextos.

Transferindo conhecimentos; criando escala

Reconhecemos no Criança Esperança a oportunidade de contribuir para as transformações sociais capazes de gerar desenvolvimento humano e social. Oportunidade também de trabalhar ancorando a ação da UNESCO no país, ganhando escala e capilaridade, em um país de proporções continentais como o Brasil, criando capacidades em regiões empobrecidas e transformando vidas a partir dos projetos sociais apoiados pelo Programa.

Identificar tecnologias sociais inovadoras, sistematizá-las e transferir conhecimento para as organizações sociais apoiadas pelo Programa permitem fortalecê-las como laboratórios de políticas públicas e contribuem para o empoderamento de grupos vulneráveis (afrodescendentes, índios, meninas e jovens, entre outros).

O Criança Esperança expandiu sua cobertura e passou a apoiar projetos em todo Brasil, procurando alcançar equilíbrio regional e favorecer as regiões mais pobres e menos desenvolvidas. Ampliar a cobertura territorial do Programa, contribuindo para disseminá-lo nos locais mais distantes e fora dos eixos centrais das capitais, sempre foi desejo da UNESCO.

Os projetos apoiados anualmente estão distribuídos por temas e áreas prioritárias no mandato da Organização, representando uma ação transversal.

As áreas de mandato da Organização, Educação, Cultura, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Naturais e Comunicação e Informação, contribuem para identificar projetos inovadores, sempre com o foco na inclusão e no desenvolvimento social.

Agradecimentos

O Programa Criança Esperança é, para a UNESCO Brasil, uma história escrita por muitas mãos.

Um esforço coletivo que envolve, apaixonadamente, muitos de nossos colegas, ainda que não diretamente lotados na área de Ciências Humanas e Sociais, responsável pela coordenação do Programa no âmbito da UNESCO. A todos os nossos colegas desta área, em especial à equipe do Criança Esperança, Rafael Marques Cavalcante, Christiane Nogueira Silva, Luciana dos Reis Mendes Amorim e João Ferreira da Costa, nossos agradecimentos pela dedicação e empenho diários na gestão exitosa do Programa.

Temos também muito a agradecer ao representante da UNESCO no Brasil, Vincent Defourny, pela confiança com que nos honra e o estímulo permanente a este importante trabalho, e a toda equipe de seu gabinete, com especial agradecimento ao Fábio Eon, chefe de gabinete, e à Roberta Martins, chefe da assessoria jurídica, parceiros imprescindíveis para o nosso trabalho.

Aos colegas coordenadores das áreas programáticas da UNESCO no Brasil, Paolo Fontani, coordenador da área de Educação; Marilza Regattieri, que exerceu interinamente a coordenação de Educação nos últimos dois anos; Jurema Machado, coordenadora da área de Cultura, parceira entusiasta, atuante e solidária em todas as horas; Celso Schenkel, coordenador da área de Ciências Naturais, e Guilherme Canela, coordenador da área de Comunicação e Informação, e, também, a Aduino Soares, que exerceu a referida coordenação interinamente no último ano.

Às colegas da Ascom Ana Lúcia Guimarães e Isabel de Paula, por suas contribuições permanentes em todas as atividades do Programa.

Agradecemos aos nossos colegas nos escritórios-antena da UNESCO no Brasil, que contribuem de diversas maneiras para o sucesso do Programa, nas pessoas dos colegas Pedro Lessa, coordenador do escritório-antena do Rio de Janeiro; Antonio Carlos Máximo, coordenador do escritório-antena do Mato Grosso; Alessandra Schneider, coordenadora, e Cintia Bonder, oficial de projetos, do escritório-antena do Rio Grande do Sul; Silneiton Favero, coordenador, e Anilde Almeida, oficial de projetos, do escritório da Bahia; e Vera Mellis, coordenadora, e Gabriela Athias, consultora, do escritório da UNESCO em São Paulo.

Uma palavra especial de reconhecimento e carinho merece ser dirigida a toda a administração da UNESCO no Brasil. Liderados pelo representante adjunto e diretor de administração da Organização no Brasil, Michel Bonenfant, os colegas da Tesouraria, chefiados por Luis Gonzaga; das Licitações e Contratos, chefiados por Julio Lage; da Contabilidade, chefiados por Alzira Dutra de Azeredo; do Orçamento, chefiados por Julio Sanchez; dos Recursos Humanos, chefiados por Renata Ritter; da Tecnologia, chefiados por Hely Firmino de Sousa; e dos Serviços Gerais,

chefiados por Wagner de Oliveira Campos, têm assegurado as condições e nos dado o suporte imprescindível para o perfeito funcionamento do Programa no âmbito da UNESCO.

Para a realização deste livro, contamos com a eficiência e a parceria dos colegas do setor Editorial da UNESCO no Brasil, Edson Fogaça e Larissa Vieira Leite.

Agradecemos ainda o talento e a sensibilidade de Gabriela Athias que, com seu olhar atento aos problemas sociais da realidade brasileira e a qualidade dos seus textos, colocou em livro nosso trabalho.

Não podemos deixar de agradecer aos nossos colegas da área de Ciências Humanas e Sociais da sede da UNESCO em Paris, na pessoa do subdiretor-geral Pierre Sané, que sempre deposita muita confiança em nosso trabalho e é um entusiasta de programas inovadores como este desenvolvido por nossa área.

Também da sede da UNESCO em Paris, não podemos deixar de agradecer ao diretor-geral adjunto Márcio Barbosa e aos colegas do gabinete do diretor-geral, em especial, Elizabeth Longworth e Jonathan Baker.

Por fim, quero registrar nosso profundo agradecimento aos parceiros da TV Globo, dr. Octávio Florisbal, diretor-geral da emissora e, em especial, a Luis Erlanger, diretor da Central Globo de Comunicação (CGCOM), e a Albert Alcoulombre, diretor de Planejamento e Projetos Sociais. A Raphael Vandystadt, gerente do Programa, e à sua equipe, em especial Monica Pantoja e Márcia Balster, nosso carinho pela parceria diária. Com todos eles temos o privilégio de desfrutar de uma parceria marcada pelo compromisso com a qualidade e a responsabilidade social, promovendo este que é um dos programas de maior reconhecimento e credibilidade pública no Brasil.

Agradecemos aos parceiros dos projetos apoiados pelo Criança Esperança, não apenas os retratados aqui, mas todos aqueles que têm recebido apoio do Programa ao longo dos últimos anos. Profissionais e beneficiários que ajudam a escrever as histórias que contamos aqui e que permitem que nossos investimentos transformem suas vidas e suas comunidades.

E, finalmente, uma palavra de agradecimento à sociedade brasileira que ao doar, solidariamente, para o Programa Criança Esperança, nos encoraja a seguir em frente e reafirmar nosso compromisso de transparência na prestação de contas dos recursos investidos, como estamos fazendo ao publicar este primeiro livro com algumas das muitas histórias das vidas transformadas pelo Programa.

Marlova Jovchelovitch Noleto e Rosana Sperandio Pereira



“O Programa Criança Esperança possui certas características que o tornam um projeto exemplar em termos de boas práticas. Além de ter um foco claro e uma “marca registrada”, o Programa possui parcerias importantes e bem estruturadas. Em linhas gerais, seus objetivos são transparentes e seus indicadores de sucesso autoexplicativos. É um desafio para todos os setores da UNESCO realizar trabalhos significativos com recursos extremamente limitados. O Programa Criança Esperança já fez várias crianças e jovens sorrirem justamente por ter-lhes concedido oportunidades concretas, aplicando poucos recursos no lugar certo e de maneira correta. Seu sucesso oferece oportunidades valiosas de aprendizado, transferência do conhecimento e replicabilidade.”

John Crowley, Setor de Ciências Humanas e Sociais - UNESCO Sede

.....

“É uma iniciativa excelente porque promove projetos e modelos que podem ser replicados por todo o país. É uma conscientização para a necessidade de cuidar mais das crianças brasileiras.”

Zilda Arns, coordenadora-executiva da Pastoral da Criança

.....

“A parceria com a TV Globo e a UNESCO teve papel fundamental no crescimento do AfroReaggae. Sem esse apoio não teríamos chegado onde chegamos. Além dos recursos recebidos, participamos do *show* do Criança Esperança, o que nos possibilita ter mais visibilidade e receber convites para novas apresentações que geram renda para o grupo. Cufa e AfroReggae são a prova concreta de que o trabalho do Criança Esperança é verdadeiro e importante. A entrada da UNESCO reforçou ainda mais o Criança Esperança, melhorando o acompanhamento dos projetos e trazendo mais autonomia de gestão para as ONGs parceiras.”

José Junior, diretor do Grupo Cultural AfroReggae

.....

“Acompanho o Criança Esperança desde os primórdios. E é uma alegria perceber a maturidade do projeto, que reforça a ideia de que as empresas podem usar sua expertise para melhorar a situação social do país. É o que a TV Globo faz, colocando o seu DNA - sua capacidade de comunicação - em favor do futuro das novas gerações. Espero que as ações do Criança Esperança cresçam sempre mais e, sobretudo, ajudem a fortalecer a educação de qualidade que é oferecida aos meninos e meninas brasileiros, ainda desprovidos, em sua maioria, de oportunidades educativas que realmente façam diferença e formem cidadãos aptos a viver e conviver com sucesso nesta sociedade. Parabéns à TV Globo e a UNESCO e a todos que, juntos, estão ajudando a construir um país vencedor.”

Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna



.....
Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura
.....